



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SÃO SEBASTIÃO
ESCOLA CLASSE MORRO DA CRUZ



Projeto Político Pedagógico da Escola Classe Morro da Cruz

São Sebastião/DF

2024



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SÃO SEBASTIÃO
ESCOLA CLASSE MORRO DA CRUZ



O Projeto político pedagógico da escola traz as inspirações e experiências de todos os envolvidos em sua construção. Portanto, é vivo, pulsante, traz a alegria do saber e do ensinar para todos que estão na escola, envolvidos na busca de uma educação imprescindível de qualidade.

(Neli Delduca - nov/2023)

Construindo nossa história!

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO-ESTRATÉGICO

Comissão Organizadora do Projeto Político Pedagógico da Escola Classe Morro da Cruz

Membros da Equipe Gestora:

Neli Delduca de Herédias – diretora

Adenilsa Rodrigues Oliveira – Vice-diretora

Adriana Dall Oglio – Supervisora Pedagógica

Tiago Rocha Coelho – Supervisor Administrativo

Kelly Cristina Lima de Souza – Chefe de Secretaria

Membros da Coordenação Pedagógica:

Betina Rodrigues Lima da Cunha

Membros do Conselho Escolar:

Ana Cláudia dos Santos

Leane da Costa Cruz

Professores:

Rogério Alves Durães

Marino Sérgio Rodrigues

Membro da Orientação Educacional (OE):

Veraluce Corado de Sousa Gomes

Membro da Carreira de Políticas Públicas e Gestão Educacional:

Francisca Antônia Araújo Magalhães

A escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmo.

Paulo Freire

Dados de Identificação da Escola

Unidade Escolar: Escola Classe Morro da Cruz

Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião

Endereço: Complexo Educacional Zumbi dos Palmares Área Isolada nº 1, na DF-473,
Chácara 03 Núcleo Rural Capão Comprido

CEP: 71.699-901

Telefone: 61 3101 8892

E-mail: 53019717@se.df.gov.br

Criação da Instituição Educacional: Portaria 109/2023, de 08 de fevereiro de 2024,
publicada no DODF Nº 30 em 10/02/2023.

Turnos de funcionamento: Matutino e Vespertino

Etapas de ensino ofertadas: Educação Infantil (1º e 2º períodos) e Ensino Fundamental
– Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e as Classes Bilíngue Mediadas que atendem aos
estudantes indígenas Warao.

Sumário

Apresentação	09
1. Perfil Institucional	12
1.1. Histórico da Instituição	12
1.2. Diagnóstico da realidade da unidade escolar	13
1.2.1. História de nossos estudantes: Somos Warao, os primeiros!	24
1.2.2. Comunidade Warao no Brasil	29
1.3. Função Social da Escola	35
1.4. Missão da escola	35
1.5. Princípios orientadores da prática educativa	36
1.6. Metas	39
1.7. Objetivos institucionais	49
1.8. Fundamentos teórico-metodológicos norteadores da prática educativa	50
1.9. Organização curricular da unidade escolar	51
1.9.1. Organização escolar: regime, tempos e espaços	53
1.9.2. Relação escola-comunidade	53
1.10. Organização e estrutura pedagógica	55
2. Itinerários formativos	56
2.1. Avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem: concepções e prática avaliativas: procedimentos, instrumentos e critérios de aprovação	57
3. Gestão pedagógica e gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais	59
3.1. Organização do trabalho pedagógico da escola	60
3.2. Avaliação para as aprendizagens	60
3.3. Projetos institucionais	61
3.3.1. Projeto “Leitura Viajante”	61

3.3.2. Projeto “Laboratório interventivo: intervenção pedagógica na alfabetização e letramento”	62
3.3.3. Projeto “Arte por toda parte!”	63
3.3.4. Projeto “Brasília, prazer em te conhecer!”	64
3.3.5. Projeto “Emoções em mim!”	64
3.3.6. Projeto “Nossa horta, nossa vida mais saudável!”	65
3.3.7. Projeto “Todos nós contra a dengue!”	66
3.4. Atuação das equipes especializadas e outros profissionais	68
3.4.1. Conselho de Classe	68
3.4.2. Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem – SEAA	69
3.4.3. Orientação Educacional	70
3.4.4. Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos – AEE/SR	71
3.4.5. Monitores	72
3.4.6. Educadores sociais voluntários	72
3.4.7. Aprendizagens do Jovem Candango	73
3.4.8. O papel da sala de leitura como espaço de aprendizagem e ação do profissional que nela atua	74
3.4.9. Conselho Escolar	74
3.4.10. Coordenação pedagógica	76
3.5. Valorização e formação continuada dos profissionais de educação	76
3.6. Estratégias para redução do abandono, da evasão e da reprovação para garantia da permanência e do fluxo escolar adequado dos estudantes	77
3.7. Processo de implementação do PPP, considerando as dimensões referentes à gestão escolar	79
3.8. Processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação do PPP na unidade escolar	79
4. Referências bibliográficas	81
5. Apêndices	85

Apresentação

Falar em educação para a transformação do sujeito implica em se conceber uma escola autônoma, capaz de mobilizar os recursos necessários para solucionar seus problemas. Para que a educação seja de fato agente real de transformação social é preciso que ela exerça seu papel essencial sobre a forma de pensar e agir dos seus integrantes no contexto no qual estão inseridos.

A educação é a apropriação da cultura, e através da história se torna a construtora do sujeito histórico, pois deve enfatizar a aprendizagem na constituição do interesse do indivíduo. É através da educação que nos fazemos humanos e históricos, como autores no modo de refletir sobre a realidade, sobre o mundo e sobre nós mesmos (condição de sujeito). Nessa direção, a realização do indivíduo como sujeito histórico distingue sua conexão com a coletividade e seu acordo com a mudança social.

A educação é a base real para a formação de indivíduos capazes de interagir com a sociedade e ser agente de transformação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária entre os sujeitos que a compõe e, por conseguinte, de uma sociedade mais harmoniosa onde há respeito ao próximo.

Sendo a escola o local central da educação, ela deve tornar-se foco irradiador de cultura, não apenas para reproduzi-la, mas, principalmente, para construí-la. Além de se definir o quê e para que ensinar, a comunidade escolar precisa estar atenta ao como ensinar para que se tenha claro qual é o perfil de sujeito que se pretende formar.

A Escola Classe Morro da Cruz, no intuito de materializar as políticas públicas educacionais do Distrito Federal e corresponder aos anseios da comunidade escolar se faz necessário a elaboração de um plano de ação flexível e reflexivo, visto que a esta unidade escolar está começando a escrever sua história, tendo como apoio uma Proposta Pedagógica (PP) que verdadeiramente represente sua comunidade escolar.

Na presente Proposta, apresentaremos os encaminhamentos a serem tomados, para que se possa garantir o desenvolvimento integral do educando, utilizando todo o leque de experiências positivas da equipe de profissionais da educação da unidade e a valorosa contribuição da parceria estabelecida com a comunidade escolar. Deste modo, buscaremos colher com os pais/responsáveis e todos os demais envolvidos no processo educacional informações pertinentes ao trabalho pedagógico que desenvolveremos para definir o qual

atenderá melhor as necessidades e o que deveremos modificar, para que assim cada um assuma sua parcela de contribuição e responsabilidade. Deste modo a construção da Proposta Pedagógica se dará de forma realmente coletiva, ou seja, que cada um dos participantes seja parte importante de todo o processo educacional. Vale ressaltar que a equipe docente está em processo de formação, visto que a escola ainda está em processo de construção, todavia o trabalho pedagógico está sendo realizado com qualidade e comprometimento.

A organização e designação das tarefas se dão de forma a aproveitar as potencialidades de cada membro da equipe, desta forma, a estruturação do trabalho e a distribuição de tarefas está fundamentada numa metodologia participativa, sempre buscando a comunidade em geral para fazer parte deste trabalho coletivo. Acreditamos que juntos e todos assumindo seu papel/responsabilidade poderemos construir uma escola onde a transformação acontecerá de fato. E o primeiro passo nessa busca será a construção da Proposta Pedagógica da Escola Classe Morro da Cruz visando acolher a todos, atendendo-os em suas mais variadas necessidades educacionais.

As ações de interação, troca de ideias, projetos, objetivos e metas a serem alcançadas, geralmente ocorrem no início do ano letivo, nas coordenações pedagógicas coletivas. Em muitos desses momentos, a participação de toda a comunidade escolar faz se necessário para a proposta seja de fato coletiva.

A equipe da escola tem como objetivo o aperfeiçoamento do diálogo entre escola e comunidade para que o trabalho desenvolvido em sala de aula seja não apenas nesse espaço, visto que a escola e a família têm a responsabilidade de caminhar juntas nesse processo, tendo assim um impacto positivo na vida do estudante dentro e fora da sala de aula. Aproveitando todo o contexto do nosso estudante para elevar sua identidade mediante a educação campestre, fomentando a cultura, formação dos sujeitos e organização político-social, promovendo a formação e a socialização do conhecimento por meio de sua vivência, contextualização.

E é nessa perspectiva de educação do campo que: “reconhecer os sujeitos, suas práticas, seus fazeres, significa também compreender estes professores, educandos, como sujeitos de cultura, que possuem história, que podem pensar o amanhã diferente do ontem e melhor do que o hoje. Significa projetar o futuro sem perder a dimensão da totalidade em que estão se constituindo. Significa também contribuir para construir a necessária

identidade e organização destes grupos, (povos camponeses, indígenas, quilombolas, faxinalenses...) como sujeitos coletivos e históricos” (SEED/PR, 2009).

Reconhecer os sujeitos, é também que é necessária uma transformação em nosso trabalho, buscando integrar todas as atividades curriculares em um só objetivo, oferecer aos estudantes uma educação do campo que tematize e construção relações a partir das necessidades e potencialidades das comunidades do campo, e em nosso campo os estudantes oriundos do Núcleo Rural Capão Comprido, Núcleo Rural Morro da Cruz e também aos indígenas Warao. Nesse sentido, nossa escola precisa ultrapassar os limites de apenas projetos, mas de um projeto de educação da comunidade, do território, fazendo com que a educação do campo seja a energia motriz do trabalho pedagógico.

1. Perfil Institucional

1.1 Histórico da Instituição

A Escola Classe Morro da Cruz foi instituída em 08 de fevereiro de 2023, através da Portaria 109, publicada no DODF nº 30, em 10 de fevereiro de 2023, pela Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal SEE-DF, com o intuito de atender a demanda de matrículas do canal 156, demanda reprimida da CRE São Sebastião, e também para desafogar as turmas das escolas que estão situadas nas proximidades na mesma cidade e também atender aos estudantes indígenas da comunidade Warao, proposto através do Processo SEI 00080-00184615/2022-13.

A Escola Classe Morro da Cruz oferece a Educação Infantil – 1º e 2º períodos e o Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano).

E, a Escola Classe Morro da Cruz iniciou o ano letivo de 2023, provisoriamente na sede do Centro Interescolar de Línguas de São Sebastião – CIL SS, com 15 classes comuns e 03 turmas como projeto para atender os estudantes indígenas da comunidade Warao. Inicialmente, as turmas do projeto de atendimento aos estudantes indígenas Warao não foram inseridas no I-educar. Somente, através do Processo SEI 00080-00154799/2023-60 em novembro/2023 essas turmas foram informadas no I-educar, tornando-se 02 (duas) turmas de 1º ano e 01 (uma) turma de 1º período. As turmas de 1º anos atendiam os estudantes indígenas de 06 a 17 anos, e a turma de 1º período os estudantes indígenas de 04 a 05 anos.

Entretanto, a Escola Classe Morro da Cruz iniciou, novamente, o ano letivo de 2024 nas instalações do Centro Interescolar de Línguas de São Sebastião – CILSS, com 15 classes comuns e 03 classes bilíngues mediadas, atendendo 217 (duzentos dezessete) estudantes. E em 24 de abril de 2024, abriu-se duas novas turmas de Educação Infantil – 1º período, totalizando 20 (vinte) turmas, e então atendendo 241 (duzentos quarenta um) estudantes.

1.2. Diagnóstico da realidade da unidade escolar

A Escola Classe Morro da Cruz está Complexo Educacional Zumbi dos Palmares, Área Especial nº 1, Chácara 03, Núcleo Rural Capão Comprido, São Sebastião/DF CEP 71.699-901. Ela foi criada para atender as demandas de novas matrículas solicitadas pela SEE- DF, e ainda atender aos indígenas da comunidade Warao (Processo SEI 00080-00184615/2022-13).

Estão sendo atendidos pela Escola Classe Morro da Cruz 241 (duzentos quarenta um) estudantes, na faixa etária de 4 a 17 anos. Os estudantes são oriundos da comunidade do Zumbi dos Palmares, Núcleo Rural Morro da Cruz e Núcleo Rural Capão Comprido e também atende os indígenas venezuelanos da comunidade Warao.

A Escola Classe Morro da Cruz oferta 17 turmas classes comuns e três turmas bilíngues mediadas que atendem os estudantes indígenas Warao, divididas nos turnos matutino e vespertino.

A presença Warao é registrada no Brasil desde meados de 2014, mas se manteve pouco expressiva durante os primeiros anos. Foi somente a partir de meados de 2016, em decorrência do agravamento da crise na Venezuela, com desabastecimento de produtos básicos, hiperinflação e aumento da violência, que o processo de deslocamento de venezuelanos/as indígenas e não indígenas para o Brasil se intensificou.

Desde o primeiro semestre de 2019, a dinâmica da mobilidade Warao se intensificou e os deslocamentos para novas cidades passaram a ocorrer com maior rapidez, distanciando-se cada vez mais da fronteira entre os dois países. Até o mês de agosto de 2020, registrou-se a presença dessa população em ao menos 75 cidades de 23 estados e do Distrito Federal.

Em 2021, a Caritas Arquidiocesana de Brasília recebeu a comunidade Warao, oferecendo acolhimento, viabilizando junto com Governo do Distrito Federal assistência em programas sociais, de saúde e educação para todos. As crianças foram matriculadas na rede pública de ensino, em escolas de São Sebastião. No entanto, em 2021 e 2022, houve grande evasão dos estudantes Warao nas escolas.

Em 2023, com a criação da Escola Classe Morro da Cruz, a Secretaria de Educação do Distrito Federal implantou o “Projeto de atendimento à comunidade Warao” (Processo

SEI 00080-00184615/2022-13), para atendimento de 36 (trinta e seis) estudantes na faixa etária de 4 a 17 anos.

Inicialmente o atendimento aos estudantes se deu em apenas uma turma, no entanto diante de um olhar mais próximo e das especificidades de cada faixa etária, implantou o atendimento em 03 (três) turmas. E cada turma com um professor de atividades e outro professor intérprete (Língua Espanhola). Os estudantes têm aula na Língua Portuguesa, na Língua Espanhola e também dos “aspectos culturais da etnia Warao”, pois os professores têm dedicados em pesquisar sobre a língua materna da Comunidade Warao. A escola também atende estudantes imigrantes venezuelanos e haitianos.

O atendimento a estudantes provenientes de outros países e culturas pode ser uma oportunidade para se debater a diversidade no ambiente escolar, promovendo trocas e aprendizagens que vão além dos conteúdos programáticos, o que é significativo para a formação cidadania com respeito às diferenças e a Escola Classe Morro da Cruz tem oportunizado esse intercâmbio cultural para construção dos saberes culturais dos estudantes da instituição.

A comunidade local é composta, em sua maioria, por trabalhadores da iniciativa privada e autônomos. Portanto a escola está inserida em uma comunidade que, aparenta ter baixo poder aquisitivo, visto que boa parte das crianças não possuem suas necessidades básicas atendidas, apresentando uma alta vulnerabilidade social. Em relação à alimentação e higiene dos estudantes, percebe-se que uma parte se alimenta bem em suas residências, no entanto há muitos estudantes que chegam à escola sem a primeira refeição do dia (café da manhã). Os estudantes apreciam a alimentação escolar oferecida. A equipe gestora da escola está juntamente com a Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião estão empenhando esforços para oferecer aos estudantes 02 refeições diárias, ou seja, o lanche e o almoço para o turno matutino, e o almoço e o lanche para o turno vespertino. Os estudantes também apresentam uma noção de higiene, costumam higienizar as mãos ao usar o banheiro e antes das refeições, não costumam pegar e nem jogar coisas no chão. A escola pretende promover ações em parceria com outros órgãos governamentais para melhor orientar os estudantes em relação a higiene pessoal, uso consciente da água, dentre outros.

Os estudantes da Escola Classe Morro da Cruz têm idade entre 4 a 17 anos. Residem, em sua maioria, nas proximidades da escola, em contrapartida há um pequeno quantitativo que reside em outros bairros e os responsáveis fazem uso de transporte

particular, visto que a escola está em uma área que o transporte público ainda é muito precário.

A escola atende também estudantes estrangeiros não falantes da língua portuguesa, dentre eles os Povos originários da etnia warao com idade entre 4 e 17 anos, venezuelanos e haitianos.

Haitianos: 02 estudantes

Venezuelanos: 03 estudantes

Indígenas venezuelanos: 36 estudantes – pertencentes à comunidade Warao

Indígenas Articum: 03 estudantes

A Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião, em 06 de março de 2023, implantou o atendimento aos estudantes venezuelanos indígenas da comunidade Warao na Escola Classe Morro da Cruz, através do Processo SEI 00080-00184615/2022-13

Estes estudantes venezuelanos indígenas da Comunidade Warao residem na Cáritas Diocesana de Brasília, em São Sebastião, bem próximo à escola e também os estudantes no bairro Morro Azul.

Os professores que atuavam nas classes bilíngue mediadas Warao na Escola Classe Vila Nova foram remanejados para a Escola Classe Morro da Cruz. E posteriormente, houve a abertura de mais duas turmas para o atendimento aos estudantes venezuelanos indígenas da comunidade Warao. A turmas são atendidas com um professor de atividades e um professor de LEM/Espanhol atuando como intérprete.





Assim como vem ocorrendo com outras unidades federativas brasileiras, o Distrito Federal tem recebido um grande contingente de pessoas oriundas de outros países e culturas e, mesmo no Brasil, de outras comunidades que não têm a língua portuguesa brasileira como sua primeira língua, gerando um cenário multilíngüe e multicultural desafiador à gestão pública, particularmente ao contexto educacional, sobretudo no que concerne ao ensino do português brasileiro. Uma realidade para a Escola Classe Morro da Cruz.



A Escola Classe Morro da Cruz é composta por discentes oriundos das classes média e baixa, cujas famílias são constituídas por pais trabalhadores que, de um modo geral, se preocupam com a educação dos filhos, porém há alguns casos pontuais onde há necessidade da intervenção, visando promover o desenvolvimento escolar do estudante em situação de queixa escolar.

No que se refere ao lazer e à cultura, os estudantes possuem poucos espaços de lazer nas comunidades as quais pertencem, participando de festas de rua como junina, festas religiosas ou eventos promovidos pela escola.

A maioria dos estudantes mantém vínculo positivo com o ambiente escolar e as famílias geralmente são colaborativas com o trabalho pedagógico e juntos criamos diariamente um ambiente propício à aprendizagem.

Com a intenção de fomentar a participação ativa da comunidade que atendemos, a escola realiza eventos, como festa junina, culturais, passeios, teatro, circo, dentre outros e conta com a participação dos pais/responsáveis, estudantes e toda a comunidade escolar para que a interação entre a escola e comunidade escolar aconteça efetivamente em seu cotidiano.

Desde a inauguração, a escola conta com excelentes profissionais que desenvolvem um serviço público de excelência, com foco no desenvolvimento das capacidades globais do estudante e na formação do cidadão para viver e conviver com a complexidade do mundo moderno.

A Escola Classe Morro da Cruz é um ambiente no qual os profissionais da educação buscam sua formação de forma continuada e sistêmica, por meio de diferentes saberes, trocas e relações de mediação, visto que esta unidade escolar está começando a construir sua história e a troca de saberes entre os profissionais que ali se encontram se faz necessário nessa construção.

A Escola Classe Morro da Cruz conta com profissionais capacitados e dispostos a se envolverem no processo de ensino e de aprendizagem com ênfase na inclusão e na transformação de todos os estudantes. Os professores são profissionais que desempenham a função de mediar o saber de forma inclusiva e transformadora, utilizando-se de estratégias diversificadas para ofertar o ensino de forma significativa e acessível a todos os estudantes, independente da necessidade educacional e do contexto socioeconômico em que se encontram, visando garantir a aprendizagem justa, de forma democrática, igualitária e respeitando a diversidade cultural.

Atualmente, o corpo docente da Escola Classe Morro da Cruz é composto por professores regentes, 23 (vinte e três) professores, sendo 20 (vinte) professores de Atividades e têm formação acadêmica superior em pedagogia, e 03 (três) professores atuam como intérpretes nas classes bilíngues mediadas, e têm formação acadêmica em Letras/Língua Espanhola. E ainda, desses profissionais que atuam na escola, 03 (três) têm formação/habilitação em Língua Portuguesa, 01 (um) professor com formação/habilitação em Matemática, 01 (um) professor com formação/bacharelado em Administração.

Os professores recebem as atualizações dos conhecimentos pedagógicos proporcionadas pela Coordenação Pedagógica com boa receptividade, principalmente no que tange à educação no/do campo, ao Currículo em Movimento, aos Ciclos dentro da Educação Básica, aos processos avaliativos e à elaboração de relatórios descritivos, entre outros conhecimentos, com o objetivo de promover o sucesso escolar do estudante. Além dos auxílios ofertados pela coordenação e gestão, os professores estão sempre em busca de novos conhecimentos, realizando cursos ofertados pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, pelo Ministério da Educação, por outras entidades públicas e privadas.

Dessa forma, a Escola Classe Morro da Cruz, adota como base norteadora para a gestão de seu trabalho, políticas e projetos que visam à formação integral humana, articulada ao ambiente social de todos os envolvidos em educação e daqueles beneficiados por ela. O caráter organizacional e institucional centra-se nos seguintes fins e propósitos: aprendizagem, formação e transformação.

A instituição começa a escrever sua história, juntamente com os profissionais que aqui se encontram. Mesmo diante de todos os obstáculos encontrados, a escola está em busca de construir uma história de transformação tanto nos profissionais que ali atuam, quanto à formação e desenvolvimento dos estudantes.

Estão sendo atendidos pela Escola Classe Morro da Cruz 241 (duzentos e quarenta um) estudantes, na faixa etária de 4 a 17 anos. Os estudantes são oriundos da comunidade do Núcleo Rural Morro da Cruz, Zumbi dos Palmares e Núcleo Rural Capão Comprido. A Escola Classe Morro da Cruz oferta 17 classes comuns, divididas nos turnos matutino e vespertino e 3 classes bilíngues mediadas no turno matutino que atendem aos estudantes indígenas Warao. Essas turmas estão distribuídas da seguinte forma:

Turmas na Escola Classe Morro da Cruz

Educação Infantil			Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
1º período	2º período	2º período - Classe Bilingue Mediada – Warao	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	2º ano - Classe Bilingue Mediada – Warao
04	04	01	04	02	01	01	01	02

Fonte: Escola Classe Morro da Cruz - Secretaria Escolar/Abril 2024 (I-educar)

Alunos atendidos/matriculados

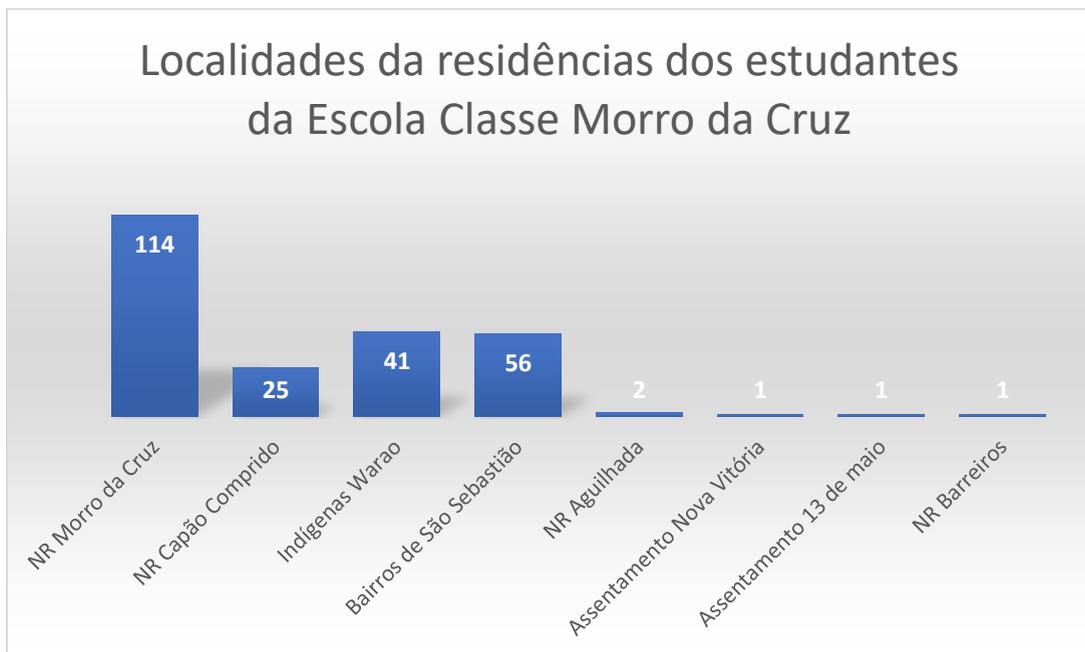
ABRIL 2024	Alunos Matriculados
1º Período – A, B, C e D	48
2º Período – A, B, C e D	48
1º Anos – A, B, C e D	48
2º Anos – A e B	20
3º Anos – A	12
4º Anos – A	12
5º Anos – A	12
2º período – Classe Bilingue Mediada Warao	12
2º anos – Classes Bilingues Mediadas Warao	29
TOTAL DE ESTUDANTES	241

Fonte: Escola Classe Morro da Cruz - Secretaria Escolar/Abril 2024 (I-educar)

Temos 241 (duzentos quarenta e um) estudantes matriculados na Escola Classe Morro da Cruz, sendo que **185 (cento e oitenta cinco) estudantes são provenientes dos espaços/áreas rurais** desta Região Administrativa, 56 (cinquenta e seis) estudantes de áreas consideradas urbanas.

A Escola Classe Morro da Cruz atende um total de 241 (duzentos quarenta e um) estudantes oriundos de várias regiões, núcleos rurais, comunidades e assentamentos, divididos em diferentes localidades. São elas:

1. Núcleo Rural Morro da Cruz - 114
2. Núcleo Rural Capão Comprido - 25
- 2.1. Estudantes Indígenas Warao: 41
3. Bairros de São Sebastião - 56
4. Núcleo Rural da Aguilhada – 02
5. Assentamento Nova Vitória – 01
6. Assentamento 13 de maio – 01
7. Núcleo Rural Barreiros - 01



Fonte: Escola Classe Morro da Cruz - Secretaria Escolar/Abril 2024 (I-educar)

Quanto ao perfil dos estudantes da Escola Classe Morro da Cruz, eles têm idade entre 4 a 17 anos. Residem, em sua maioria, nas proximidades da escola, em contrapartida há um pequeno quantitativo que reside em outros bairros e os responsáveis fazem uso de transporte particular ou do transporte escolar locado. No entanto, a escola está em uma área que o transporte público ainda é muito precário, e a distância da escola até a residência está em uma distância inferior a 2,0 km, ou pouco menos, o que retira do estudante o direito

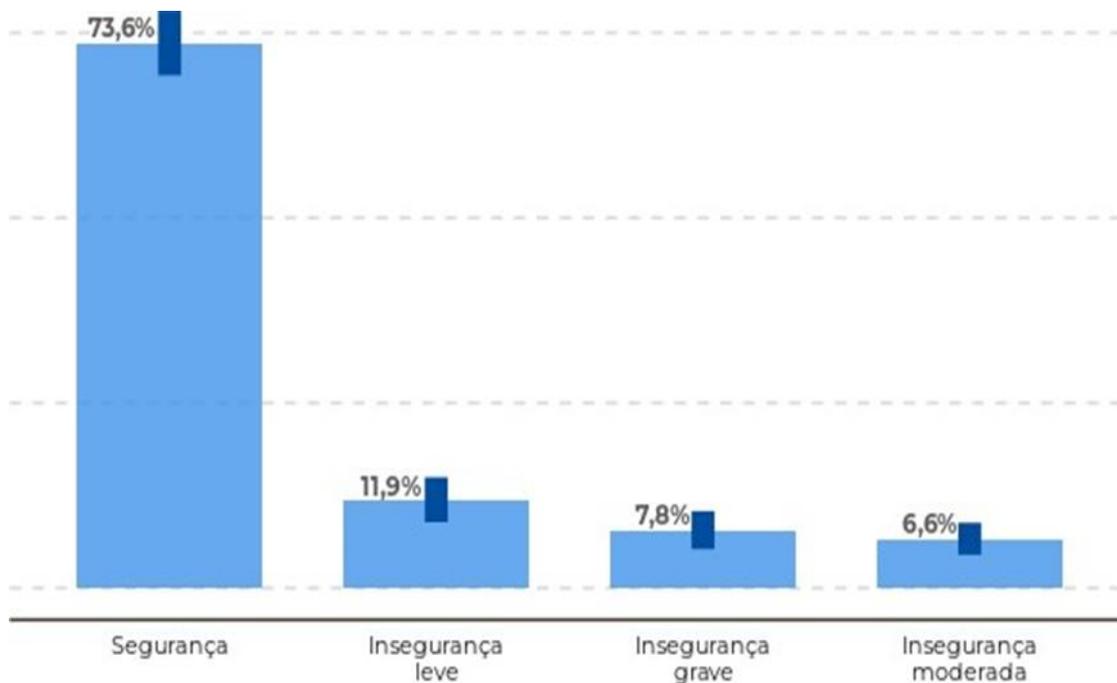
ao transporte escolar. O transporte escolar oferece aos alunos além dos benefícios da locomoção que propicia a garantia da frequência e a proteção contra aos riscos da locomoção em áreas da periferia ou zona rural, mas também permite aos pais/responsáveis a oportunidade de seguir uma rotina de trabalho menos estressante, sabendo que os seus filhos estão em segurança e se movem dentro de suas previsões e planejamento diário.

A Escola Classe Morro da Cruz é composta por discentes oriundos de famílias em vulnerabilidade social, constituídas por pais/responsáveis trabalhadores que, de um modo geral, se preocupam com a educação dos filhos, porém há alguns casos pontuais onde há necessidade da intervenção da escola, visando promover o desenvolvimento escolar do estudante em situação de queixa escolar e, alguns casos, sim em razão da falha de acompanhamento dos pais/responsáveis na vida escolar do próprio filho.

No que se refere ao lazer e à cultura, os estudantes da Escola Classe Morro da Cruz possuem poucos espaços de lazer nas comunidades as quais pertencem, participando de festas temáticas de rua como festa junina ou julina, festas religiosas ou eventos promovidos pela escola, ou outras instituições como igreja, ong's etc. Os indivíduos em idade escolar dessas regiões se divertem pelas ruas vicinais, campos improvisados, ou dentro de suas casas com os videogames ou jogos virtuais quando contam com o serviço de internet. Em sua maioria são famílias que vivenciam a vulnerabilidade social e não dispõem de recursos para participar de momentos de lazer e cultura.

A despeito da vulnerabilidade social constatada nessas regiões e da pesquisa do PDAD 2021 que reforça essas impressões, recordamos que alguns dados refletem o contexto de pandemia da Covid-19 naquele momento; entretanto, em conversa com a equipe docente, os estudantes revelam que geralmente contam com o mínimo de três refeições diárias, como no exemplo do gráfico abaixo sobre o Núcleo Rural Morro da Cruz; o cuscuz no café da manhã é o alimento mais frequente, e exerce um papel de uma marca cultural, muito em razão da origem das famílias dos estudantes. Não ignoramos que o lanche e as outras refeições são o cardápio principal de alguns estudantes e uma das poucas oportunidades de uma alimentação saudável para outros.

E em razão disso a Escola Classe Morro da Cruz oferece 02 (duas) refeições diárias para seus estudantes, sendo o lanche da manhã e o almoço. O almoço é uma refeição completa, oferecendo alimentos que suprem as necessidades nutricionais dos estudantes na faixa etária que a escola atende.



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Distribuição dos domicílios por situação de segurança alimentar nos últimos 3 meses, Morro da Cruz, PDAD 2021

A maioria dos estudantes mantém vínculo positivo com o ambiente escolar e as famílias geralmente são colaborativas com o trabalho pedagógico e juntos criamos diariamente um ambiente propício à aprendizagem e o desenvolvimento do estudante.

A Escola Classe Morro da Cruz também é composta de discentes de origem migratória de várias regiões e etnias, como haitianos, venezuelanos e, prioritariamente, os estudantes venezuelanos indígenas da comunidade Warao, que iniciou-se através de determinação de procedimentos instados no Processo SEI 00080-00184615/2022-13. Mas também atendemos os indígenas da comunidade Aticum, provenientes do Estado da Bahia.

E para explanar mais a realidade da Escola Classe Morro da Cruz, traremos um pouco da história dos venezuelanos indígenas da comunidade Warao, que se inicia em 2021, com a Caritas Arquidiocesana de Brasília recebendo-os, oferecendo acolhimento, viabilizando junto com Governo do Distrito Federal assistência em programas sociais, de

saúde e educação para todos. As crianças foram matriculadas na rede pública de ensino, em escolas de São Sebastião. No entanto, em 2021 e 2022, houve grande evasão dos estudantes Warao nas escolas.

Em 2023, com a criação da Escola Classe Morro da Cruz, a Secretaria de Educação do Distrito Federal implantou o “Projeto de atendimento à comunidade Warao”, através do Processo SEI 00080-00184615/2022-13, para atendimento de 36 (trinta e seis) estudantes na faixa etária de 4 a 17 anos. Inicialmente o atendimento aos estudantes se deu em apenas uma turma, no entanto diante de um olhar mais próximo e das especificidades de cada faixa etária, implantou o atendimento em 03 (três) turmas. E cada turma com um professor de atividades e outro professor intérprete (Língua Espanhola). Os estudantes têm aula na Língua Portuguesa, na Língua Espanhola e também dos “aspectos culturais da etnia em Warao”, pois os professores têm dedicados em pesquisar sobre a língua materna da Comunidade Warao. A escola também atende estudantes imigrantes venezuelanos não indígenas e haitianos. Dessa forma estreita a distância entre a teoria e a prática no cumprimento dos preceitos legais e das orientações curriculares desta secretaria de educação, e nesta oportunidade de recepção dos estudantes indígenas Warao cumpre a sua vocação enquanto escola através da prática pedagógica atenta a lei 9.394/96 em seus projetos de leitura tanto no que trata da obrigatoriedade do ensino da cultura e da literatura indígena, e da lei 11.645/2008.

Muito em razão do diálogo intercultural do contato direto entre o aluno da etnia indígena e o aluno não indígena, esse contraponto é essencial para a compreensão de quem somos, pois quando olhamos para o outro, estamos reconhecendo o que temos de comum e de diferente e transitamos pelo reconhecimento de nossas singularidades dentro da total heterogeneidade de grupos, sobretudo entre os pares. No final desta troca individual ou coletiva, diálogos coletivos ou da leitura solitária, sobressairá a ideia de que todos nós pertencemos a uma mesma teia universal. Por meio da leitura e do compartilhamento aos poucos acessamos o vasto conhecimento da cultura criada por grupos indígenas e outros.

1.2.1. História de nossos estudantes: Somos Warao, os primeiros!



Foto Prof. Marino Sérgio Rodrigues

Warao é o nome de um povo originário habitantes da região nordeste da Venezuela do complexo conjunto de rios e da biodiversidade que constitui o Delta do Orinoco, onde sempre habitaram desde tempos remotos. Um passado complexo que de pouco em pouco se revela como as camadas sedimentares dos rios do delta que confrontam suposições etnográficas de uma cultura tradicional inalterado por milhares de anos, as afirmações linguísticas e arqueológicas sobre processos migratórios, famílias linguísticas e graus de parentescos, de acordo com o antropólogo Johannes Wilbert; de modo a desvendar páginas de uma história perdida no tempo e compor os contornos reais de uma cultura autêntica.

Acredita-se que os Warao são o grupo humano originário mais antigo da Venezuela, e a sua existência remonta os 9 mil anos no mesmo território. O último censo Warao oficial realizado pelo Ministério dos Povos Indígenas Venezuelano em 2011 apontou um número estimado de 48 771 indígenas dessa etnia distribuídas pela macrorregião descrita acima. Acredita-se que a sua população, ultimamente, não ultrapasse os 25.000 habitantes distribuídos em diferentes cidades e regiões venezuelanas.

Até onde as pegadas da história permitiu chegar, eles buscaram proteção dos rios caudalosos e em seu sentido de vida coletivo, mantendo-se reunidos em subgrupos conforme as suas práticas culturais e de subsistência, desde o período pré-hispânico, de acordo com estudos que sustentam evidências da presença dos Warao divididos em quatro

subgrupos em áreas específicas do delta: a noroeste, ficavam aqueles que praticavam o extrativismo do buriti, a pesca e fabricavam canoas; a nordeste, nas áreas de mangues e pântanos, viviam os coletores e pescadores; a sudoeste, aqueles que, além do extrativismo do buriti, cultivavam mandioca e milho; a sudeste, os que viviam da caça e da pesca. Seu nome significa “povo das canoas/gente das canoas.

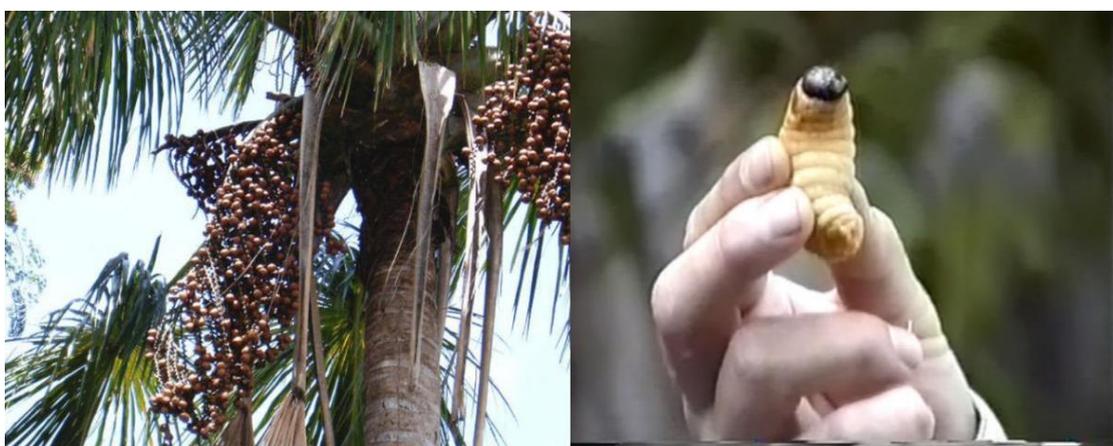


O povo Wayúu e o povo Warao são, respectivamente, os dois maiores grupos étnicos da Venezuela indígena; e os Warao representa 10% da população Wayúu, o grupo predominante. Os outros grupos de etnias kariña, Pemón, Wayúu e outros que se

adaptaram as planícies alagadas são conhecidos também pela referência “Pueblo de las aguas” (povos das águas). Contudo apenas os Warao recebem um especificador como referência a seu ofício na construção de wajibakas (canoas) e as suas habilidades de navegação.

Os Warao chamaram a existência todas as pequenas e as grandes coisas de sua região que só existem naquele bioma e, inclusive, o gigante senhor daquelas terras foi nomeado por eles; o nome do rio derivou da palavra na língua Warao wirinoko, em que wiri significa onde remamos e noko, lugar. Um outro exemplo é o nome amacauro que metaforicamente se refere a beleza natural da região onde vivem: tecido de águas.

Na composição de sua identidade, a língua e o conjunto de saberes tradicionais e ancestrais formam parte de seus pertences no mundo que resistem ao tempo, e tudo que se referir a seu acervo cultural aparecerá acompanhado de um especificador, posicionado como um prefixo ou como um adjetivo, a denominação ‘warao’. Por isso é muito comum entre eles essa distinção: povo warao, língua warao, canto warao, dança warao, warao aidamo etc. Salvo a ideia predominante de um sentido de vida coletivo comum a todas às etnias indígenas, trata-se de um povo dono de costumes, modo de viver e cultura distinta de tudo aquilo que conhecemos. Haja vista evidências de estudos etnógrafos e relatórios linguísticos (Campbell 1997; Seifart e Hammarstrom 2017: 264) que sustentam que essa língua homônima pertence a um tronco linguístico isolado; o vocabulário distinto da língua e a ordem das palavras - objeto / sujeito / verbo - contrasta com as outras línguas da região.



A dieta dos Warao, desde suas origens até hoje, foi e continua sendo baseada em peixes, carnes de caça, caranguejos, mandioca, inhame, banana-da-terra, farinha de trigo, frutos e milho. Contudo, existe uma árvore vinculada a cultura e a seus fazeres mais

rotineiros que abarca desde a ancestralidade até os nossos dias, da alimentação, roupas e produtos de sua sobrevivência etc. O Moriche ou ojidu é a base da alimentação e está para o Warao assim como o maná está para o israelita, segundo a antropóloga Marluse Rosa. O buriti é de fato a árvore da vida para eles, e dele se pode extrair o suficiente para sobreviver, como o pão (ojidu aru), o vinho, larva de buriti (gusano, "ojidu mo"), frutas etc, além de outras coisas necessárias para a vida, além dos mencionados anteriormente, a própria canoa e os utensílios. É uma planta tão importante que influencia na distribuição demográfica dos Waraos.

Tão importante quanto a sua língua, os Waraos possuem crenças profundas em tudo que está além da palavra, do visível ou daquilo que está ao alcance de nossos sentidos; tudo conflui para os aspectos sinestésicos, próprios dos elementos de ordem religiosa que ocupam espaço permanente em sua existência. E isso está evidente em suas vestimentas que embora sofra transformações graduais devido ao contato com a população crioula (não-indígena) em seu país de origem ou em território estrangeiro, conserva um caráter mágico-religioso para eles; vemos isso também nos adereços da mulher Warao que o vê como algo do sagrado. Os inúmeros colares as protegerão contra doenças e infortúnios. Aqui cabe algumas considerações já debatidas sobre o tema para a melhor compreensão deste fenômeno; aqui usamos alguns adjetivos, nomes que aludem a um mundo espiritual para se referir a religião desse povo. Lembramos que o termo 'religião' é um conceito aberto e podemos falar de filosofia da religião, sociologia da religião _agregamos a informação de que a cultura eurocentrista adotada estigmatizará as religiões politeístas, talvez pelo próprio fato de ontologizarmos 'deus' dentro das ideias concebidas sobre Deus, e que segundo aponta uma linha de raciocínio de estudiosos da própria tradição judaico-cristã; nossas ideias sobre Deus são construções particulares, as vezes peculiares que pouco tem a ver com Deus, e são muitas vezes fruto de uma interpretação equivocada dos livros canônicos e que, portanto, Deus não tem nada a ver com isso _, Psicologia da religião entre outras coisas relacionadas ao tema. De que religião estamos falando aqui quando nos referimos a cultura warao? Na classificação oficial encontramos com frequência a referência as cinco religiões predominantes: islamismo, budismo _uma linha de pensadores sobre o assunto, afirmam que o budismo não é religião porque não tem Deus_, judaísmo, hinduísmo, cristianismo, e com uma correção mais recente que deixava as religiões dos povos originários e de matriz africana de fora, lhes confere o status de religião, ou seja, todo um universo estava de fora. Atualmente, há um

senso entre os mais abertos a discutir o tema que sinalizaria para uma definição mais completa encontrada no livro “Religião e Luta de Classes” do venezuelano Otto Maduro _ parece uma blasfêmia citar esse sobrenome para refletir sobre, mas o nome pouco tem a ver com a figura do presidente da Venezuela, mas sim por se tratar de um sobrenome bastante comum no país.

Voltando a debruçar sobre o fenômeno religioso na cosmovisão Warao já mencionada, para Wilbert (1993), Kanobo é o nome Warao para referir-se aos principais “deuses” ancestrais e poderá aparecer traduzido, erroneamente, e restritamente para personagens masculinos, uma vez que a deusa central desse panteão também era uma Kanobo. E os Warao caracterizam seu habitat como uma floresta governada por um ancestral chamado Dauarani, a “Mãe da Floresta”. Os etnógrafos a caracterizam como “O Deus da floresta”, que assume a forma de uma serpente gigante. Nisso o panteão Warao coincide com a de outros povos indígenas amazônicos, pois histórias sobre serpentes com poderes mágicos/religiosos faz parte das histórias orais das sociedades indígenas recentes da Amazônia oriental, Orinoco e Guianas, como aponta acertadamente a ACNUR (Agência da ONU Para Refugiados) no material intitulado Contribuições da Antropologia Para a Proteção de Indígenas Refugiados e Migrantes.

Quando se trata de contato com o mundo espiritual ou da intimidade com os seres celestiais, há três especialistas que por ali transitam com a licença de seus 27 deuses, e muito em razão disso conservam o prestígio nas comunidades: os wisidatu (xamãs, guia espiritual da comunidade), os joarotu (médico/curandeiro) e os bajanarotu (bruxo/mágico). Eles controlam as forças sobrenaturais que causam doenças nos janokos (ja = rede e noko = lugar) de cada grupo familiar e nas janokoidas (grande casa) de cada comunidade. A cosmovisão Warao estabelece que existem duas forças que regem a realidade, o Hebu, associado ao vento, fumaça, e o Kanobo que tem a ver com as pedras do rio, as grandes forças indomáveis da natureza; e não por coincidência tudo se conecta com elementos da natureza dos arredores das comunidades originárias Warao, pois todas essas figuras possuem uma origem, atuam junto com o mundo natural e em consonância com as forças da natureza nas pessoas e em seu entorno.

Ainda sobre o religioso, há muitos símbolos das coisas de ordem religiosa na cultura Warao onde o sincretismo não suplantou o que coexiste de original na cultura; um exemplo disso está na maneira como lidam com a morte, e que está colocada em dois critérios: como fato natural, se ocorrer após a longa existência; ou como a intervenção de espíritos que

prejudicam as pessoas. Geralmente, o cadáver é colocado dentro da urna mortuário envolta em sua rede, e levado para um local fora de sua comunidade e, quase sempre, do outro lado do rio em uma pequena casinha sob estacas de dois metros e meio de altura (2,5m) sobre o curso do rio, a beira das águas do rio como uma maquete das casa de palafitas; após o período aproximado de dois anos, se remove os ossos do velho caixão e os coloca nas urnas/gavetas mortuárias. Atualmente, adota-se os mesmos costumes do local onde estiverem. Com os primeiros anos de recepção de migrantes e/ou refugiado, o poder público do país têm amadurecido as discussões no sentido de se viabilizar as práticas que respeitem os ritos funerários, os cuidados destinados aos mortos e às formas como outras etnias vivenciam o luto (desde o embalsamamento do corpo, caixão, velório e sepultamento); no caso Warao há especificidades que torna inviável esse atendimento pelo nível de complexidade e a incompatibilidade com sociedades urbanas.

É diante de toda essa heterogeneidade que a secretarias de educação dos estados discutem neste momento e de forma coletiva as adequações dos currículos e dos planos de ensino; nossa escola se encontra neste percurso e frequentemente discutimos os aspectos históricos, sociais, culturais, ambientais, linguísticos e outros elementos inéditos da cultura Warao, tão diferente da nossa realidade. E quando se fala em luto, tratamos o tema com sensibilidade, pois as perdas de familiares são comuns nas comunidades, e a maior parte dos alunos Warao do EC. Morro da Cruz, provavelmente, já perderam um irmão, ou um parente por motivo de doença.

1.2.2. Comunidade Warao no Brasil

As ondas migratórias são um desafio complexo e em todos os continentes. Não é diferente na América do Sul, sobretudo com a chegada dos Warao; suas narrativas se acercam muito dos contornos de uma diáspora, pois eles são indígenas em contexto urbano, migrantes refugiados que aumentaram significativamente ano após ano após um conjunto de ameaças a seus direitos mais básicos, a ponto de colocar em risco a sua existência em seu país de origem. Foram chegando ao Brasil a partir de 2014, após uma complexa trajetória histórica e social de um processo anterior de desterritorialização e de êxodo dentro de seu território entre regiões de florestas, pequenos e grandes rios nos estados de Monagas, Delta Amacuro.



No caso dos venezuelanos, os cidadãos não precisam de visto para entrar no Brasil. E desde 2019, há uma facilitação do processo para a condição de refugiado, porque o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) reconheceu a existência de violações de direitos humanos generalizada no país vizinho. E aqui os Warao são sujeitos de direito como indígenas e, a depender do status legal acionado, como refugiados e/ou como migrantes. Os direitos decorrentes da condição indígena estabelecem o respeito e a valorização dos costumes, tradições, formas de organização social e modos de vida preservados, garantindo autonomia.

E porque vieram? Por muitos motivos e aqui buscamos elencar aqueles que afetaram todas as comunidades. Desde o ano de 1965 com o fechamento do canal de 29 Mánamo e seus afluentes, que afetaria cerca de 22 mil pessoas diretamente; os índices catastróficos dos anos 90, em decorrência das contaminações das águas que traria uma grande crise de saúde nas comunidades em decorrência de cólera. É muito além disso. A epopeia Warao tem histórias de violências, cantos tristes e vozes de uma coletividade condensada em uma única frase repetida por todos aqueles que saem de lá e chegam aqui:

saímos de nossas casas para não morrer; de fome, da ganância do homem por recursos da terra, da falácia desenvolvimentista ('el cierre del caño Mánamo', existe um documentário com esse mesmo nome, cabe explicar que caño é um rio secundário que desemboca o desagua em outro principal), da rota do tráfico de drogas por território ancestral, contaminação da águas que nascem em outros territórios internacionais, como o brasileiro, chegando às partes baixa do Orinoco e se espalhando pelos canais do delta. As atividades industriais, e a da mineração a céu aberto geram uma grande quantidade de metais pesados na água. E ocupa lugar de impacto as ameaças das atividades petroleiras irrestritas nas áreas de preservação do delta e a expansão das plataformas nessas áreas. Em Pedernales, por exemplo, observa-se os frequentes vazamentos de petróleo, principalmente das infraestruturas abandonadas. De uma forma geral, a crise política, econômica e social é assoladora para todos os povos mais vulneráveis, mas para o Warao significa a parte final do ato de asfixia dos povos que já se desvencilhava há tempos das mãos da morte. Roubaram a água das criaturas do rio, o alimento do povo e, por fim, arrancaram-lhes o ar. Mas os Warao se negaram a aceitar a morte e preferiram o caminho sofrido da resistência.

Embora, num primeiro momento, apenas uma margem do rio fosse afetada, ou as vezes apenas um dos tantos rios menores, algumas comunidades se rearranjavam e se moviam dentro do território, mas passou-se o tempo... um dia, despertou-se Barranquilla, Morichito (Monagas), Winikina, etc, observou a imagem ao redor de si e as mudanças indesejadas; o povo Warao observava com tristeza que ainda tinham um teto, mas não tinha mais um lar e, portanto, não podia mais ficar. Toda a região foram impactada em algum nível, cada comunidade viu seus filhos, seus avôs e avós partirem de algum modo; Bamutanoko, Jebuwabanoko (España) y Kuberuna, Araguabisi, Bonoina, Nabasanuka y Araguaimujo, Aunaburu, Jeresabanoko, Koboina, Kokal, Kuarejoro, Macareo, Narunoko, San Francisco de Guayo, Volcán de Araguao y Vuelta Janeida (todos de Bajo Delta), Mariusa e Pedernales, todas as 23 30 comunidades Warao estão fragmentadas pelo Brasil e em outros cantos espalhados pela América Latina e territórios de outros vizinhos. E veio a crise, os governos antidemocráticos e por fim o embargo internacional.

Em São Sebastião estão as comunidades Morichito e Barranquilla, imigrantes da região dos "morichales" entre o estado de Monagas e Delta Amacuro. A crise em seu país de origem desencadeou uma série de impactos graduais e profundos em suas vidas; mudou para sempre a maneira como lidam consigo e com o outro. A adjetivação proposta para qualificar as consequências desse impacto estão além da palavra crise; primeiro afetou

suas expressões mais rotineiras em sua comunidade entre morichales (árvores de buriti) e tudo que se movia em torno do rio e seus afluentes da bacia do Delta Orinoco até a chegada ao mar. Um povo (El pueblo del água) disperso na América do Sul e que gradualmente perde sua identidade e o seu autoconhecimento (o orgulho de exercer o seu talento e cumprir um propósito); a cultura Warao está intimamente vinculada a palma do buriti, como vimos acima, e que não é uma espécie endêmica do Distrito Federal; e lá a árvore da vida se estendia de forma impressionável. A produção de artesanato, não era apenas adornos, mas tecidos e produtos que eram conhecidos por sua qualidade. A árvore que também se construía wajibaka (canoa) não experimenta o seu potencial, e conseqüentemente os rios não estão tão agitados; nem por seus remos tampouco por seus motores que transportavam pessoas, açai, artesanatos... para cumprir o ciclo de sobrevivência da comunidade e de seu entorno _ mal sabia esse povo que já estavam integrados a um ciclo de produção muito maior; o contato com o turismo ecológico e a aproximação natural de um mundo e as suas cidades que se expande e se movimenta todo o tempo é implacável com aquilo que é indiferente e não integra os princípios da globalização. As casinhas mortuárias já não abrigam todos os membros de uma família, e esses mortos já não escutam as entonações melódicas de seus parentes, seus bailes homenageando-os. *1 É porque as suas raízes estão enfraquecidas e superficiais, como o pé de buriti que cai na tempestade.

A Escola Classe Morro da Cruz realiza pelo 2º ano o atendimento a comunidade indígena e buscou estudar sobre origens, contexto histórico, língua religião, entre 1*1 Quando os Warao dançam batem forte os pés no chão “para que os mortos também escutem”; é a sua forma de interação com os elementos básicos da natureza e a sua mãe terra, e homenagear elementos físicos e metafísicos. 31 outras coisas. Extraímos diariamente conclusões de nossas leituras e fazemos reluzir em nossas experiências. Percebemos que diante da diversidade, o pensamento reincidente proveniente do senso comum não indígena incorre frequentemente em práticas as vezes inconsciente de tutela de povos migrantes, pois existe outras concepções e, conseqüentemente, divergências sobre diversos temas. E de fato as etnias indígenas possui outros conceitos de infância, modos de socialização própria entre as crianças, assim como outras concepções de saúde, de doença e de cuidado, ritos funerários e as formas como vivenciam o luto. As leis brasileiras a partir de 1989 reconhecem uma série de tratamentos sensíveis aos moradores das florestas que por diferentes motivos, conforme elencados acima, migraram para

*1 Quando os Waral dançam batem forte no chão “para que os mortos também escutem”; é a sua forma de interação com os elementos básicos da natureza e a sua mãe terra, e homenagear elementos físicos e metafísicos.

contextos urbanos. Portanto, o objetivo maior deles, e cabe a nós no papel de facilitadores dessas práticas, a promoção da autodeterminação dos povos. E toda vez que zelamos pelo cumprimento da oferta de educação multilíngue ou comunitária de modo a amenizar as barreiras de comunicação tão comum nestes ambientes, ou mesmo atuando nas orientações pela busca da atenção à saúde diferenciada estamos contribuindo para que o alcance de cada uma das etapas desse processo seja cumprido de maneira a atingir resultados sólidos a longo prazo. E por acreditar que é a diversidade que nos torna únicos, a educação acolhe as diferenças como fator de transformação social.

Aguardemos um outro dia, pois nos anima saber que o sol e a chuva sempre reafirmem um renovo para a vida; as sementes das árvores mais fortes renascem. E no caso dos indígenas da etnia Warao, nós acreditamos que a língua cumpre um papel de preservação e sobrevivência de um povo, como uma semente, e por isso, yaquera! celebramos a sobrevivência e incentivamos a continuidade das práticas de conversação e escrita como forma de valorização de seu idioma. Dentre as ações adotadas, esta escola se compromete com as práticas não-colonizadoras que ajudem a manter vivas suas manifestações culturais. Afinal, El Pueblo de las aguas permanecem vivos e o que mudou foi apenas o seu lugar de viver. É certo que lhes custará sobreviver longe do rio; realmente eles são como peixes fora d'água. Mas buscamos junto a eles as lentes para ver o mundo com um mar de possibilidades e de (re)significâncias para (sobre)viver nos espaços urbanos.

E este mapeamento institucional são ações com a finalidade de subsidiar a organização do trabalho pedagógico e o Plano de atuação dos profissionais que atuam nas turmas classes comuns e classes bilíngues mediadas, que contemple as características e necessidades manifestadas pelo contexto educacional.

Dessa forma, os pedagogos que aqui atuam, tem condições de conhecer melhor a instituição, sistematizar ações visando à reflexão e à ressignificação de concepções e práticas pedagógicas capazes de transformar o contexto escolar. As ações do mapeamento institucional estão voltadas para todo o ano letivo e envolvem: o conhecimento da história institucional, documentos norteadores, percepção dos profissionais acerca da instituição, organização e elaboração conjuntura do plano de ação da Escola Classe Morro da Cruz.

Equipe gestora

Diretora: Neli Delduca de Herédias

Vice diretora: Adenilsa Rodrigues Oliveira

Chefe de Secretaria: Kelly Cristina Lima de Souza

Supervisor Administrativo: Tiago Rocha Coelho

Supervisora Pedagógica: Adriana Dall Oglio

Coordenadora:

Betina Rodrigues Lima da Cunha

Comunidade Escolar:

Total de estudantes: 241

Total de estudantes com ENEEs: 05

Total de turmas de Classe comum: 17

Classe bilíngüe mediada - indígena Warao: 3

Professores efetivos: 08

Professores contratados: 15

Monitor: 01

Educador social voluntário: 02

Educador social voluntário Warao: 01

A Escola Classe Morro da Cruz, funciona provisoriamente nas instalações o Centro Interescolar de Línguas de São Sebastião, no Complexo Educacional Zumbi dos Palmares, Área Especial nº 1, Chácara 03, Núcleo Rural Capão Comprido, São Sebastião/DF CEP 71.699-901, possui 18 salas de aulas, três delas destinadas as classes bilíngüe mediadas de atendimento aos Indígenas Warao. Possui uma sala para a direção e secretaria, adaptada para atendimento ao público, uma sala destinada à coordenação, uma cozinha com depósito de alimentos.

Quanto aos recursos materiais, a Escola Classe Morro da Cruz dispõe de jogos didáticos, 02 computadores, sendo um para uso exclusivo da Secretaria, e o outro para uso das coordenadoras, dos professores e servidores; 01 notebook; 01 impressora jato de tinta; 02 impressoras tonner; 01 caixa de som; 01 televisão de tela plana, 01 retroprojeto; 01 tela branca de lona com tripé; 02 freezers; 01 fogão industrial; 01 balança digital.

1.3. Função social da escola

Procura-se nesta proposta atender aos anseios de toda a comunidade escolar e fazer com que a **função social da escola**, definidas pelo art. 205 da Constituição Federal (1988), outros instrumentos legais e os documentos de referência para a educação do Distrito Federal, seja princípio, meio e fim de nossas ações.

O escritor Victor Hugo falava da Existência de "uma coisa mais forte que todos os exércitos do mundo", e que aqui parafraseamos e apossamos de um significado próprio para a célebre frase, pois no momento de criação desta escola, reacende também a intenção de honrar a memória de todos aqueles que contribuíram para o (re)nascimento de novas escolas, este espaço aqui compreendido como instituição do estado e que em conjunto com a sociedade, cumprem seu compromisso um dia após outro.

Dessa forma, a função social da escola é desenvolver as habilidades e conhecimentos do e para os estudante, os quais serão úteis em sua vida pessoal quanto profissional, enfatizando valores éticos e morais, preparando-o para participar da sociedade de forma ativa e consciente.

1.4. Missão da escola

A missão da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal SEE-DF é “Proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes” (PPP Carlos Mota, p. 25)

Deste modo, em consonância com a missão da SEE-DF, a Escola Classe Morro da Cruz busca ser uma escola de referência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, reconhecida pela excelência acadêmica e pela formação integral dos estudantes, assegurando um ensino público de qualidade, garantindo o acesso e a permanência do estudante na escola e sua respectiva família, sempre trabalhando para a formação de cidadãos críticos, capazes de transformar a realidade, reconhecendo-se

membros da sociedade em que está inserido e se reconhecendo no outro, valorizando as culturas e respeitando as diferenças.

Por tanto a missão primeira da escola será proporcionar uma educação de qualidade, que desenvolva e possibilite a democratização dos saberes, sob uma perspectiva de inclusão de habilidades, competências e valores, ética, solidariedade e compromisso com a aprendizagem - preparando os estudantes para a vida em sociedade, considerando uma Educação para a diversidade, cidadania e em Direitos Humanos.

1.5. Princípios orientadores da prática educativa

Por meio das orientações do Currículo em Movimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2014), que rege a proposta curricular das escolas, no que tange às escolas do campo, procedemos coletivamente na construção do Inventário Social, Histórico e Cultural das Escolas do Campo – SEEDF (2014). Nesta oportunidade fica explicitado a importância do inventário, sua originalidade e a sua relevância, conforme já apontava as fundamentações teóricas de FREITAS (2010) que define o inventário como um caminho investigativo para conhecer a realidade local que cerca a escola do campo:

Realizar um conjunto de inventários sobre a realidade atual, com o objetivo de identificar as fontes educativas do meio. Como a vida não é a mesma em todo lugar, os inventários precisam ser elaborados por cada escola, convertendo-a, assim, “em uma pequena instituição que a pesquisa e produz conhecimento de caráter etnográfico sobre seu entorno, sua realidade atual, apropriando-se, portanto, de sua materialidade, da vida, da prática social”. (FREITAS, 2010, apud SEEDF, 2014, p. 49).

Partindo de uma prática reflexiva e das inspirações do corpo teórico e legal da Educação do Campo incorporamos no cotidiano curricular da escola os direcionamentos possíveis proporcionados desde a imersão da trajetória inicial de pesquisas de nosso território na construção do inventário social, histórico, cultural e ambiental revela-se não apenas o diagnóstico da realidade local realizado pela escola, mas o fazer que encontra

correspondência em Jean Paul Sartre sobre a permanente construção de nós mesmos como forma de vislumbrar a transformação social que a escola almeja.

As linhas identitárias e as aprendizagens obtidas no decorrer desse processo de construção foram incorporadas ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola para que as futuras ações e atitudes didático-pedagógicas sirvam de alicerce na construção/(re)significação da identidade da Escola Classe Morro da Cruz na perspectiva da Educação do Campo. O desejo do coletivo (educando e educadores) de (re)conhecer os saberes, os fazeres do campo no currículo, e os conteúdos curriculares interagindo com os saberes e os fazeres dos sujeitos camponeses na perspectiva da Educação do Campo nos motivam a seguir com as pesquisas e atualizações. E de fato, este documento torna-se um marco histórico que registra uma nova configuração de escola no campo. Uma representação da própria sociedade urbana, periférica e campesina e os deslocamentos diários. Essa percepção é extraída do próprio perfil dos estudantes que a conformam, e de seu grupo familiar quando se pensa por exemplo em suas residências e suas colocações profissionais; eles vivem, convivem e trabalham na própria região de zona rural ou nas cidades próximas, e dormem em sua residência no campo, aqui especificamente falamos no Núcleo Rural Morro da Cruz e Núcleo Rural Capão Comprido. Esses pequenos dados, a todo tempo nos nutrem de informações sobre rotina, costumes entre outras coisas. Desde a história dos primeiros moradores da comunidade e os seus aspectos sociais e culturais que constituíram a formação do Núcleo Rural até os hábitos atuais mais rotineiros são interessantes para o fortalecimento de nosso processo de formação, crescimento, autoconhecimento e solidificações potentes que guiam a educação no campo.

KLEIN (2013, p.35) traz um fala que corrobora com a proposta pedagógica por nós perseguida, enquanto escola do campo. Para ela “a luta por uma escola de qualidade no campo deve ser refletida por um projeto de educação que considere os sujeitos que habitam nesses espaços-tempos e suas especificidades. A autora ainda destaca que “[...] é momento de desconstruir o paradigma hegemônico que carrega a educação ofertada aos diversos sujeitos do campo”.

E nesse sentido, a Portaria 419/2018 SEEDF, de 21 de dezembro de 2018, em seu artigo 4º, Parágrafo 3º, expõe que “os aspectos pedagógicos e sociais, representados por meio do Inventário Social, Histórico e Cultural, têm primazia em relação aos aspectos relacionados ao planejamento territorial e urbano, representados por meio do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, prevalecendo a legislação pedagógica e educacional

sobre a legislação urbanística”, amparando assim a Escola Classe Morro da Cruz, requerer e permanecer com a educação do campo para atender sua comunidade local e também os estudantes indígenas Warao, e também os estudantes da etnia Aticum (BA).

A equipe docente esmera-se pela constância de construir em conjunto a tomada de consciência de que é necessário reconhecer e transformar territórios em lugares de aprender. São orientações bem traçadas historicamente pelo currículo da SEEDF que zela pelo objetivo das escolas em “buscar conhecer, intervir e alterar o território no sentido de torná-lo cada vez mais humanizado”. Nisto consiste a prática educativa que vai além da transmissão de conhecimentos e informações e busca compreender a escola como um espaço de ensino-aprendizagem da dimensão inspiradora da pedagogia da alternância e o compromisso com um projeto pedagógico nos moldes tracejados pelo currículo em Movimento que vislumbra a educação em uma dimensão integral, e aponta a necessidade de se “ampliar o tempo, o espaço e as oportunidades educacionais de modo que contemple os eixos transversais estruturantes ideais para que se cumpra os fazeres pedagógico indentitários da Educação no Campo.

Seguindo, em consonância com a Lei 9394/96 e as diretrizes emanadas da Constituição, a escola trabalha com os princípios da boa convivência entre a família e a escola, assegurando ao educando:

- A Educação básica como um direito inalienável do homem em qualquer idade e capacita-o a alcançar o exercício pleno da cidadania de forma a ser promovida não como justaposição de etapas fragmentadas, mas em perspectiva de continuidade articulada entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum são valorizados na prática pedagógica como norteadores que são a vida cidadã;
- A vivência do processo educativo tem como objetivo propiciar ao cidadão condições de responder positivamente às grandes necessidades contemporâneas de aprendizagem: aprender, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a empreender;
- A Educação que possibilita ao ser humano o desenvolvimento harmonioso em suas dimensões física, social, emocional, cultural e cognitiva nas relações individuais, civis e sociais;
- Uma educação que valorize seu território, espaço e conhecimentos prévios;

- Os valores estéticos, políticos e éticos, organizados sob as premissas básicas da sensibilidade, igualdade e identidade, essenciais à formação integral do educando, permeiam o trabalho na Escola Morro da Cruz;
- A flexibilidade teórico-metodológica, o reconhecimento e a aceitação do pluralismo de ideias constituem elementos essenciais na definição da política pedagógica adotada;
- O estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, de acordo com a Lei 10639/2003;
- A ação pedagógica enfatiza procedimentos capazes de favorecer a compreensão e o domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos em que se baseiam os processos produtivos da sociedade atual;
- A escola proporciona recursos e meios que atendam às necessidades educacionais de todos os estudantes, de modo a oportunizar o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem.
- A escola busca ofertar uma educação de qualidade, incentivando maior participação de todos, inclusive da família, no acompanhamento da vida escolar do estudante, promovendo ações que levam ao cumprimento de metas aqui estabelecidas.

1.6. Metas

O desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas, afetivas, coletivas e democráticas do educando se dá por meio da aprendizagem de saberes e modos de ação a fim de que se transformem em cidadãos ativos no meio em que vivem.

Neste sentido, a educação exerce papel fundamental, organizativo e formativo em qualquer sociedade, é uma "expressão cultural sempre presente na história da humanidade" e é por meio dos processos educativos e democráticos que se constroem objetivos em busca de conquistas. Para que isso possa acontecer a Constituição Federal Brasileira, em seu Artigo 206, inciso VI, trata da importância da "gestão democrática do ensino público", colocando como obrigatória em todo e qualquer órgão público de educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 ressalta e estabelece que

as escolas precisam ser organizadas e administradas nos princípios da Gestão Democrática (Brasil,1996). Dentre estas concepções podemos destacar que o processo de criação de um plano de gestão escolar deve considerar a compreensão das relações interpessoais da organização e de todas as funções desempenhadas por todos os membros que realizam suas tarefas incluindo colaboradores, docentes e gestores, entendendo essa instituição como um ambiente dinâmico e participativo.

Nesta perspectiva, permiti-se que os envolvidos tenham consciência de seu caminhar, interfiram nos limites, aproveitem as potencialidades e resolvam as dificuldades detectadas com melhor qualidade aberto para uma sociedade em constante mudança, contribuindo assim, para o desenvolvimento global do educando, sua identidade e autonomia baseada em valores e respeito.

Para que isso ocorra, é necessário ter um bom planejamento, realizando suas metas e objetivos com uma sistematização clara e definida tornando-se mais eficiente e eficaz. Com base nessas afirmações, este projeto tem por finalidade promover uma escola democrática e comprometida com o ensino aprendizagem, onde os envolvidos compreendam e assumam o seu papel como corresponsáveis no processo educativo, qualificando a educação dos educandos de forma integral, embasada em princípios e valores, primando pela inovação do ensino com caráter de emancipação humana intersubjetiva, com nova base para o mundo de avanços tecnológicos, nova estrutura organizacional na gestão escolar e gestores com novas aptidões cognitivo-atitudinais.

E nessa perspectiva as metas e ações estão voltadas para o fortalecimento de todas as dimensões favorecendo a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, de modo a promover um ambiente escolar propício para a aprendizagem desenvolvendo a autonomia, o respeito à diversidade social e cultural de todos os envolvidos no contexto escolar. Estas metas e ações foram planejadas para ocorrerem durante todo o ano, sem datas específicas de início e fim, conforme Calendário Escolar, recursos financeiros disponíveis e articulados junto a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	
Meta	Incentivar o hábito de leitura na escola e na família
Ações	Efetuar diagnóstico do gosto de leitura da família onde o educando está inserido; Estruturar a sala de leitura para os estudantes, proporcionando um espaço prazeroso e de bem estar para a leitura; Desenvolver o Projeto “Leitura viajante” em todas as turmas; Disponibilizar a Sacola da leitura familiar com livros e assuntos relacionados ao gosto literário que o aluno levará para casa; Buscar parcerias para ampliar a oferta literária; Nomear todas as turmas da escola com o nome de autor; Incentivar os estudantes a pesquisarem sobre o autor que nomeia sua turma.
Recursos	Humanos, Parcerias com outras instituições, acervo da biblioteca.
Monitoramento	Será semanal com a devolução do material e relatório escrito ou aplicação de um questionário.
Avaliação	Será bimestral feito junto a reunião de pais.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Garantir a realização de curso de formação continuada para os docentes.
Ações	Participar de curso de formação continuada promovidos pela EAPE; Buscar parcerias com outras entidades educacionais, que ofereçam de formação continuada de acordo com contexto educacional da escola; Aproveitar servidores/professores com disponibilidade e conhecimento para a própria formação na escola.
Recursos	Eape, Mec e outras entidades educacionais
Monitoramento	Será semestral, através de um feedback realizado nos momentos de coordenação pedagógica.

Avaliação	Será anual, sempre no final do ano letivo, utilizando dados levantados através desse feedback dos professores.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Ampliar a participação dos pais ou responsáveis, assumindo o papel de corresponsáveis no processo educativo.
Ações	Disponibilizar uma caixa de sugestões/reclamações/ elogios na entrada da escola; Efetuar reuniões de pais/responsáveis no início do ano letivo, e bimestrais e sempre que necessário; Proporcionar atividades culturais na escola, com a participação dos pais/responsáveis; Atender sempre que necessário os pais/responsáveis para que todos os envolvidos possam participar e tomar as melhores decisões em prol do educando.
Recursos	Recursos Humanos, materiais.
Monitoramento	Será semestral, verificando a caixa de sugestões disponibilizada na escola, e uma avaliação indicativa da satisfação da participação dos eventos proporcionados pela escola.
Avaliação	No final do ano letivo, usando todos os instrumentos utilizados no monitoramento, para auxiliar na produção de um relatório final.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Atualizar o PPP adequando-o às legislações vigentes e ao contexto escolar
Ações	Readequar o Plano Político Pedagógico em cada início de ano letivo e sempre que for necessário no decorrer do processo.
Recursos	Recursos humanos e Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
Monitoramento	No início do ano letivo, através de um Feedback para elencar itens faltantes ou que devem ser atualizados com todos os envolvidos no processo de construção do PPP, com registro em ata e relatório.

Avaliação	No início do ano letivo de forma participativa com toda comunidade escolar, mostrando dados coletados no feedback e relatório.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Promover alimentação saudável na escola
Ações	Construir a horta na escola, através do Projeto “ Nossa hora, nossa vida mais saudável! ”; Incentivar a alimentação saudável na escola e também no núcleo familiar; Incentivar o uso de elementos da natureza para a confecção de atividades.
Recursos	Recursos humanos, materiais
Monitoramento	bimestral através de feedback dos alunos e professores.
Avaliação	No final do ano letivo, através dos registros feitos do feedback.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Incentivar e fortalecer a leitura, a escrita e a pesquisa.
Ações	Promover visitas pedagógicas, viagens de estudos e pesquisa, através do Projeto “ Brasília, prazer em te conhecer! ”; Levar o estudante a ampliar seu conhecimento sobre Brasília; Confeccionar maquetes de Brasília para que os estudantes se reconheçam no espaço que pertencem;
Recurso	Recursos humanos, parcerias de instituições educacionais
Monitoramento	Bimestral, utilizando as reuniões pedagógicas, coordenações coletivas, para avaliar através de uma roda de conversa, registro em ata e em relatório da continuidade das ações e sugestões.
Avaliação	No final do ano letivo, utilizando os registros feitos em ata e no relatório.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	

Meta	Ampliar parcerias e buscar projetos voltados ao contexto educacional escolar agregando conhecimento.
Ações	Estar receptivo a projetos sociais das Instituições parceiras da região; Apoiar e dar suporte ao desenvolvimento de projetos escolares; Incentivar a criação de novos projetos a nível docente e interdisciplinar.
Recurso	Humanos, parcerias de instituições.
Monitoramento	Semestral, através de reunião da equipe administrativa, pedagógica e corpo docente, para discutir pontos positivos, negativos e sugestões.
Avaliação	No final do período letivo, através de parecer descritivo dos apontamentos apresentados na reunião.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Constituir uma sala de apoio pedagógico para os estudantes com dificuldade de aprendizagens; Implantar o Projeto “Laboratório interventivo: intervenção pedagógica na alfabetização e letramento”
Ações	Identificar e minimizar os impactos da pandemia através de atividades de reforço; Desenvolver projetos específicos para este segmento; Equipar o Laboratório Interventivo, através da compra de materiais didáticos-pedagógicos e áudio visuais; Adequar os materiais didáticos pedagógicos ao nível dos educandos; Ofertar oportunidades de apoio à aprendizagem para todos os estudantes que apresentem defasagem na aprendizagem.
Recurso	Recursos humanos, parcerias de instituições
Monitoramento	Reunir de forma mensal para acompanhar o desenvolvimento integral do educando, bem como as necessidades tanto do aluno como do professor.

Avaliação	Dar-se-á através de um parecer descritivo entregue pela professora em cada bimestre inseridos no sistema e do monitoramento.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Mediar a transição das crianças entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental Anos Iniciais, e entre esta etapa e o Ensino Fundamental Anos Finais.
Ações	Fazer visitas às novas turmas e/ou nova instituição de ensino; Após segundo trimestre adotar a metodologia de trabalho conforme serão inseridos; Respeitar o tempo pré-determinado para cada aula.
Recursos	Recursos humanos.
Monitoramento	Semestral, através de relatos e conversas sobre a nova etapa ou o novo contexto escolar.
Avaliação	Ao final do último bimestre de forma qualitativa.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Zelar pela frequência dos eestudantes
Ações	Manter cadastro de telefone sempre atualizado dos pais/resposáveis dos educandos; Realizar uma busca ativa dos estudantes infrequentes através da Orientação Educacional – OE; Informar às entidades/instituições competentes sobre os estudantes infrequentes, conforme exigências da legislação vigente.
Recurso	Recursos Humanos.
Monitoramento	Será mensal ou sempre que houver necessidade da busca ativa.
Avaliação	Bimestral durante os Conselhos de Classe.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Acompanhar e monitorar as ações previstas no Plano Distrital de Educação.

Ações	Rever as metas do PDE e fazer o seu acompanhamento para constatar o andamento das ações; Mediar junto ao poder público distrital para que o Plano Distrital de Educação seja cumprido na sua totalidade;
Recursos	Recursos humano, Secretaria Estadual de Educação
Monitoramento	Bimestralmente, ou nas paradas previstas no calendário escolar.
Avaliação	Será anual, sempre no final do ano letivo.
DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	
Meta	Apoiar e equipar os professores em suas práticas educativas
Ações	Compra de materiais necessários para realização das atividades contempladas no planejamento escolar; Oportunizar a participação dos profissionais da educação em simpósios, feiras, concursos e capacitações específicas por disciplinas.
Recurso	Recursos humanos, tecnológicos, parcerias de instituições, Recursos públicos.
Monitoramento	Dar-se-á por bimestre momentos previstos no calendário escolar ou sempre que for necessário, através de um Checklist e formulário de avaliação.
Avaliação	No final do ano letivo, usando os dados obtidos do monitoramento
DIMENSÃO FINANCEIRA	
Meta	Administrar de maneira democrática e eficaz todos os recursos financeiros recebidos pela unidade escolar
Ações	Discutir com o Conselho Escolar e corpo docente onde o recurso será aplicado; Fazer a prestação de contas com transparência e dentro do prazo determinado; Adquirir bens de acordo com as regras de destinação dos recursos; Manter toda documentação da escola atualizada em

	Instituições bancárias, MEC, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Receita Federal etc.
Recursos	Recursos humanos, tecnológicos, Conselho Escolar
Monitoramento	Será por semestre, ou sempre que for necessário, em assembleias, com ampla divulgação para a comunidade escolar, com registros em ata gerando relatório.
Avaliação	No final do período letivo, com a exposição da prestação de conta no mural da escola e usando os dados coletados no monitoramento para gerar o relatório final.
DIMENSÃO FINANCEIRA	
Meta	Promover a transparência dos recursos financeiros
Ações	Divulgar os resultados e prestar contas de toda captação de recursos financeiros; Efetuar os três orçamentos conforme rege a lei; Realizar reuniões com registro em atas com o corpo docente e Conselho Escolar.
Recursos	Recursos humanos, tecnológicos.
Monitoramento	Será por semestre, ou sempre que for necessário, em assembleias, com ampla divulgação para a comunidade escolar, com registros em atagerando relatório.
Avaliação	No final do período letivo, com a exposição da prestação de conta no mural da escola e usando os dados coletados no monitoramento paragerar o relatório final.
DIMENSÃO FÍSICA	
Meta	Melhorar a qualidade das salas de aula
Ações	Adquirir armários em quantidade suficientes para os professores; Verificar a necessidade da manutenção de quadros; Fazer pequenos reparos.

Recurso	Recursos humanos, Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.
Monitoramento	Será por semestre, ou sempre que for necessário, em assembleias com registros em ata.
Avaliação	No final do período letivo, com organização das ações que devem ser encaminhadas para o ano seguinte.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Promover manifestações artísticas e culturais para todos os educandos
Ações	Estruturar a sala de artes cênicas/música para atendimento dos estudantes através do Projeto “Arte em todo lugar” ; Participar de eventos culturais promovidos pela Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Realizar eventos na escola com a participação dos estudantes e professores; Promover gincanas educativas e interativas;
Recursos	Recursos humanos, materiais
Monitoramento	Semestral através de um feedback realizado com alunos e professores.
Avaliação	No final do ano letivo, através dos registros feitos do feedback.

1.7. Objetivos Institucionais

A Escola Classe Morro da Cruz, dentro dos princípios e fins da Educação Nacional, tem os seguintes objetivos gerais:

- A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em tempos posteriores.

A Escola Classe Morro da Cruz apresenta em sua Proposta Pedagogia vários objetivos que buscamos alcançar:

- Formar o educando de forma integral, estabelecendo vínculo afetivo e social capaz de contribuir positivamente para seu desenvolvimento;
- Propiciar recursos e meios que atendam as necessidades educacionais de todos os estudantes de modo a oportunizar o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem, de acordo com a lei nº 9.394/96;
- Desenvolver habilidades socioemocionais, como empatia, colaboração e resolução de conflitos;
- Promover a aprendizagem significativa, que valorize a curiosidade, a criatividade e a autonomia dos estudantes;
- Contribuir para a formação de cidadãos críticos e autônomos;
- proporcionar uma relação agradável entre escola e comunidade escolar;
- Valorizar o trabalho do professor dando-lhe incentivos para a continuidade de sua formação e aprimoramento do seu fazer pedagógico;
- Conscientizar o indivíduo a observar à ética e os valores sociais, bem como respeitar a si mesmo e ao outro;

- Proporcionar atendimento especial para que o estudante se desenvolva, dentro de seu ritmo de aprendizagem e expresse, dentro do possível, de sua potencialidade;
- Diminuir o número de estudantes evadidos e ou com idade de extorsão/série;
- Acolher e atender os estudantes da etnia Warão, por meio de turmas bilíngües mediadas com apoio de interprete;
- Atender estudantes não falantes da língua portuguesa.

Assim, a escola Classe Morro da Cruz busca oportunizar o desenvolvimento harmônico de um conjunto de habilidades que levem à aquisição de competências necessárias para viver como cidadão e como profissional numa sociedade em rápidas e constantes transformações.

1.8. Fundamentos teórico-metodológicos norteadores da prática educativa

A organização curricular da Escola Classe Morro da Cruz está pautada na segunda edição do Currículo em Movimento de 2018 onde consta os princípios teórico e as concepções pedagógicas da primeira edição os quais serviram de base para a formulação e organização curricular a ser seguida na escola. Nele consta as orientações para a formação para Educação Integral; Avaliação Formativa; Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico-Cultural; Currículo Integrado; Eixos Integradores (para os Anos Iniciais: Alfabetização, Letramentos e Ludicidade) e Eixos Transversais (Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade). Também primou-se pela manutenção da estrutura de objetivo de aprendizagem e conteúdo por entender que esses são elementos que corroboram os pressupostos teóricos assumidos enquanto fundamentos de currículo da SEE-DF (SEDF, 2018).

A Proposta Pedagógica da Escola Classe Morro da Cruz está pautada nos fundamentos ético-político, da solidariedade, da Justiça, da responsabilidade, da ética, no respeito mútuo, epistemológicos, didático-pedagógico, Temas transversais, competências e habilidades

- Ético-político: Pedagogia centrada na formação da pessoa solidária, sensível à época em que vive e preparada para ocupar seu lugar de cidadão na realidade social e política. Formação que é de qualidade, aberta à transcendência, capaz de responder aos desafios da vida, com preparação sólida, com capacidade crítica e aberta à realidade. Pautada neste princípio, a Escola Classe Morro da Cruz considera o fundamento ético – político como valor indispensável à formação do educando.
- Solidariedade: implica em partilhar de um sentimento de interdependência, de pertinência a uma comunidade de interesses e afetos – tomar para si questões comuns, responsabilizar-se pessoal e coletivamente por elas;
- Justiça: é a capacidade reflexiva de elaborar e analisar normas e regras e a necessidade de sua modificação ou manutenção em função do atendimento do princípio da justiça. Implica o posicionamento contrário às situações de injustiça, tanto na vida cotidiana como nos acontecimentos próximos e distantes no tempo e no espaço;
- Responsabilidade: é a habilidade de tomar conta de si mesmo e responder pelos seus atos em relação à sociedade e ao meio ambiente;
- Ética: refere-se à capacidade de refletir criticamente sobre o conjunto de princípios, crenças e regras que orientam o comportamento dos indivíduos de uma sociedade. A ética não tem um caráter normativo, e sim, a preocupação com a consistência e coerência entre os valores e as ações. Essas ações são pautadas por uma série de prescrições que as sociedades valorizam para orientar a conduta dos indivíduos;
- Respeito Mútuo: consiste em um estado de consciência que nasce da percepção, do valor das coisas e desenvolve atitudes pelo eu, pelo próximo e pelo meio ambiente. É o reconhecimento dos limites e das possibilidades pessoais imputadas a cada um;
- Epistemológicos: Esforça-se por oferecer aos seus estudantes o conhecimento progressivo de si mesmo, das próprias potencialidades e limites, na dimensão biológica, psicológica, social, espiritual e afetiva. Nesse processo, ajuda cada um a ser sujeito de sua própria educação e eficiente colaborador na educação dos outros.

Nós da Escola Classe Morro da Cruz, acreditamos que, através de uma convivência pacífica e agradável com a comunidade escolar, onde exista uma troca

de saberes e informações, a escola possa oferecer às crianças referências cognitivas e socioeducacionais que lhes permitam compreender o mundo que as rodeia e a comportarem-se como pessoas responsáveis e justas, capazes de formar e transformar o meio onde está inserido.

1.9. Organização curricular da unidade escolar

Acreditamos que nossa escola precisa ser um espaço aberto onde todos os sujeitos sejam estimulados ao exercício da escolha nas pequenas e nas grandes coisas de modo que aprendam a cultivar valores e a refletir sobre eles o tempo todo. Para manter este grau de proficiência proporcionamos aos nossos estudantes experiências novas por meio dos projetos, que se integram ao nosso dia a dia.

Nossa organização curricular, pautada na segunda edição do Currículo em Movimento se dá da seguinte forma:

1. Na Educação Infantil, as aprendizagens são organizadas em campos de experiências a saber, O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. De acordo com a BNCC, os campos de experiências “constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, p. 38).
2. No Ensino Fundamental – Anos Iniciais as disciplinas são organizadas em áreas do conhecimento, como Linguagens, Matemática, Ciências, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Optando sempre pela interdisciplinaridade.

Os recursos pedagógicos propostos no PP da escola estabelecem um direcionamento à atividade fim, o aprendizado e o conhecimento com habilidade e competência para obter o máximo de contribuição e participação da comunidade escolar, envolvendo-a na elaboração, na execução e na avaliação dos projetos que tem como características próprias a idade/ano, utilizando os recursos humanos,

materiais e espaços físicos, que estão disponíveis na escola levando em consideração as necessidades e aspirações da comunidade atendida, é um modo de ver e o fazer pedagógico da escola, desenvolvendo conteúdos significativos, garantido ao educando o sucesso escolar e assegurando uma formação integral e transformadora.

1.9.1. Organização escolar: regime, tempos e espaços

Os Ciclos representam outra forma de organização dos tempos e dos espaços escolares, pois consideram a lógica do processo, a utilização de uma pedagogia diferenciada, o trabalho coletivo e a avaliação formativa, visando promover a progressão dos estudantes sem prejuízo da qualidade. Na Escola Classe Morro da Cruz acreditamos que, quando se organiza a escola em Ciclos dar-se a oportunidade para garantir um tempo maior de aprendizagem do estudante e com isso amenizar a descontinuidade dos processos formativos atuais.

Esse modelo de organização política educacional busca ressignificar a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada permanente e o conselho de classe como instância de convergência de todas as avaliações praticadas na escola. Os ciclos estão assim organizados:

1º Ciclo é representado pelas turmas da Educação Infantil (4 e 5 anos);

2º Ciclo é distribuído em dois blocos:

- 1º - Bloco Inicial de Alfabetização (BIA): 1º, 2º e 3º anos;
- 2º - Bloco: 4º e 5º anos.

A Escola Classe Morro da Cruz acredita que a base para o estudante chegar aos anos finais e, em seguida, ao ensino médio é construída pela escola classe. Essa convicção reafirma a todos, diariamente, quão grande é a nossa missão e responsabilidade. Contudo, a Organização do Trabalho Pedagógico da escola vislumbra uma boa base para que os estudantes cheguem ao ensino médio com proficiência, por isso somos uma Rede de Ensino. O sucesso do educando só acontecerá se essa trama for iniciada na Educação Infantil perpassando pelos anos iniciais do Ensino Fundamental.

1.9.2. Relação Escola-Comunidade

Nos da Escola Classe Morro da Cruz acreditamos que para obter o máximo de contribuição e participação da comunidade escolar, teremos que envolver a todos na elaboração, na execução e na avaliação dos projetos que tem características próprias de acordo com idade/ano, para tanto a escola pretende utilizar os recursos humanos, materiais e espaços físicos, que estão disponíveis, levando em consideração as necessidades e aspirações da comunidade atendida.

Acreditamos que para uma maior integração dos pais/responsáveis/comunidade escolar no processo educativo dos filhos, é preciso trazê-los não só em reuniões de pais e mestres, mas sim em eventos específicos para a família e comunidade.

As Reuniões bimestrais são realizadas para a apresentação do trabalho desenvolvido no bimestre, juntamente com a descrição de avanços e dificuldades, por meio da entrega de atividades e do relatório descritivo do estudante. Outras reuniões poderão ser realizadas, caso se faça necessário, pois a parceria escola/família se dá também no repasse aos responsáveis do cotidiano do seu filho dentro da escola.

Ao reunimos com os pais, mães ou responsáveis para passar o regimento escolar e trabalhar com eles a importância de confiarem na escola e de transmitirem esse sentimento aos seus filhos. Em seguida, passamos aos hábitos de estudos, pois sem o devido acompanhamento dos estudos ministrados em sala o trabalho fica solto, sem continuidade. Desta forma, as reuniões são feitas com os docentes de cada seguimento e seus respectivos responsáveis, e eles são informados e orientados quanto as suas funções e responsabilidades enquanto pai/mãe/responsável e dentro da responsabilidade e maturidade de cada ano são desenvolvidas ações voltadas aos hábitos de estudo. E assim vamos fazendo uma escola integrada onde cada envolvido toma sua responsabilidade e as coloca em pratica para que o desenvolvimento integral almejado aconteça.

Vale ressaltar que os recursos pedagógicos expostos nesta proposta, estabelecem um direcionamento à atividade fim, ao aprendizado e o conhecimento, com habilidade e competência.

Desenvolver conteúdos significativos, garantir ao estudante o sucesso escolar e assegurar uma formação global, buscando estratégias para o desenvolvimento

integral da criança nos aspectos sociais, afetivos, cognitivos e psicomotor, em parceria com a família, comunidade é o fazer pedagógico desenvolvidos pela equipe da escola.

1.10. Organização e Estrutura Pedagógica

A escola está em processo de construção e todo o planejamento está voltado para efetivação dos pressupostos descritos no Currículo em Movimento, com propostas pedagógicas voltadas para:

- Valorização do processo educativo com vistas a desenvolver integralmente a criança nos seus aspectos afetivos, cognitivos e psicomotores com a parceria da família/comunidade, realizando: Reunião de pais, formaturas, palestras e projetos específicos;

- Trabalhar concretamente a alfabetização com vistas ao letramento, incentivando à leitura e à pesquisa através de projetos específicos, projetos interventivos, testes (diagnósticos), acompanhamento e encaminhamento aos serviços de apoio, se necessário, assim que possível.

- Compreensão da importância e necessidade do trabalho em equipe, desenvolvendo estudos coletivos sobre temas pertinentes ao trabalho pedagógico;

- Promoção da interdisciplinaridade e contextualização entre os conteúdos e anos de ensino, através da divulgação de trabalhos dos estudantes e dos profissionais da educação que atuam na escola.

Todas estas propostas são discutidas em conjunto com o corpo docente, de forma que todos opinem e participem da construção de ações que busquem preparar a criança para a aquisição de habilidades e competências, a fim de formar pessoas para o exercício pleno da cidadania.

2. Itinerários formativos

A presente proposta pedagógica tem como foco principal intermediar os processos de ensino e de aprendizagem dos estudantes por entender que a aprendizagem não se limita a normas e técnicas pré-estabelecidas, não tem como se definir uma estratégia única, sendo necessário utilizar as diversas metodologias que vão de encontro com às necessidades de todos os estudantes.

A base teórico-metodológica do currículo da SEE-DF está sustentada na Psicologia Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórico-Crítica. O homem é compreendido como um ser que aprende e se constrói em interação com o meio social e natural que o cerca.

Com o objetivo de colaborar com o desenvolvimento integral do educando, primamos pela qualidade da atuação pedagógica, levando em consideração: a experiência profissional da equipe, os princípios da Ética, a colaboração, a solidariedade, manifestações artísticas e culturais, liberdade de credo religioso, respeito às diferenças, a partir dos eixos transversais:

1. Educação para a Diversidade;
2. Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos;
3. Educação para a Sustentabilidade, presentes no Currículo em Movimento, que rege o nosso sistema educacional.

Desta forma, a educação deve ser referenciada pela formação integral, de modo que o processo formativo integre as diversas dimensões que formam o ser humano, por meio de um currículo integrado, pautado na integração das diferentes áreas do conhecimento e experiências, com vistas à compreensão crítica e reflexiva da realidade. Nesse sentido, tem como princípios:

- ✓ A unicidade entre teoria-prática;
- ✓ A interdisciplinaridade e contextualização;
- ✓ A flexibilização.

O desafio é a superação do currículo coleção usado no dia a dia para um currículo integrado com a diversificação de estratégias pedagógicas, o reforço da importância e do planejamento coletivo fazendo com que o aprender faça efetivamente sentido.

Quanto ao processo avaliativo, a SEE-DF compreende que a função formativa da avaliação é a mais adequada ao projeto de educação pública democrática e emancipatória.

A avaliação é voltada para as aprendizagens, sendo que sua finalidade maior consiste em auxiliar, ao invés de punir, expor ou humilhar os estudantes. Avalia-se para garantir algo e não apenas para coletar dados sem comprometimento com o processo; de modo que o compromisso é com o processo e não somente com o produto. Contudo, a avaliação formativa demanda acompanhamento sistemático do desempenho dos estudantes, sendo contínua, concomitante e permanentemente.

2.1. Avaliação dos Processos de Ensino e de Aprendizagem: concepções e práticas avaliativas: procedimentos, instrumentos e critérios de aprovação

Luckesi (1999) define a avaliação da aprendizagem com um ato amoroso no sentido de que a avaliação só deve ser um ato acolhedor e inclusivo, que integra, diferentemente do julgamento puro e simples, que não dá oportunidades, distingue apenas o certo do errado partindo de padrões predeterminados.

Partindo deste pressuposto avaliação é um elemento indissociável do processo educativo, que possibilita ao professor definir critérios para replanejar as suas atitudes e criar novas situações que gerem avanços na aprendizagem do educando. Acompanhar, orientar, regular e redirecionar o trabalho educativo são funções da avaliação.

Entendida como uma ferramenta a serviço da aprendizagem, a avaliação objetiva a melhoria das práticas educativas e torna-se essencial que atenda às três dimensões: ação-reflexão-ação.

A Escola Classe Morro da Cruz adotada como forma de avaliar a avaliação formativa e diagnóstica que identifica e conhece o que o estudante já aprendeu e o que ele ainda está por aprender. Esses modelos de avaliação permitem ao professor repensar as estratégias para que oportunize aos seus estudantes formas diferenciadas de ver, rever e compreender os conteúdos estudados.

Nas avaliações internas, o estudante será avaliado num processo contínuo, conforme a legislação vigente, respeitando-se o seu desenvolvimento integral e considerando o seu crescimento individual, suas necessidades e potencialidades. Deste

modo, serão considerados todo o seu desempenho cognitivo e pedagógico, sua assiduidade, criatividade, participação e socialização.

Os estudantes serão atendidos, conforme suas necessidades educacionais, contando com:

- a. Aproveitamento de estudos, numa avaliação contínua e acumulativa que prima pelos aspectos qualitativos ante os quantitativos;
- b. Avanço de estudos quando seu desenvolvimento pedagógico, sua estrutura cognitiva e afetiva indicarem as condições necessárias para seu progresso nos estudos e seu ajustamento em etapas mais adiantadas;
- c. Registro do desenvolvimento pedagógico dos estudantes, em relatórios descritivos bimestrais e semestrais.

3. Gestão Pedagógica e Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais

O termo competência está associado à estrutura resultante do desenvolvimento harmônico de um conjunto de habilidades e que caracteriza uma função específica. E a habilidade está voltada para o “saber fazer” algo específico. A qual estará sempre associado a uma ação física ou mental, indicadora da capacidade adquirida por alguém. Assim, identificar, relacionar, correlacionar, aplicar, analisar, avaliar, manipular com destreza são exemplos de habilidades. Para obter resultados efetivos nas aprendizagens essa duas dimensões devem caminhar juntas se complementando para alcançar dimensões superiores.

- I. A dimensão da **Gestão Participativa** refere-se à capacidade de mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal e as experiências de educação popular e cidadã, com propósito de que a educação seja assumida com responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.
- II. A dimensão da **Gestão de Pessoas** trata-se a ação de realizar avaliações periódicas institucionais, com vista a capacitar o corpo docente e demais segmentos, desenvolvendo atividades de valorização e respeito aos profissionais de educação e entre si.
- III. A **Gestão Pedagógica** refere-se à ação de valorizar o processo educativo com vistas a desenvolver integralmente a criança nos aspectos sociais, afetivos, cognitivos e psicomotor em parceria com a família/comunidade.
- IV. A **Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais** trata-se do ato de integrar os resultados como ponto de partida para novas ações, buscando sempre repensar, reelaborar ou dar continuidade às ações voltada para alcançar um ensino e aprendizagem eficaz. Refere-se também a atitude de comunicar com a comunidade escolar, por meio dos conselhos, as verbas destinadas à escola, buscando sempre atender as necessidades voltadas ao desenvolvimento pedagógico e social dos envolvidos no processo educacional.

- V. A **Gestão Administrativa** diz respeito ao ato de coordenar e planejar as atividades administrativas, remanejar recursos materiais e financeiros, zelar pela aplicação da legislação pertinente quanto às questões administrativas a uma instituição educacional.

3.1 . Organização do trabalho pedagógico da escola

A integração dos saberes científicos - teoria - e cotidiano – prática - é contemplada pela contextualização dos conteúdos curriculares nos quais os temas transversais são “os fios condutores”. A transversalidade abre espaço para que os conteúdos tenham real significado. Abrange, além de questões científicas, a inter-relação entre objetos do conhecimento e as questões da vida, superando a dicotomia entre ambas e promovendo a formação de valores. Os temas transversais: ética, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo, pluralidade cultural, trânsito, deve ser integrado nas diferentes áreas do conhecimento. Implica a necessidade de trabalho interdisciplinar, contínuo e sistematizado no decorrer de toda a educação infantil e do ensino fundamental. A organização do trabalho pedagógico da escola Classe Morro da Cruz partirá do princípio supracitado, buscando sempre se apoiar em estudos e pesquisas positivas para alcançar com sucesso as metas e objetivos traçados para o ano letivo.

3.2. Avaliação para as aprendizagens

A Escola Classe Morro da Cruz adotou como forma de avaliação, a formativa, que identifica e reconhece as potencialidades do estudante, e, quando necessário, faz mediações para avançar na aprendizagem, contribuindo para a continuidade do processo de ensino-aprendizagem.

Nas avaliações internas, o educando será avaliado num processo contínuo, conforme as Diretrizes de Avaliação Educacional, a qual respeita o desenvolvimento integral do estudante, considerando o crescimento individual, as necessidades e potencialidades. No processo avaliativo são observados todo o desempenho cognitivo, pedagógico, assiduidade, criatividade, participação e socialização.

Além das avaliações internas, acontecem outras formas de avaliações externas dentre elas está o SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica -que é definido como um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - realizar um diagnóstico da educação brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

O SAEB permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação ofertada aos estudantes. O resultado é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, monitoramento e o aprimoramento de política educacionais com base em evidências. A avaliação é aplicada a cada dois anos, e a Escola Classe Morro da Cruz como foi instituída neste ano, ainda não participou da avaliação, a qual será aplicado no segundo semestre de 2023 e, certamente a escola irá participar pela primeira vez.

3.3. Projetos institucionais

Consta em nossos planejamentos ações de suma importância que direcionam o trabalho pedagógico da Escola Classe Morro da Cruz, os projetos é um desses. Por meio deles, preparamos nossas ações voltadas a questões gerais que influenciam diretamente na construção dos conhecimentos.

3.3.1. Projeto “Leitura viajante”

Descrição do Projeto: O projeto visa incentivar e estimular o prazer e o interesse pelo mundo da leitura, levando os estudantes a perceberem as várias portas que se abrem quando se lê. Pretende também, desenvolver habilidades relacionadas à leitura, interpretação e produção de texto estimulando no educando o gosto pela leitura e escrita, ampliando o conhecimento linguístico e cultural, no intuito de proporcionar aos nossos estudantes uma visão crítica e contextualizada dos assuntos adquiridos dentro e fora da sala de aula.

O projeto será desenvolvido juntamente ao planejamento semanal, ou seja as atividades pertinentes a este deverão ser inseridas no planejamento das atividades cotidianas dos estudantes, conforme o cronograma. E serão realizados espaços/tempos de leitura fora da sala de aula abordando temas que farão parte do planejamento semanal.

Este projeto visa atender a Meta 5, do Plano Distrital de Educação – PDE, estratégia 5.10: “apoiar o pleno funcionamento das bibliotecas escolares, comunitárias e setoriais com fomentos, recursos humanos e recurso materiais, nos termos da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, assegurando-se, igualmente, a implementação do Eixo 1: democratização do Acesso, do Plano Nacional do Livro e da Leitura”, e estratégia 5.11: “apoiar a implementação, a manutenção e o pleno funcionamento de espaços de leitura de sala de aula, em todas as salas de aula de todas as etapas e modalidades de ensino”.

Público-alvo: Estudantes Educação Infantil e Ensino Fundamental 1º ao 5º ano e estudantes indígenas Warao. (ver em anexos)

3.3.2. Projeto “Laboratório interventivo: intervenção pedagógica na alfabetização e letramento”

Descrição do Projeto: É uma estratégia de trabalho em grupo, que atende os estudantes de 1º ao 5º ano, permitindo o avanço contínuo das aprendizagens durante todo o ano letivo. Os Reagrupamentos buscam materializar a diferenciação e individualização de práticas voltadas às necessidades dos estudantes, para não propiciar uma diferenciação de conhecimentos dividimos os níveis por cores e cada criança só sabe que pertence ao grupo de determinada cor.

O projeto será desenvolvido juntamente ao planejamento semanal, ou seja as atividades pertinentes a este deverão ser inseridas no planejamento das atividades cotidianas dos estudantes, conforme o cronograma.

Este projeto está em consonância com o Plano Distrital de Educação – PDE, Meta 5: “alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do terceiro ano do ensino fundamental”, através da Estratégia 5.6: “estimular as unidades escolares à criação de seus respectivos instrumentos de avaliação e

acompanhamento, considerando o sentido formativo da avaliação, implementando estratégias pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental”, e com a Estratégia 5.7: “garantir a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com estratégias metodológicas e produção de materiais didáticos específicos”.
Público-alvo: Estudantes de 1º ao 5º ano que necessitem de atendimentos pontuais para o desenvolvimento das aprendizagens, e também aos estudantes indígenas Warao. (ver em anexos)

3.3.3. Projeto “Arte por toda parte!”

Descrição do projeto: O projeto visa proporcionar aos estudantes momentos de convivência saudável, amigável, criativa e construtiva; pois através da arte a criança atribui sentido ao seu mundo, se apropria de conhecimentos que a ajudarão a agir sobre o meio em que se encontra. E tem por objetivo principal, compreender a arte como facilitadora do processo ensino e aprendizagem e como meio de melhorar os resultados de aproveitamento do rendimento escolar, a qualidade de vida dos estudantes e do meio em que vivem.

O projeto será desenvolvido juntamente ao planejamento semanal, ou seja as atividades pertinentes a este deverão ser inseridas no planejamento das atividades cotidianas dos estudantes, conforme o cronograma.

Neste projeto busca-se atingir as seguintes metas do Plano Distrital de Educação – PDE:

- **Meta 2, Estratégia 2.5:** “implementar o ensino de música e demais artes (plásticas, cênicas, dança) nas unidades escolares, garantindo espaços adequados e respeitando a relação entre formação do professor e o componente curricular em que atua”;
- **Meta 3, Estratégia 3.7:** “garantir e promover práticas culturais nas escolas, bem como ampliar a prática da cultura corporal de maneira integrada ao currículo”.

Público-alvo: Estudantes Educação Infantil e Ensino Fundamental 1º ao 5º ano e estudantes indígenas Warao. (ver em anexos).

3.3.4. Projeto “Brasília, prazer em te conhecer!”

Descrição do projeto: Envolver os discentes na história do Distrito Federal de forma lúdica e principalmente remetendo à sua própria história. Os alunos terão oportunidade de conhecer Brasília desde a sua construção até os dias de hoje e assim tornar-se cidadão que se percebe inserido e pertencente à capital do Brasil.

Este projeto visa atender a Meta 6, Estratégia 6.4 do Plano Distrital de Educação - PDE, "fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, olímpicos, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e outros”.

Público-alvo: Estudantes Educação Infantil e Ensino Fundamental 1º ao 5º ano e estudantes indígenas Warao. (ver em anexos).

3.3.5. Projeto “Emoções em mim!”

Descrição do projeto: O projeto visa favorecer o exercício das competências socioemocionais, propiciando o autoconhecimento, e incentivando os estudantes tomarem decisões e atitudes com autonomia e responsabilidade. E também visa promover a resolução de conflitos através do diálogo; e reconhecer as emoções. O projeto será desenvolvido através da Orientação Educacional – OE, do Serviço de Orientação Educacional – SOE da Escola Classe Morro da Cruz. O projeto será desenvolvido juntamente ao planejamento semanal, ou seja as atividades pertinentes a este deverão ser inseridas no planejamento das atividades cotidianas dos estudantes.

Público-alvo: Estudantes Educação Infantil e Ensino Fundamental - 1º ano e estudantes indígenas Warao. (ver em anexos).

3.3.6. Projeto “Nossa horta, nossa vida mais saudável!”

Descrição do projeto: O projeto visa promover a educação do campo para os educandos e para a comunidade em seu entorno através da horta escolar, buscando inserir no cotidiano do estudante uma alimentação saudável. Diante do desenvolvimento do projeto, levar os estudantes à vivência e o contato direto com o meio ambiente natural, priorizando a conquista do seu espaço, preservando o meio ambiente onde vivem. Com isso, proporcionará aos estudantes e toda comunidade escolar um espaço de pesquisa, descobertas e aprendizagens.

O projeto será desenvolvido juntamente ao planejamento semanal, ou seja as atividades pertinentes a este deverão ser inseridas no planejamento das atividades cotidianas dos estudantes, conforme o cronograma.

O projeto preza atender a Meta 8 do Plano Distrital de Educação – PDE, através da estratégia 8.9: “destinar área específica às práticas agroecológicas, assim como construções que permitam o cultivo e oficinas de trabalho, no terreno próprio da escola, oportunizando ação pedagógica nas escolas do campo, promovendo inclusive intercâmbio com as escolas da cidade”.

Público-alvo: Estudantes Educação Infantil e Ensino Fundamental 1º ao 5º ano e estudantes indígenas Warao. (ver em anexos).

3.3.7. Projeto “Todos nós contra a dengue!”

Descrição do projeto: diante do cenário preocupante de um número crescente de casos de dengue, zica vírus e Chikungunya, o projeto visa promover ações de conscientização e mobilização dos estudantes para combater a proliferação do mosquito Aedes Aegypti. O projeto será desenvolvido através da Orientação Educacional – OE, do Serviço de Orientação Educacional – SOE da Escola Classe Morro da Cruz. E ainda buscará parcerias com a Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal - Adasa

Público-alvo: Estudantes Educação Infantil e Ensino Fundamental 1º ao 5º ano e estudantes indígenas Warao. (ver em anexos).

Os projetos acima citados são os fixos que temos, mas durante o ano vamos aderindo a novos projetos, que só tendem a enriquecer nossos planejamentos e a formação cidadã dos nossos estudantes.

E para finalizar, os nossos projetos apresentaram uma parte muito importante que nos permite externalizar todo este trabalho desenvolvido internamente por esta instituição para os nossos estudantes. Além dos projetos fixos contamos também com os nossos eventos quem tem o objetivo de trazer a comunidade para escola. Assim temos:

- **Semana de Educação para a Vida**

É uma semana temática com temas transversais, segundo a Lei 11.988/2009. Associando parcerias com pessoas de dentro e fora da escola, dispostas a oferecerem a nossa comunidade e estudantes oficinas e palestras.

- **Aniversário de São Sebastião**

Comemora-se o aniversário da cidade de São Sebastião/DF no dia 25 de junho, e neste evento os estudantes terão momentos de resgate da história local, e também participarão do desfile cívico proporcionado pela Administração Regional de São Sebastião/DF.

- **Festa Junina**

Neste evento buscamos trabalhar o lado cultural, por meio de apresentações artísticas e conhecimentos relacionados aos alimentos típicos da época.

- **Festa da Criança**

É destinada uma semana para este evento e nele acontecem passeios, gincanas e lanches diferentes oferecidos pela escola é uma semana de pura diversão dentro do horário escolar.

- **Passeios Sócios educativos e Palestras**

Durante o ano nossos estudantes participam de passeios extra-classes voltados ao lado cultural e também a momentos de descontração e diversão. E na

formação cultural e no sentido de pertencimento conhecer Brasília através de passeios/visitas aos monumentos históricos da cidade, e também visitas ao Museu dos Povos Indígenas.

- **Circuito de Ciências**

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal todos os anos promove o Circuito de Ciências com a participação das turmas dos 2º anos ao 5º anos – Categoria B Iniciação à Pesquisa.

O Circuito de Ciências é uma importante política pública educacional de incentivo à produção e à divulgação científica, tecnológica e cultural. Constitui-se como atividade pedagógica com significativo potencial inovador do ensino, do desenvolvimento crítico e criativo, da aprendizagem e da compreensão da prática científica no ambiente escolar.

- **Plenarinha**

A Plenarinha é uma iniciativa pedagógica idealizada pela Secretaria de Educação com vistas ao fortalecimento do protagonismo infantil nas unidades de ensino públicas do DF e nas instituições parceiras que ofertam a educação infantil e o 1º ano de Ensino Fundamental. A cada ano, as ações promovem o envolvimento das crianças com o mundo das histórias de modo que elas possam conhecer, ouvir, sentir, contar, imaginar e criar suas próprias fábulas, por meio de brincadeiras e vivências, trazendo uma temática nova.

Ressaltamos que todos os projetos e eventos da escola, assim como os projetos propostos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal deverão ser interligados uns aos outros no planejamento do professor, colocando-os em prática no cotidiano do estudantes.



3.4. Atuação das Equipes Especializadas e outros profissionais

Para que um a escola desenvolva seu trabalho pedagógico dentro do que se espera é necessária a participação de todos os profissionais da educação. Além os professores, coordenadora, supervisor e gestores, é imprescindível o apoio do Serviço de Orientação Educacional – SOE, da sala de recursos e do serviço especializado de apoio à aprendizagem – SEAA. Temos consciência da importância dos profissionais acima citados para o desenvolvimento do trabalho pedagógico da escola.

3.4.1. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um espaço destinado ao planejamento, organização, avaliação e retomada do Projeto Político Pedagógico da escola. E a Instância em que se encontram e podem entrelaçar-se os três níveis da avaliação: aprendizagens, institucional e redes ou em larga escala, sendo um momento privilegiado para a auto avaliação da escola (Lima 2012).

Desta forma temos o Conselho de classe uma vez por bimestre e se faz um momento de resolução de questões diversa, por meio dele podemos fazer os devidos

encaminhamentos com vista a resolver as questões que se tornam obstáculo para o crescimento pessoal, social e cognitivo dos estudantes. As decisões são tomadas em conjunto e todas as resoluções são registradas em documentos próprios e em ata com a participação da equipe gestora, professores, (professor da Sala de Recursos e Orientador Pedagógico), assim que pudermos contar com esses profissionais.

A Portaria Nº 180, DE 30 DE MAIO DE 2019 altera a Portaria nº 15 / SEEDF, de 11 de fevereiro de 2015, publicada no DODF nº 41, de 27 de fevereiro de 2015, que aprova o Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Que na sua Subseção III reserva ao Conselho de Classe o *status* de Colegiado e integrante da Gestão Democrática destinado a acompanhar, avaliar o processo de educação de ensino das aprendizagens, havendo tantos Conselhos de Classe quanto forem o número de turmas existentes na unidade escolar (SEDF, 2019).

3.4.2. Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem – SEAA

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem - EEAA é multidisciplinar, composta por profissionais com formação em Pedagogia e em Psicologia, que tem como objetivo principal contribuir para a superação das dificuldades presentes no processo de ensino e escolarização, por meio de uma atuação institucional.

A atuação da EEAA pauta-se em ações que ocorrem nos espaços e tempos do contexto escolar, tais como o mapeamento institucional, o suporte ao trabalho da gestão escolar, a assessoria ao processo de ensino-aprendizagem desenvolvida por meio de intervenções nas dificuldades de escolarização.

As atribuições da EEAA estão previstas no Regimento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

No entanto, como a escola foi criada recentemente, ou seja no ano de 2023, ainda foi possível contar com o AEE – Atendimento Educacional Especializado. Os estudantes que possuem transtorno ou deficiência que estão inseridos na escola foram matriculados por livre e espontânea vontade dos responsáveis os quais foram informados, no ato da matrícula, que seus filhos não teriam atendimento especializado. Mas que assim que possível, dentro das legislações pertinentes, a equipe gestora estaria buscando o atendimento para os estudantes.

3.4.3. Orientação Educacional

A Escola Classe Morro da Cruz iniciou o ano letivo de 2024 com a presença do Pedagogo Orientador Educacional. Esse profissional estrutura o seu trabalho a partir da análise crítica da realidade do contexto escolar e dos documentos legais como o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, a Orientação pedagógica da Orientação Educacional – OP na SEEDF de 2019, portarias e outras normativas.

O Orientador Educacional assume papel importante dentro da instituição, desenvolve ações coletivas e individuais, que permeiam os eixos transversais do Currículo em Movimento da SEEDF: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, buscando executar o projeto, da Orientação Educacional – OE, “Semear e Colher, o qual integra suas ações ao Projeto Político Pedagógico – PPP da escola com foco ao desenvolvimento integral dos estudantes. Ademais, o Orientador Educacional – OE desenvolve dentre outras ações a prática de mediação de conflitos, de prevenção ao Bullying e de toda forma de violência e discriminação. Ele trabalha coletivamente, com a equipe gestora e a pedagógica em casos de omissão e violação dos direitos da criança e do adolescente, junto aos órgãos de proteção. Nesse sentido, o Orientador Educacional – OE contribui para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem em parceria com a equipe gestora e com demais equipes pedagógicas. Vale lembrar que, além das ações citadas acima, a Orientação Educacional – OE da Escola Classe Morro da Cruz busca realizar ações referentes às semanas temáticas, constantes no Currículo em Movimento da SEEDF, bem como as ações do Plano Anual da Orientação Educacional – OE, cumprindo os objetivos do seu projeto “Semear e colher”.

Muitas questões necessitam de atendimento do orientador educacional, que tem como função tratar questões comportamentais e de aprendizagem atendendo aos estudantes e as famílias, pois muitas vezes o comportamento apresentado em sala não é nada mais que a reprodução do ambiente familiar. Cabe ao orientador educacional a responsabilidade do desenvolvimento pessoal do estudante, fazendo-o refletir sobre valores éticos, morais e a habilidade para evitar e resolver conflitos.

Cabe também ao orientador educacional trabalhar o currículo oculto, que se trata das atitudes, a construção de valores e como o estudante constrói suas relações consigo mesma e com as pessoas ao seu redor.

Mesmo que ao orientador caiba ouvir e orientar o estudante é interessante não confundir a função deste profissional com a do psicólogo escolar, pois sua atuação se dá sempre no campo pedagógico visando melhorar o desempenho do educando dentro da escola.

3.4.4. Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos – AEE/SR

A Sala de Recursos tem como função atender os estudantes com diagnóstico de deficiência e transtorno autista, que já foram devidamente diagnosticados e devem receber atendimentos voltados a sua evolução. O atendimento é realizado em consonância com o professor regente da turma, pois os dois profissionais caminham juntos para alcançar resultados positivos. Este trabalho é respaldado por uma adequação curricular construída pelo professor regente e acompanhado pela sala de recursos.

Ao pedagogo cabe atender nas dificuldades de aprendizagem, que não foram sanadas em sala com as intervenções do professor, necessitando assim de uma investigação mais apurada que envolve entrevistas com os pais, testes com os estudantes e, em situações mais extremas, exames médicos para que o citado possa ser diagnosticado e receber o atendimento de acordo com suas necessidades de aprendizagem. Orientar os professores quanto ao planejamento de ações pedagógicas interventivas.

3.4.5. Monitores

Aos monitores da Carreira assistência e Educadores Sociais Voluntários, cabem auxiliar os professores que atendem alunos com necessidades especiais (Anee). Sendo que os primeiros citados, atuam diretamente no atendimento aos estudantes portadores de necessidades especiais, que fazem jus a este profissional, após um estudo de caso, devidamente respaldados por laudos que exigem a presença de uma segunda pessoa para auxiliá-los nas questões referentes à locomoção, higiene pessoal e alimentação.

As atribuições dos monitores estão previstas no Regimento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

3.4.6. Educadores Sociais Voluntários

O educador social voluntário atuará para para auxiliar os estudantes com necessidades educacionais especiais e/ou deficiência e TEA, desempenhará as atribuições, sob a orientação da Equipe Gestora e Pedagógica da UE, em articulação com o professor do Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recurso (quando houver), quais sejam:

1. Auxiliar os estudantes com necessidades educacionais especiais e/ou deficiência e TEA nas atividades diárias, autônomas e sociais que seguem:

- a) refeições;
- b) uso do banheiro, escovação dentária, banho e troca de fraldas;
- c) locomoção nas atividades realizadas na UE e atividade extraclasse;
- d) para se vestirem e se calçarem;
- e) atividades recreativas no parque e no pátio escolar.

2. Realizar, sob a presença e a supervisão do professor, o controle da sialorreia e de postura dos estudantes, bem como ajudá-los a se sentarem/levantarem em/de cadeira de rodas, carteira escolar, colchonete, vaso sanitário e brinquedos no parque;

3. Acompanhar e auxiliar os estudantes cadeirantes, que fazem uso de órtese e/ou prótese, em todos os espaços escolares a que eles necessitem ir, como em outros, fora do ambiente escolar;

4. Auxiliar os estudantes que apresentam dificuldades na organização dos materiais escolares;

5. Informar ao professor regente as observações relevantes relacionadas aos estudantes, para fins de registro e/ou encaminhamentos necessários;

6. Acompanhar e auxiliar os estudantes durante as atividades em sala de aula e extraclasse que necessitem de habilidades relativas à atenção, à participação e à interação;

7. Auxiliar o professor no apoio aos estudantes que apresentam episódios de alterações no comportamento, quando necessário, conforme orientação da Equipe Gestora;

8. Favorecer a comunicação e a interação social dos estudantes com seus pares e demais membros da comunidade escolar.

As referidas atribuições constam na Portaria nº 28, de 12 de janeiro de 2024.

3.4.7. Aprendizagens do Jovem Candango

O Jovem Candango é um programa do Governo do Distrito Federal que visa promover a formação técnico-profissional metódica, por meio de atividades práticas e teóricas, compatíveis com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz, incorporando a aprendizagem à Administração Pública, promovendo a convivência e fortalecimento de vínculos e garantindo a promoção da integração dos jovens ao mercado do trabalho.

3.4.8. O papel da sala de leitura como espaço de aprendizagem e ação do profissional que nela atua

Na Escola Classe Morro da Cruz temos a sala de leitura, tornando-se imprescindível para a formação do leitor, e engajamento do estudante nas atividades de leitura e construção de seu processo de escrita independente. Assim, a função da leitura no processo de aprendizagem tendo a sala de leitura como grande facilitador na construção de uma visão sobre a cultura escrita, contato com os livros em um ambiente escolar, o contato frequente com os diferentes gêneros que compõe o acervo, além de possibilitar a compreensão dos sentidos sociais construídos por esses textos.

Ressaltamos que a leitura na formação do leitor tendo o professor como mediador e as estratégias para ela seja proveitosa e instrutiva, forma um cidadão consciente de seu papel social e cultural em nossa sociedade.

3.4.9. Conselho Escolar

A prática da gestão escolar envolve em seus processos a tomada de decisões, planejamento, operação, fiscalização e coordenação. Tudo isso resulta nos recursos necessários para fornecer melhorias no ensino e na aprendizagem.

Com isso, a gestão do espaço educacional é compartilhada com conselheiros que ajudam a assegurar a qualidade de ensino e a gestão democrática. Então é formado o Conselho Escolar, que é um órgão colegiado formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar que tem como atribuição debater, acompanhar e deliberar, auxiliando no compartilhamento do poder decisório e na corresponsabilidade da escola.

O Conselho Escolar é o órgão máximo para a tomada de decisões realizadas no interior de uma escola. Este é formado pela representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, como: estudantes, professores, pais ou responsáveis, funcionários, pedagogos, diretores e comunidade.

É um órgão colegiado, constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar (pais, alunos, membros do magistério e diretor/a), que toma decisões sobre as dimensões administrativas, financeira e político-pedagógica da escola.

É importante ressaltar que a gestão escolar está passando por diversas transformações. O modelo participativo tem se destacado para promover adaptações que possibilitem uma tomada de decisões mais democrática, considerando ideias, posicionamentos, necessidades e experiências de todos os grupos que fazem parte da **comunidade escolar**.

Isso tudo vai ao encontro do que trata o Plano Nacional de Educação - PNE, e também do Plano Distrital de Educação – PDE, que estimula a criação e o fortalecimento de conselhos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que incentiva a gestão democrática nas escolas.

Como o conselho reúne diferentes atores da comunidade escolar, ele desempenha um papel primordial no processo de democratização escolar, conferindo transparência e legitimidade no processo decisório e na execução da política educacional.

Com isso, o conselho escolar possui cinco funções específicas: Deliberativa, Consultiva, Fiscalizadora, Mobilizadora e Pedagógica.

1. Função deliberativa: É a competência que envolve as tomadas de decisões relativas ao funcionamento pedagógico, administrativo e financeiro da escola, bem como ao direcionamento das políticas públicas desenvolvidas nesse âmbito e a definição de metas a serem cumpridas. Estão incluídas aqui também atividades como o estabelecimento de prioridades em termos de recursos e elaboração de normas. Tudo feito de forma realista e adequada para que a formação do aluno seja mais efetiva.

2. Função consultiva: Cabe também ao conselho a análise das demandas dos diferentes segmentos da comunidade escolar, de forma a apresentar um parecer e propor ideias que otimizem as questões administrativas, pedagógicas e financeiras.

3. Função fiscalizadora: Essa função envolve o acompanhamento e a fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira, visando garantir a legitimidade das ações desenvolvidas na escola, a qualidade educacional e o cumprimento de normas preestabelecidas e das leis em vigor.

4. Função mobilizadora: Consiste em promover a participação e o apoio dos diferentes segmentos da comunidade escolar e local, para consolidar a gestão participativa, e gerar uma melhoria da qualidade de ensino, do acesso, da aprendizagem e da permanência dos alunos. Isso porque a educação deve ser aliada daqueles que acompanham a rotina dos estudantes para que ela tenha mais sentido e seja ainda mais eficaz.

5. Função pedagógica: A função pedagógica refere-se ao acompanhamento que deve ser prestado em relação às ações pedagógicas educativas desenvolvidas pela unidade escolar. Esse processo deve ser feito de maneira constante e sistemática, visando a identificação de problemas e a sugestão de alternativas que resultem na melhoria do desempenho dos estudantes e o cumprimento das normas escolares e da qualidade social da instituição.

3.4.10. Coordenação Pedagógica

A Organização Pedagógica das unidades escolares é parte indissociável do seu Projeto Político Pedagógico, caracterizando-se por serviços que competem, em primeira instância, à equipe gestora e, complementarmente, aos demais profissionais da unidade escolar:

- I. Serviço de Coordenação Pedagógica;
- II. Equipe de Apoio:
 - a. Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem;
 - b. Orientação Educacional;
 - c. Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos.

A coordenação pedagógica constitui-se em um espaço-tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didáticas pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico – PPP.

3.5. Valorização e formação continuada dos profissionais de educação

A equipe gestora incentiva o momento de estudo e trocas de experiências exitosas entre os docentes no ambiente escolar como forma de valorizar e estimular a formação continuada. A formação continuada dos profissionais da educação é incentivada, com a participação de cursos da EAPE, MEC e outras instituições.

Vale ressaltar que, além dos cursos e formações ofertados pela EAPE, a Unidade Escolar se preocupa em manter os profissionais alinhados com a proposta do trabalho pedagógico da SEEDF, mantendo uma linha de trabalho vinculada, sobretudo, a fidedignidade aos documentos norteadores oriundos dessa Secretaria. Para isso, são adotadas ações de formações com profissionais qualificados, previamente agendados para as Coordenações Coletivas das quartas-feiras, ou mesmo em outros dias da semana, levando-se em conta as demandas e necessidades para cada momento específico.

3.6. Estratégias para redução do abandono, da evasão e da reprovação para garantia da permanência e do fluxo escolar adequado dos estudantes

A evasão escolar é um problema que atinge todos os níveis de ensino da educação em nosso país, onde muitas crianças e jovens abandonam a escola para ingressar no mercado de trabalho, informalmente, pois a prioridade para os pais/responsáveis não é a educação, mas a própria sobrevivência.

No entanto, as causas da evasão escolar são variadas: podem ser de ordem socioeconômica, cultural, geográfica e didática. Considerando que a maioria da população da escola é carente e vive em um círculo de problemas de ordem cultural, afetiva, material e psicológica.

E a escola deve construir estratégias e ações para diminuir o índice de evasão escolar, ações essas que busquem aproximar os pais/responsáveis do ambiente escolar e estimulem o estudante a permanecer em sala de aula.

A participação dos pais/responsáveis, ou seja da família, no ambiente escolar e conseqüentemente na vida escolar do filho são fundamentais para o bom desempenho e a permanência do estudante na escola.

E para que a evasão escolar não seja um atenuante para a Escola Classe Morro da Cruz, algumas estratégias e ações serão definidas como:

1. Monitorar a frequência do estudante: controlando a presença dos estudantes através de chamadas diárias que a escola se mantém ciente da situação de cada aluno. Sem o monitoramento da frequência, a instituição perde o controle de informações cruciais para o desenvolvimento da aprendizagem em sala de aula. Quando o acompanhamento aponta que o aluno está faltando muito, a equipe gestora juntamente com a Orientação Educacional abordará a família para descobrir o que está causando o problema.

2. Manter uma comunicação eficiente: O envolvimento direto dos pais e alunos com os assuntos da vida escolar tem um efeito positivo no desempenho dos estudantes. Isso ocorre porque uma comunicação eficiente é responsável por manter todos informados, reduzindo as chances de mal-entendidos causados por ruídos na comunicação.

É mais fácil conciliar forças para resolver possíveis problemas de aprendizagem enfrentados pelo estudante quando seus pais/responsáveis participam

do cotidiano escolar, e estão cientes de tudo o que acontece na escola. Além disso, os próprios alunos se sentem mais motivados quando a instituição mantém um relacionamento próximo com eles. Fortalecendo o vínculo com a comunidade escolar, através de feedbacks, tratando como prioridade a satisfação dos estudantes e pais/responsáveis com a escola.

1. Oferecer aconselhamento/apoio: Com o aumento dos problemas de saúde mental entre estudantes, é vital que as escolas ofereçam um ambiente seguro que ampare os estudantes. Ademais, é importante acolher e apoiar os estudantes que têm demonstrado dificuldades no processo de aprendizagem, aprofundando os motivos e trabalhando para resolvê-los.

Ações de apoio evidenciam que a escola se preocupa com seus estudantes. Essa abordagem faz com que os alunos se sintam ainda mais valorizados, o que faz toda a diferença para uma pessoa que está passando por momentos difíceis.

Estas ações serão desenvolvidas através da Orientação Educacional – OE, que acompanhará e avaliará todo o processo de monitoramento, diálogo e apoio aos estudantes.

3.7. Processo de implementação do PPP, considerando as dimensões referentes à Gestão Escolar

O processo de implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola Classe Morro da Cruz será realizado por meio de discussões, diálogo aberto, debates, questionamentos a respeito dos temas pertinentes relacionados ao Projeto Político Pedagógico. Tendo por base o Projeto Político Pedagógico do ano anterior, será realizada uma reunião no primeiro bimestre com toda comunidade escolar para que seja avaliado e discutido, para que seja construído um PPP que atenda os anseios da comunidade escolar.

Pretende-se, ainda, reunir a comunidade escolar, bimestralmente para observar o previsto e o que foi feito em relação ao programado no PPP. Estes encontros poderão acontecer na primeira coordenação coletiva de cada bimestre e também nos dias destinados as avaliações institucionais. Todas as decisões e

orientações serão registradas em ata. Uma cópia deste PPP ficará impressa e encadernada na coordenação, acessível a todos.

3.8. Processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação do PPP na unidade escolar

A avaliação desta proposta dar-se-ia por meio de reuniões realizadas periodicamente contando com a presença de toda a comunidade escolar para acompanhar o andamento das ações previstas no projeto político-pedagógico. Realizar-se-á avaliações periódicas dos estudantes, primando pela avaliação qualitativa, para verificar o desenvolvimento das habilidades e competências propostas. A avaliação final do projeto político-pedagógico ocorrerá ao final do ano letivo, com o objetivo de verificar a efetividade das ações e propor ajustes para o próximo ano.

O Projeto Pedagógico da escola é um documento acessível a todas as pessoas que o solicitarem sejam elas professores ou terceiros. Para àqueles que o solicitam sejam pais e responsáveis pelos estudantes, coordenadores intermediários, estagiários, monitores ou pessoas da comunidade, em fim o compartilhamento é feito via e-mail em formato PDF, sendo que será disponibilizada uma cópia impressa para que possa ser vista na própria escola.

E dentro das estratégias de ação da escola estão, incentivar a realização de projetos pedagógicos interdisciplinares, que valorizem a curiosidade e a criatividade dos estudantes; realizar formações continuadas para os professores, com o objetivo de desenvolver habilidades socioemocionais e metodologias ativas de ensino; Fomentar parcerias com instituições públicas e privadas para ampliar as oportunidades de práticas esportivas e culturais. É importante que o professor estabeleça uma linguagem comum, um universo de significação comum entre educando e educador.

4. Referências

ACNUR, Alto Comissariado da ONU para os Refugiados. Nota informativa para municípios sobre chegadas espontâneas de população venezuelana, incluindo indígenas. Brasília: ACNUR/Ministério da Cidadania, 2019.

Brasília. Secretaria de Estado de Educação. Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo. Secretaria de Estado de Educação – SEE-DF - Brasília-DF, 2014.

Brasília. Secretaria de Estado de Educação. Diretrizes de Avaliação Educacional Aprendizagem Institucional e em larga Escala, 2014-2016. Secretaria de Estado de Educação – SEEDF.

Brasília. Secretaria de Estado de Educação. Currículo em Movimento da Educação Básica. Secretaria de Estado de Educação – SEEDF – Brasília/DF, 2018.

Brasília. Secretaria de Estado de Educação. Regimento da rede pública de ensino do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação – SEEDF Portaria nº 180, de 30 de maio de 2019, publicada no DODF nº 102 – pp 15-17, em 31 de maio de 2019 – Brasília/DF, 2019.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação **Fundamental**.–Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p. 1. Parâmetros Curriculares Nacionais. 2. Ensino de primeira à quarta série. I. Título. Disponível em: <http://www.fazeducao.com.br/conselhoescolar>. Acessado em 26/02/2024.

Disponível em: http://www.pdvsa.com/images/ambiente/Palma_moriche.pdf (tudo sobre o morichi) Acessado em 18/06/2023.

Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=EyMAg_1JYdc&ab_channel=Ministerio del Poder Popular de Pueblos Indígenas](https://www.youtube.com/watch?v=EyMAg_1JYdc&ab_channel=Ministerio%20del%20Poder%20Popular%20de%20Pueblos%20Ind%C3%ADgenas) Video do ministerio indígena: Acessado em 18/06/2023

Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/09/25/conheca-os-abrigos-queacolhem-refugiados-e-migrantes-no-norte-do-brasil/> Acessado em 18/06/2023

Disponível em: : <https://kape-kape.org/2021/06/22/el-cierre-del-cano-manamo-alterolavida-de-22-mil-waraos-en-delta-amacuro/> Acessado em 18/06/2023

Educação na diversidade: como indicar as diferenças? / Organização: Jorge Luiz Teles, Cláudia Tereza Signori Franco. – Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

GARCÍA CUESTA, S. Estudio para la ampliación de la Reserva de Biósfera del Delta del Orinoco, estado Delta Amacuro, Venezuela. Trabajo especial de grado de Magíster Scientiarum en Gerencia Ambiental. Decanato de Investigación y Postgrado. Maestría Gerencia Ambiental. Universidad Nacional Experimental Politécnica de la Fuerza Armada, 2013.

KIVITZ, Ed René. Quebrando paradigmas. São Paulo: Abba Press, 1995.

MARNR. Inventario Nacional de Tierras Región Oriental Delta del Orinoco-Golfo de Paria. Maracay: Serie Informes Científicos-Zona2/1C/21, Dirección General Sectorial de Información e Investigación del Ambiente. 1979.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2005.

LIMA, Erisevelton Silva. O Diretor e as Avaliações Praticadas na Escola. Brasília-Df: Kiron 2012.

<http://portal.mec.gov.br> › seesp › arquivos ›

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação** Educacional Escolar: para além do autoritarismo. In: **Avaliação** da Aprendizagem Escolar. 11 ed. São Paulo - 2012

MEC, SEESP, 2006. 266 p. 1. Educação para a diversidade. 2. Educação inclusiva. 3. Professor de educação especial. 4. Formação de professores. 268 páginas

Projeto Político-Pedagógico (PPP) Professor Carlos Motta, Distrito Federal, 2012, Secretaria de Educação do Distrito Federal (Autora)

http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/ppp_professor_carlos_mota.pdf

SEIFART, Frank and Harald HAMMARSTROM Language isolates in South America, in Language Isolates, Pp. 260-286, London: edited by Lyle Campbell. Routledge, 2017.

Tiba, Içami. Quem Ama, Educa – Edição Português -São Paulo - Editora Gente. 2002.

TRINDADE, M. F. B; **OLIVEIRA**, F. Idosos na EJA: fatores que motivam a inclusão e permanência. Trivium: Revista eletrônica multidisciplinar, LPitanga. v. 5, nº 2, ed. Especial, set. 2019. Disponível em: <http://revista.ucpparana.edu.br/index.php/trivium/issue/archive>.

VÁSQUEZ, E. y W. The Orinoco: physical, biological and cultural diversity of a major tropical alluvial river, The Rivers Handbook, Hydrological and Ecological Principles. pp. 48–471. London: Blackwell Scientific Publications, Calow, P. y G. Petts (Edd), 1992.

WILBERT, J. and LAYRISSE, M. Blood group antigen studies of four Chibchan tribes. 36-55. American Anthropologist, 1963.

WILBERT, J. and LAYRISSE, M. Indian Societies of Venezuela: Their Blood Group Types. Caracas: Instituto Caribe de Antropologia y Sociologia, Fundacion La Salle de Ciencias Naturales, Monography No. 13. 1966.

WILBERT, J. Rasgos Culturales Circuncaribes etre los Warrao y sus linferencias, Vol. 16 No. 45: 237-257. La Salle: Memoria de la Sociedad de Ciencias Naturales.. 1956

Yakera, Ka Ubanoko [recurso eletrônico]: o dinamismo da etnicidade Warao / organizadores : Carmen Lúcia Silva Lima, Carlos Alberto Marinho Cirino, Jenny González Muñoz. – Recife : Ed. UFPE, 2020.

Esse texto é fruto também de pesquisas nas páginas virtuais dos principais órgãos de assistência e recepção de imigrantes: Associação Sal da Terra, Caritas, Acnur (Agencia da ONU Para Refugiados).

APENDICES

PROJETO “LEITURA VIAJANTE!”

“ A leitura de um bom livro é um diálogo incessante: o livro fala e a alma responde.”
(Andre Maurois)

Público Alvo: Educação Infantil e Ensino Fundamental I – anos iniciais

Justificativa:

Infelizmente a atualidade vem afastando cada vez mais os nossos estudantes do ato de ler. Aspectos relacionados à tecnologia, ao acesso restrito à leitura no núcleo familiar e à falta de incentivo em diversas situações ocasionam pouco interesse pela leitura. A consequência de tudo isso é sentido no processo de alfabetização e letramento desses estudantes: vocabulário precário, erros ortográficos, dificuldade de compreensão, produções pouco significativas e conhecimentos restritos aos conteúdos escolares e/ou de experiência de mundo.

Há grande queixa por parte dos professores sobre o desinteresse que os alunos expressam quando a atividade envolve a leitura. Muitos estudantes decodificam as palavras sem a preocupação de entender o que estão lendo. Isso reflete negativamente no baixo rendimento do aluno e, conseqüentemente, na qualidade do ensino. Logo, o projeto “LEITURA VIAJANTE” justifica-se pela intenção de proporcionar aos nossos educandos condições reais de interação com o mundo da leitura, e que esses descubram o prazer e a emoção de se realizar uma leitura de um bom livro. Conforme citação de Braga:

“A escola precisa ser um espaço mais amplamente aberto a todos os aspectos culturais do povo, e ir além do ensinar a ler e a fazer as quatro operações. Precisa investir em bons livros, considerando que a cultura de um povo se fortalece muito pelo prazer da leitura; e a escola representa a única oportunidade de ler que muitas crianças têm. É necessário propiciar nas salas de aula e na biblioteca a dinamização da cultura viva, diversificada e criativa, que representa o conjunto de formas de pensar, agir e sentir do povo brasileiro.” (BRAGA, 1985, P.7).

O projeto também versa sobre o despertar nos estudantes, além do gosto pela leitura, o senso de organização e utilização de uma biblioteca, visto que muitos deles nunca tiveram acesso a um espaço destinado a esse fim.

Embasamento teórico:

Não é novidade para ninguém que a criança que lê e tem contato com a literatura desde cedo, é beneficiada em diversos sentidos, visto que existem pesquisas no mundo inteiro sobre o tema. Ela aprende mais rápido, pronuncia melhor as palavras e se comunica melhor de forma geral. A leitura constante ajuda a desenvolver a familiaridade com a escrita. A proximidade com o mundo da escrita, por sua vez, facilita a alfabetização e ajuda em todas as fases da alfabetização e letramento, já que o principal suporte para o aprendizado na escola é o livro didático.

Recentemente foi incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9.394, de 1996) o compromisso da educação básica com a alfabetização plena e a capacitação gradual para a leitura. A lei que foi Publicada no *Diário Oficial da União em 13 de julho de 2022* (Lei 14.407, de 2022), é oriunda do PL 5.108/2019 e ela define a leitura como prioridade na educação básica, bem como um dos direitos a serem garantidos pelo Estado. O acréscimo trata sobre a alfabetização plena e a capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Fonte: Agência Senado). A alteração visa estabelecer o **compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura**. Assim, traz de forma mais enfática a preocupação com a alfabetização plena dos educandos, e a formação de leitores.

A professora de Letras Ana Paula Cecato, especialista em educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS (IFRS), explica que a formação de leitores na escola é abrangente. Ela destaca três questões que julga importante: os leitores, o acervo literário e a mediação. “Começa-se por um diagnóstico, pensar quem são os leitores, quais são os repertórios afetivos e imaginários que levam para a escola, quais interesses os mobilizam para a leitura. Depois, é preciso fazer escolhas de livros e outras produções culturais que dialoguem com esses repertórios e proponham desafios para o desenvolvimento das habilidades de leitura. Por isso, é preciso considerar obras que respeitem a sensibilidade e a inteligência dos estudantes. Já a mediação de leitura envolve a aproximação com a

linguagem literária e suas produções, que pode ser a partir de projetos, eventos e programas mais abrangentes.

Sendo assim a leitura entra como fundamental no processo de construção do conhecimento e a Sala de Leitura entra como grande facilitadora desta construção, sendo NECESSÁRIA e INDISPENSÁVEL. É sabido que o contato com livros em um ambiente escolar fora de sala de aula se torna mais eficaz e prazeroso.

Objetivos Gerais:

- ✓ Incentivar e estimular o prazer e o interesse pelo mundo da leitura, levando-os a perceberem as várias portas que se abrem quando se lê.
- ✓ Desenvolver habilidades relacionadas à leitura, interpretação e produção de texto estimulando no educando o gosto pela leitura e escrita, ampliando o conhecimento linguístico e cultural dos mesmos, no intuito de proporcionar aos nossos estudantes uma visão crítica e contextualizada dos assuntos adquiridos dentro e fora da sala de aula.

Objetivos Específicos:

- ✓ Formar alunos como leitores e pesquisadores, a partir da implementação da biblioteca como descrito no Projeto Pedagógico da escola;
- ✓ Despertar o interesse e o gosto pela leitura e escrita estimulando o hábito diário da leitura;
- ✓ Facilitar o acesso ao acervo literário da escola;
- ✓ Desenvolver atividades interdisciplinares, dialogando com as mais diversas áreas do conhecimento;
- ✓ Melhorar os resultados de aproveitamento do rendimento escolar;
- ✓ Possibilitar a participação da família no processo de aquisição e aprimoramento da leitura;
- ✓ Relacionar a leitura com aspectos da realidade;
- ✓ Conhecer e identificar gêneros textuais e literários diversos, possibilitando ao estudante a aquisição de competências leitoras;
- ✓ Realizar atividades baseadas na análise lingüística de textos e/ou livros escolhidos com o preenchimento das fichas propostas.

Desenvolvimento:

A sala de leitura contará com o apoio específico de uma professora readaptada que ficará responsável pelas ações que serão desenvolvidas no decorrer do desenvolvimento do projeto. A professora será uma grande facilitadora na comunicação com os estudantes Indígenas Warao atendidos pela escola. Ela ficará responsável por contar histórias, pelo controle de empréstimo, organização do acervo, orientação aos estudantes e docentes quanto ao uso e empréstimo de livros, dentre outros sempre contados com o apoio da equipe gestora e coordenadores da escola.

Para incentivar ainda mais a leitura e a formação de um cidadão leitor, todas as turmas da escola receberão o nome de um autor, e nestas turmas serão desenvolvidas atividades sobre o seu autor, como biografia, obras etc.

As classes bilíngues mediadas que atendem os estudantes indígenas WARAO receberão nomes em sua língua de origem WARAO, proporcionando a valorização de sua cultura e língua materna.

Os bimestres/unidades didáticas também estarão em consonância com o desenvolvimento deste projeto, sendo que os gêneros textuais serão enfatizados em seu espaço/tempo:

1º bimestre: poesia;

2º bimestre: cordel;

3º bimestre: lendas; e

4º bimestre: contos.

Neste sentido, entende-se que o gênero textual fará parte do cotidiano escolar do estudante, e interdisciplinarmente será trabalhado em todo contexto da escola, como também em todos os projetos a serem desenvolvidos.

Espaço/tempo:

A escola contará com um espaço reservado para a Sala de leitura que se justifica por promover a formação intelectual e social do educando, bem como oportuniza a leitura na formação tendo o professor como mediador e as estratégias para que ela seja proveitosa e instrutiva. A função da leitura no processo de aprendizagem tendo a sala de leitura como grande facilitador na construção uma visão sobre a cultura escrita, contato com os livros em um ambiente escolar, o contato

frequente com os diversos gêneros textuais que compõe o acervo, além de possibilitar a compreensão dos sentidos sociais construídos por esses textos.

Espera-se que a presença de uma sala de leitura de qualidade na escola (com boa estrutura, acervo variado e profissionais preparados) tenha um elevado impacto sobre o aprendizado dos estudantes. Isso não quer dizer que somente serão beneficiados aqueles alunos que frequentam a sala de leitura: se estimulados, os frequentadores agem como propagadores de suas experiências contagiando positivamente alunos e professores não atendidos diretamente, multiplicando os ganhos para a Unidade Escolar.

É importante, ainda, destacar o papel fundamental da sala de leitura para favorecer os alunos com menor acesso a livros e outros tipos de leitura em casa. Do mesmo modo, os alunos que aprendem pouco com os métodos tradicionais de ensino podem encontrar na sala de leitura novas portas e novas rotas para aprender e conviver na escola. Esses estudantes serão especialmente estimulados a utilizá-la com frequência através de cronograma de visitação, além da participa o das culminâncias da leitura.

1ª Etapa: Elabora o do Projeto e Prepara o

- Prepara o da sala reservada, dentro da escola, para a biblioteca com prateleiras para a exposi o do acervo literário disponível, bem como espaços confortáveis (tatames, almofadas, cadeiras, dentre outros) de modo que o estudante consiga fazer sua leitura confortavelmente.
- Sele o dos materiais: livros, gibis, revistas, Fichas de leitura, caderno para registro de empréstimos e uma pasta para transportar o livro e a ficha literária;
- Elabora o de um cronograma com os horários para uso da sala de leitura de modo que todos a usem e que não haja tumulto.

CRONOGRAMA PARA O USO DA SALA DE LEITURA

<i>Dias</i>	<i>Matutino</i>		<i>Vespertino</i>	
	Turmas	Horário	Turmas	Horário
Segunda-feira		8h às 9h		14h às 15h
		9h às 10h		15h às 16h
	Warao	10h às 11h		16h às 17h
Terça-feira		8h às 9h		14h às 15h
		9h às 10h		15h às 16h
	Warao	10h às 11h		16h às 17h
Quarta-feira		8h às 9h		14h às 15h
		9h às 10h		15h às 16h
		10h às 11h		16h às 17h
Quinta-feira		8h às 9h		14h às 15h
		9h às 10h		15h às 16h
		10h às 11h		16h às 17h
Sexta-feira		8h às 9h		14h às 15h
		9h às 10h		15h às 16h
		10h às 11h		16h às 17h

Obs.: o cronograma será preenchido de acordo com as turmas.

2ª Etapa: Motivação para o desenvolvimento do projeto

- Apresentação da Boneca de Pano que, a cada bimestre, irá contar uma história para reavivar o projeto em desenvolvimento;
- Apresentação do Vídeo: “A menina que odiava livros” com a duração de 8 minutos;
- Lançar uma enquete onde será escolhido um nome para a Boneca de Pano, que posteriormente será apresentada a escolha por meio de gráficos.

3ª Etapa: Ações

Os gestores, supervisores, coordenadores, professores e professora readapta que desenvolverão as seguintes ações:

- Organização e manutenção da sala de leitura;
- Produção de Murais;
- Dramatizações;
- Leitura livre silenciosa e compartilhada em voz alta;
- Rodas de leitura diária/semanal com interpretação oral;
- Incentivar a reescrita de histórias;
- Confecção de mini livros;
- Produções de textos individuais e coletivas;
- Dobraduras;
- Entrega e recebimento dos livros e das fichas literárias.

Observações importantes:

As obras ficarão nas prateleiras onde os estudantes escolherão a obra de sua preferência e poderão escolher o local, dentro da sala, onde farão sua leitura. O Caderno de Empréstimo ficará em posse da professora responsável pela manutenção do local a qual caberá fazer as devidas anotações - o nome da obra, do autor, do estudante, ano e turma em que estuda, data do empréstimo e a data da devolução (ver anexos). O empréstimo dos livros poderá ser a qualquer tempo e a devolução ocorrerá três dias após.

Turmas da Escola Classe Morro da Cruz

MATUTINO
1º ANO A M (II) – ANA MARIA MACHADO
1º ANO B M – MAURÍCIO DE SOUSA
1º ANO C M – RUTH ROCHA
1º ano D M – EVA FURNARI
2º ANO A M (II) – BIA BEDRAN
2º ANO B M – VINÍCIUS DE MORAES
3º ANO A M (II) – ZIRALDO
4º ANO A M – BRAÚLIO BESSA
5º ANO A M (II) – PEDRO BANDEIRA
2º ANO C M WARAO – JOBAJI (terra) (estudantes indígenas WARAO)
2º ANO D M WARAO – NABA (rio) (estudantes indígenas WARAO)
2º PERÍODO G M – WARAO – DAUNA (floresta) (estudantes indígenas WARAO)

VESPERTINO
1º PERÍODO A V – MARY FRANÇA
1º PERÍODO B V – SYLVIA ORTHOF
1º PERÍODO C V – BLANDINA FRANCO
1º PERÍODO D V – ELIAS JOSÉ
2º PERÍODO A V – ALEXANDRE AZEVEDO
2º PERÍODO B V – CORA CORALINA
2º PERÍODO C V – FÁBIO GONÇALVES FERREIRA
2º PERÍODO D V – LEIA CASSOL

Resultado:

Compreende-se a leitura como facilitadora do processo ensino e aprendizagem e como meio de melhorar os resultados de aproveitamento do rendimento escolar, a qualidade de vida dos estudantes e do meio em que vivem. Preparar estudantes através da leitura é preparar cidadãos que farão do futuro um lugar melhor para vivermos. Como diz Alice Ferreira: “ler é viajar sem sair do lugar, voar sem ter asas, caminhar sem tirar os pés do chão, sonhar acordado, navegar em um mar de palavras, soltando a imaginação...”

Considerações Finais:

Espera-se que os envolvidos compartilhem informações e resultado do projeto, de modo a ser seguido como exemplo. Sem dúvidas os maiores beneficiados com o projeto são os alunos, pois os mesmos terão a oportunidade de se envolverem diretamente com um projeto, sendo eles os protagonistas de suas histórias em relação ao prazer e o gosto pela leitura. Devido à grandiosidade do projeto a escola poderá abrir as portas para receber os alunos de outras escolas, mediante a avaliação e disponibilidade da biblioteca. O projeto irá romper as barreiras e muros apresentando a todos os interessados um acervo de qualidade em um ambiente agradável.





Projeto de leitura 2024



PROJETO “LABORATÓRIO INTERVENTIVO: UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO”

JUSTIFICATIVA

Formar bons leitores é o grande desafio da escola, visto que muitos dos nossos alunos chegam ao final do Ensino Fundamental sem o domínio dessa habilidade. Esse resultado insatisfatório do domínio da leitura pelos alunos se deve muito à concepção predominante de nossas escolas nos dias atuais, pois a maneira como o educador compreende o ato de ler, determina o ato de ensinar, ou seja, sua modalidade de aprendizagem determina sua modalidade de “ensino aprendizagem”. Praticamente todo trabalho de alfabetização em nossas escolas parte do pressuposto de que o importante é ensinar o mecanismo de decodificação, porque depois a compreensão virá automaticamente, nas palavras de Carvalho (2007, p.62).

“O pressuposto está errado. Antes mesmo de ensinar a decodificar as letras e sons, é preciso mostrar aos alunos o que se ganha, o que se aprende com a leitura, mas isso só será possível por meio de atividades que façam sentido, que vise à compreensão de leitura desde as etapas iniciais de alfabetização”.

Diante destas dificuldades apresentadas pelos nossos alunos na área de leitura e escrita, foi que elaboramos o projeto de “intervenção na alfabetização e letramento”, visando atacar tais dificuldades com o objetivo de minimizá-las.

EMBASAMENTO TEÓRICO

A partir da análise de documentos referentes à implantação do BIA, Villas Boas (2006), apresenta inicialmente o projeto interventivo como sendo uma metodologia a ser utilizado somente com as turmas de 3º ano do Bloco Inicial –BIA- como mecanismo de correção de fluxo. Salienta que somente em 2008, o projeto foi estendido aos anos anteriores, ainda pelo mesmo motivo de correção de fluxo. No entanto, a Resolução nº 2/2006 do C.N.E. - DF, Art. 10, afirma que os alunos com sete anos ou mais, sem histórico escolar, devem ser matriculados no 1º ano. Por isso, o Projeto Interventivo do BIA pode abranger todos os alunos que estão em defasagem de série em relação

à idade matriculados no Bloco, considerando se as especificidades e objetivos educacionais de cada ano.

A partir das considerações sobre a avaliação formativa, atualmente, o projeto foi realmente estendido a todos os estudantes que necessitam de intervenção, independente de estarem inseridos no bloco ou não. Deste modo o projeto irá contemplar também os estudantes de 4º e 5º ano que apresentam as mesmas dificuldades, todavia o objetivo mudou hoje o referido projeto não é visto mais como programa de correção de fluxo escolar, mas sim como estratégia pedagógica que visa possibilitar aos estudantes que apresentam dificuldades maiores oportunidades de aprendizagem. Como descrito na Circular nº 27, de 17 de abril de 2009, da Diretoria de Execução de Políticas e Planos Educacionais:

[...] o referido projeto não se constitui como programa de correção de fluxo escolar, mas sim como estratégia pedagógica que visa possibilitar aos alunos em defasagem idade-série (3ª e 4ª série/4º e 5º ano) maiores oportunidades de aprendizagem (VILLAS BOAS, 2010, p.42).

Deste modo as diretrizes atuais ampliam a indicação do Projeto Interventivo a todos os estudantes que estejam necessitando de acompanhamento, independente do ano de escolaridade e idade.

Existe uma preocupação com os estudantes que participam do projeto para que não sejam alvos de rótulos depreciativos. A proposta sugerida pela autora, para evitar discriminação por parte dos estudantes, é que o projeto seja estendido a todos, em algum momento e que a avaliação do andamento ocorra periodicamente, de modo que seja feito as adequações necessárias para que se consiga alcançar com mais amplitude os objetivos almejados.

No desenvolvimento do projeto os professores trabalham com a sua turma em seu período de aula em um horário a ser definido pela equipe/coordenação, cabendo aos citados fazer as adaptações de acordo com a realidade da escola.

OBJETIVO GERAL

A presente proposta interventiva tem como principal missão a construção de um espaços coletivos de intervenção continuada no espaço escolar, surge como resultado de observações e de uma avaliação qualitativa que tem como objetivo

compreender os níveis de desenvolvimento em que os estudantes se encontram, visto que em cada turma é possível encontrar alunos alfabetizados e também alunos que se encontram em níveis ainda muito rudimentares do processo de alfabetização. São dois grupos de estudantes que necessitam de intervenções dentro de campos conceituais distintos, para, a partir daí entrar com as intervenções necessárias de modo a alcançar as aprendizagens necessárias e assim prosseguir com êxito os estudos.

A partir da percepção dos professores, diante das dificuldades e lacunas dos estudantes relacionadas à leitura e escrita, o projeto tem como objetivo também modificar a metodologia e a rotina adotada durante as aulas, através da realização de atividades lúdicas, envolventes, interativas, que propiciem maior interação com o objeto de conhecimento, inclusive utilizando o reagrupamento intra e extraclasse como estratégia. Diante do exposto se torna IMPRESCINDÍVEL um espaço diferenciado para o desenvolvimento integral do projeto, espaço esse que recebera o nome de **Laboratório Interventivo**, pela sua importância e pela metodologia que será utilizada.

Alguns autores já se referiam a esse espaço como sendo primordial para o desenvolvimento de uma intervenção pedagógica que fosse verdadeiramente efetiva. Os referidos autores defendem um espaço diferenciado da sala de aula de modo a despertar um maior interesse nos estudantes. O Laboratório de Aprendizagem foi descrito nos trabalhos de Santiago e Santos (2012) e por Mainardes (2006), como sendo um espaço reservado pela escola para o atendimento a todos os estudantes que apresentam alguma dificuldade, indicados pelos professores, onde são agrupados independente do nível em que se encontram. Pretende-se que o trabalho tenha como ponto de partida as diferenças de conhecimento e as experiências que os estudantes trazem consigo. O Laboratório Interventivo foi criado para oferecer oportunidade de aprendizagem para todos os estudantes identificados como aqueles que enfrentam barreiras à aprendizagem, buscando superar a cultura do fracasso escolar que legitima determinadas práticas escolares que excluem e naturalizam preconceitos de raça, de gênero, de classe, entre outros (SANTIAGO; SANTOS, 2012, p.4).

Abaixo serão elencados alguns dos objetivos gerais do projeto que visam alcançar os objetivos específicos.

- Analisar as mudanças de paradigmas educacionais que promoveram mudanças na forma de organizar o tempo e espaço escolar;
- Mapear as dificuldades encontradas, considerando os pontos de vistas dos professores, para a realização do Projeto Interventivo e Reagrupamento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Trabalhar a compreensão textual;
- Aprimorar a percepção auditiva;
- Estimular a expressão corporal, artística e a criatividade;
- Despertar o gosto pela leitura;
- Valorizar os conhecimentos prévios dos alunos.

METODOLOGIA E SUGESTÕES DE ATIVIDADES

A metodologia adotada será diferenciada de acordo com o nível de desenvolvimento dos estudantes, com liberdade quanto à utilização da criatividade.

ATIVIDADES

- Cruzadinhas;
- Caça-palavras;
- Varal de poesia;
- Cantigas de roda;
- Dramatização;
- Produção de textos;
- Reconto de histórias;
- Desenhos;
- Jogos pedagógicos.
- Fichas de leitura.

RECURSOS

- Papel ofício;
- Cartolina;
- Cola;

- Fita adesiva;
- EVA;
- Tesoura;
- Plásticos para plastificadora;
- Pincel para quadro branco fino;
- Pincel atômico;
- Lápis colorido;
- Canetinhas; Textos variados;
- Recursos audiovisuais (televisão, retroprojeto, som);
- Computador;
- Uma sala reservada para este fim, com o intuito de oferecer materiais pedagógicos concretos que proporcionarão momentos de intervenção na alfabetização e letramento, buscando avanços na aprendizagem. Estes materiais serão disponibilizados para todas as turmas que estarão no projeto interventivo. Além de proporcionar uma aprendizagem de qualidade, também estaremos gerando economia, visto que a sala estará equipada com todo material necessário contemplado todos os estudantes da escola, e haverá necessidade de confeccionar materiais para cada turma.

DESENVOLVIMENTO

- O projeto será desenvolvido pelos professores regentes das turmas, coordenadores e professores apoio (readaptados);
- Preparação da sala reservada, dentro da escola, para a prática do projeto, com mesas e assentos adequados a idade dos estudantes;
- Produção, por todos os envolvidos no processo, dos materiais concretos e atividades a serem utilizados.

Cronograma para uso do Laboratório Interventivo:

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

<i>Dias</i>	<i>Matutino</i>	<i>Vespertino</i>
	Turmas	Turmas

Segunda-feira	3º ano	4º ano
---------------	--------	--------

Terça-feira	1º ano	3º ano
-------------	--------	--------

Quarta-feira	2º ano	
--------------	--------	--

Quinta-feira	3º ano	4º ano
--------------	--------	--------

Sexta-feira	5º ano	3º ano
-------------	--------	--------

Obs.: O cronograma será realizado de acordo com as turmas.

AVALIAÇÃO

A avaliação dar-se-á durante o desenvolvimento do projeto, observando-se a participação, o interesse e a apropriação do conhecimento por parte dos alunos. Dar-se-á ainda, após a culminância, onde os professores discutirão a eficácia ou não do projeto.

RECURSOS HUMANOS

Alunos, professores e demais profissionais da Educação envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

DURAÇÃO

Por se tratar de um projeto que visa à intervenção direta na alfabetização e letramento nas turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, ele permanecerá por tempo indeterminado, mediante a avaliação e reorganização periódica de modo a cumprir os objetivos esperados.

PROJETO “ARTE POR TODA PARTE”

Público Alvo: Educação Infantil, Ensino Fundamental I – anos iniciais e Turmas Bilingües Warao.

Duração: quatro bimestres

Período de vigência: decorrer do ano letivo

Elaborado por: Equipe Pedagógica

Equipe realizadora: direção, supervisão, coordenação, professores e estudantes.

1. APRESENTAÇÃO

A cultura brasileira é fruto de diversas contribuições de diferentes povos. Nesse sentido, o que entendemos por população brasileira é resultado da miscigenação de diversos grupos étnicos, visto que sofremos influências europeias, indígena, africana, oriental e latina. Essas influências se evidenciam não apenas em nossas características físicas, mas também em nossos comportamentos.

Somando a essa heterogeneidade cultural interna, temos em nossas salas de aula um crescente número de alunos oriundos de famílias refugiadas. Temos um número maior de alunos venezuelanos quando consideramos o universo dos alunos refugiados e migrantes.

Apesar da existência da barreira linguística, é possível desenvolver um ambiente acolhedor e propício ao desenvolvimento das aprendizagens, pois a aprendizagem acontece independentemente das diferenças socioculturais. O interesse e o sentimento de inclusão favorecem a aprendizagem ao reconhecerem a riqueza cultural de todos os envolvidos.

Nesse sentido o nosso projeto Arte por toda parte visa propagar ações de inclusão, empatia e troca de conhecimento, buscando construir pontes entre diferentes realidades e culturas, visto que nossa escola, além de atender os estudantes da comunidade, atende também os estudantes indígenas Warao oriundos da Venezuela, estudantes da comunidade indígena Atikum, estudantes venezuelanos, haitianos e nigerianos. que vivem, em sua grande maioria, em situação de vulnerabilidade social. O projeto visa também proporcionar aos estudantes uma aula extraclasse diferente e divertida utilizando a arte de uma forma lúdica especial.

No decorrer do ano letivo serão desenvolvidas várias atividades que perpassa pelos vários campos das artes que vão desde à música a utilização do campo como inspiração, pela apresentação de artistas do cenário mundial, suas obras e importância, análise e percepção dos estudantes e o momento mágico da releitura das obras, onde os educandos produzirão seus trabalhos artísticos, utilizando

variadas linguagens, como desenho, pintura, modelagem, colagem, dentre outras, desenvolvendo o apreço, cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação. Com o objetivo de estimular o processo de aprendizagem nas diversas áreas das artes, tornando as aulas mais atrativas e divertidas, o projeto Arte por toda parte, envolverá toda a Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação Indígena da Warao, somando em média um grupo de 800 estudantes.

2. JUSTIFICATIVA

O projeto se justifica por proporcionar aos estudantes momentos de convivência saudável, amigável, criativa e construtiva; pois através da arte a criança atribui sentido ao seu mundo, se apropria de conhecimentos que a ajudarão a agir sobre o meio em que se encontra.

O aprendizado na Escola não pode se restringir unicamente ao cumprimento de horários, tarefas e exercícios, deve ir muito além do simples formalismo presente no repasse de conteúdos. O aprendizado para ser plenamente constituído é preciso, muitas vezes, sair da rotina de sala de aula. Nos da Escola Classe Morro da Cruz acreditamos que a arte aliada à Educação Infantil e Ensino Fundamental anos Iniciais, é uma importante ferramenta pedagógica utilizada para estimular os estudantes a desenvolverem habilidades motoras, competências emocionais e cognitivas, além de permitir que se expressem e descubram suas próprias habilidades. Acreditamos que o uso das artes colabora com a formação do pensamento, da imaginação, da percepção, da sensibilidade e da autoestima de uma criança.

Por essa razão, nosso Projeto mostra-se relevante e extraordinário ao agregar valores, vivências e reflexões possibilitando um momento de alegria, diversão e aprendizado dentro da escola em um espaço específico para isso. “Dentre todos os seres vivos no nosso planeta o “homem” é o único capaz de produzir “arte”. Assim, desde os primórdios a arte faz parte de nossa vida, sempre nos diferenciando dos demais seres vivos à nossa volta, pois por meio dela representamos o nosso mundo, expressamos nossos sentimentos e procuramos uma compreensão para aquilo que somos e fazemos. A cultura indígena, por sua vez, está presente no nosso dia a dia, como: na fala, nos alimentos, nas vestes, entre outros. E é importante que saibamos sobre seu modo de viver, suas tradições, seus hábitos e crenças e não há forma melhor para se conhecer mais sobre os povos indígenas do que através da arte.

A linguagem cotidiana ou a linguagem científica dão conta de uma parte da realidade. “No entanto, só a arte é capaz de dar conta daquilo que não pode ser enunciado, mas que ainda assim e por isso mesmo é essencial” (Ferreira,2008).

3. EMBASAMENTO TEÓRICO

Ensinar arte na escola torna-se importante para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, pois o conhecimento em arte amplia as possibilidades de compreensão do conhecimento em arte, amplia a possibilidade de compreensão do mundo e colabora para um melhor entendimento dos conteúdos relacionados a outras áreas do conhecimento, tais como matemática, língua, história e geografia.

A legislação prevê que o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, seja componente curricular obrigatório na educação básica, “de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. Em 2016 Foi publicada a Lei 13.278/2016, que inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diversos níveis da educação básica. A nova lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394/1996) estabelecendo prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino promovam a formação de professores para implantar esses componentes curriculares no ensino infantil, fundamental e médio. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias>.

Os Parâmetros Curriculares (PCN,1997) dão à área de arte uma grande abrangência, propondo quatro modalidades artísticas:

1ª - Artes visuais: com maior amplitude que artes plásticas, englobando artes gráficas, vídeo, cinema, fotografia e as novas tecnologias, como arte em computador.

2º - Música

3º - Teatro

4º - Dança que é demarcada como uma modalidade específica.

O Plano Nacional de Educação do Distrito Federal trás também o ensino das artes como uma das metas a ser cumprida “2.5 – Implementar o ensino de música e demais artes (plásticas, cênicas, dança) nas unidades escolares, *garantindo espaços adequados* e respeitando a relação entre formação do professor e o componente curricular em que atua”.

4. METAS

O projeto Arte por toda Parte tem como principais metas:

- Desenvolver o espírito de coletividade, envolvendo as diversas turmas da escola;
- Estabelecer uma parceria constante entre os profissionais, a fim de obter cooperatividade;
- Proporcionar a busca e integração das turmas na socialização dos conhecimentos.

4. OBJETIVOS

Gerais:

- ✓ Oportunizar através da arte;
- ✓ Oportunizar a vivencia com atividades e saberes diferenciados;
- ✓ Propor atividades que levem os estudantes a desenvolver suas habilidades e criatividades;
- ✓ Desenvolver atividades artísticas nas diversas áreas do conhecimento tanto no aspecto histórico-cultural como na vivencia culturais;
- ✓ Desenvolver a habilidade artística;
- ✓ Proporcionar momentos de descobertas;
- ✓ Promover uma discussão acerca da diversidade étnica, social e cultural no Brasil.
- ✓ Perceber a formação social de um grupo, seus hábitos e sua integração com o mundo que o cerca. A relação do homem com o seu habitat, com seu grupo, utilizando dos recursos de que dispõe para a sua sobrevivência.
- ✓ Compreender as relações de tempo, espaço e cultura e sua influência na identidade social do povo brasileiro.

Específicos:

- A troca conhecimento entre as culturas presentes em nosso ambiente escolar;
- Trazer o grupo para uma reflexão sobre o “diferente” e o “igual”;

- Levantar questões comportamentais pertinentes à diversidade social e cultural no Brasil;
- Perceber que faz parte deste contexto social e que carrega heranças desta diversidade;
- Mostrar como os povos indígenas vivem e como produzem sua arte;
- Proporcionar ao estudante a possibilidade de vivenciar e experimentar, as etapas de construção do grafismo indígena de forma a concretizar o estudo e contextualizar a produção artística;
- Produzir artes indígenas: grafismo do corpo e cerâmica; trançados;
- Utilizar-se dos elementos da natureza nas produções artísticas;
- Apreciar uma paisagem, um ambiente, um objeto, uma obra de arte, através da utilizando-se dos sentidos;
- Realizar apresentações teatrais, danças, pinturas e oficinas exclusivas para os estudantes que poderão ser apresentadas também a comunidade escolar, proporcionando momentos de entretenimento e diversão, superando barreiras, preconceitos e promovendo uma mudança de mentalidade, de modo a construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

5. DESENVOLVIMENTO

A sala de artes visuais contará com o apoio específico do professor regente da turma que será auxiliado por um profissional da escola direcionado especificamente para esse fim. Nesta etapa do projeto o regente da turma será o maior facilitador do bom desenvolvimento do projeto. As turmas do Warao contarão com o apoio do professor billique que terá fundamental importância na comunicação para a compreensão das ações a serem realizadas.

1ª ETAPA: preparação do espaço

- Preparação da sala de artes visuais disponível dentro da escola para esse fim, com prateleiras, mesas e cadeiras, materiais diversos de modo que o estudante consiga produzir de maneira mais confortável possível;
- Seleção dos materiais: pinceis, tintas, telas, papéis diversos, som ambiente, tatames, dentre outros;

- Elaboração de um cronograma com os horário para uso da sala de artes visuais de modo que todos a usem e que não haja tumulto;

2º ETAPA: introdução

- Produção textual sobre o conhecimento prévio dos estudantes sobre sua visão de arte e sobre a cultura indígena no Brasil.
- Assistir o vídeo sobre as danças, alimentação, artesanato, cultura, dentre outros;
- Leitura de obras baseadas nas artes da educação do campo;
- Exibição de elementos da natureza em obras de arte.

3ª ETAPA: desenvolvimento

- Produção de Grafismo corporal, em cerâmica e em papel;
- Trabalhar lendas indígenas com a representação e produção textual;
- Trabalhar a arte indígena seus trançados e tecelagem (vídeo);
- Ensaiai coreografias com música e dança indígena Warao e brasileira (Se possível com produção de coreografia);
- Reprodução de trabalhas artísticos utilizado-se de elementos da natureza;
- Exposição e apresentação nas culminâncias a serem realizadas na escola, com a participação da comunidade.

Obs; O cronograma abaixo pode sofrer alterações a qualquer tempo visando o bom andamento do projeto.

CRONOGRAMA PARA O USO DA SALA DE ARTES VISUAIS

<i>Dias</i>	<i>Matutino</i>		<i>Vespertino</i>	
	Turmas	Horário	Turmas	Horário
Segunda-feira	5º ano	8h às 9h	4º ano	14h às 15h
	5º ano	9h às 10h	4º ano	15h às 16h
	Warao	10h às 11h	4º ano	16h às 17h
Terça-feira	2º ano	8h às 9h	1º período	14h às 15h

	2º ano	9h às 10h
	Warao	10h às 11h

1º período	15h às 16h
1º período	16h às 17h

Quarta-feira	3º ano	8h às 9h
	3º ano	9h às 10h
	3º ano	10h às 11h

3º ano	14h às 15h
3º ano	15h às 16h
3º ano	16h às 17h

Quinta-feira	1º ano	8h às 9h
	1º ano	9h às 10h
	1º ano	10h às 11h

4º ano	14h às 15h
4º ano	15h às 16h
3º ano	16h às 17h

Sexta-feira	5º ano	8h às 9h
	5º ano	9h às 10h
	3º ano	10h às 11h

2º período	14h às 15h
2º período	15h às 16h
2º período	16h às 17h

6. ESPAÇO

A escola conta com um espaço reservado para o desenvolvimento do projeto que se justifica por promover a formação social e cultural do educando, bem como oportuniza a troca na formação tendo o professor como mediador e as estratégias para que ela seja proveitosa e instrutiva. O projeto pode ser desenvolvido individualmente (por turma) ou coletivamente. Convém ter em atenção que o trabalho individual favorece a autonomia enquanto que o trabalho cooperativo favorece as trocas, a entre-ajuda, e a complementaridade. É importante envolver cada aluno, desde o início do projeto, dando-lhe oportunidade de ser ele mesmo a estabelecer as normas do desenrolar e do funcionamento das tarefas. As atividades podem ser desenvolvidas na sala de artes visuais ou em outro espaço dentro ou fora da escola. Sendo importante planificar as atividades que fazem apelo à participação de outros parceiros.

É importante, ainda, salientar a importância do espaço da sala de artes visuais para favorecer os alunos com menor acesso a produções artísticas e outros tipos de cultura em casa.

7. RESULTADO

O projeto Arte por toda parte tem com objetivo principal, compreender a arte como facilitadora do processo ensino e aprendizagem e como meio de melhorar os resultados de aproveitamento do rendimento escolar, a qualidade de vida dos estudantes e do meio em que vivem. Com o desenvolvimento do projeto Arte por toda parte espera-se favorecer a formação da identidade e de uma nova cidadania de crianças e jovens que se educam nas escolas, contribuindo para a aquisição de competências culturais e sociais no mundo no qual estão inseridos. O objetivo a que se propõe o ensino de Arte, em toda a sua especificidade prevista na forma de lei, é essencial para a construção da cidadania. O ensino de Arte trata de relacionar sentimentos, trabalhar aspectos psicomotores e cognitivos, planejar e implementar projetos criativos e se engajar emocionalmente neles, num permanente processo reflexivo. Talvez mais que em outras disciplinas, no ensino de Arte, os alunos são obrigados a entrar em contato consigo mesmos, quando, por exemplo, criam uma coreografia, realizam um jogo teatral, interpretam uma música ou apreciam um quadro. Isso não é nada menos do que formar a sua própria imagem de mundo, compreender a realidade. Preparar estudantes através das artes é preparar cidadãos que farão do futuro um lugar melhor para vivermos.

“A arte é apenas um substituto enquanto a beleza da vida for deficiente. Desaparecerá proporcionalmente, à medida que a vida adquirir equilíbrio.” Piet Mondrian

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte tem um poder expressivo de representar idéias através das diversas formas de linguagens, como a literatura, a dança, a música, o teatro, a arquitetura, a fotografia, o desenho, a pintura entre outras formas expressivas que a arte assume em nosso dia a dia.

Deste modo, as expressões artísticas faz com que o ser humano possa conhecer um pouco da sua história, dos processos criativos de cada uma das linguagens artísticas, o significado de novas formas de utilizá-la, sempre se aprimorando no decorrer dos anos.

Espera-se que os envolvidos compartilhem informações e os resultados do projeto, de modo a ser seguido como exemplo. Sem duvidas os maiores beneficiados com o

projeto são os alunos, pois os mesmos terão a oportunidade de se envolverem diretamente com um projeto, sendo eles os protagonistas de suas histórias em relação ao prazer e o gosto pelas artes em suas várias dimensões. Devido à relevância do projeto a escola poderá abrir as portas para expor as obras e expressividades dos nossos estudantes a outros, mediante a exposição. O projeto irá romper as barreiras e muros apresentando a todos os interessados produções/representações de qualidade em um ambiente agradável.



**Escola Classe Morro da Cruz
2024**



**Escola Classe Morro da Cruz
2024**



**Escola Classe Morro da Cruz
2024**



**Escola Classe Morro da Cruz
2024**





**Atividades 3º ano -
Ziraldo
Professora Patricia**



PROJETO: “BRASÍLIA, PRAZER EM TE CONHECER!”

JUSTIFICATIVA

Envolver os discentes na história do Distrito Federal de forma lúdica e principalmente remetendo à sua própria história. Os alunos terão oportunidade de conhecer Brasília desde a sua construção até os dias de hoje e assim tornar-se cidadão que se percebe inserido e pertencente à capital do Brasil.

Este projeto objetiva atender a Meta 6, campo estratégias, item 6.4 do **Plano Distrital de Educação** (PDE 2015-2024), "fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, olímpicos, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e outros”.



Visita ao Museu da Caixa Econômica Federal - 2023

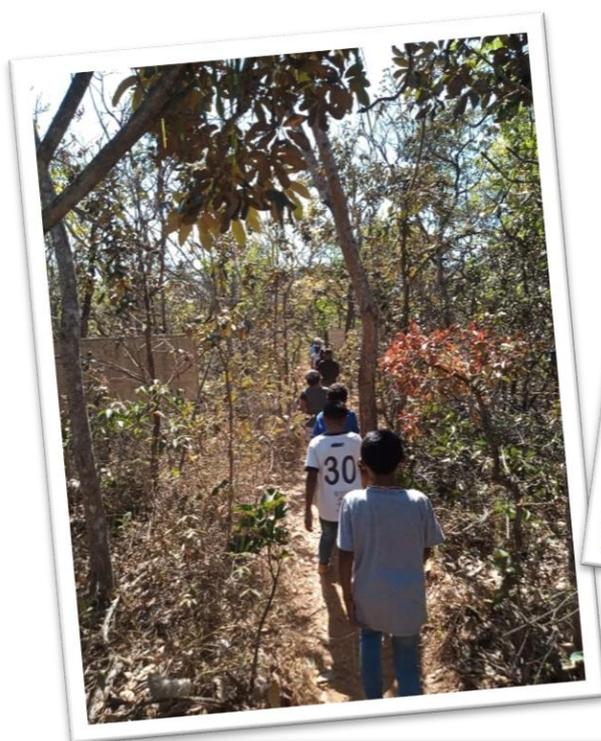
OBJETIVOS

- Conhecer a história do Distrito Federal.
- Aguçar os conhecimentos sobre o Distrito Federal.
- Conhecer os espaços, monumentos, histórias, curiosidades, pontos turísticos e espaços culturais da cidade capital do Brasil.

PROCEDIMENTOS

Serão utilizados livros de literatura como: Brasília de A a Z e O menino que descobriu /Brasília, dentre outros para introduzir o assunto e despertar a curiosidades nos estudantes.

Os estudantes realizarão passeios aos principais espaços turísticos, históricos e culturais para melhor conhecer o local onde vivem e ao qual pertencem.



Visita ao Jardim Botânico de Brasília em 2023

MATERIAL DIDÁTICO

Livros de literatura infantil: Brasília de A a Z e O menino que descobriu Brasília e atividades impressas para consolidação do conhecimento adquirido.

CRONOGRAMA

O cronograma será realizado de acordo com o ano letivo.



PROJETO “AS EMOÇÕES EM MIM!”

JUSTIFICATIVA

Cada vez mais, na atual conjuntura social em que vivemos, torna-se necessário trazer ao ambiente escolar, ações que proporcionem reflexão sobre assuntos, tais como: autoconhecimento, mudança de atitude, autocontrole, habilidade de conviver em grupos, entre outras. Tais temas são de extrema importância para que crianças e adolescentes desenvolvam um conjunto balanceado de habilidades cognitivas e socioemocionais, que essas habilidades interajam entre si, melhorando a capacidade das crianças de obter sucesso dentro e fora das escolas, bem como, para ajudá-los a reagir de forma positiva frente aos desafios do mundo moderno. As habilidades socioemocionais são tão importantes quanto as cognitivas para o desenvolvimento sadio das crianças e adolescentes, por isso, este projeto surge como uma necessidade latente no ambiente escolar.



OBJETIVOS

- Melhorar a qualidade dos relacionamentos na escola;
- Favorecer o exercício das competências sociemocionais;
- Propiciar o autoconhecimento;
- Incentivar que os estudantes tenham decisões e atitudes com autonomia e responsabilidade;
- Promover a resolução de conflitos através do diálogo;
- Reconhecer as emoções.

DESENVOLVIMENTO

O projeto será desenvolvido pelos professores regentes das turmas, com a colaboração dos coordenadores e a equipe gestora que dará o suporte necessário em relação ao apoio material e humano.

A cada mês, a escola irá desenvolver ações com a referida temática, cada segmento irá envolver-se em situações de aprendizagem de acordo com as necessidades e faixa etária envolvidas. Cada tema será abordado com o apoio de livros de literatura infanto-juvenil, músicas, filmes, documentários e jogos.



Projeto desenvolvido na turma Projeto Warao II

PLANO DE AÇÃO

DATA	AÇÃO/TEMA
ABERTURA	Filme: Divertidamente
ABRIL	Amor
MAIO	Medo
JUNHO	Amizade
JULHO	Gratidão
AGOSTO	Raiva
SETEMBRO	Solidariedade
OUTUBRO	Raiva

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada processualmente e de forma contínua.



Projeto desenvolvido em 2024

PROJETO “NOSSA HORTA, NOSSA VIDA MAIS SAUDÁVEL!”

Objetivo geral:

Promover a educação do campo para os educandos e para a comunidade em seu entorno através da horta escolar, buscando inserir no cotidiano do estudante uma alimentação saudável.

Objetivos específicos:

- Levar os estudantes à vivência e ao contato direto com o meio ambiente natural;
- Oportunizar ao aluno a conquista do seu espaço, preservando o meio ambiente onde vivemos;
- Proporcionar como atividade extracurricular um espaço de pesquisa, descobertas e aprendizagem;
- Proporcionar aos alunos a descoberta das técnicas de plantio, manejo do solo, cuidado com as plantas assim como técnicas de proteção da estrutura do solo;
- Desenvolver de modo integrado, a consciência da responsabilidade para o meio ambiente, respeitando o espaço biótico e abiótico a sua volta;
- Promover a responsabilidade social pela participação em grupo, incentivando o respeito pelo outro e o diálogo;
- Criar um intercâmbio sistemático de informações no contexto ambiental através de observações, ações concretas e práticas a serem realizadas no ambiente escolar;
- Levar os alunos a perceberem a horta como um espaço vivo, onde todos os organismos juntos formam uma cadeia, proporcionando uma produção sustentável e fonte de alimentação saudável;
- Promover ao estudante a consciência da sustentabilidade, não só como buscando alternativas para se impor sustentável, mas sim em perceber as suas ações como sustentável;
- Trabalhar com motricidade e sociabilidade dos estudantes.

Desenvolvimento:

O projeto deverá ser integrado ao plano de aula (sequência didática/planejamento) semanalmente, a ser desenvolvido durante o horário letivo.

Essa iniciativa visa proporcionar:

- uma aplicação prática para conteúdos desenvolvidos em sala de aula;
- Melhorar a alimentação de estudantes e profissionais que atuam na escola, por meio do cultivo de hortaliças;
- Desenvolver habilidades socioemocionais e manuais na Educação Infantil;
- Aproximar as crianças da natureza, principalmente das que vivem em áreas urbanas com poucos parques e praças;
- Realizar a integração deste projeto com os demais projetos da escola, como Projeto Leitura Viajante, Projeto Laboratório Interventivo, Projeto Brasília, muito prazer!, Projeto Emoções em mim!, e também da SEEDF, como Plenarinha, Feira de Ciências.

Desenvolvimento:

O espaço de cultivo, seja em canteiros ou vasos, tornará a escola mais acolhedora, já que o espaço se torna mais agradável para permanência de todos, como estudantes, professores, servidores. E também faz com que os estudantes se sintam parte da atividade, parte da construção/formação da escola.

E mesmo atuando em funções ou etapas diferentes, uma atividade depende da outra para que a colheita, e o replantio, aconteça.

Além de um recurso pedagógico, a horta pode ser uma ponte com a comunidade escolar, promovendo um fortalecimento de vínculos com familiares. E nesse caso, o projeto deve contemplar a participação de pessoas voluntárias desde o início, que podem atuar de diferentes formas, como na preparação inicial e manutenção da horta, com doações de sementes ou mudas, elaborando receitas a partir da colheita, entre outros.

Assim:

- O primeiro passo é limpar o terreno e, depois, revolver o solo. Para semeadura de alguns tipos de hortaliças é recomendado acrescentar adubo antes do plantio direto, portanto, é necessário que se pesquise sobre as variedades que serão cultivadas;

- definir as “ruas” dos canteiros, que vão facilitar a locomoção na horta e auxiliar com o escoamento da água, para que o solo não fique encharcado após as regas;
- Fazer a escolha das hortaliças a serem cultivadas, realizando uma pesquisa sobre quais se desenvolvem bem na época em que o plantio será realizado, ou quais variedades são favorecidas pelo clima da região;
- Hortaliças escolhidas, é hora de pesquisar sobre o plantio, diretamente no solo ou com o uso de sementeiras, ou ainda através de mudas;

A educação do/e no campo, vai muito além, de cultivar horta, ou qualquer outro plantio, ela agrega valores e dissemina conhecimento a todos.

Portanto, os desdobramentos do trabalho com a horta podem estar presentes em várias disciplinas, da matemática à aula de artes.

Assim, podemos desenvolver atividades em sala de aula, tais como:

- Confeção de tintas naturais a partir das hortaliças, como casca de cebola, semente de abacate, casca de ovo, açafrão, urucum etc ;
- Oficinas de ilustração botânica ao ar livre ou em portfólios;
- Alimentação e saúde: substâncias dos alimentos e nutrientes;
- Qualidades nutricionais dos cultivares;
- Calendário para semear (condições climáticas);
- História da alimentação no Brasil;
- Cultura alimentar: pratos típicos por regiões, de acordo com a época de plantio, ou de colheita;
- Cerrado e sua fauna: vegetação, plantas medicinais;
- Dentre tantas outras atividades, etc.

Materiais:

- Terra;
- Adubo;
- Calcário;
- pás pequenas,
- enxadas pequenas;
- sementeiras;
- espaçadores;

- tesouras;
- vasos plásticos;
- sementes;

Materiais de apoio/pesquisa:

Horta Escolar: uma sala de aula livre (Sociedade Ecológica Amigos do Embu – SEAE);

Da horta para a merenda (Ecomamor);

História da Alimentação no Brasil (2017, Brasil);

Um Brasil de Sabores (2017 – atual, disponível gratuitamente no YouTube), idealizada por Sabrina Demozzi e Di Florentino (da Trópico);



Tag para homenagem ao dia da mulher em que os estudantes utilizaram folhas secas para decorar. 2024



**Escola Classe Morro da Cruz
2024**



**Escola Classe Morro da Cruz
2024**



**Escola Classe Morro da Cruz
2024**



8 / 10



**Escola Classe Morro da Cruz
2024**

*Escola Classe
Morro da Cruz*

2024



PROJETO “TODOS NÓS CONTRA A DENGUE!”

Justificativa:

O mosquito *Aedes Aegypti* está cada vez mais perigoso, antes a preocupação era apenas a dengue, que já era bem preocupante, agora o mosquito também transmite o Zica Virus e o chikungunya. E diante de tantos casos de dengue e outras doenças transmitidas pelo mosquito surge a importância de reforçar com as crianças sobre o assunto.

Diante disso, várias campanhas estão sendo feitas para tentar combater esse mosquito transmissor, desde campanhas de conscientização até mutirões de limpezas para eliminar focos de águas paradas. E a escola não poderia ficar de fora desse assunto, e nada melhor do que as crianças para mobilizar suas famílias no combate a esse temível mosquito.

Objetivos:

- Informações sobre o risco do mosquito *Aedes Aegypti*;
- Conhecer os sintomas e riscos da dengue, zica e chikungunya;
- Saber sobre o ciclo reprodutivo do mosquito e como interrompê-lo;
- Reconhecer o perigo de deixar a água parada;
- Reconhecer as causas inerentes à irresponsabilidade do não combate ao mosquito;
- Incentivar que, juntamente com sua família, a criança faça uma limpeza em seu lar, verificando focos de mosquitos em água parada, em pneus, garrafas...
- Incentivar a noção crítica sobre diferentes assuntos, analisando notícias de jornais, revistas, TV.

Cronograma:

O projeto será desenvolvido durante a Semana de conscientização do uso da água, conforme estabelecido no Calendário Escolar 2024. E este será um assunto periodicamente trabalhado na escola.

Desenvolvimento:

- Conversas informais, coletando dados prévios sobre o tema;
- Textos informativos;
- Leituras de notícias e discussões;
- Apresentação de folders, cartazes, panfletos etc;
- Atividades com recortes, moldes, pintura, e aproveitamento de materiais que poderiam ir para o lixo, mas que poderão ser transformadas em brinquedos criativos;
- Construção de mosquito com sucata: pintar o rolinho de papel-higiênico de preto com manchas brancas, e pedir para as crianças desenharem, pintarem e recortarem as asas, bico e olhos (ou os olhos podem ser feitos com tampinhas). Os próprios alunos podem montar, ou serem ajudados pela professora. Como patas pode-se usar tiras de papel ou canudos;
- Confeção, pintura, recorte e colagem do quebra-cabeça do mosquito (noção de parte e todo).

Culminância:

Confeção de cartazes para alertar as pessoas, e demonstrar quais foram as aprendizagens adquiridas. Usar frases e desenhos das próprias crianças nos cartazes.

Sugestões de atividades:

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=D9aLTvJVlwk> (Varal de histórias)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EI
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SÃO SEBASTIÃO
ESCOLA CLASSE MORRO DA CRUZ



Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental



Equipe da Escola Classe Morro da Cruz - 2024

Caçador de borboletas

Prof. Marino Sérgio Rodrigues

Eu com as palavras:

Sou só menino;

elas, borboletas.

Eu pego a rede;

E enlaço rápido,

Antes que voe; Assaz e alto.

As vejo, fortes.

Às vezes, leves.

Me encanto rápido;

Registro breve.

E das pontas de meus dedos, as deixo ir.

Pois são mais lindas,

Em liberdade, Que voe alto!

E todos vejam,

E se encantem: Eu só registro.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Unidade de Ensino: Escola Classe Morro da Cruz

CRE: São Sebastião

Portaria: nº 129 de 18/07/2000

Localização: Complexo Educacional Zumbi dos Palmares Área Isolada nº 1, na DF-473, Chácara 03 Núcleo Rural Capão Comprido

CEP: 71.699-901

Telefone: 61 99629 0516

E-mail: 53019717@se.df.gov.br

Data de criação da Instituição Educacional: 08/02/2023 Portaria 109/2023 publicada no DODF Nº 30 de 10/02/2023

Etapas/Modalidade de Ensino Etapas de ensino ofertadas:

Educação Infantil - 4 e 5 anos

Ensino Fundamental I - Anos Iniciais (I Bloco e II Bloco) Atendimento Comunidade Indígena Warao

Turnos de funcionamento: Matutino e Vespertino

Equipe Gestora

Diretora: Neli Delduca de Herédias

Vice diretora: Adenilsa Rodrigues Oliveira

Chefe de Secretaria: Kelly Cristina Lima de Souza

Supervisor Administrativo: Tiago Rocha Coelho

Supervisora Pedagógica: Adriana Dall Oglio

Coordenadora: Betina Rodrigues Lima da Cunha

Orientação Educacional (OE): Veraluce Corado de Sousa Gomes

Docentes:

Cleiton Barbosa Da Silva

Danielle Brito De Freitas Benevides

Danielly Rodrigues Dos Reis Lima

Denise Witt Crestani

Djalma Alves De Aquino
Elisânia Neves Dos Reis
Gleicianni Da Silva Gois
Ivanilde Cardoso Vieira
Ivonete da Silva
Jeane Da Costa Cruz
Juliana De Almeida Costa
Laila Maria de Queiroz da Silva
Leane Da Costa Cruz
Maria Isis Ferreira Lopes
Mariane Alves Mesquita
Marino Sergio Rodrigues
Natalia Da Silva Abreu
Patrícia De Souza Rodrigues
Paula Ribeiro Da Silva
Rogerio Alves Durães
Rosane Alves Da Costa
Taiane dos Santos Trindade
Vivian Bechtluft Pereira
Yohana Barbosa De Melo Franco

Monitora Escolar: Francisca Antônia Araújo Magalhães

Educador Social Voluntário:

Claudiana de Lima Mesquita
Maria Francisca Marinho da Silva
Renata Peixoto Figueiredo

.Educador social voluntário Warao: Maerelis Jimenez Zapata

Merenda Escolar/Alimentação Escolar:

Thiago de Jesus Moura
Evandro Barreto dos Santos
Marinês Maia de Lima

Conservação e limpeza:

Maria do Carmo do Nascimento Lustosa

Adair Maciel de Andrade

Neuci Braga Nogueira

Arthur Lourenço Santos Bezerra

SUMÁRIO

1.	Apresentação	4
2.	À caminho da escola: onde está a escola?	6
2.1.	Os Alunos	7
2.1.1.	Atendimento Comunidade Indígena Warao	10
2.1.2.	A Barreira Linguística: O Desafio De Cada Dia	11
2.1.3.	Sala de Aula	14
2.1.4.	Os Referenciais Teóricos No Campo Das Políticas Linguísticas	15
2.2.	A escola: Começando A Caminhada	19
2.2.1	Perfis dos Profissionais da Educação	22
2.2.2	Organização e Estrutura Pedagógica	23
3.	Todos a bordo	25
3.1.	Mãos-a-Obra.	25
3.2.	Teoria e Prática	29
3.3.	As Aulas de Campo	33
3.4.	Banco De Sementes	42
4.	Diagnóstico do território	46
4.1.	Nas Trilhas Do Morro e pelas ruas da cidade: a cidade de São Sebastião e seus arredores.	46
4.1.1.	Dados Socioeconômicos	50
4.1.2.	Um Buraco ‘Cheio De Bala’: um pesadelo recente e muitas ocorrências violentas	57
4.1.3.	A Feira Permanente De São Sebastião E A Praça Do “Rolo”	58
4.1.4.	Repensando os Dados	59
4.2.	Nas Trilhas Do Morro: Capão Comprido.	61
4.2.1.	A Geografia do Capão: Uma longa estrada.	61
4.2.2.	Somos Warao, os primeiros	64
4.2.2.	A centralidade do Moriche (buriti) na cultura Warao	74
4.2.2.	Comunidade Warao no Brasil	75
4.3.	Nas Trilhas Do Morro: O Morro Da Cruz.	79
4.3.1.	História do Morro	84

4.3.2.	Infraestrutura	89
4.3.3.	A Unidade De Saúde Do Bairro	91
4.3.4.	A Geografia do Morro	95
4.3.5.	Aspectos Socioeconômicos Revelados No PDAD 2021 sobre O Morro da Cruz	98
4.4.	Nas Trilhas Do Morro: Zumbi dos Palmares.	106
4.4.1.	Nas trilhas do morro: outros caminhos até a escola	107
5.	Abordagens teóricas e metodológicas da educação do campo	109
5.1.	Os marcos Normativos da Educação do Campo	109
5.2.	Os Marcos Conceituais da Educação do Campo	111
6.	Considerações finais	114
7.	Referências	116
8.	ANEXOS: Mãos-a-Obra	121

1. APRESENTAÇÃO

A **Educação no Campo** constitui-se por um fazer pedagógico comprometido com a construção de uma **escola do campo** alicerçada em princípios, matrizes formativas e práticas pedagógicas garantidas pelas políticas públicas conquistadas por meio das lutas históricas e, simultaneamente, por meio do estreitamento entre os instrumentos normativos e a práxis, que corrobora com uma materialização da efetiva busca pela democratização da escola pública gratuita e de qualidade para todos, a qual frutifica-se no esforço coletivo das práticas docentes interdisciplinares anteriores, interiores e síncronas que valoriza/enfatiza um processo contínuo e necessário na qual todo o indivíduo inserido nele tornar-se-á partícipes diretos e indiretos da construção escolar; uma alegoria perfeita e condizente tanto do processo de ensino/aprendizagem como da leitura dos documentos norteadores que dialogam-se e revela interdependências. Assim é o trabalho de pesquisa empreendido no inventário que revelará um indivíduo complexo e socioantropológico e apontará sobretudo para uma sistematização não definitiva, do processo de planejamento coletivo/participativo, que será aperfeiçoado e concretizado em nossa caminhada, através do convite a escrita coletiva, e desse modo viabilizar o fornecimento de dados mais pontuais, e enfim cooperar para uma visão clarividente das ações educativas necessárias que empreendemos esforços.

“A escola deve estar aberta à comunidade exterior. Atenta à comunidade interior, envolver todos na construção do clima escolar, na definição e na realização do seu projeto e na avaliação da sua qualidade educativa” (**Alarcão, 2001**).

Pensando neste documento que possui uma data de início e não possui uma data de término, se prestigia a identidade dos sujeitos históricos e de direitos que vivem nos territórios rurais em constante diálogo e conflito com as cidades e perímetros urbanos de seu entorno, compartilhando entre si vivências, desafios e anseios. Neste documento buscamos descrever uma estrutura viva e mutante que possui características singulares, mas constitui traços bem delineados que se apresentará a todos. E nutrirá o PPP (projeto político pedagógico) uma vez que abastece a escola de informações relevantes para um projeto pedagógico mais alinhada a um proposta de educação integral, conforme as definições do Currículo em Movimento.

“O Projeto Educativo é, claramente, um documento de Planificação escolar que poderíamos caracterizar do seguinte modo: de longo prazo quanto à sua duração; integral quanto à sua amplitude, na medida em que abarco todos os aspectos da realidade escolar, flexível e aberto; democrático porque elaborado de forma participativa e resultado de consensos” (DIOGO, 1998:17).

Entre o que está posto como norma e o que está indicado como orientação para as escolas, se localiza a distância entre a teoria e a prática e os desafios do fazer pedagógico. Mas está a liberdade de propor novas metas e estratégias para cumprir o que se desenhou no projeto pedagógico. Nisso residem duas características fundamentais, definidas por Libâneo (2004, p. 152): considerar o que já está instituído (legislação, currículos, métodos, conteúdos, clima organizacional, etc); e, ao mesmo tempo, instituir, estabelecer e criar objetivos, procedimentos, instrumentos, modos de agir, estruturas, hábitos e valores, **ressignificando** a própria cultura escolar.

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

O ambiente onde está inserida a escola no campo é um solo fértil para o saber, e na oportunidade da sementeira, se fará necessário as intervenções para uma colheita mais abundante, e como se diz na região, ‘quem planta colhe’. Nela resistem as manifestações culturais e o sincretismo, permeada nos saberes, fazeres das populações residentes nas zonas rurais, as vezes, às margens da cidade, e aqui em confluência com a cidade a vista e em plena expansão. E o inventário escolar pretende fotografar este panorama. Um registro fruto de um trabalho coletivo e da pesquisa que se inicia em um período bem definido e sobressai no tempo graças a **pedagogia a alternância**. O seu objetivo é conhecer o patrimônio escolar que perfaz os aspectos socioculturais, antropológico a caminho dos territórios sensíveis da etnografia; a partir deste, buscará identificar, classificar e registrar as informações de um determinado recorte geográfico sobre uma realidade multidimensional do contexto social campesino ou equivalente. Este que iniciará numa data bem definida e se estenderá no tempo, e

tal como um conjunto de fotografias, oferecerá um álbum a quem desejare visitar ou conhecer um fato que se deu no espaço-tempo, e que por fim revelará, com pretensões de reconstituir/representar em laudas, o patrimônio material e imaterial de um lugar no tempo. Sendo assim, constitui-se em uma atividade que permite o conhecimento dos bens socioculturais de natureza histórica e ambiental na perspectiva apontada acima, ou seja, dos acervos existentes visíveis e de outros aparentemente ocultos, o que tornar-se-á fundamental para estabelecer ações efetivas de preservação, (conservação, catalogação, valorização, acompanhamento entre outros) dentro da microrregião, com reflexos na macrorregião. Constitui-se como uma importante ferramenta na gestão de informações do patrimônio de uma comunidade, cooperando no processo educativo interdisciplinar para transformar a realidade da instituição escolar e da cosmovisão dos envolvidos no processo.

Nesse sentido, o inventário é uma ferramenta que possibilita (re)conhecer para então atuar, e por isso é também aquela prática reflexiva em consonância com as orientações do Currículo em Movimento; integra o registro das boas práticas contempladas nos documentos de referência da educação que privilegiam a valorização indenitária dos estudantes para o processo de construção do conhecimento individual. Além do mais, esse mecanismo constitui-se numa ampla fonte de pesquisa, propiciando direcionamentos dos mais diversos e encaminhamentos dos mais pontuais mais assertivos dentro das funções sociais da escola. É dizer, um documento que proporcionará ao PPP detalhes para construir objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando as exigências legais do sistema educacional, bem como as necessidades da comunidade em que a escola encontra-se inserida, e os propósitos e expectativas projetadas pela comunidade escolar dentro do calendário anual.

“O Inventário Social, Histórico e Cultural constitui-se em instrumento investigativo coletivo, dialógico e dialético que tem como objetivo reconhecer os elementos educativos presentes no território camponês que servirão de subsídio na construção do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, cuja essência como elemento técnico, visa garantir a política educacional voltada para as Escolas do Campo, legitimando-as” (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Para realização do inventário e os aspectos da pesquisa foi consultado vários sítios eletrônicos e a PDAD - Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílio, todas referenciadas ao final deste registro, e os arquivos escolares com vistas a extrair

dados quantitativos e qualitativos, bem como visitas, registros fotográficos, e os diálogos e questionários em reuniões incluídos no diário de bordo que integrarão o nosso Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental.

2. À CAMINHO DA ESCOLA: ONDE ESTÁ A ESCOLA?

Ao redor da escola temos muitas comunidades, e o quintal de alguém. Não temos um espaço só nosso, onde possamos colocar uma grande placa e o logotipo da escola, mas temos o essencial. A Escola Classe Morro da Cruz foi criada pela portaria 109, de 08 de fevereiro de 2023, sendo publicada no DODF nº 30 de 10 e fevereiro e 2023. Nasce, assim, sem um espaço físico próprio mais com muitas expectativas com as fases de crescimento que virá; e ainda neste ano de 2024, estamos ansiosos com a possível mudança para um espaço no coração da comunidade Morro da Cruz, mas apenas vislumbramos essa possibilidade que ainda não se efetivou até o 1º bimestre escolar. Mas seguimos “esperançando”. Portanto, sem limites para criar, e imerso em um processo de ressignificação do próprio território que antes não contava com uma escola em seus limites geográficos. E em razão disso, já descobrimos que não haverá sempre novidades, mas as possibilidades nos anima. A capacidade de se reinventar e a vontade por parte do coletivo (educadores e educandos) de materializar os projetos que começam a delinear-se pelo esforço coletivo nos inspira. Observamos também que o espaço da não-existência foi preenchido com a primeira escola pública de uma macrorregião e isso significa novidade; ar de coisa nova que perdurará por um tempo. Isso mantém essa equipe docente essa crença necessária, como uma força vital própria da juventude, de que podemos ser agentes de transformações profundas, verdadeiras e duradouras. Sendo as pessoas a nossa maior riqueza,

iniciamos nosso projeto de inventário partindo de uma reflexão crítica da nossa realidade e intitulamos **No caminho: quem são estes que andam comigo?**

A Escola Classe Morro da Cruz está situada (provisoriamente) nas instalações da Centro Interescolar de Línguas de São Sebastião – CIL SS que fica localizado no Complexo Educacional Zumbi dos Palmares Área Isolada 1 Chácara 3, Núcleo Rural Capão Comprido CEP 71.699-901, as margens da DF-473, tendo como ponto de referência a via que dá acesso a saída para a cidade de Unai/MG, BR-251 Rodovia Júlio Garcia. Está localizada na intercessão de bairros e assume características distintas dos bairros mais centralizados desta RA XIV. Um espaço centralizado entre os inúmeros núcleos rurais e a cidade de São Sebastião abaixo e que de acordo com o PDOT_ Plano Diretor de Ordenamento Territorial_ do Distrito Federal, toda a área

da proximidade escolar é território rural, no entanto com o desordenamento populacional a localidade está se tornando urbana, pois há inúmeros parcelamentos irregulares que nos referiremos na sequência, a este lugar de procedência dos alunos; compondo esse núcleo urbano complexo com características, as vezes, rurais e ainda classificadas como rurais, das famigeradas conurbações, sua incrível diversidade linguística proveniente dos fluxos migratórios nacionais e internacionais, e que refletem inclusive na dinâmica da própria escola. Os seus paradoxos impactam todas as esferas sociais e faz parte de estudos que compõem ou comporá as diversas áreas de saber sobre os fenômenos urbanos e rurais presentes no DF.

A escola foi criada para atender a grande demanda de novas matrículas solicitadas pela SEEDF, e ainda atender as comunidades indígenas Warao residente na unidade Cáritas Arquidiocesana de Brasília, em São Sebastião, bem próximo à escola, e dos estudantes dissidentes desta comunidade Warao, residente no bairro Morro Azul; consideramos que havia dois núcleos familiares da mesma etnia recepcionadas pela escola. Portanto, a escola atende a demanda da Educação Infantil - 1º e 2º período, a demanda dos anos iniciais - 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental, educando oriundos da própria comunidade local e outros de origem em comunidades camponesas, alunos de outros estados e de comunidade quilombolas, indígenas, migrantes venezuelanos não-indígenas e/ou migrantes refugiados venezuelanos de etnia indígena específica; e, claro, além da parte não regularizada dos núcleos rurais do entorno da escola, atendemos os alunos provenientes de bairros tradicionais regularizados de São Sebastião.

a. Os alunos

Estão sendo atendidos pela Escola Classe Morro da Cruz em torno de 217* (duzentos e dezessete) estudantes, na faixa etária de 4 a 17 anos. Os estudantes são oriundos da comunidade do Zumbi dos Palmares, Núcleo Rural Morro da Cruz e Núcleo Rural Capão Comprido. A Escola Classe Morro da Cruz oferta 15 turmas regulares divididas nos turnos matutino e vespertino, e 3 turmas multietapas no turno matutino que atendem o Projeto Warao. Essas turmas estão distribuídas da seguinte forma:

Turmas na Escola Classe Morro da Cruz

Educação Infantil			Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
1º período	2º período	2º período Classe Bilíngue Mediada Warao	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	2º ano Classe Bilíngue Mediada Warao
04	04	01	04	02	01	01	01	02

Fonte: Escola Classe Morro da Cruz - Secretaria Escolar/Abril 2024 (I-educar)

Alunos atendidos/.matriculados

ABRIL 2024	Alunos Matriculados
1º Período – A, B, C e D	48
2º Período – A, B, C e D	48
1º Anos – A, B, C e D	48
2º Anos – A e B	18
3º Anos – A	12
4º Anos – A	12
5º Anos – A	12
2º período – Classe Bilíngue Mediada Warao	13
2º anos – Classes Bilíngues Mediadas Warao	30
TOTAL DE ESTUDANTES	241

Fonte: Escola Classe Morro da Cruz - Secretaria Escolar/Abril 2024 (I-educar)

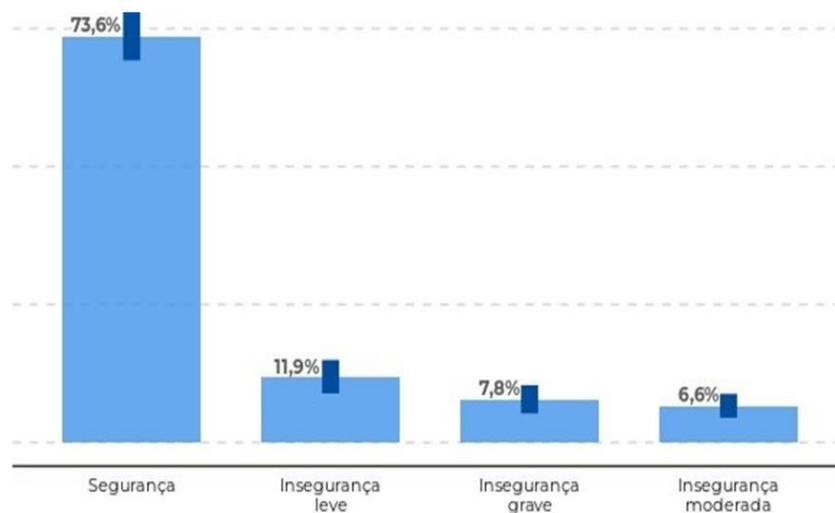
É realizado o atendimento Temos 241 (duzentos quarenta um) estudantes matriculados na Escola Classe Morro da Cruz, sendo que **185 (cento oitenta e cinco)**

estudantes são provenientes dos espaços/áreas rurais desta Região Administrativa, 56 (cinquenta e seis) estudantes de áreas consideradas urbanas.

Quanto ao perfil dos os estudantes da escola Classe Morro da Cruz, eles tem idade entre 4 a 13 anos. Residem, em sua maioria, nas proximidades da escola, em contrapartida há um pequeno quantitativo que reside em outros bairros e os responsáveis fazem uso de transporte particular, visto que a escola está em uma área que o transporte público ainda é muito precário, e a distância da escola até a residência está em uma distância superior a 2,5 km, ou pouco menos, o que retira do estudante o direito ao transporte escolar. O transporte escolar oferece aos alunos além dos benefícios da locomoção que propicia a garantia da frequência e a proteção contra aos riscos da periferia ou zona rural, mas também permite aos pais e responsáveis a oportunidade de seguir uma rotina de trabalho menos estressante, sabendo que os seus filhos estão em segurança e se move dentro de suas previsões e planejamento diário.

A Escola Classe Morro da Cruz é composta por discentes oriundos das classes média e baixa, cujas famílias são constituídas por pais trabalhadores que, de um modo geral, se preocupam com a educação dos filhos, porém há alguns casos pontuais onde há necessidade da intervenção, visando promover o desenvolvimento escolar do estudante em situação de queixa escolar e, nestes caso, sim, em razão da falha de acompanhamento de alguns pais. No que se refere ao lazer e à cultura, os estudantes possuem poucos espaços de lazer nas comunidades as quais pertencem, participando de festas temáticas de rua como junina (julina), festas religiosas ou eventos promovidos pela escola. Os indivíduos em idade escolar dessas regiões se divertem pelas ruas vicinais, campos improvisados, ou dentro de suas casas com os videogames ou jogos virtuais quando contam com o serviço de banda larga.

A despeito da vulnerabilidade social constatada nessas regiões e da pesquisa do PDAD 2021 que reforça essas antigas impressões, recordamos que alguns dados refletem o contexto de pandemia da Covid19 naquele momento; entretanto, em conversa com a equipe docente, os estudantes revelam que geralmente contam com o mínimo de três refeições diárias, como exemplo do gráfico abaixo sobre o bairro Morro da Cruz; o cuscuz no café da manhã é o alimento mais frequente, e exerce um papel de uma marca cultural, muito em razão da origem das famílias dos estudantes. Não ignoramos que o lanche e as outras refeições são o cardápio principal de alguns estudantes e uma das poucas oportunidades de uma alimentação saudável para outros.



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Figura 4.7.1: Distribuição dos domicílios por situação de segurança alimentar nos últimos 3 meses, Morro da Cruz, PDAD 2021

A maioria dos estudantes mantém vínculo positivo com o ambiente escolar e as famílias geralmente são colaborativas com o trabalho pedagógico e juntos criamos diariamente um ambiente propício à aprendizagem. A Escola Classe Morro da Cruz também é composta de discentes de origem migratória de várias regiões e etnias, como os haitianos, venezuelanos e ainda os venezuelanos indígenas da comunidade Warao.

2.1.1. Atendimento à Comunidade Indígena Warao



Em 2021, a Cáritas Arquidiocesana de Brasília recebeu a comunidade Warao, oferecendo acolhimento, viabilizando junto com Governo do Distrito Federal assistência em programas sociais, de saúde e educação para todos. As crianças foram matriculadas na rede pública de ensino, em escolas de São Sebastião. No entanto, em 2021 e 2022, houve grande evasão dos estudantes Warao nas escolas.

Em 2023, com a criação da Escola Classe Morro da Cruz, a Secretaria de Educação do Distrito Federal implantou o “Projeto de atendimento à comunidade Warao”, para atendimento de 36 (trinta e seis) estudantes na faixa etária de 4 a 17 anos. Inicialmente o atendimento aos estudantes se deu em apenas uma turma, no entanto diante de um olhar mais próximo e das especificidades de cada faixa etária, implantou o atendimento em 03 (três) turmas. E cada turma com um professor de atividades e outro professor intérprete (Língua Espanhola). Os estudantes têm aula na Língua Portuguesa, na Língua Espanhola e também em Warao, pois os professores têm dedicados em pesquisar sobre a língua materna da Comunidade Warao. A escola também atende estudantes imigrantes venezuelanos não indígenas e haitianos. Dessa forma estreita a distância entre a teoria e a prática no cumprimento dos preceitos legais e das orientações curriculares desta secretaria de educação, e nesta oportunidade de recepção dos estudantes indígenas Warao cumpre a sua vocação enquanto escola através da prática pedagógica atenta a lei 9.394 em seus projetos de leitura tanto no que trata da obrigatoriedade do ensino da cultura e da literatura indígena, e da lei 11.645/2008. Muito em razão do diálogo intercultural do contato direto entre o aluno da etnia indígena e o aluno não indígena, esse contraponto é

essencial para a compreensão de quem somos, pois quando olhamos para o outro, estamos reconhecendo o que temos de comum e de diferente e transitamos pelo reconhecimento de nossa singularidades dentro da total heterogeneidade de grupos, sobretudo entre os pares. No final desta troca individual ou coletiva, diálogos coletivos ou da leitura solitária, sobressairá a ideia de que todos nós pertencemos a uma mesma teia universal. Por meio da leitura e do compartilhamento aos poucos acessamos o vasto conhecimento da cultura criada por grupos indígenas e outros.



Como a escola foi recém criada ainda não conta com o AEE – Atendimento Educacional Especializado, bem como classe especial. Os estudantes que possuem transtorno ou deficiência que estão inseridos na escola foram matriculados por livre e espontânea vontade dos responsáveis os quais foram informados, no ato da matrícula, que seus filhos não teriam atendimento especializado, este ano, na presente instituição, e foram orientados a buscar atendimentos em escolas próximas que mantêm o Atendimento Educacional Especializado.

2.1.2. A barreira linguística: o desafio de cada dia

A partir das reflexões sobre a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 205 onde está declarado que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, fica definido a **função social da escola**, por meio de nossa carta magna e de outros instrumentos normativos que regem a educação

brasileira, garantem, protegem e acolhem os indivíduos. E nela podemos incluir as portarias e as ações político-pedagógicas de inclusão de estudantes não falantes de Língua Portuguesa. E para que a escola seja capaz de cumprir sua função social e efetivar as Diretrizes da Educação do Campo é necessária a articulação com a comunidade em todas as esferas da organização escolar.

Os desafios relacionados ao campo da linguagem se apresentam em vários níveis em nossa sociedade. As variedades de maior prestígio e as mais estigmatizadas ainda estão entre os motivos das várias querelas entre os falantes, e década após década percebemos isso quando se refere ao falar mais de interior, ou periférico. Há quem diga que o uso mais adequado e menos adequado da língua, da gramática, dos verbos se faz necessário segundo o contexto e existe a necessidade de permanecer vigilante para não tropeçar nas regras de uso de cada dia; e há quem não consegue argumentar, e parte para cima, dedo na ferida, e defere o primeiro golpe na oportunidade que tiver, pois a sua noção de “certo e errado” grita mais alto junto os adjetivos que lhe vier primeiro a cabeça. Mas de fato há um consenso quanto a necessidade de compreender a necessidade de uso, as variedades da língua (oral e escrita), as situações de comunicação, as variações linguísticas que se opera no interior da língua de região para região, históricas (variações no tempo), e tudo isso nos cobra um olhar de maior acuidade e metódico sobre tal fenômeno. Mas tão complexo quanto os conflitos dentro da própria língua portuguesa, encontramos aqueles de ordem idiomática e atual com as crescentes ondas migratórias que se revela naquela que espelha a sociedade com vistas a transformação: **a escola**.

A atual crise migratória mundial (ACNUR, 2020) tem ocasionado um aumento no número de matrículas de estudantes migrantes nas escolas regulares brasileiras (UNIBANCO, 2018), também manifestadas na capital federal, muitos dos quais têm um nível baixo de proficiência em língua portuguesa. Ainda que o acesso desses alunos ao Ensino Básico seja assegurado pela legislação brasileira e internacional, com atualizações mais recentes que asseguram a matrícula dos estudantes sem a obrigatoriedade de apresentação de comprovantes de escolaridade mais específicos, de modo que não crie empecilhos na hora de garantir a vaga nas instituições de ensino. Mas aqui propomos a importante analisar se as políticas linguísticas implementadas nas escolas favorecem a aprendizagem do português, considerando ser essa, em geral, a única língua de instrução nas instituições onde estão matriculados nas escolas brasileiras. Os estudantes imigrantes com língua materna

diferente do português têm necessidades específicas quando comparadas às dos demais estudantes, levando em conta, dentre outros fatores, a distância entre a(s) língua(s) que falam e a língua portuguesa. No caso warao, a língua apresenta uma proximidade com a língua espanhola, e a SEEDF (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal) considerou esta especificidade no cumprimento da legislação quando trouxe a figura do professor interprete/tradutor que atua como mediador e facilitador das situações de comunicação. Sabe-se que essa é uma situação desejável e não é a praticada nas unidades federativas Brasil a fora.

O aumento no número de alunos imigrantes na escola regular brasileira desde 2010 (UNIBANCO, 2018), decorrente do crescimento do fluxo migratório recente para o Brasil (CONARE, 2016), põe em evidência a necessidade de as escolas se prepararem para receber adequadamente esses novos alunos. As demandas específicas dos estudantes que não têm o português como língua materna devem ser atendidas para que o processo de aprendizagem dos conteúdos das diferentes disciplinas _a falta de suporte coerente com suas necessidades linguísticas e com as dificuldades de adaptação às novas culturas nas quais estavam inseridos agrava a situação de isolamento desses alunos o desenvolvimento das capacidades previstas para cada etapa de escolarização_, bem como a interação desses alunos migrantes com professores, colegas e funcionários da escola não sejam comprometidos, de acordo com Neves (2018), em sua proposta de reflexão intitulada Políticas Linguísticas Às Crianças Imigrantes no Ensino Fundamental.

Estas são algumas siglas importantes para quem desenvolve trabalhos na área das políticas linguísticas e migratórias:

ACNUR Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CIE Carteira de Identidade do Estrangeiro **CNIg** Conselho Nacional de Imigração

CONARE Comitê Nacional para os Refugiados **ONU** Organização das Nações Unidas

PCNs Parâmetros Curriculares Nacionais

PEI Programa Escola Integrada

PFOL Português para falantes de outras línguas

PLA Português como Língua Adicional

PLAc Português como língua de acolhimento

Para início de conversa, transparente e madura, alie-se ao esforço para fazer-

se entender. Nesse sentido, buscamos aclarar um termo que será visto com muita frequência no processo de ensino – aprendizagem da língua portuguesa: **PLA** Português como Língua Adicional. O termo foi difundido no Brasil pelo professor Dr Pedro Garcez da UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O emprego no contexto descrito faz muito sentido quando nós assumimos uma perspectiva, de um certo ponto de vista político-ideológico e do entendimento que nós não deveríamos permanecer demarcando fronteiras em relação daquilo que é nativo ou estrangeiro, indicando para quem é primeiro ou segunda língua.

Portanto, o objetivo inicial do termo é diluir as fronteiras. Um outro motivo que explica o uso do termo é o incentivo a pensar no mito do falante nativo, uma vez que as regiões de um território como o exemplo sul-americano que apresenta uma heterogeneidade linguística, por haver ocorrido, como no caso brasileiro, o contato direto com outras línguas; o português europeu, o espanhol e muitas outras línguas, sobretudo as de matriz indígena coexistiram no mesmo território por um longo período. Afinal, se perguntássemos quem seria o falante nativo da língua portuguesa, esbarraríamos na figura deste falante, uma criação, uma figura idealizada porque nem mesmo sabemos tudo de nossa língua materna. E esta discussão tem sido uma proposta frequente da linguística aplicada e presente nas áreas do ensino de língua. Portanto aparecerá outras formas e usos para aquilo que anteriormente referíamos como “estrangeiro” como o termo língua não materna. Em suma, o termo PLA ajuda a problematizar estas questões e a enunciar a heterogeneidade dos espaços caracterizados pela diversidade de sujeitos e contudo linguística; e essa proposta chegou a partir da abordagem comunicativa vigente e que revolucionou o campo do ensino-aprendizagem de idiomas. A sua adesão revela o entendimento que no espaço de ensino se objetiva além de ofertar o português, o respeito as outras línguas; e esse novo idioma é adicional porque se somará e interagirá ao repertório linguístico desse aluno.

Em consonância com Anunciação (2017), que se baseia em Schlatter & Garcez (2009), há uma clara preferência de uso, entre os pesquisadores e estudiosos quanto ao termo **língua adicional** em detrimento de **língua estrangeira** porque *“além de reconhecer a variedade de repertórios linguísticos dos alunos, reconhece-se que a língua portuguesa passa a ser parte desse repertório, que já não é uma língua do outro, mas uma língua a mais nos repertórios dos indivíduos”* (ibidem, p. 17).

Nas linhas que se seguem buscaremos debruçar sobre as questões que

permeiam a interculturalidade para além do modismo de uso do termo, de maneira rasa e apenas na superfície das culturas; prática que estimula a criação e a continuidade de estereótipos. A interculturalidade aponta para a imersão no universo complexo, delicado, denso e organizado que constitui uma língua e o próprio indivíduo, suas singularidades, suas lutas e ressignificações no tempo-espaço.

2.1.3. Sala de aula

Quando se pensa na política linguística adotadas pela escola para o acolhimento, mesmo aqui no DF, explícita ou implicitamente, identificamos ações tomadas para promover a integração mais por parte dos profissionais que compõem a escola e o ambiente escolar do que da SEEDF (secretaria de estado de educação) e do próprio ministério público que determina uma demanda mas não promove ações positivas junto as escolas. As orientações disponibilizadas nas páginas das agências que assistem a situação dos imigrantes cumprem um papel importante em apontar caminhos de investigações e atitudes mais adequadas. Portanto, os desafios do trabalho com migrantes nas escolas consistiria em desenvolver uma iniciativa sem a articulação de todas as esferas envolvidas no trabalho de recepção aos estudantes. Essa constitui a maior dificuldade na implementação dessa política e de propor ações que possam contribuir para uma efetiva política de acolhimento – estrangeiros e brasileiros – que não tenham o português como primeira língua.

Os acertos atuais são decorrentes da observação atenta dos erros do passado e da parceria das instituições que foram pioneiras na recepção dos estudantes, pois muitas delas, ao fazer a recepção daqueles que chegavam, buscou de fato o apoio de um(a) profissional da área de português como língua de acolhimento (PLAc), sem a presença de um intérprete, e muitas vezes sem a formação básica necessária na língua de comunicação do imigrante; a solidariedade e a sensibilidade moveu muitos voluntários do início desta década. Aqui cabe um parêntese para recordar que a perspectiva de ensino de **português como língua de acolhimento** se guia pela urgência, pela instrumentalização comunicativa básica para a sobrevivência em um contexto cultural e linguístico diferente ou pouco familiar ao país de origem.

Observando o que deu certo e onde podíamos melhorar, a escola buscou observar meios de como visibilizar suas diferenças culturais e linguísticas sem expô-la como exóticos ao grupo e como acolhê-los. Outros desafios enfrentados foram as propostas de reflexão docente, em relação aos primeiros contatos que envolvem a comunicação da escola com o ensino da língua de acolhimento sem perda da língua materna. Entre as possíveis ações que avaliamos como ideal no acolhimento escolar mais adequado dos alunos, identificamos as seguintes, principalmente para os adultos da comunidade indígena que atendemos em São Sebastião: promover mais oportunidades para a realização de diálogos interculturais; estabelecer uma melhor comunicação entre o professor de PLAc e a escola; evitar ações que pudessem visibilizar as diferenças linguísticas e culturais ou reforçar a vulnerabilidade frequentemente atribuída; aumentar a carga horária de aulas de PLAc _ como estávamos cientes de que a instituição responsável pela recepção das famílias já ofereciam aulas de PLAc aos familiares, dado o nível de fluência que os estudantes já apresentavam desde o primeiro momento, nos concentramos na alfabetização dos estudantes e apenas incentivando a sua comunicação em língua materna e o estudo da escrita de sua língua materna sempre que houvesse oportunidade em sua comunidade. São medidas que aumentam a qualidade de nossas interações, bem como contribui para a implementação de políticas públicas voltadas para o acolhimento desses estudantes, respeitando sua identidade.

Foi pensando na perspectiva das crianças/jovens estrangeiros, e a sua grande dificuldade em atender às demandas escolares que prejudicava o desenvolvimento de suas capacidades, naquele/nesse contexto de recém chegada ao país que possui obrigatoriedade da matrícula e frequência escolar regida por mecanismos legais e com sanções conhecidas, mas que não discute, cobra e fiscaliza a preparação da escola com profissionais em número e em qualidade para receber a demanda crescente; no caso do DF antecipamos os dados oficiais, pois arriscamos a dizer que as escolas anteriores viu o crescimento da defasagem e evasão escolar sintomáticos nas listas de presença dos conselhos de classe. Nisso constitui a mudança para uma lógica de ensino aprendizagem compreendida a partir da perspectiva de Português como Língua Adicional, **PLA** que propõe uma perspectiva crítica e atual do contexto do distrito Federal mas não ignora as falhas que ainda ocorrem no sistema de educação vigente.

2.1.4. Os referenciais teóricos no campo das políticas linguísticas

Ao pensarmos em uma política de acolhimento nas escolas que promova a valorização e a integração dos estudantes imigrantes, consideramos importante ter em vista as discussões feitas por Maher (2007) no que diz respeito ao planejamento de cursos que respeitem as individualidades dos grupos minoritarizados. A autora defende que apenas uma abordagem da educação que demonstre de forma positiva a pluralidade social e cultural, e que entendemos está em consonância com o Currículo em Movimento, poderá assegurar a igualdade de oportunidades para grupos sociais desprestigiados, como o grupo composto por estudantes migrantes no ensino regular brasileiro. Assim, Maher (2007) aponta para a importância de se promoverem ações que busquem o fortalecimento dos membros de tais grupos e que favoreçam a educação do entorno para o respeito às suas diferenças linguísticas e culturais, com vistas a obter mudanças no “cenário de opressão linguístico-cultural em que vivem” (ibidem, p.257).

Com o objetivo de promover a interculturalidade e trabalhar as diferenças existentes, Reste & Ançã (2011), assim como Maher (2007), enfatizam (...) a escola, para além de assumir a diversidade cultural como um fator de enriquecimento, deve igualmente proporcionar o conhecimento e o diálogo de cada cultura consigo própria e com as outras culturas, no sentido de preparar os indivíduos para uma atitude social mais justa e fraterna (p. 134). Ao promover discussões sobre os elementos culturais dos diferentes membros da comunidade escolar, a escola poderá tornar evidente que várias culturas e idiomas convivem dentro do território brasileiro – umas mais valorizadas que outras por representarem concepções de grupos mais ou menos prestigiados socialmente.

Uma educação que promova uma “leitura positiva da pluralidade social e cultural” (FLEURY, 2003, p. 17 apud MAHER, 2007, p. 264) baseia-se no reconhecimento e na valorização de diferentes culturas, vistas aqui não como formas fixas e puras, mas como misturas de outras, que se justapõem e se agregam. A escola que recebe em seu corpo discente crianças e jovens migrantes/refugiadas deve estar preparada para promover uma educação intercultural, de modo a proporcionar a convivência respeitosa entre seus membros. Em um mundo em que há um intenso movimento migratório e uma urbanização crescente, membros de diferentes culturas

poderão se informar e conhecer outros modos de conceber o mundo, de se organizar, de atribuir valores por meio da promoção de diálogos interculturais em diferentes discussões nas atividades internas e extraclasse. Apesar de a pluralidade cultural fazer parte do mundo, nem todos atribuem ao multiculturalismo na educação um valor positivo. Como lembra Maher (2007), os adeptos do chamado multiculturalismo conservador veem no ensino de base multicultural, ou no ensino bilíngue para as minorias, um fomentador de “cisões e conflitos sociais” (p. 259).

Paralelamente, defendem práticas escolares, línguas, conhecimento e valores eurocêntricos e consideram função da escola garantir que os grupos sociais vistos como inferiores abram mão de sua língua e sua cultura em nome dos valores hegemônicos (ibidem). Ainda conforme a autora, os adeptos do multiculturalismo liberal, por sua vez, atribuem ao multiculturalismo um valor positivo e reconhecem as diferenças como legítimas.

Dentre eles, segundo a autora, há um primeiro grupo que considera que todas as pessoas são livres para fazerem escolhas, desde que tenham as mesmas oportunidades. Dessa forma, é criada uma falsa igualdade que colabora para a manutenção das relações de poder existentes, com a assimilação dos grupos marginalizados (KUBOTA, 2004, p. 36 apud MAHER, 2007, p. 260). Nessa lógica perversa de sabotagem, utilizando exemplos da autora, observamos a presença constante de uma tutela, um índio que use um celular não é visto como autêntico, ou um asiático que não se destaque em disciplinas de ciências exatas não é considerado um típico estudante asiático.

Por outro lado, a perspectiva crítica do multiculturalismo, que Maher (2007) prefere chamar de **interculturalidade**, almeja desvendar as artimanhas utilizadas para alegar “uma pretensa superioridade de indivíduos ou grupos sociais em relação a outro” (ibidem, p. 264). O **multiculturalismo crítico** propõe, na leitura da autora, a aposta no diálogo entre as culturas, propiciando para as pesquisas e o ensino outros conhecimentos além do conhecimento oficial. Maher (2007) aponta para a importância de a escola saber promover os diálogos interculturais como forma de desestabilizar as relações de poder e assegurar uma igualdade de oportunidades dentro da escola para grupos sociais desprestigiados. Isso é importante para promover o direito à (re)significância cultural.

E se pensamos na perspectiva do português como língua de acolhimento, encontramos trabalhos realizados em Portugal e no Brasil que se debruçam sobre

diferentes aspectos do ensino-aprendizagem de português no cenário das novas migrações internacionais. A área que tem sido denominada, frequentemente, por português como língua de acolhimento (PLAc) tem, assim, se fortalecido em ambos os países. Para Ançã (2006), o ensino do português para imigrantes e refugiados teria “a função de acolher aqueles que chegam e que ficam” (p.2), ou seja, pessoas “que precisam agir linguisticamente de forma autônoma em um contexto que não lhe é familiar” (GROSSO, 2010, p. 66). Lopez e Diniz definem PLAc como a ramificação da subárea de Português como Língua Adicional (PLA) – integrante, portanto, da área de Linguística Aplicada – que se dedica à pesquisa e ao ensino de português para imigrantes, com destaque para deslocados forçados, que estejam em situação de vulnerabilidade e que não tenham o português como língua materna, situação que se aplica ao grupo étnico Warao.

Os autores Lopez e Diniz (ibidem) ressaltam que o PLAc não deve ser compreendido como uma adaptação do PLA para um novo contexto, e sim uma área transdisciplinar, em constante diálogo com diferentes campos do conhecimento. Dessa forma, os pesquisadores da área e os professores que ensinam português para tal público poderão compreender melhor quem são seus alunos e as relações que esses imigrantes estabelecem com os diferentes idiomas que os constituem. Vale lembrar, como apontam Oliveira e Silva (2017), que o ensino de português para migrantes não deve ser visto como a única política linguística capaz de promover a integração social desse público.

Assim como aponta Anunciação (2017), em sua pesquisa de mestrado, a língua de acolhimento no país de destino é, muitas vezes, a própria língua materna dos imigrantes que chegam. Para evitar a compreensão de que uma única língua seja responsável por todo o processo de acolhimento, Bizon e Camargo (2018) propõem, com base em Anunciação (2017), que se substitua a ideia de língua de acolhimento por um acolhimento em línguas, expressão que evidencia que diferentes espaços de enunciação demandam o uso de diferentes linguagens. Acreditamos que os professores e educadores que se envolvem em práticas de ensino de português para o estudante imigrante devem procurar ouvir seus alunos, compreender suas expectativas em relação ao aprendizado da língua e buscar conhecer sua cultura para fundamentar a preparação de suas aulas e dos dispositivos didáticos que irá utilizar. Sem apoio, muitos desses jovens deparam-se com o fracasso escolar, mesmo aqueles que eram ótimos alunos nos países de onde vieram.

“Reconhecer de maneira positiva a presença das línguas dos imigrantes e a necessidade de políticas públicas de atendimento a essa diversidade” (OLIVEIRA & SILVA, 2017, p.140).

Uma proposta interessante, a proposta de Bărbulescu se afilia ao **multiculturalismo crítico** ou **interculturalidade**, que evoca “a relação entre as culturas que é o que de fato importa” (MAHER, 2007, p.265). Ao promover os diálogos interculturais, favorece a construção do conhecimento como interconhecimento (SOUSA SANTOS, 2004) entre a equipe docente e os estudantes imigrantes e que se alinha as práticas de pedagogia da alternância tal como a conhecemos em uma construção coletiva e de partilha da educação do campo. Estas são algumas referências para os estudos linguísticos quando se tratadas barreiras e entrecosques entre uma ou mais língua/cultura.

Neste sexto mês de início dos trabalhos com os estudantes imigrantes indígenas, já temos quatro alunos que conseguem ler com facilidades palavras dissílabas e trissílabas, e outros três mais novos iniciando a leitura dos dissílabos. Os estudantes novatos estão na fase inicial de aprender o desenho das primeiras formas das vogais e consoantes (gostam mais de pintar, e não sabem como pegar no lápis ou em suas tesouras). Motivo que nos orienta a revisar o trabalho e produzir atividade que alcancem os estudantes que estão começando a escrever as primeiras letras, a juntar palavras ou que estão iniciando a leituras de pequenos textos.

Seguimos com as atividades que privilegiam a construção de palavras para treinamento da leitura de sílabas e a formação e leitura de palavras dissílabos e trissílabos para os alunos que estão mais avançados; nisso consiste os desafios de uma sala multietapas e com fluxo contínuo (entrada e saída de alunos): avança três passos e retrocede dois, as vezes três. Ainda que nas séries iniciais a repetição seja algo necessário, aqui também se dá por outros fatores, como a barreira linguística e o choque cultural, como discutimos acima. Os alunos assimilam o alfabeto, as vogais, as sílabas e as novas palavras de acordo com a aquisição da língua portuguesa; naturalmente, a oralidade precede a escrita, e raras vezes, o oposto. Em razão disso, todas as segundas-feiras, iniciamos com a revisão dos conteúdos relevantes da semana anterior.

Faz parte do exercício do ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira, como qualquer outra aprendizagem de tema ou assunto, um exercício de recursividade; e aqui eu proponho que separemos um tempo para observar os

elementos da oralidade ao caminho da/até aprendizagem da escrita, bem como os empecilhos frequentes; para alguns, de fato lidamos com a alfabetização, uma vez que não adquiriram a escrita de sua língua materna, tampouco de sua língua de comunicação (o espanhol); já para outros, se trata apenas de uma fase da aquisição da 3º língua que chamaríamos apenas de língua adicional. Acredito que temos os dois simultaneamente.

O caminho da aprendizagem de um idioma e o caminho da alfabetização em nossa língua materna possui alguns pontos em comum: trilhamos uma linha organizada que passa por um lugar, num primeiro momento, de muita repetição, e uma fase longa de consolidação de todo o aprendido e que capacita o indivíduo a decifrar o código visível (letras, sílabas, palavras, da unidade menor para a maior) que chamamos de ler e que está conectada com a próxima fase que está mais oculta em nós e que tem a ver com compreender (processamento); numa outra fase estaria a interpretação que cobra mais do indivíduo e de sua capacidade de estabelecer conexões entre a mesma rede na complexa malha de informações aparentemente dispersas no ambiente.

E quando pensamos nas situações de comunicação de uma ambiente bilíngue, trilingue, de fato, as vezes, ocorrem falhas na comunicação em decorrência da diferenças entre idioma e isso faz parte da aquisição de uma novo idioma/cultura, algo perfeitamente natural, se pensarmos que até entre nossos pares ocorrerá falhas na comunicação que passa pela dificuldade de escutar o outro, relevar as ausências da vírgula, ou as opiniões divergentes etc. Quando se trata de uma sala de aula com sujeitos como os nossos Warao (Warao, e as duas línguas adicionais, o espanhol e o português), as falhas se dão em razão da própria competência do indivíduo, e de outros empecilhos, barreiras comuns.

Comunicação é poder e ocupa espaço em nossa essência, e seguirá ocupando local de equilíbrio nas sociedades. Comunicar com alguém em outro idioma quando se tem uma equipe organizada é mais simples; basta boa vontade, curiosidade e, vez ou outra, uma piada simples para quebrar o gelo e um nível básico de proficiência linguística (leitura e compreensão). Mas conviver com migrante/refugiado e indígena requer uma sensibilidade que está distante da maior parte de nós neste fatídico momento da história humana.

Semana dessas, começamos a perceber mudanças nos aspectos pedagógicos nos últimos estudantes matriculados; já é possível perceber novas aprendizagens, a

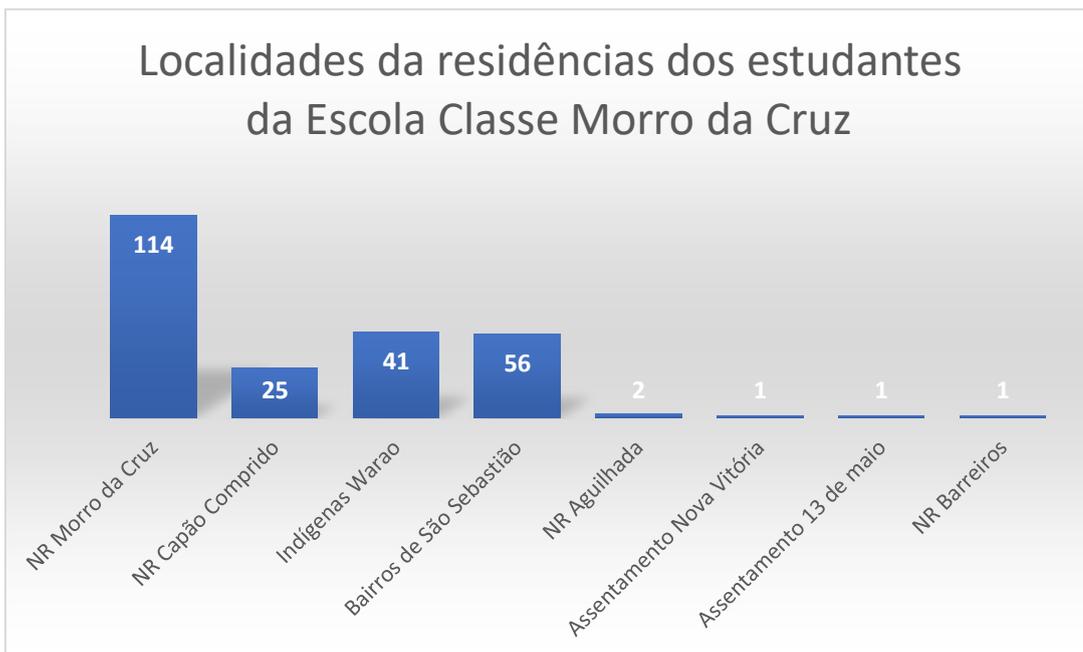
começar pela maneira como seguram o lápis. A ausência da escola infantil comum nas escolas brasileiras, para o nosso espanto, é constantemente superada pelo interesse de aprender e a rapidez com que conseguem se apossar do português instrumental ou português como língua acolhimento (PLac).

Aqueles que não conseguiram avançar em seu primeiro contato nas estruturas de ensino adaptadas dentro dos abrigos, e as primeiras instruções nas letras e convenções do português-brasileiro, também já conseguem escrever as vogais e construir o cabeçalho rotineiro sem o auxílio do pontilhado. Estamos em 2024, afinal, **el pueblo de las aguas** permanecem vivos e o que mudou foi apenas o seu lugar de viver. É certo que lhes custará sobreviver longe do rio; realmente eles são como peixes fora d'água. Mas buscamos juntos as lentes para ver o mundo como um mar de possibilidades e de ressignificações para (sobre)viver nos espaços urbanos. Hoje, eles nos contam contos, cantam seus cantos do rio, e dançam livre e espontaneamente. Yakera! Nossos irmãos desfrutem nossa companhia.

2.2. A escola: começando a caminhada

A Escola Classe Morro da Cruz atende um total de 241 estudantes oriundos de várias regiões, comunidades e assentamentos, divididos em diferentes localidades. São elas:

1. Núcleo Rural Morro da Cruz - 114
2. Núcleo Rural Capão Comprido - 25
 - 2.1. Estudantes Indígenas Warao: 41
3. Bairros de São Sebastião - 56
4. Núcleo Rural da Aguilhada – 02
5. Assentamento Nova Vitória – 01
6. Assentamento 13 de maio – 01
7. Núcleo Rural Barreiros - 01



Fonte: Escola Classe Morro da Cruz - Secretaria Escolar/Abril 2024 (I-educar)

Quanto ao perfil dos estudantes da Escola Classe Morro da Cruz, eles tem idade entre 4 a 17 anos residem, em sua maioria, nas proximidades da escola, ou em outros bairros. Um pequeno parcela tem direito e faz uso do transporte escolar público. A outro parte, observamos que os responsáveis fazem uso de transporte particular ou do transporte escolar locado. Isso porque a escola está em uma área que o transporte público ainda é muito precário, e a distância da escola até a residência está em uma distância média de até 2,0 km, ou pouco menos, o que retira do estudante o direito ao transporte escolar público.

Isso faz toda a diferença tanto para a escola e para as famílias, uma vez que o transporte escolar oferece aos alunos além dos benefícios da locomoção que propicia a garantia da frequência e da proteção contra os riscos da locomoção em áreas da periferia ou zona rural, trazendo tranquilidade aa todos os interessados, e muito além disso, permite aos pais/responsáveis a oportunidade de seguir uma rotina de trabalho menos estressante, sabendo que os seus filhos estão em segurança e se movem dentro de suas previsões e planejamento diário.

A Escola Classe Morro da Cruz é composta por discentes oriundos de famílias em vulnerabilidade social, constituídas por pais/responsáveis trabalhadores que, de um modo geral, se preocupam com a educação dos filhos, porém há alguns casos pontuais onde há necessidade da intervenção da escola, visando promover o

desenvolvimento escolar do estudante em situação de queixa escolar e, alguns casos, sim em razão da falha de acompanhamento dos pais/responsáveis na vida escolar do próprio filho.

No que se refere ao lazer e à cultura, os estudantes da Escola Classe Morro da Cruz possuem poucos espaços de lazer nas comunidades as quais pertencem, participando de festas temáticas de rua como festa junina ou julina, festas religiosas ou eventos promovidos pela escola, ou outras instituições como igreja, projetos sociais de ONG'S e instituições da cidade, etc. Os indivíduos em idade escolar dessas regiões se divertem pelas ruas vicinais, campos improvisados, ou dentro de suas casas com os videogames ou jogos virtuais quando contam com o serviço de internet. Em sua maioria são famílias que vivenciam a vulnerabilidade social e não dispõem de recursos para participar de momentos de lazer e cultura.

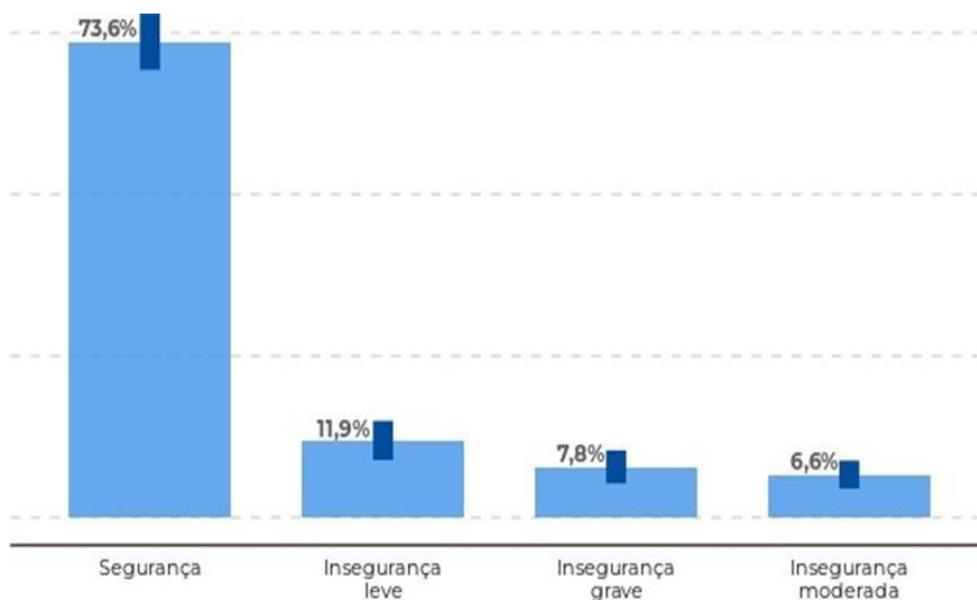
A despeito da vulnerabilidade social constatada nessas regiões e da pesquisa do PDAD 2021 que reforça essas impressões, recordamos que alguns dados refletem o contexto de pandemia da Covid-19 naquele momento; entretanto, em conversa com a equipe docente, os estudantes revelam que geralmente contam com o mínimo de três refeições diárias, como no exemplo do gráfico abaixo sobre o Núcleo Rural Morro da Cruz; o cuscuz no café da manhã é o alimento mais frequente, e exerce um papel de uma marca cultural, muito em razão da origem das famílias dos estudantes. Não ignoramos que o lanche e as outras refeições são o cardápio principal de alguns estudantes e uma das poucas oportunidades de uma alimentação saudável para outros.

E em razão disso a Escola Classe Morro da Cruz oferece 02 (duas) refeições diárias para seus estudantes, sendo o lanche da manhã e o almoço. O almoço é uma refeição completa, oferecendo alimentos que suprem as necessidades nutricionais dos estudantes na faixa etária que a escola atende.

A maioria dos estudantes mantém vínculo positivo com o ambiente escolar e as famílias geralmente são colaborativas com o trabalho pedagógico e, juntos, é possível criar diariamente um ambiente propício à aprendizagem e o desenvolvimento do estudante.

Em suma, a comunidade local é composta, em sua maioria, por trabalhadores da iniciativa privada e/ou autônomos. E a escola está inserida em uma comunidade que apresenta vulnerabilidades sociais graves, como se observa nas pesquisas locais e o PDAD_ Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios, mas graças ao conjunto de

esforços coletivos dos envolvidos no processo de escolarização, tanto a família e escola, fazem cumprir os preceitos legais e as acepções sociais e culturais básicas. Em relação à alimentação, percebe-se que uma parte se alimenta bem em suas residências, no entanto há muitos estudantes que chegam à escola sem a primeira refeição do dia (café da manhã); no geral, os estudantes apreciam a alimentação escolar oferecida. A equipe gestora está juntamente com a Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião somando esforços para oferecer aos estudantes 02 refeições diárias e qualidade, ou seja, o lanche e o almoço para o turno matutino para o turno vespertino, mesmo nos momentos de atipicidades como o que ocorreu neste ano de 2024 em relação ao fornecimento dos alimentos às escolas públicas do Distrito Federal.



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Distribuição dos domicílios por situação de segurança alimentar nos últimos 3 meses, Morro da Cruz, PDAD 2021

2.2.1 Perfis dos Profissionais da Educação

A Escola Classe Morro da Cruz conta com profissionais capacitados e dispostos a se envolverem no processo de ensino/aprendizagem com ênfase na inclusão e na transformação de todos os estudantes. A equipe está composta por profissionais de diferentes perfil e formação. Os professores são profissionais que desempenham a função de mediar o saber de forma inclusiva e transformadora, utilizando-se de estratégias diversificadas para ofertar o ensino de forma significativa e acessível a todos os estudantes, independente da necessidade educacional e do contexto socioeconômico em que se encontram, visando garantir a aprendizagem justa, de forma democrática, igualitária e respeitando a diversidade cultural.

O corpo docente é composto por professores 23 docentes, 08 efetivos e 15 em contratação temporária. Dentre os professores regentes, 18 profissionais têm formação acadêmica superior em magistério/pedagogia e 3 possuem, além da pedagogia, especialização em língua espanhola para atender os estudantes da comunidade indígena Warao que fazem parte do corpo discente da escola. Nas turmas multietapas que atendem a comunidade indígena Warao, têm 1 professor Atividades e 1 professor de Língua Espanhola – interprete e 1 educador social Voluntario da comunidade Warao que transita pelas três turmas.

Os profissionais preocupam-se com a sua formação em processo contínuo para atualizarem-se, aperfeiçoarem-se e especializarem-se para apossar-se de mais das ferramentas pedagógicas; boa parte dessas formações são proporcionadas pelas Coordenações Pedagógicas, principalmente no que tange ao Currículo em Movimento, e aos Ciclos da Educação Básica, e na oportunidade, o momento perfeito para aprimorarem-se nos processos avaliativos e e na elaboração de relatórios pedagógicos descritivos, entre outros conhecimentos, através da partilha, com o objetivo de através dos inúmeros processos as vezes invisíveis ou invisibilizados, promover o sucesso escolar do estudante. Além dos auxílios ofertados pela coordenação e gestão, os professores estão sempre em busca de novos conhecimentos, realizando cursos ofertados pela Secretaria de Educação do DF, por meio da Subsecretaria de formação docente (Eape), pelo Ministério da Educação e por entidades particulares.



2.2.2. A Estrutura Pedagógica e Organização escolar: regime, tempos e espaços

A escola está em processo de construção e ainda não dispõe de uma Sala de Recursos com os devidos profissionais, bem como de uma Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem. Recebemos com alegria neste ano de 2024 o Serviço de Orientação Educacional – SOE que aumentará qualitativamente nossos atendimentos. Todo o planejamento está voltado para efetivação dos pressupostos descritos no Currículo em Movimento do Distrito Federal, com propostas pedagógicas voltadas para:

- Valorização do processo educativo com vistas a desenvolver integralmente a criança nos seus aspectos afetivos, cognitivos e psicomotores com a parceria da família/comunidade, realizando: Reunião de pais, formaturas, palestras e projetos específicos (interventivos);
- Trabalhar concretamente a alfabetização com vistas ao letramento, incentivando à leitura e à pesquisa através de projetos específicos, projetos interventivos, testes (diagnósticos), acompanhamento e encaminhamento aos serviços de apoio, se necessário, assim que possível.
- Compreensão da importância e necessidade do trabalho em equipe, desenvolvendo estudos coletivos sobre temas pertinentes ao trabalho pedagógico;
- Promoção da interdisciplinaridade e contextualização entre os conteúdos e anos de ensino, através da divulgação de trabalhos dos estudantes e dos

profissionais da educação que atuam na escola. Todas estas propostas são discutidas em conjunto com o corpo docente, de forma que todos opinem e participem da construção de ações que busquem preparar a criança para a aquisição de habilidades e competências, a fim de formar pessoas para o exercício pleno da cidadania.

E essas proposições se alcança com a organização do ambiente escolar e suas práticas contempladas no Currículo em Movimento. Os Ciclos representam outra forma de organização dos tempos e dos espaços escolares, pois consideram a lógica do processo, a utilização de uma pedagogia diferenciada, o trabalho coletivo e a avaliação formativa, visando promover a progressão dos estudantes sem prejuízo da qualidade. Na Escola Classe Morro da Cruz acreditamos que, quando se organiza a escola em Ciclos dar-se a oportunidade para garantir um tempo maior de aprendizagem do estudante e com isso amenizar a descontinuidade dos processos formativos atuais.

Esse modelo de organização política educacional busca ressignificar a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada permanente e o conselho de classe como instância de convergência de todas as avaliações praticadas na escola. Os ciclos estão assim organizados:

1º Ciclo é representado pelas turmas da Educação Infantil (4 e 5 anos);

2º Ciclo é distribuído em dois blocos:

- 1º - Bloco Inicial de Alfabetização (BIA): 1º, 2º e 3º anos;
- 2º - Bloco: 4º e 5º anos.

A Escola Classe Morro da Cruz acredita que a base para o estudante chegar aos anos finais e, em seguida, ao ensino médio é construída pela escola classe. Essa convicção reafirma a todos, diariamente, quão grande é a nossa missão e responsabilidade. Contudo, a Organização do Trabalho Pedagógico da escola possibilita o bom desenvolvimento para que os estudantes cheguem ao ensino médio com proficiência, por isso somos uma Rede de Ensino. O sucesso do educando só acontecerá se essa trama for iniciada na Educação Infantil perpassando pelos anos iniciais do Ensino Fundamental.

3. TODOS A BORDO!

3.1. Mão-a-obra.

O principal elemento educativo norteador dos estudos da comunidade escolar do campo para ser analisado com atenção no contexto da construção do inventário é **a terra**. E é importante apontar que o termo território aqui empregado deve ser entendido primeiramente como espaço de **apropriação** e **domínio** de um espaço partilhado, e estamos falando de um lugar que abriga **interesses** e **conflitos**. E que segundo Milton Santos, “o uso do território é que faz dele uma categoria de análise”. Daí o entendimento que todo território se constitui a partir de uma construção histórico-social. Por isso, um dos primeiros conhecimentos que precisamos desenvolver é sobre a história do nosso lugar. A nossa expectativa é a de revelar os aspectos sociocultural, sociolinguístico de uma região; é certo que vamos esbarrar nas mazelas de um território, mas em contrapartida toda a riqueza e os fazeres de um povo.

Como sugerido pelo Guia Metodológico do Inventário de Roseli Caldart, organizamos as fases da pesquisa por blocos, discriminados abaixo. Na sequência, chegamos à conclusão nas coordenações coletivas que o tempo de conclusão de cada proposta de atividades poderia sempre fluir em alinhamento com o nosso calendário escolar com períodos de culminância nas “Plenarinhas” e outros projetos já previstos no bimestre, dentro de semanas temáticas e saídas de campo já programadas e que contemplem o tema trabalhado, respeitando as datas e os prazos acordados.

Para promover a interação entre os educadores e educandos e para desenvolver a inter-relação dos conteúdos curriculares com os saberes e os fazeres do campo o coletivo de educadores da escola decidiu construir o projeto do Inventário Social, Histórico e Cultural respondendo a seguinte questão norteadora;

No caminho: quem são estes quem andam comigo?

A resposta a esta pergunta geradora alimenta todos os textos desenvolvidos neste Inventário Histórico, Social, Cultural e Ambiental e o material registrado e produzido está disponível em Mãos-a-obra: anexos.

Bloco 1.

A. Recorte Geográfico

- Qual a localização da sua região? Qual a distância da sua região do centro urbano mais próximo?
- Como é o acesso para a sua região? (Asfalto, estrada de terra)
- Como é a infraestrutura da sua região? (Energia elétrica, telefone, internet, esgoto, água, acesso a serviços de saúde, escola)
- Qual o tipo de produção da região?
- Quais os processos produtivos mais importantes?
- Em relação à produção agrícola, há predominância da agricultura familiar ou do agronegócio?
- O que mudou em relação a: recursos naturais, vegetação nativa, preservação das margens dos rios, das nascentes e áreas de reserva?
- Como era a região no início? Como está agora?

Quando iniciamos as primeiras buscas por conhecimento de determinado assunto, nos sentimos um pouco perdidos ou inseguros. Então começamos do começo, com muitas perguntas. As perguntas se multiplicaram. O coletivo percebeu que nem os estudantes e nem os professores sabiam responder com convicção as tantas perguntas que iam surgindo, e uma pesquisa tinha que começar pelos elementos mais simples; e as perguntas nos moveram. Por que o nome Núcleo Rural Morro da Cruz/Zumbi dos Palmares/Capão Comprido? Quem são os primeiros moradores da Comunidade e de onde vieram? Há quanto tempo moram na comunidade? Tiveram contato com indígenas quando chegaram na região? Quais produtos agrícolas são produzidos na propriedade rural e nas proximidades da escola,

e quais animais são criados pelas famílias dos estudantes? Como é a relação dos moradores da comunidade com o meio ambiente (cerrado)? Quais moradores contribuíram para o desenvolvimento social da comunidade, através de disponibilidade e viabilidade de recursos como terrenos para a construção dos espaços comunitários: escola, posto de saúde, igrejas, centro comunitário e poço artesiano. Como é o fornecimento de água para consumo das populações nos núcleos rurais?

Bloco 1.

B. A minha comunidade

- Quando e como foi formado o núcleo rural/a sua cidade?
- Que grupos ajudaram na formação da comunidade?
- De onde vieram? A que etnias pertencem? Quais os tipos de composição das famílias que existem nesta comunidade?
- Quais atores sociais estiveram atuando na apropriação e uso desse território?
- Quais interesses estavam envolvidos na ocupação dessa área?
- Existiram conflitos? Quais?
- Quais as características étnicas desses grupos?
- Quais as características - origem, condição social - da população local que se instalou ali?
- Quantas famílias vivem na comunidade?
- Existem lideranças ou representantes na comunidade? Como são escolhidos?
- O que é ser criança, adolescente, jovem, adultos e idoso na sua comunidade?
- Que organizações existem na comunidade? Existe associação nas comunidades? Quem participa dela e o que fazem?
- Quais os tipos de danças, comidas, vestimentas que caracterizam sua comunidade?
- Que elementos, objetos e imagens etc., caracterizam a comunidade?
- Como está organizada a participação das mulheres nas organizações sociais na comunidade?
- Quais as formas de manifestação cultural que a comunidade mantém ou produz? (festas religiosas, ciclos de colheitas)
- A comunidade faz uso de plantas medicinais?

- Existe uma pessoa na comunidade que conhece e indica as plantas medicinais?
- Quais são e como se manifestam os saberes tradicionais da comunidade?
- Como é tratado o lixo da comunidade?
- Quais os problemas ambientais existentes nas comunidades?

Bloco 1.

C. Trabalho

- Que profissões existem na comunidade?
- Qual o tipo de trabalho que os membros da sua família realizam?
- Quais fatos marcam a trajetória histórica e a formação da sua família?
- Como se deu a história de ocupação do(a) lote/terra pela sua família na comunidade?
- Quem são as pessoas que atuam nas atividades produtivas no(a) lote/terra da sua família?
- Quais são seus papéis?
- Quais as principais fontes de renda da sua família?
- Qual a origem da sua família (município e estado; cidade ou campo)?
- Quando e por que foram morar na comunidade?
- O que produzem ou criam?

Bloco 1.

D. A escola

- A escola atende à demanda da comunidade?
- Existe oferta de Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais, Ensino Médio e EJA?
- Como é a estrutura da escola?
- A escola tem biblioteca? Laboratório de informática? Quadra de esportes?
- Área de lazer? Parquinho para brincar?
- A escola promove atividades que envolve os saberes da sua comunidade?
- A escola expõe as produções dos estudantes?
- A escola mantém, junto com os estudantes, hortas orgânicas, viveiros de mudas,

plantas medicinais, animais de estimação?

- A produção dos alimentos da comunidade faz parte do cardápio da escola?
- Alimentos plantados pelos estudantes fazem parte do cardápio?
- A escola integra os alimentos e hábitos alimentares às demais atividades?
- Você reconhece a sua família e a comunidade nos livros e brinquedos da escola?
- Como é o transporte e o seu deslocamento até a escola?
- Qual a distância percorrida da sua casa até a escola?
- Qual a escola que temos?
- Qual a escola que queremos?
- Que ações podemos fazer para mudar a nossa escola?

Bloco 1.

E. **Recursos Naturais:** (re)conhecendo a biodiversidade

- Como é a vegetação natural da área? Que plantas nativas/espontâneas estão presentes: arbóreas e herbáceas.
- Há reservas na área? De que tipo?
- Que animais existem no lugar: nativos e domésticos.
- Quais os tipos de relevo, que acidentes geográficos existem? Há erosão, voçorocas, ravinas?
- Quais os tipos e as características (físicas, químicas e biológicas) do solo: cor, estrutura (arenosa, argilosa).
- Como é o clima na região: qual a regularidade das chuvas, qual a média de temperaturas ao longo do ano?
- Há fontes de água no entorno? Quais? Existe algum riacho, rio, lagoa, açude ou vertente de água no local ou próximo?

Bloco 1.

F. Outros aspectos: sociais, econômicos e culturais

- Há pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais na comunidade? Quais as deficiências presentes e como são tratadas?
- Quais os meios de transporte mais usados pelas famílias e como são as estradas?

- Que atividades de lazer são realizadas coletivamente ou por determinados grupos e quando acontecem?
- Que igrejas/religiões atuam no local e que práticas desenvolvem com as famílias?
- Há museus ou outros centros de memória no local ou que não estejam muito distantes da escola? Há bibliotecas próximas?
- Quais são os principais hábitos alimentares das famílias e características da cultura alimentar da comunidade? Quais os alimentos consumidos regularmente, todos os dias ou todas as semanas? culinárias típicas do local ou da região.
- Quais os problemas de saúde mais comuns entre as famílias e como costumam ser tratados?
- Como é o atendimento de saúde? Existe posto de saúde na comunidade ou próximo?

Nessa fase inicial da escrita do nosso inventário, já vislumbrávamos o **objetivo geral** de promover os meios e a oportunidade de conhecer a diversidade humana e suas relações com o meio em que conviviam como conhecer a diversidade das relações humanas nos aspectos históricos, sociais, culturais e ambientais e identificar a fauna, a flora e os recursos naturais do Bioma Cerrado e o solo.

Os **objetivos específicos** foram levantados, a princípio:

- Conhecer a história de São Sebastião (Núcleo Rural Morro da Cruz, Capão Comprido, Zumbi dos Palmares).
- Reconhecer e identificar os principais saberes e os fazeres dos sujeitos que vivem nessas comunidades.
- Identificar a fauna e a flora, os aspectos geográficos e os recursos naturais da região e outros aspectos.
- Promover ações que favoreçam a ecologia humana (aprender a cuidar de si, do outro e do meio de forma sustentável)
- Oportunizar a todos o acesso ao conhecimento da educação do campo emancipadora, democrática, inclusiva, respeitando os fazeres e saberes dos sujeitos do campo.
- Adequar-se à diversidade da realidade concreta do campo e seus vários contextos e acolhedora dos diversos sujeitos que a compõem.

3.2. Teoria e Prática Bloco 2

A essa altura identificamos as seguintes **etapas e estratégias do trabalho**:

- a) Discussão entre os professores sobre a importância do inventário histórico, social e cultural com o objetivo de construir a identidade da escola do campo;
- b) Momentos de planejamento coletivo para escolher o nome do projeto e definir as estratégias e as atividades das turmas participantes;
- c) Criação de um diário de bordo, a partir do reconhecimento da importância da ata escola.
- d) Momentos de consulta ao PDAD (pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio).
- e) Visita (momento de escuta) aos núcleos familiares com o intuito de conhecer a história da comunidade, os saberes e os fazeres do campo a fim de organizar os conhecimentos prévios que serviriam de orientação aos estudantes;
- f) **Atualização dos endereços dos estudantes**, após a percepção de muitas inconsistências e equívocos nos registros escolares.
- g) Aulas de campo com os estudantes na comunidade
- h) Levantamento das plantas medicinais conhecidas na região e
- i) Momento de organização para que cada estudante traga uma muda;
- j) Roda de conversas com os moradores mais antigos da comunidade;
- k) Participação dos estudantes no desenvolvimento do primeiro local para semear as primeiras espécies;
- l) Construção de cartazes e painéis com exibição da primeira fase do projeto com os desenhos e textos produzidos pelos estudantes para a exposição das metas alcançadas no primeiro momento.

Iniciamos o processo de construção/reconstrução da nossa identidade, convidando toda a comunidade escolar para a 1º reunião e sempre atentos a ata do encontro. Em nossa primeira reunião docente enfatizamos a importância dos documentos iniciais e estruturadores da escola, a situação econômica do contexto de fundação escolar, e as expectativas da formação e fortalecimento de uma equipe. Nos encontramos sempre na iminência de mudar para um espaço que seja nosso, ainda que não seja espaço próprio; e seguimos neste ano de 2024 com esse mesmo sentimento. A equipe tem se esmerado para iniciarmos, e os nossos documentos de planejamento de curto e longo prazo tem sido apresentados até como o incentivo do hábito da prática reflexiva para o seu fortalecimento, tal como o PPP (Projeto Político

Pedagógico) _, até como parte do nosso esforço de perseguir a meta de sermos reconhecidos como **Escola do Campo**.

A nossa reunião iniciou com a presença de cerca de 90 pessoas (Pais e/ou Responsáveis, funcionários, docentes, discentes, gestores) e após 1h de apresentação da equipe, dos temas e assuntos relevantes da escola, abrimos a palavra para a escutar a comunidade. O registro frequente em cada reunião de todos os presentes, e de todo o conteúdo em ata foi fundamental nesse período. Ficou estabelecido que todas as informações foram iniciadas pelo corpo docente em distintas oportunidades durante o ano letivo de 2023. Estamos na preparação de nossa segunda reunião do 1º/2024 e dentre os temas trataremos de nossos documentos basilares.



As perguntas desenvolvidas foram:

A escola hoje?	A escola que construímos hoje!
1. A nossa escola está localizada em uma região rural ou urbana? Justifique sua resposta!	1. Pedagógico

2. O espaço físico da nossa escola atende as necessidades da comunidade escolar? (Entrada e saídas da escola, banheiros, quadras? parquinho? cantina, pátio, sala de educação integral, salas de aula, espaço verde, horta? etc...)	2. Físico (nosso maior desafio)
3. Você percebe que o ensino oferecido pela nossa escola dialoga/contempla os elementos da realidade diária do estudante? Esses conhecimentos forma o seu filho para enfrentar o mundo? (Ler e escrever bem, etc...)	3. Inclusão
4. Você acha que a escola respeita e acolhe as diferenças dosujeito? (Racial, religioso, étnico, relação a deficiência das pessoas, etc...)	4. Aspecto Disciplinar

A essa altura nos debruçamos sobre a análise dos dados. Os professores discutiam a adequação dos dados e sua esquematização. Montamos um organograma de acordo com o calendário escolar. Começávamos a vislumbrar os objetivos gerais e específicos de maneira organizada e agora poderíamos pensar na divisão de tarefas. Na hora do fazer, quem seria os agentes responsáveis pela execução de cada objetivo específico até atingir o cumprimento da primeira fase do projeto? Registramos em um caderno de bordo as seguintes informações:

A escola hoje?	A escola que construímos a partir de hoje!
Qualidade do Ensino Regular e recepção de não falantes de português.	Sede própria (estrutura completa)
Acolhimento a Diversidade étnica	Melhor acessibilidade, reforma e ampliação dos espaços
Acolhimento as diferentes origens	Espaço verde aproveitável
Projeto de Leitura e Escrita	Adequação de Currículos e Projetos

Profissionais capacitados	Infraestrutura para Educação Integral
Ausência de espaço físico adequado	Mais recursos humanos
Falta de material pedagógico	Laboratório de informática
Portão lateral e acesso protegido	Quadra poliesportiva
Ausência de faixa de segurança ou passarela para os pedestres.	Espaço adequado para Educação Infantil
Parada de ônibus em local inadequado	Acessibilidade
Projeto de Leitura	Estacionamento próprio
Reposição rápida de professores ausentes	Pais mais participativos
	Respeito entre os alunos
	Mais professores e profissionais para aulas diversificadas
	Mais profissionais da limpeza
	Projetos esportivos
	Sala ambiente
	Passeios temáticos
	Palestras
	Espaços para a prática de projetos pedagógicos para área do campo
	Sala de artes/teatro/dança/pintura
	Variedade no lanche
	Horta comunitária
	Projeto de Horta
	Ouvir os alunos
	Banheiros organizados
	Parquinho
	Laboratório interventivo e de Informática

No ano anterior, tivemos como ponto de partida, a análise e correção documental dos registros de escrituração escolar coletivo, definimos e planejamos

visitas (ainda que online) aos familiares e associação de moradores (*um fonte educativa do território*), uma vez já definidos os estudantes e professores responsáveis em cada região urbana e núcleo rural e que se voluntariaram para as tarefas. As primeiras impressões sobre o conjunto de trabalho serviram como ponto de partida das primeiras laudas de um texto que permaneceu sem título definido por muito tempo; tínhamos um retalho para juntar as partes.

E o primeiro ano de nossa escola, observando desse lugar e espaço temporal em 2024, serviu para alinhar as partes de tecidos diferentes para se obter uma única peça, completa definida e prática. Descobrimos também que nosso quintal (recorte geográfico) é maior que o mundo; composto por detalhes importantes por distintos motivos e pelos indivíduos que o habita.

Percebemos que o inventário se constitui primeiro por apresentar-se como obrigação legal, mas em seu teor revela-se como um documento político onde se registra as lutas de um povo em torno de um território, lida com a memória, o viés individual ou coletivo sobre uma cosmovisão, a partir de um lugar do indivíduo no mundo; pois, engano nosso, a gente nem sempre enxerga tudo; o ato de ver envolver olhos e coração! O centro do mundo é o meu lugar de residência, parafraseando Manuel de Barros, e as vezes, lugar de resistência, ou mais, um lugar de sobrevivência e espera. Uma vez, morador de um lote parcelado e sem previsão a vista de legalização (regularização fundiária), o morador teme o trator que aproxima de sua rua, ou a viatura policial que vira a esquina. Um lugar que a pouco tempo era tipicamente rural, de uma virada de ano a outro, várias casas brotaram da terra. De acordo com **Carvalho** (2013, p. 133) e **Silva** (2013, p. 72) a população urbana que habita as periferias consiste no “**símbolo da população excedente expulsa do campo**”.

Espera um momento: como assim expulsas do campo? As razões dessa expulsão que segundo esclarece os autores mencionados, decorre de instalação de mineradoras ou usinas, expansão da fronteira agrícola, aumento da violência no campo, desmatamento ilegal, pressão do crescimento urbano, dentre outras, coloca os indivíduos em situação de vulnerabilidade social e a sua própria existência como sociedade e pessoa. E não demorou muito a compreendermos tudo isso como veremos nas próximas laudas.

Os relatos orais ficaram registrados em um diário de bordo. As divisões dos grupos (líder de grupo) previam de seis a oito pessoas, com as funções de repórteres, redatores e cinegrafistas; contudo, esbarramos nas questões de insegurança, direito

de imagem e autorizações para a saída de campo. Em razão disso, decidimos por um levantamento e coleta de dados pelos próprios professores e a fim de evitar os longos questionários e contextos pouco naturais, antecipamos algumas informações chave no acervo dos órgãos de referência em cada área de interesse pesquisadas e de nossos registros locais. Para o registro foram utilizados caderno, lápis e caneta e para a filmagem, o celular dos próprios alunos e alguma máquina fotográfica. Para os alunos atendidos pelo projeto Warao, o encontro do dia 08 de julho de 2024 foi especial para a valorização da cultura e apresentação dos primeiros resultados _ a valorização da tradição oral e as histórias dos mais velhos da comunidade Morichito e Barranquilla representadas ali na escola, foi trabalhado durante os meses anteriores, principalmente o incentivo à escrita em língua Warao.

3.3. As aulas de campo

Todas as atividades foram mediada pelos professores e previa uma atividade coletiva que fosse significativa para marcar os momentos significativos da equipe docente e discente. Aos poucos, os projetos e rabiscos alcançaram a coerência necessária. Em razão da greve da categoria dos professores e orientadores educacionais do Distrito Federal de 2023, algumas atividades foram revistas e reorganizadas de acordo como calendário de reposição da greve; naquela época do retorno, decidimos no preparar para conhecer os símbolos da cidade de São Sebastião, de Brasília e do Brasil, na perspectiva de lar, de construir/reconstruir o sentimento de pertencimento.

Após os momentos de escuta dos estudantes, foi constatado uma origem diversa desses sujeitos. Países diferentes, estados diferentes, etnias diversas; inclusive entre os próprios professores há sotaques e representação de outros estados da federação. Mas afinal, o que motiva as migrações? Houve pressões para sair de seu lugar de nascimento em que sentido? êxodos, migrações por qual motivo? Os Warao tinha uma resposta única, os demais estudantes apontava respostas e diferentes histórias.

Os propósitos de sair da escola, passear pela nossa cidade tinha objetivos bem definidos. O projeto ganhou nome: "Brasília, prazer em te conhecer!". É um exemplo de projeto de sucesso de nossa escola.

Aniversário da cidade de São Sebastiao



Foto: Profa. Magda Lucia José Peres

Entre o eco da voz coletiva Warao e alguém que saiu de seu estado _ ou mudou-se de Região Administrativa dentro do Distrito Federal_, há uma busca por

objetivos, traduzidos em um esforço semelhante; todos desejam “salir delante” (em tradução livre: seguir em frente, tornar-se independente, emancipar-se, melhorar e conquistar direitos básico para sobre’viver, etc). E estamos falando de um sentimento traduzido em uma palavra legitimamente portuguesa, a saudade. Na conclusão das atividades, como a de São sebastião (fotos acima), além de uma produção bem original da bandeira de São Sebastião, recebemos desenhos que representavam lugares de memória, sonhos etc.

Na observação dos desenhos do contexto de moradia atual da comunidade indígena que atendemos, percebemos a **diferença entre ter um teto e ter um lar**. Em nossos trabalhos buscamos escutá-los e mostrar os caminhos naturais da ressignificação de suas histórias como um direito adquirido/conquistado, e perseguimos a cansativa tarefa de evitar e combater os estereótipos indígenas, os preconceitos regionais, e a redução a uma única “categoria” ou mito homogeneizante.

Visita ao Museu Caixa Cultural: Semana Temática Indígena Warao

A semana entre 03 e 08 de julho de 2023 foi uma semana temática que envolveu todas a escola, turnos e equipes. A ideia foi a elaboração de um cronograma de atividades que nos conduzissem ao dia temático e fornecesse o material para uma exposição. Houve assuntos imprescindíveis e necessários da nossa rotina que não poderia deixar para outra oportunidade e já estavam previstas em nosso planejamento; algumas turmas tinham teste psicogênico, o trabalho com temas necessários e delicados, tal como a orientação para a prevenção de abusos sexuais de crianças e adolescentes, conceitos sobre intimidade, adequado e não adequado, e o que fazer e como reagir diante de uma eventual situação de risco etc. Uma semana intensa e diversificada.

Nos dias que se seguiram trabalhamos com argila e todas as crianças tiveram a oportunidade de fazer uma peça de sua escolha; saiu animais, tigelas, copos, folhas de árvores e outras figuras comuns ou bem peculiares, sobretudo nas turmas Warao; nelas tinha algo de memória de um lugar, de uma cultura, etc. A 2ª parte de nossa aula foi separada para trabalharmos pinturas espontâneas. Foi criado uma pequeno

painel que aludia a uma mostra fotográfica de imagens que acompanha a memória afetiva dos povos Warao. Afinal, essa semana colocamos os nossos alunos warao no centro das atenções com o sábado temático sobre cultura indígena Warao e latino-americana. Como a atividade foi bem recepcionada pelos estudantes, adotamos como parte de nossa prática pedagógica em artes, e assim como no ano anterior, neste ano letivo de 2024, tivemos gratas surpresas com o trabalho de modelagem em argila.

No ano de 2023, período de fundação da escola, estamos numa fase conceitual de construções não apenas de documentos basilares, como o inventário, mas de autoconstrução pessoais. Nossas atividades ficaram bem distribuídas em nosso calendário escolar e buscamos, o máximo possível, atividades que contemplassem nossas metas para o ano inicial. Um exemplo de atividade foi o Encontro da Comunidade Warao. E uma boa oportunidade para compreensão do trabalho que seria desenvolvido no sábado foi a visita realizada na data de 07 de julho ao Museu Caixa Cultural responsável pela mostra de artes indígenas *Nhé ê Sé*, uma mostra sobre comunicação e de origem na língua guarani que significa *o desejo de fala, a expressão do espírito e o diálogo como cura* (o povo Warao é conhecida pela cura através das plantas e pelo ritual religioso, e em razão disso as crianças observavam algo de sua rotina em comunidade).

O momento no museu teve suporte linguístico dos interpretes/tradutores, e todo o passeio, no fim das contas transformou-se em uma aventura, uma viagem interna de conhecimento e valorização da própria cultura Warao, mas também se viu olhares atentos pelas ruas e avenidas rotineiras; talvez comesçassem a enxergar, naquele momento, a cidade a partir de outra ótica. A visita a aquela mostra haveria de nos inspirar, em fim a criação de nossa pequena mostra, tanto da nossa cultura quanto da cultura deles. A comida típica, os adereços, a dança entre outras coisas.



O dia de culminância se deu no dia 08 de julho de 2023, e construímos uma programação especial para esse dia temático: uma pequena mostra fotográfica das comunidades Warao, a exposição dos trabalhos com argila realizado pelos estudantes, quadros com pinturas da cultura Warao, comidas, maquetes, etc; o ambiente foi preparado com todos os trabalhos realizados durante a semana. O ápice do encontro foi a preparação do café da manhã das crianças, ao vivo, com o prato típico da Venezuela e que também faz parteda dieta do povo Warao: a arepa. Os olhos das crianças sentadas no chão do pátio brilhava; era uma plateia atenta e animada, à espera do café da manhã especial. Para que isso fosse possível, convidamos a mãe de uma aluna imigrante que demonstrou alegria em querer ensinar a como preparar o seu “pão francês de cadadia”; e foi a partir de uma brincadeira levada ao pé da letra que mãe e filha realizaram uma belíssima apresentação e nos alegrou o dia. E para fechar bem o dia, recebemos a visita de mães da comunidade Warao que nos apresentou o seu trabalho de artesanato. A princípio se mostraram relutantes com a ideia de vir à escola em um sábado, mas de última hora a outra nos brindou com a presença e com seus trabalhos de artesanato.



Foto: Prof. Marino Sérgio Rodrigues

Visita ao Jardim Botânico de Brasília: a trilha Krahô

No dia 22 de agosto, dia do folclore brasileiro, foi a data que planejamos um dia especial para os alunos, realizamos uma aula de campo durante o passeio programado: conhecemos o Jardim Botânico de Brasília. Muitas crianças, sobretudo da educação infantil conheceram pela primeira vez o parque natural; interagiram com os brinquedos, exploraram as trilhas para cada idade, aprendeu brincando, correu pelo espaço, conheceu outros coleguinhas.

O ambiente estava perfeito para uma aula de campo sobre geografia; observamos as características da vegetação, o solo, e as marcas próprias do bioma cerrado, os animais, as aves ao longo da trilha, como uma perfeito alegoria do contexto onde a escola está inserida sobre o ponto de vista da educação ambiental do respeito a si e as recursos da natureza. A trilha nos revelou um espaço de aprendizagem rico e o elemento pedagógico mais completo que nem poderíamos imaginar na oportunidade da escolha por esse passeio.

Os estudantes maiores tiveram a oportunidade de visitar a **trilha Krahô** até a nascente. Foi um dia de muitas descobertas para eles. Registramos o momento e as experiências. Além da experiência espiritual proporcionado pela arte indígena dos povos Krahô nas demarcações pela trilha, o passeio envolveu muitas aprendizagens; sobretudo quando a trilha se aproxima da nascente. Os alunos perceberam que o solo da trilha mudou. A terra vermelha deu lugar as raízes grandes e longas cravejadas no solo pela trilha; as arvoresse tornaram diferentes e maiores, a quantidade de aves e o



seu canto, os lagartos e, de repente, uma cobra cruza o caminho do grupo. Quase não a percebemos deslizar silente pelas folhas. Ela tinha as cores do cerrado: uma camuflagem perfeita, perigosa, mas sobretudo bela, natural e adaptada ao parque.



Foto: Prof. Marino Sérgio Rodrigues

Todos as anotações, imagens e ilustrações foram importantes na criação do tema ambiental e incrementaram as informações sobre a nossa pesquisa nas laudas que se seguem.

Memorial dos Povos Indígenas

O dia 12 de setembro de 2023 foi uma aula especial e a nossa primeira visita ao Memorial dos Povos Indígenas. Foi tão bom que repetimos o passeio neste ano de 2024, como pode ser conferido em publicação no site da Secretaria e Educação em 19/04/24, intitulado “*Estudantes indígenas da comunidade Warao visitam o Memorial dos Povos Indígenas*”. Nessas oportunidades, o estudante conhece um pouco sobre a história comum da América Latina no que diz respeito a chegada dos exploradores europeus em nosso hemisfério, e um pouco de seus fazeres culturais através da mostra de peças confeccionadas pelas comunidades indígenas brasileiras. Os estudantes indígenas se reconheceram em algumas práticas, pois as cores, os elementos básicos usados na montagem das peças são os mesmos usados por sua comunidade.

Os estudantes, a comunidade externa aumentou a curiosidade sobre os indígenas Warao atendidos pelo escola. Estes, por sua vez, sentiram-se motivados a conhecer sua própria história, as comunidades originárias. Cada turma realizou uma atividade que marcasse esse momento. A maquete abaixo indica o nome das 23 comunidades em seu país de origem.

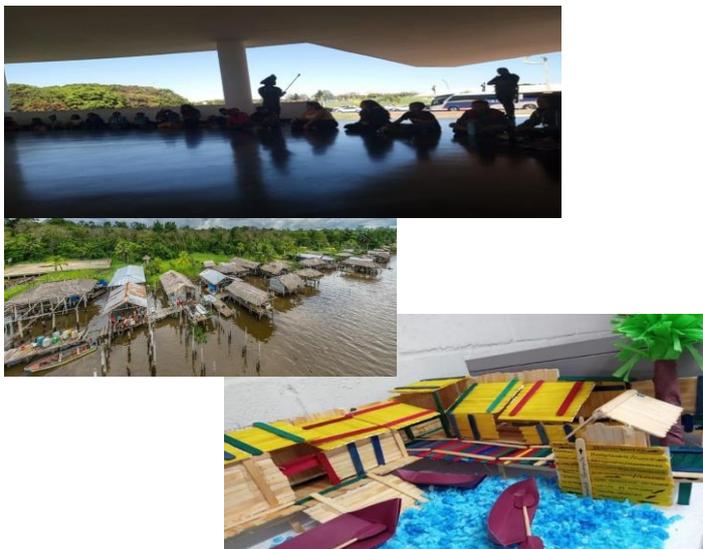


Foto: acervo público Ministerio del Poder Popular de Pueblos Indígenas e fotos do Prof. Marino Sérgio Rodrigues

Todos esses projetos interdisciplinares trouxeram desdobramentos perceptíveis neste ano de 2024. Além de gerar momentos de alegria para os alunos e que movem a equipe docente a inventar e reinventar-se, iniciamos um caminho de aprendizado e geração de conhecimento. Como as crianças que plantam uma semente nas sementeiras e esperam ansiosamente e cuidam ao longo de todo o processo de germinação, os professores da equipe Warao colhem os frutos de seu trabalho e dos que os antecedeu; isso porque no ano que os estudantes refugiados chegaram à escola, mal se comunicavam com seus professores e, hoje, os enxergamos felizes, vivenciando práticas construtivas, se comunicando e sendo ouvidos; Eles nos contam contos, cantam seus cantos do rio, e dançam livre e espontaneamente; eles se sentem bem e acolhidos conosco. Quando temos oportunidade de enxergar os resultados de nosso trabalho, faz sentido prosseguir! São evidências de que estamos indo bem.

Visita ao Cruzeiro do Moro da Cruz

Foi realizada uma visita ao local símbolo da cidade, o Cruzeiro do Morro da Cruz. No local encontramos um cruz de eucalipto tratado bem menor que a cruz original. Onde estaria a cruz “centenária”? Algumas perguntas estavam sem resposta e iniciamos uma breve pesquisa; mas a resposta oficial levou tempo par chegar. Um mês após a visita, foi descoberto que a cruz se encontrava na Administração Regional São Sebastião há 3 anos, à espera da restauração prometida em 2020. Agendamos uma visita para conhecer melhor essa história.



Foto: Prof. Marino Sérgio Rodrigues

Essa visita foi realizada apenas pela equipe docente, por questões práticas. Mas algumas atividades foram pensadas para este momento de forma a incluir os estudantes.

- Localização com os pontos cardeais;
- Observação da fauna e flora do Cerrado, o relevo, e os córregos;
- Conhecimento das formas de produção de alimentos;
- Os tipos de criação de animais;
- É hora de brincar! Como os estudantes daquela região se divertem?

Quais os lugares e pontos de encontro para os jovens se divertirem?

Avaliação

As revisões das estratégias e o registro avaliativo do cumprimento de cada tarefa foi feito com observação do interesse dos estudantes e da exposição de desenhos e textos coletivos mediados pelos professores em todas as atividades propostas. A avaliação é um processo constante e formativo para todos os envolvidos.

3.4. Banco de sementes

Culminâncias: Outras Sementes Para o Viveiro

Houve mostras dos trabalhos realizados no decorrer do ano de 2023 dos projetos e atividades realizados pelos estudantes da Escola Classe Morro da Cruz, dentre eles o Projeto “Leitura viajante”, “Todos nós contra a dengue!”, “Emoções em mim!” e “Brasília, prazer em te conhecer!”.

1º proposta iniciada: Atualização dos endereços dos estudantes, após a

percepção de muitas inconsistências e equívocos nos registros coletivo de escrituração escolar em razão da ausência de infraestrutura e benfeitorias como energia legal nas residências dos núcleos rurais do entorno da escola (a empresa de energia realiza a organização do endereço; este que é necessário sempre nas ocasiões de solicitação de comprovantes de endereço). Quando iniciamos a pesquisa no ano anterior, muitas unidades não tinha luz legalizada, e conseqüentemente, sem um endereço oficial cadastrado. Ainda neste ano de 2024, a maioria das ruas dos bairros do entorno não tem nome ou número em organizados; não há serviço de correios e os entregadores se perdem se confiarem nas localizações do google maps, uma vez que muitas vias não estão no mapa.

2º proposta iniciada: Um dos projetos antigos já praticado por algumas escolas do campo, como a ideia apresentada no Encontro Formativo no Dia do Campo, realizado na Escola Classe Lamarão em 2016. Uma iniciativa que chamou a atenção do público docente e dos colaboradores das escola por sua simplicidade e correspondência na realidade local; as pessoas (re)conhecem nessa ideia e nas boas práticas do presente e do passado: a criação de uma horta medicinal. E tem tudo a ver com os saberes dos mais velhos da macrorregião dessa RA. Tal projeto, tinha como objetivo o resgate das plantas com propriedades medicinais, que servem de remédios naturais para vários tratamentos alternativos e chás para consumos em substituição ao café, por exemplo, e produtos industrializados. O consumo de chás são práticas conservadas no tempo de conhecimentos antigos e mantem vivas a tradição do cultivo destas plantas, que fazem parte do hábito das famílias do campo. A expectativa é que o projeto da horta traga uma grande interação e troca de conhecimento dentro do espaço escolar, promovendo a interação e potencializando novas ferramentas de aprendizagem, capazes de ressignificar o ambiente que o aluno está inserido durante o processo de aprendizagem, mostrando que podemos inovar sem perder o compromisso com a preservação dos saberes tradicionais e a realidade do grupo familiar que o aluno pertence. É uma ideia que agrada e impacta a todos.

O projeto recebeu o nome **Nossa horta, nossa vida mais saudável**” e está inserido no planejamento de atividades cotidianas do estudantes da Escola Classe Morro da Cruz neste ano de 2024.

3º proposta apresentada: Autocuidado diários na busca de promover ações que favoreçam a ecologia humana (aprender a cuidar de si, do outro e do meio de forma sustentável). Reciclagem, o lixo e os materiais contaminantes do solo, as práticas

devastadoras das queimadas etc. Práticas que amenizam a ausência das coletas de lixo nos territórios em constante transformação ao redor da escola. O Projeto “**Todos nós contra a dengue!**” cumpre esse papel importante de tomada de consciência dos estudantes de impacto na comunidade. Neste ano de 2024 tivemos a visita da Adasa - Agencia Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal. Nele está previsto a parceria com outras agencias e instituições que também acessam a comunidade do entorno da escola.

4º propostas apresentada: A escola abraçou o projeto de Leitura “Leitura viajante” que se tornou a alma da escola. Ele visa incentivar e estimular o prazer e o interesse pelo mundo da leitura, levando os estudantes a perceberem as várias portas que se abrem quando se lê. Pretende também, desenvolver habilidades relacionadas à leitura, compreensão e interpretação e produção de texto estimulando no educando o gosto pela leitura e escrita, ampliando o conhecimento linguístico e cultural, no intuito de proporcionar aos nossos estudantes uma visão crítica e contextualizada dos assuntos adquiridos dentro e fora da sala de aula. A importância de “*motivar a criança para a leitura, para a aventura de ler!*”! Segundo enfatizava o cartunista **Ziraldo (1932-2024)** para quem a leitura é o alimento da alma. O projeto será desenvolvido juntamente ao planejamento semanal, ou seja as atividades pertinentes a este deverão ser inseridas no planejamento das atividades cotidianas dos estudantes, conforme o cronograma.



5º proposta apresentada: já é um Projeto “Laboratório interventivo: intervenção pedagógica na alfabetização e letramento; uma necessidade da escola de proporcionar ao estudante melhoras progressivas em sua trajetória de estudantes. É uma estratégia de trabalho em grupo, que atende os estudantes de 1º ao 5º ano, permitindo o avanço contínuo das aprendizagens durante todo o ano letivo. Os Reagrupamentos buscam materializar a diferenciação e individualização de práticas voltadas às necessidades dos estudantes, para não propiciar uma diferenciação de conhecimentos dividimos os níveis por cores e cada criança só sabe que pertence ao grupo de determinada cor. O projeto será desenvolvido juntamente ao planejamento semanal, ou seja as atividades pertinentes a este deverão ser inseridas no planejamento das atividades cotidianas dos estudantes, conforme o cronograma. (Ver em anexos)

6º proposta apresentada: Já é um projeto fixo da escola e se chama Emoções em mim! O projeto visa favorecer o exercício das competências socioemocionais, propiciando o autoconhecimento, e incentivando os estudantes a tomarem decisões e atitudes com autonomia e responsabilidade. E também visa promover a resolução de conflitos através do diálogo; e reconhecer as emoções. O projeto será desenvolvido através do Serviço de Orientação Educacional – SOE da Escola Classe Morro da Cruz. O projeto será desenvolvido juntamente ao planejamento semanal, ou seja as atividades pertinentes a este deverão ser inseridas no planejamento das atividades cotidianas dos estudantes. (Ver em anexos)

7º proposta apresentada: Está relacionada a Semana de Educação para a Vida; uma semana temática com temas transversais, segundo a Lei 11.988/2009. Associando parcerias com pessoas de dentro e fora da escola, dispostas a oferecerem a nossa comunidade e estudantes oficinas e palestras.

8º proposta apresentada: neste ano de 2024, está em desenvolvimento o projeto “Arte por toda a parte!”, para trabalhar e desenvolver a aptidão/habilidades dos estudantes para as artes, seja dança, música, pintura, desenho. Com a possibilidade uma sala/espço destinado às atividades a serem desenvolvidas, este estará equipado com os instrumentos/equipamentos para apoiar os estudantes em suas habilidades. Neste projeto será desenvolvido atividades em que os estudantes indígenas Warao serão incentivados a resgatar e compartilhar sua cultura, seja através da dança, da

pintura, dos desenhos, do artesanato, proporcionando assim momentos de trocas multiculturais entre os estudantes.

Os projetos fixos acima citados estão desenvolvidos dentro do cronograma escolar. Durante o ano letivo, vamos aderindo a novos projetos, que só tendem a enriquecer nossos planejamentos e a formação cidadã dos nossos estudantes. Esses projetos apresentaram uma parte muito importante que nos permite externalizar todo este trabalho desenvolvido internamente por esta instituição para os nossos estudantes. E além dos projetos fixos contamos também com os nossos eventos quem tem o objetivo de convidar e trazer a comunidade para escola. Assim temos:

- Semana de Educação para a Vida: É uma semana temática com temas transversais, segundo a Lei 11.988/2009. Associando parcerias com pessoas de dentro e fora da escola, dispostas a oferecerem a nossa comunidade e estudantes oficinas e palestras.

- Aniversário de São Sebastião: comemora-se o aniversário da cidade de São Sebastião/DF no dia 25 de junho, e neste evento os estudantes terão momentos de resgate da história local, e também participarão do desfile cívico proporcionado pela Administração Regional de São Sebastião/DF.

- Festa Junina: Neste evento buscamos trabalhar o lado cultural, por meio de apresentações artísticas e conhecimentos relacionados aos alimentos típicos de uma época e lugar. É nessa época apresentamos a possibilidade do intercâmbio cultural com estudantes pertencente a outros países, outras etnia, e outros estados do Brasil.

- Festa da Criança: É destinada uma semana para este evento e nele acontecem passeios, gincanas e lanches diferentes oferecidos pela escola é uma semana de pura diversão dentro do horário escolar.

- Passeios Sócios educativos e Palestras: Durante o ano nossos estudantes participam de passeios extraclasse voltados ao lado cultural e também a momentos de descontração e diversão. E na formação cultural e no sentido de pertencimento conhecer Brasília através de passeios/visitas aos monumentos históricos da cidade, e também visitas ao Museu dos Povos Indígenas, como ilustrado acima.

- Circuito de Ciências: A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal todos os anos promove o Circuito de Ciências com a participação das turmas dos 2º anos ao 5º anos – Categoria B Iniciação à Pesquisa. O Circuito de Ciências é uma importante política pública educacional de incentivo à produção e à divulgação científica, tecnológica e cultural.

- Plenarinha: A Plenarinha é uma iniciativa pedagógica idealizada pela Secretaria de Educação com vistas ao fortalecimento do protagonismo infantil nas unidades de ensino públicas do DF e nas instituições parceiras que ofertam a educação infantil e o 1º ano de Ensino Fundamental todos os anos.

São projetos e eventos da escola, assim como os projetos propostos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal inseridos dentro do planejamento do professor.

4. DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO

4.1. Nas trilhas do morro e pelas ruas da cidade: A cidade de São Sebastião e seus arredores



Imagem de Satélite (Foto: Arquivo Público do Distrito Federal)

Quando buscamos mais sobre a cidade de São Sebastião, a história, os primeiros moradores, densidade populacional, etc., descobrimos que antes da data de fundação muita gente já havia passado por aqui; de indígenas da etnia Crixás e outros, vaqueiros e os tropeiros pela Estrada Geral do Sertão que recebeu outros nomes como Estrada Real, Estrada dos Currais, Estrada do Sal, Estrada dos Couros, Picada da Bahia, que também acessava as pessoas que se moviam pelas trilhas de boi entre o mato, indo e voltando pelo acesso as antigas fazendas Papuda e Taboquinha, desapropriadas só em 1956. E esse é um ponto comum entre as características dos territórios brasilienses e da RA-XIV.

Para ancorar nosso texto a pontos da realidade mais atual, apresentaremos um

levantamento a partir de um recorte de elementos relevantes para o nosso projeto, disponíveis no PDAD 2021 (Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios) que desvenda as características dos domicílios urbanos, e rurais e suas principais características. O resultado revela um contraste interessante da diversidade cultural, peculiaridades dos territórios que só o DF reúne, e uma amostra da desigualdade deste país. Essas laudas permite a análise e a compreensão da realidade do indivíduo e de seu entorno, saneamento, densidade populacional, mobilidade, problemas antigos e/ou atuais, de hoje e de sempre etc, para (re)conhecer a si próprio e a construir-se, e para muitos indivíduos, estudantes desta cidade, parte importante na busca da identidade como cidadão brasileiro, residente em Brasília e domiciliado na cidade de São Sebastião, entre outras coisas.

A Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV, hoje com os seus 31 anos completos em 25 de junho de 2023 possui um território com uma área de 26.270,52 hectares, e uma população urbana total de 118.972 habitantes. Seu abastecimento é feito predominantemente por poços de responsabilidade da Caesb e fiscalizados pela Adasa (Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal), que segundo confirma a Coordenadoria de Atendimento de São Sebastião – CACNS- em seu canal de atendimento pela Agencia Virtual, nesta RA, até pouco tempo, o abastecimento era feito exclusivamente pela exploração de uma bateria de aproximadamente 37 poços tubulares profundos da água subterrânea (alguns desativados por problemas técnicos ou de baixa produção) dentro da área de atendimento da CAESB, onde segundo esclarece o Plano Distrital De Saneamento Básico (2017-2037), o abastecimento de maneira complementar foi viabilizado no ano de 2021, com as obras de setorização e melhorias que permitiram a chegada do abastecimento pelos reservatórios do Torto, Santa Maria, Bananal e Cabeça do Veado, conforme informa o PDAD 2021.

A fonte de abastecimento da região é feita através de poços. Informamos que a demanda pode ser esclarecida no PLANO DISTRITAL DE SANEAMENTO BÁSICO, que se encontra no link < <http://www.adasa.df.gov.br/plano-distrital-de-saneamento-basico-e-de-gestao-integrada-de-residuos-solidos>>, um documento público no site da ADASA. A resposta para as questões abordadas estão Produto 2: Caracterização Distrital e Diagnósticos Setoriais: Tomo III - Abastecimento de Água Potável. No final da página do referido link também é possível encontrar um resumo de todos os temas abordados: Produto 7: Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB): Plano Distrital

de Saneamento Básico (PDSB) – Síntese (**Coordenadoria de Atendimento de São Sebastião – CACNS**, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb).

Para quem acredita que São Sebastião exista há apenas 31 anos, por considerar a data de 25 de junho de 1993, quando a então Agrovila São Sebastião passa a ser região administrativa (Lei 467/93), certamente desconhece a história de lutas e injustiças que o povo dessas região enfrenta, e resiste, dentro de suas batalhas individuais no passado e no presente. Existem vestígios históricos (relatado pelos Pioneiros) que sinalizam para muito mais, e que antecede os tempos dessa região como olarias (relatado por Paulo Dagomé, e seu Memórias Oleiras), o projeto polêmico da barragem de São Bartolomeu e outros tantos momentos que se conhece antes e depois do marco de fundação. Todas que merecem registro e atenção por parte de seus moradores.

Hoje, com os seus 118.972 mil habitantes, segundo a Pesquisa por Amostra de Domicílio (PDAD) 2021 da Companhia de Planejamento do DF (Codeplan) a cidade segue em ritmo acelerado, em franca expansão e a administração pública acompanha a passos lentos os impactos de um crescimento desorganizado. Em concomitância a essas mudanças, existem questões urgentes, fatores culminantes da soma histórica de descasos com o planejamento urbano almejado pelo PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF, e outros órgãos que viabilizam a funcionalidade de uma RA, com o potencial de crescimento que já conhecemos quando se pensa nas cidades do Distrito Federal, tal como as questões de saneamento; esses que geram outros problemas graves de saúde. Entre outros aspectos comuns entre as cidades com um potencial de crescimento elevado (adensamento), o impacto desse fenômeno atua como efeito dominó de desvalorização dos sujeitos e da cultura produzida nesses espaços.

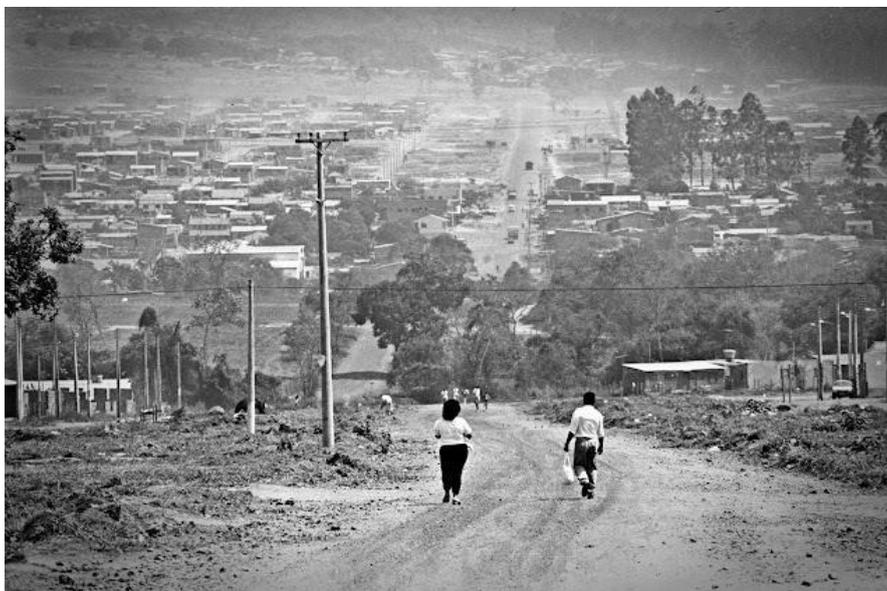


Foto: Arquivo Público do Distrito Federal) Portal São Sebastião - Sede da antiga Fazenda Papuda.

Hoje, se perguntasse a alguém sobre imagens que compõem a memória dessa cidade, certamente, diriam que a cidade de São Sebastião é lembrada pela Feira Permanente e, por consequência, da tradição na agricultura, pelas quadras e áreas de esporte, árvores frutíferas pela rua, pela diversidade cultural e linguística, a pista de caminhada do centro até a entrada da cidade (mais recente) etc. Também apareceria as mazelas, porque do lado do espaço organizado e de segurança para alguém, aqui no Brasil coexistirá a batalha invisível de resistência por moradia, alimentação e toda ordem de direitos básicos instituídos.

Daqui de São Sebastião saíram parte dos tijolos para a construção da metrópole que surgia no meio do cerrado. Eram olarias por toda parte, redefinindo os espaços vastos de fazenda. Mas também eram, sobretudo, espaço da memória daqueles que vieram e dos que ficaram para trás, em Minas Gerais, Goiás, e vários estados do norte e do nordeste. E com o início das obras da construção de Brasília, essas fazendas foram parcialmente desapropriadas para dar espaço a instalação das olarias; essas terras foram arrendadas pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal; e após o fim da licença de exploração das olarias e cascalheiras, a dinâmica do território muda em um curto intervalo. Com o passar do tempo, o que restava das antigas fazendas Taboquinha, Papuda e Cachoeirinha e outras, foram reduzidas e divididas em chácaras; a informalidade e preço baixo das terras era o atrativo para o crescimento

da região. O lugar passou a se chamar Agrovila, e era habitada por comerciantes de areia, cerâmica e olarias e suas famílias que forneciam material para a construção de Brasília, segundo os relatos gerais corroborados pela página virtual Memórias Oleiras.



(Foto: Arquivo Público do Distrito Federal)

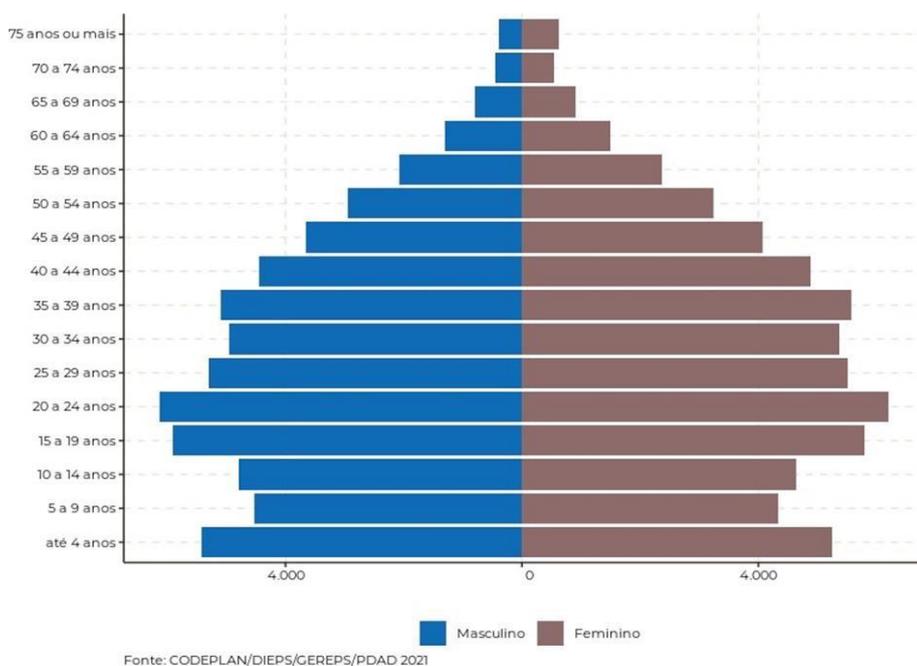
De acordo com o registrado por SIQUEIRA(2020), a partir de 1986, começaram a se consolidar as ocupações espontâneas dos bairros Tradicional, Centro, São José e Vila Nova, com lotes unifamiliares de tamanhos e formatos irregulares. Em outubro de 1992, o Governo do Distrito Federal – GDF criou o Grupode Trabalho com vistas à regularização da área prevista na Lei nº 204/91. A partir desse momento, foram elaborados pelo GDF projetos de parcelamento do solo urbano, como parte do programa habitacional de interesse social, surgiram, assim, novas áreas como os bairros: Residencial Oeste que configurou a Avenida São Sebastião; o Residencial do Bosque; e o São Francisco. Em 1993, foi oficialmente criada a Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV, por meio da Lei nº 467, de 25 de junho, data comemorativa do aniversário da cidade. Até então, a região integrava a RA VII – Paranoá.

A partir de 2009, começou a implantação do Setor Habitacional Mangueiral, integrante do programa habitacional do GDF. São Sebastião, devido a inúmeras ações demarcatórias na Justiça, interpostas por herdeiros das antigas fazendas, possui registro cartorial parcial, que compreende os bairros: Tradicional, Central, Residencial Oeste, Morro Azul, Parque, São Bartolomeu e Bom Sucesso (URB 114/98). O nome São Sebastião é uma homenagem dada a um dos primeiros comerciantes a chegar

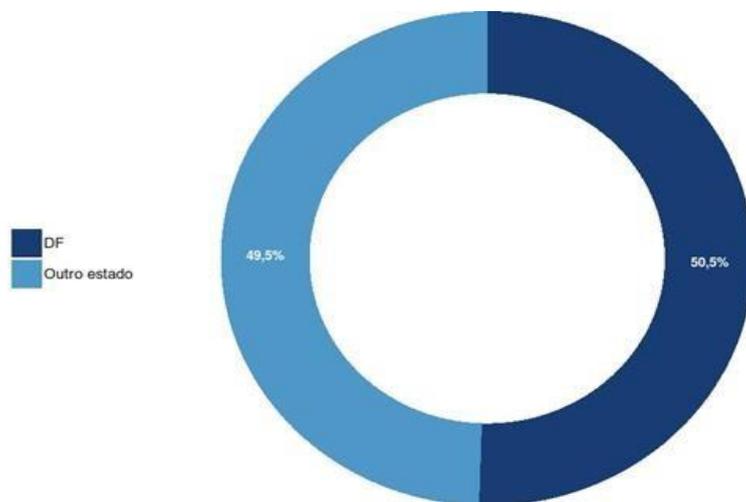
na cidade, “seu Sebastião”, que retirava areia ao longo do rio São Bartolomeu, conforme o registro de Silva (2014). A cidade segue cortada pelos córregos Mata Grande e Ribeirão da Papuda, mas muita coisa mudou.

DADOS SOCIOECONÔMICOS

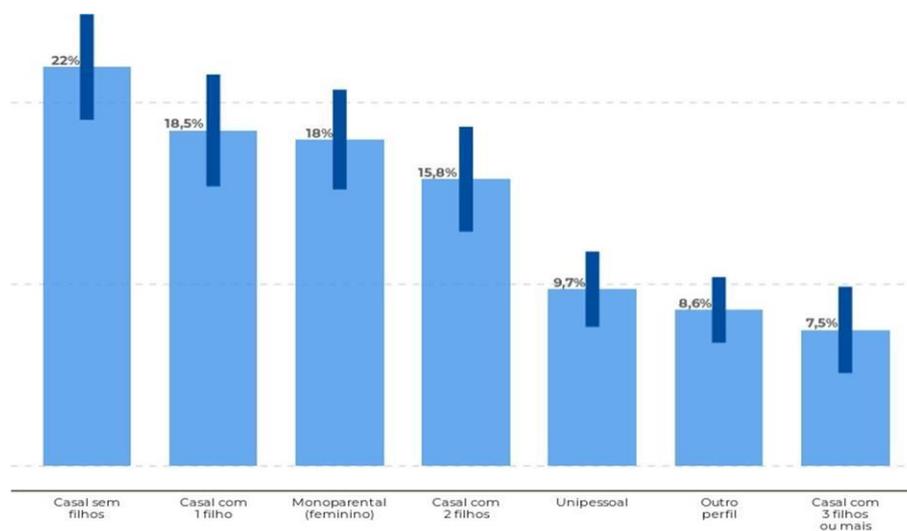
Total da População Urbana da RA: **118.972** (PDAD 2021) Idade Média da população: 29 anos.



Percentual de pessoas que nasceram no DF, São Sebastião, Distrito Federal, PDAD 2018.

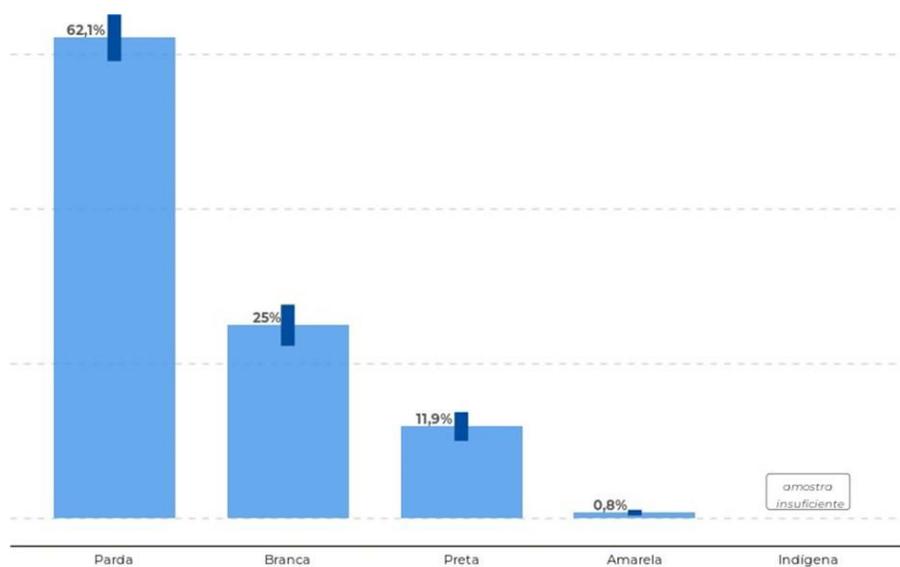


Distribuição da população por arranjos domiciliares, São Sebastião, Distrito Federal, 2021.



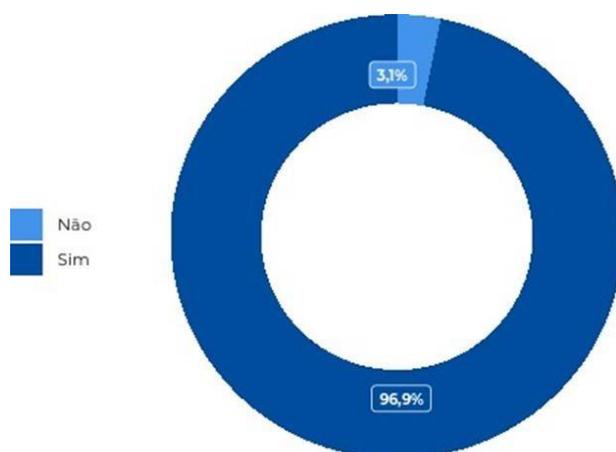
Fonte: CODEPLAN/DIEPS/CEREPS/PDAD 2021

Distribuição da população por raça/cor da pele, São Sebastião, Distrito Federal, PDAD 2021.



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/CEREPS/PDAD 2021

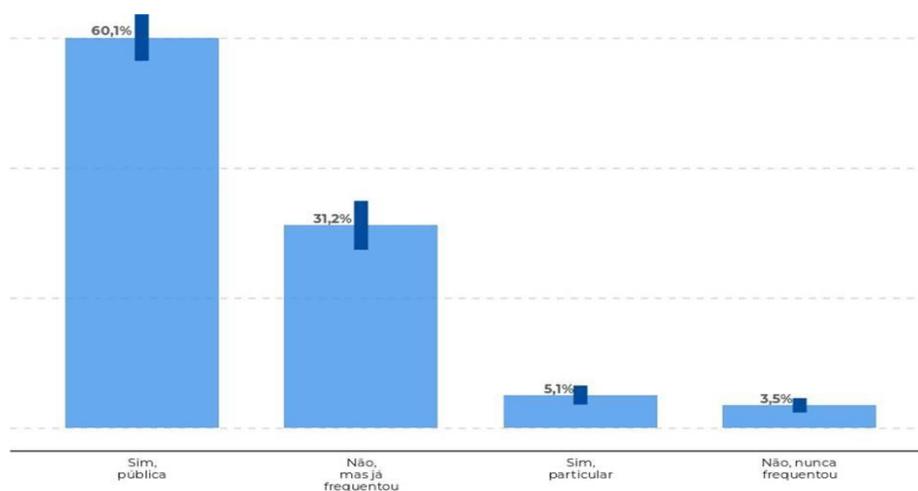
População com seis anos ou mais de idade que declararam saber ler e escrever,
São Sebastião, PDAD 2021



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

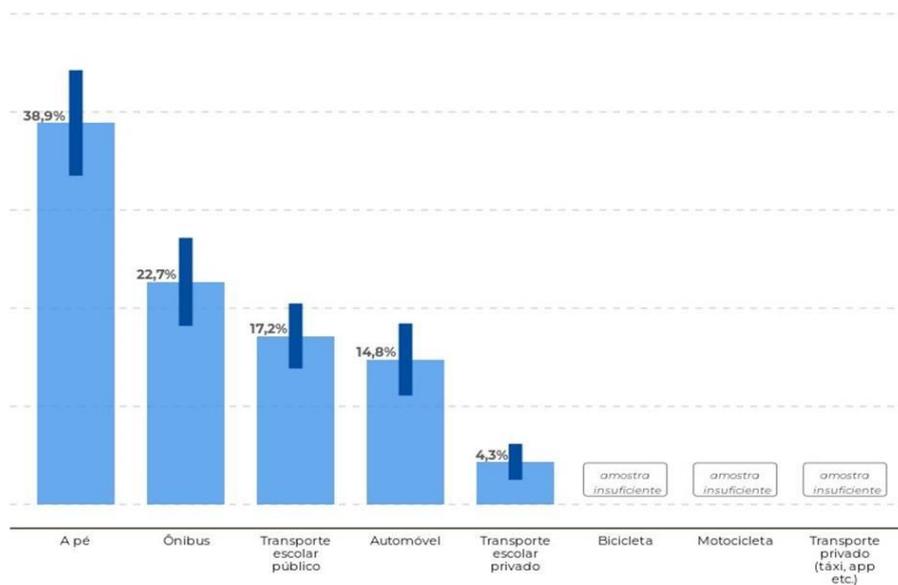
Os dados informam que “entre aqueles que frequentavam alguma unidade de ensino, 83,8% estudavam na RA São Sebastião. O principal meio de transporte declarado foi a pé, para 38,9% dos respondentes”. O tempo gasto mais reportado foi até 15 minutos para 56,8% dos estudantes.

Distribuição da frequência escolar da população entre 4 e 24 anos, São
Sebastião, Distrito Federal, 2021



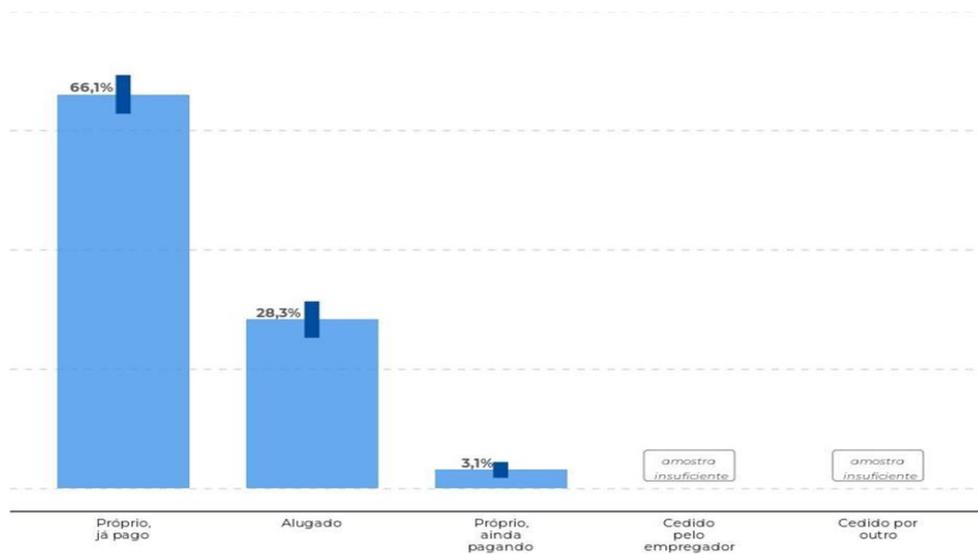
Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Distribuição do principal meio de transporte da casa até a escola, São Sebastião, Distrito Federal, PDAD 2021



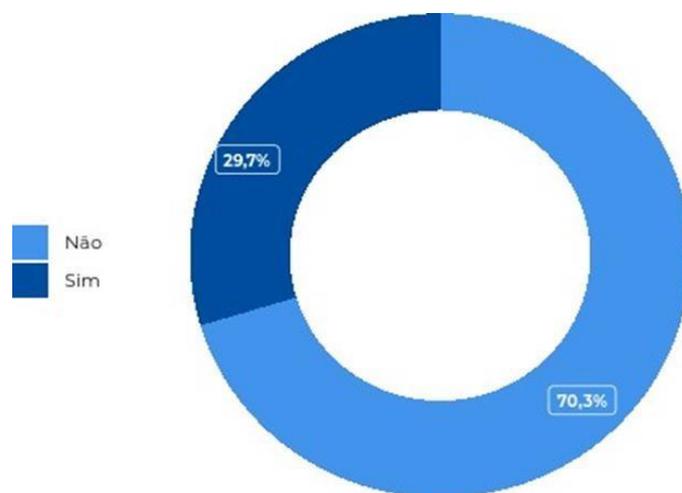
Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Distribuição dos domicílios ocupados e próprios segundo a condição de ocupação, São Sebastião, PDAD 2021



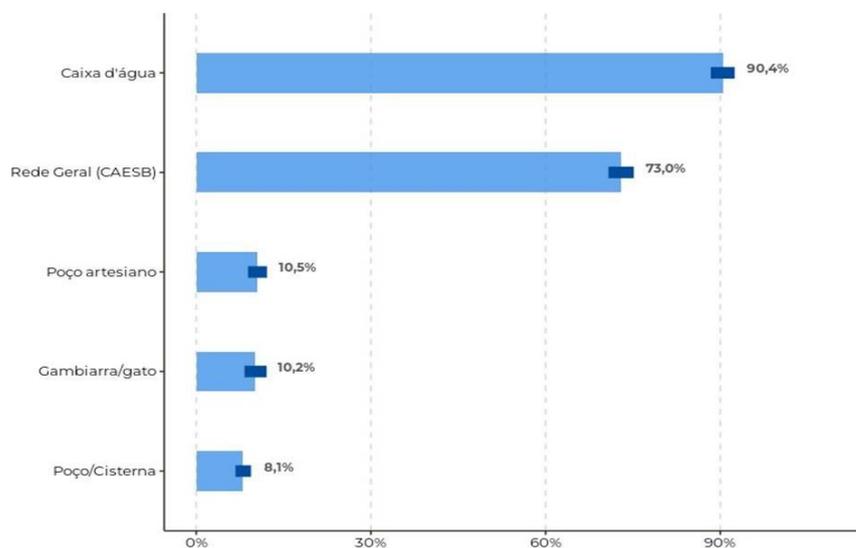
Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Distribuição dos domicílios ocupados segundo a regularização do lote, São Sebastião, PDAD 2021



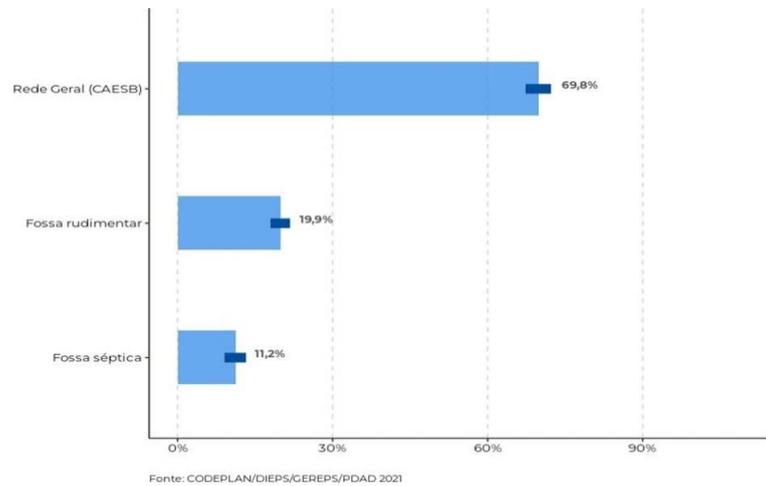
Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Abastecimento de água no domicílio, São Sebastião, PDAD 2021



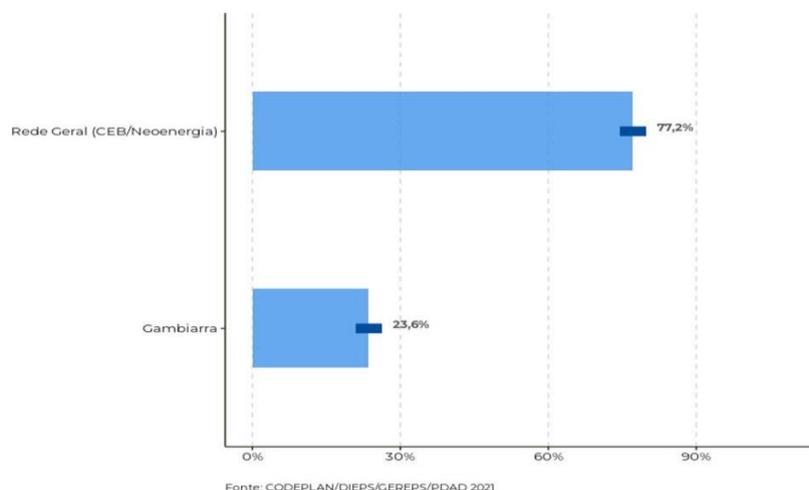
Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Esgotamento sanitário do domicílio, São Sebastião, PDAD 2021



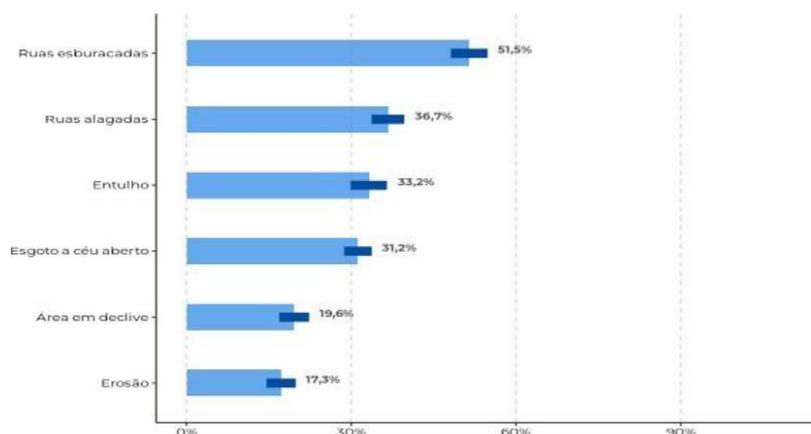
Os bairros periféricos de São Sebastião aguardam o energia legal. No ano de 2024, a companhia de energia que atua no DF já concluiu a instalação de energia dos bairro Morro da Cruz e conclui as do Zumbi e Capão cumprido. Mas ainda há ,muitas gambiarras (gatos). Enquanto as áreas não se converterem em área de interesse social, a espera seguirá. Conforme a pesquisa, que reflete a situação em 2021, o abastecimento de energia elétrica, 77,2% declararam possuir abastecimento da rede geral da Co mpa nhia Energética de Brasília (CEB/Neoenergia) e 23,6% utilizavam gambiarra.

Abastecimento de energia elétrica no domicílio, São Sebastião, PDAD 2021

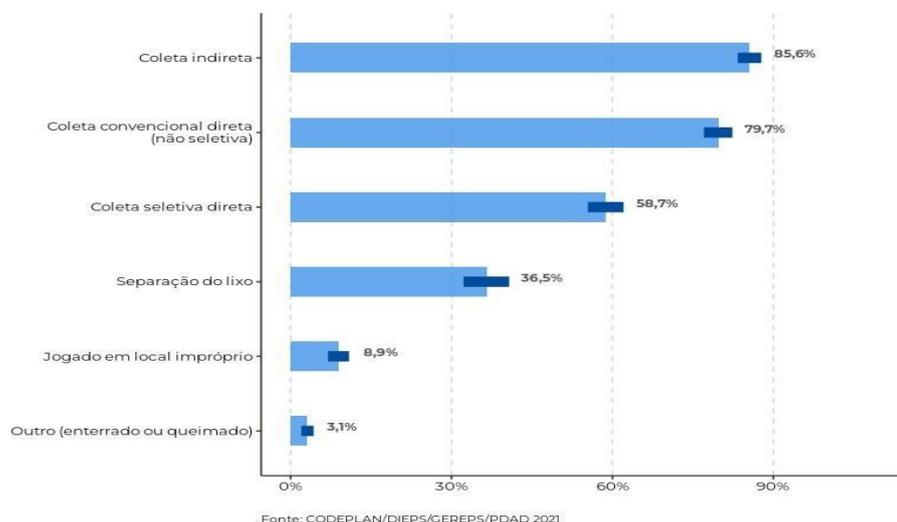


Os lixões estão pelas esquinas da cidade, encobrendo os pedidos e apelos numa placa improvisada solicitando que “não jogue lixo nesse lugar”. Não há lixeiras suficientes pelas ruas, e as suas coletas semanais são insuficientes para recolher toda a produção diária de lixo, e as poucas que estão instaladas sofrem com o vandalismo. No que diz respeito ao recolhimento de lixo, segundo aponta a pesquisa, 79,7% afirmaram ter coleta direta, sendo 58,7% seletiva e 79,7% não seletiva, 85,6% tinham coleta indireta, 8,9% informaram jogar em local impróprio, enquanto 3,1% disseram queimar ou enterrar o lixo. Além disso, 36,5% faziam a separação do lixo no domicílio, entre orgânico e reciclável.

Problemas nas cercanias do domicílio, São Sebastião, PDAD 2021

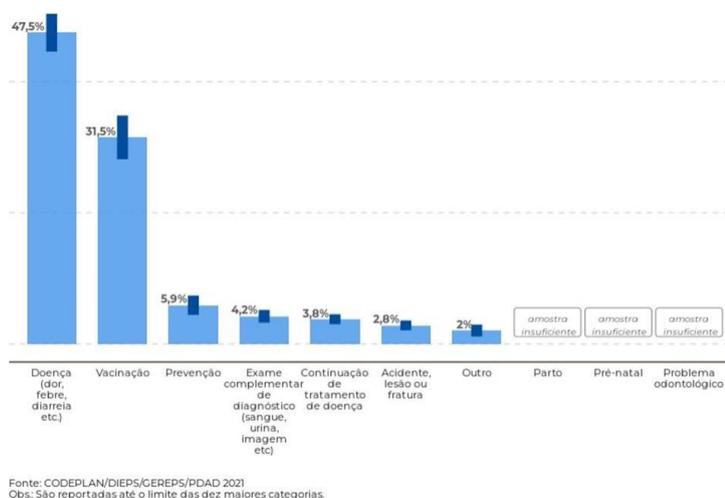


Recolhimento do lixo no domicílio, São Sebastião, PDAD 2021.



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/CEREPS/PDAD 2021

Motivo do atendimento de saúde, São Sebastião, PDAD 2021



Um Buraco 'Cheio De Bala': um passado recente de muitas ocorrências violentas

São Sebastião já esteve frequentemente nas páginas policiais no período crítico de 2010 a 2013 na época das “guerras de gangue”. Os índices alarmantes de violência mapearam a cidade em zonas de risco e as pessoas se orientavam pelo medo que sentiam. O morador da “200” sabia que o seu vizinho do lado poderia fazer parte da gangue mais violenta desta RA; conseqüentemente, se evitava visitar os bairros que estivessem em conflito com esta: “a um”, “a nove”, “o Bosque”, o “Residencial Vitória”. Muitos jovens perderam a vida numa rebelião sem uma causa definida e nobre. O controle pelo tráfico era o principal motivo, mas a vingança movia os envolvidos e, passado o tempo, era só ódio e o conflito não era mais pelo controle de território para o tráfico, era só para dar o troco.

Quando conversamos com os professores dessa época, a tensão ainda existe, e os perrengues ainda traz o riso de nervoso. A professora aqui identificada pela letra C, conta os vários momentos que passaram; todos os dias, no horário de entrada e saída, que cobrava-lhes atenção redobrada. Como não havia ainda a popularização dos celulares, as conversas, os alertas e as dicas dos caminhos a evitar em tal dia e

tal hora, se dava do “tête-à-tête”.

“Certa vez, recebemos uma dica de uma estudante de que havia um conflito para aquele dia (‘uma guerra’) pois o bairro de baixo e o de cima estavam em guerra. E na nossa escola tinha um familiar de um bairro que era de uma turma e um membro da outra turma pertencia ou tinha parentesco com alguém do movimento que era do outro bairro rival; nem eram envolvidos diretamente nas atividades da gangue, do conflito, mas quando era assim não importava porque era questão de vingança. O problema era que o acerto de contas ia acontecer a qualquer momento e em qualquer lugar! E o nosso medo foi que isso se desse na entrada ou na saída... ou dentro da escola lotada e em horário de aula. Desligamos a chave geral e cortamos um fio e cancelamos as aula do dia sob a alegação que a escola estava sem energia!”

As escolas de São Sebastião foram impactadas pelo conflito conforme relatos dos professores “das antigas”. E o trabalho de conscientização contra a violência esteve presente nas escolas para aqueles que sobreviveram ao conflito. As igrejas evangélicas também exerceram um papel importante no trabalho com jovens infratores e violentos; naquele período estava ainda em voga a “teoria da libertação” nas igrejas. É raro encontrar um jovem daquela época vivo e das vezes que encontramos estão em alguma igreja ou já passou por alguma.

As Feiras Permanentes De São Sebastião e a Praça do “Rolo”

Um dado que vale mencionar é em relação as feiras de interesse das comunidades do campo. Encontra-se na RA as seguintes feiras: Feira Permanente e Livre de São Sebastião, Feira do Produtor de São Sebastião e a Feira do IFB Campus São Sebastião, denominada “Quitanda IFB” (feira de produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar), que ocorre aos sábados é a Feira provisória da Associação de Moradores do Morro da Cruz. Em relação ao transporte público, a empresa que atende as linhas de ônibus da RA é a Pioneira e as principais rodovias que acessam a RA são a Estrada Parque Contorno (DF-001), as DF-130, DF-140 e DF-473, além da Rodovia Federal BR-251.

A Feira Permanente de São Sebastião muda constantemente a sua configuração, e aos domingos atualmente assume características de mercado municipal. Tem tudo que você encontraria nos mercados de Minas, de Goiás ou uma amostra de mercados do nordeste. Só conhecendo para entender essa dinâmica e sua diversidade de oferta. Mas atrás da feira permanente e ocupando todo o espaço de estacionamento do Caic e a praça de frente tem uma feira informal e um comércio vivo e movimentado de produtos de toda ordem, origem e qualidade; novos e usados. Só não se pode questionar a procedência em alguns deles. Os vendedores disputam espaço com aqueles que buscam um produto ou, apenas, reconhecer uma pechincha. Tem de tudo nessa feira! Os migrantes também estão presentes nesse espaço e a mistura de amostras linguísticas por todos os lados harmonizam as diferenças enquanto se espera o cliente “achegar”.

Estas laudas foram construídas através dos relatos dos moradores e da riqueza das informações coletadas pela PDAD _Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílio, que se encontra na iminência de ser divulgada neste ano de 2024. Através dela se permite diversas análises, sobre os mais variados assuntos, os quais, por limitação de espaço e por objetividade, não puderam ser completamente explorados neste relatório.

Análises mais aprofundadas sobre os diversos temas da PDAD são comumente conduzidas pela própria Codeplan, em estudos específicos, divulgados no site da Companhia. A divulgação da PDAD 2024 permitirá que tais estudos sejam atualizados, além de possibilitar a realização de novas investigações, uma vez que novos temas foram adicionados nesta edição, como as investigações de identidade de gênero, orientação sexual, insegurança alimentar etc, e outras atualizações importantes com a inclusão de novos bairros na pesquisa como o bairro Morro da Cruz que está dentro do recorte geográfico deste inventário e origem dos sujeitos atendidos pela Escola Classe Morro da Cruz que tem conquistado reconhecimento por ser uma **escola do campo** de referência a comunidade indígena e migrantes refugiados.

Repensando os Dados

Brasília trouxe de seu projeto inicial uma proposta modernista de espaço amplo que, ao passar do tempo, transparece um efeito de segregação espacial que ainda não está definido. A causa disso parece estar relacionada à sua pretensão geoeconômica originária que seguiu atrativa e transformou a cidade. E hoje esse espaço em franca expansão apresenta uma diversidade étnica e uma realidade multicultural diferente das outras regiões brasileiras. E o PDAD 2021 (Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios) corrobora essa impressão e revela mudanças do espaço e das pessoas.

Recordar que as cidades nem sempre iniciaram com um grande projeto de engenharia ajuda a entender Regiões Administrativas como a de São Sebastião que desenvolvem desordenadamente na omissão do poder público. Aqui a fase planejamento inicial, e desejável, a fim de se evitar os tantos problemas de infraestrutura básica, se ausentou no meio do processo e os moradores seguem por conta própria. E os tantos problemas que enfraquecem e causam morte da população por diversos motivos (a curto e a longo prazo) relacionados a saneamento básico, drenagem urbana, más condições viárias, coleta e disposição final do lixo, estão presentes dentro e às margens da cidade. A quantidade insuficiente de escolas, de projetos de moradias populares, de transporte público só se ocultam na realidade da pandemia do covid-19, um período que impactou todas as realidades.

A ausência do estado na continuidade de planejamento, associado a inoperância de sua fiscalização faz o morador querer apontar a administração das RA's como principal culpado pelos problemas da cidade, sendo este o cargo mais pesado na política do Distrito Federal para quem almeja galgar passos dentro da política. O certo é que consertar os problemas estruturais de uma cidade custa muito mais caro, e ainda o resultado é insatisfatório. Exemplo disso são os processos de regularização fundiária em São Sebastião.

É um problema complexo dentro de um paradoxo organizacional que compreende os membros da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento), pois a finalidade que a fez nascer em 1998 são motivo de questionamentos em relação a sua efetividade. As pessoas continuam chegando desde a época da inauguração de Brasília, mas o estado não consegue acompanhar as mudanças que se operam nos municípios, principalmente dos arredores da capital. Mas se sabe que a sua existência

ameniza os problemas e agiliza a distribuição de recursos financeiros e o incentivo ao desenvolvimento econômico.

Essa Região Administrativa é uma alegoria da diversidade cultural, uma amostra da desigualdade deste país e de tantas contradições a despeito das expectativas. Uma entre tantas, por exemplo, revela-se no PDAD no gráfico sobre **Distribuição da população por raça/cor da pele em São Sebastião**; ainda que apenas 11% das pessoas se declaram negras, 53,2% se declaram pardas, o que permite interpretar que a população de São Sebastião é majoritariamente negra, e que é necessário um trabalho escolar que gire em torno do fortalecimento de uma identidade. Além das áreas de códigos e linguagem, as humanas, as exatas encontram material de trabalho suficiente e obrigatório para o trabalho cotidiano nas escolas de São Sebastião. Aprender todas as disciplinas convencionais passa pela compreensão da realidade de sua região – saneamento, densidade populacional, infrações, mobilidade etc., e além disso, é fato que aquele que conhece o seu território se movimenta melhor nele. Conhecer a nossa cidade é fortalecer o pertencimento, conhecer a si próprio e construir-se; identificar-se como cidadão brasileiro, residente em Brasília e domiciliado na cidade de São Sebastião, entre outras coisas.

4.2. Nas trilhas do morro: Capão Comprido.



Imagem de Satélite. (Foto: Arquivo Público do Distrito Federal)

O Bairro Capão Comprido faz fronteira com o bairro Crixá, Bela Vista e abriga vários assentamentos que hoje são Áreas de Regularização de Interesse Social (Aris), graças a Lei Federal nº 13.465/2017 que simplifica e moderniza o licenciamento

urbano e ambiental, e inovações importantes que viabiliza a regularização fundiária e antes mesmo dela, benesses que antes não seria possível como luz legal. E, talvez, o maior benefício seja o afastamento do medo, pois o que mais aterrorizava os moradores eram as derrubadas da antiga GEFIZ, hoje DFLegal. A nova lei garante à população de baixa renda o direito à moradia com segurança jurídica e infraestrutura necessária.

A Geografia do Capão: Uma longa estrada

As características desse bairro tem semelhanças com os seus vizinhos Morro da Cruz e Zumbi dos Palmares. Um bairro extenso, com muitas chácaras e acessos vicinais. A Escola Classe São Bartolomeu é a única instituição pública dessa região em pleno desenvolvimento. Além deste núcleo rural com características urbanas e o crescimento desordenado de seus vizinhos, o bairro tem aproximadamente 12 km² de núcleos rurais acessíveis por várias estradas de terra após o termino do asfalto.

Ali é o ponto final do ônibus e os moradores das chácaras necessitam de transporte particular ou transportes alternativos para acessar as chácaras ou para mover-se aos centros comerciais de São Sebastião. As características das casas, do transporte, das formas de abastecimento e outros são semelhantes a outros bairros já mencionados, mas esta região se destaca por possuir uma maior extensão tipicamente rural. E nesta oportunidade nos debruçaremos sobre dados técnicos do solo e água que afeta diretamente as propriedades que costumam manter uma cultura de cultivo de alimentos diversos para consumo próprio e pequeno comércio. São pessoas que aprenderam a plantar ou que utilizam o local como refúgio e descanso nos finais de semana; pois é um local afastado do perímetro urbano e não tão distante do comércio, dos bancos e outras instituições básicas. Portanto, abre-se aqui um parêntese para tratar desses dados fundamentais sobre dados técnicos de instituições sérias que compreendem aquilo que sabemos mais pelo senso comum e os saberes do típico cidadão interiorano acostumado com a lida, com o manejo que permite produzir com eficiência. Mas nadamelhor que uma análise técnica que confirme ou ensine novas orientações.

Os dados apresentados abaixo foram coletada do o Atlas do Distrito Federal de 2020 e da página atualizada do ICMBio sobre as classificações e características do cerrado, com algumas comparações relacionadas ao que estão a vista em nossa macrorregião. A aula de campo realizada no Jardim Botânico de Brasília forneceu o contato com espécies de forma a ilustrar as informações pesquisadas.

Observamos primeiro a sua descrição sobre os solos do Distrito Federal que são conhecidos por planícies como pontos de relevo profundos, pedregosos, com as famosas casas de cupins, e diferentes níveis de fertilidade, ainda que a região de São Sebastiao apresente mais morros, o solo apresenta a mesmas características gerais. A terra apresenta cores distintas, que vão de matizes avermelhadas até o cinza e o preto. Do ponto de vista da agricultura, os solos do DF apresentam baixa fertilidade, sendo necessária a correção do solo para cultivo, segundo o Atlas do Distrito Federal de 2020. De acordo com esse mesmo estudo, “predominam os Latossolos (ocupam cerca de 60% do território, compreendem os Latossolos Vermelho (44%) e Latossolos Vermelho-Amarelo (16%) e os Cambissolos (correspondem a 31% da área do DF)”. São solos pouco desenvolvidos, muito castigado pelas intempéries e pelas próprias características formadoras de minerais facilmente intemperizáveis; sabendo que o PH do solo do DF está classificada com acidez que gira em torno de 4 e 5,5 e a neutralidade do solo seria o ideal, geralmente, os moradores dessa unidade federativa buscam fazer a correção desse problema com a técnica conhecida como **calagem** a fim de posteriormente equilibrar os nutrientes e enriquecer o solo segundo a cultura desejada; tal técnica consiste em agregar calcário, segundo o cálculo por metro quadrado. E obviamente, muitos produtores que planejam o desenvolvimento de culturas em grande escala realizam o estudo do solo para a precisão no tratamento, enriquecimento do solo e o ajuste a cultura que melhor se adapta a outros fatores ambientais e climatológicos. Além disso, nos quintais das casas, as pessoas usam adubos naturais para melhorar a qualidade do solo, evitando adubos químicos que deixaria o solo ainda mais ácido. E por ser um solo suscetível a erosão, evita-se o revolvimento.

A região do Capão Comprido com maior densidade populacional é possível observar essa formação por todas as áreas onde as ruas não recebem nenhum tipo calçamento ou pavimentação, tal como nos bairros vizinhos. Algumas ruas ficam praticamente intransitáveis nos períodos chuvosos.

O clima no Distrito Federal é tropical, com concentração de precipitações no

verão. As temperaturas médias anuais variam entre 21 °C e 27 °C com períodos de baixa umidade tanto nos períodos mais frios ou mais quentes. Aliás, o período mais quente ocorre entre os meses de setembro e outubro, no qual a média histórica das temperaturas mais altas chega a 36 °C.



Foto: Prof. Marino Sérgio Rodrigues

O Distrito Federal está totalmente inserido no bioma Cerrado. É o segundo maior bioma da América do Sul, e compreende uma extensa área que alcança áreas dos estados do Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, sul do Mato Grosso, oeste de Minas Gerais, Distrito Federal, oeste da Bahia, sul do Maranhão, oeste do Piauí e porções do Estado de São Paulo os estados do Goiás, Distrito Federal parte de Minas Gerais.

A fauna do Cerrado é bastante rica. Quando se pensa na flora, pensamos na diversidade que reúne espécies naturais e endêmicas; e o mês de agosto se destaca pela floração dos Ipês que se adaptou bem ao clima.

O bairro Capão Comprido abriga uma diversidade de culturas e pessoas. As novas instalações do Caritas Arquidiocesana, antigo Raio de Luz, é um bom exemplo que ilustra a diversidade do bairro e de possibilidades. Ela desenvolve um trabalho essencial de recepção aos migrantes refugiados indígenas venezuelanos. Está localizado a 600 metros das instalações que recebeu a Escola Classe Morro da Cruz.

A recepção a comunidade estudantil Warao na escola começou como um desafio da Secretaria de Educação confiado a nós; não tínhamos informações suficientes e bem balizados sobre os indivíduos que receberíamos e isso causou uma grande inquietação e nos motivou a buscar por pesquisas para esta finalidade. Percebemos que os textos eram extensos e não atendia completamente as nossas

necessidade escolares. Neste momento, fomos desafiados por nossa coordenadora pedagógica para a elaboração de nosso próprio texto! E o primeiro contato com os estudantes warao nos inspirava a construir um texto informativo que fosse de fácil compreensão, completo e que desse conta de narrar de forma completa para a comunidade escolar quem são os estudantes atendidos pela Escola Classe Morro da Cruz.

O primeiro momento, estávamos preocupados com a boa recepção das turmas; sensibilidade, paciência, compreensão, pois naquele momento descobríamos uma realidade distante de nossa cultura. A partir daí, desenvolveríamos um trabalho que não se valesse das fontes contaminadas dos jornais de grande circulação local que trazia imagens cristalizadas dos “índios” e opiniões estereotipadas de visões do senso comum que não nos interessava e que já estava há tempos presente na história da educação brasileira e que não havia funcionado, e promovesse exatamente, o oposto do que desejávamos: a exclusão.

Ainda que involuntariamente! Entendemos primeiro o que não queríamos nesse processo de ensino/aprendizagem, e seguimos aprendendo quando optamos pela escolha de uma abordagem indígena que nos conduzisse a um caminho que evitasse as comparações e equívocos contrastivos que apresenta o indígena como “o outro” dentro de uma sociedade majoritária não indígena e reforçasse as práticas da invisibilidade desenvolvida pelo senso comum na ideia do índio genérico. Estamos todos nós envolvidos na mesma teia universal; em

tempos-espacos diferentes dos caminhos da resignificação, do pertencimento, na construção/reafirmação de uma identidade, e no início da compreensão da diversidade da qual somos todos parte.

4.2.1. Somos Warao, os primeiros



Prof Marino Sérgio Rodrigues

Tecido de águas

Warao é o nome de um povo originário habitantes da região nordeste da Venezuela do complexo conjunto de rios e da biodiversidade que constitui o Delta do Orinoco, onde sempre habitaram desde tempos remotos. Um passado complexo que de pouco em pouco revela-se como as camadas sedimentares dos rios do delta que confrontam suposições etnográficas de uma cultura tradicional inalterado por milhares de anos, as afirmações linguísticas e arqueológicas sobre processos migratórios, famílias linguísticas e graus de parentescos.

Até onde as pegadas da história permitiu chegar, eles buscaram proteção dos rios caudalosos e em seu sentido de vida coletivo, mantendo-se reunidos em subgrupos conforme as suas práticas culturais e de subsistência, desde o período pré-hispânico, de acordo com estudos realizados pelo antropólogo Johannes Wilbert que observa a presença dos Warao divididos em quatro subgrupos em áreas específicas do delta: a noroeste, ficavam aqueles que praticavam o extrativismo do buriti, a pesca e fabricavam canoas; a nordeste, nas áreas de mangues e pântanos, viviam os

coletores e pescadores; a sudoeste, aqueles que,

além do extrativismo do buriti, cultivavam mandioca e milho; a sudeste, os que viviam da caça e da pesca. De pouco em pouco, desvenda-se páginas de uma história perdida no tempo e compõe-se os contornos reais de uma cultura autêntica.

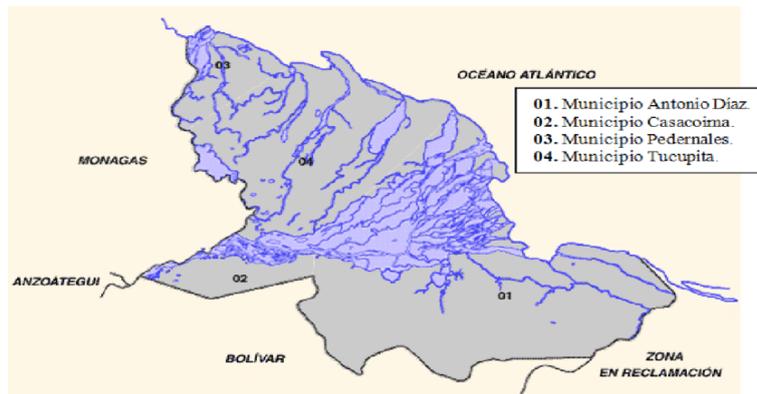


Seu nome significa “**povo das canoas/gente das canoas**”. O povo Wayúu e o povo Warao são, respectivamente, os dois maiores grupos étnicos da Venezuela indígena; e os Warao representa 10% da população Wayúu, o grupo predominante. Os outros grupos de etnias kariña, Pemón, Wayúu e outros que se adaptaram às planícies alagadas são conhecidos também pela referência “**Pueblo de las aguas**” (povos das águas). Contudo, apenas os Warao recebem um especificador como referência a seu ofício na construção de **wajibakas** (canoas) e as suas habilidades de navegação. Um povo que reúne elementos sensíveis que os torna suscetíveis aos impactos das grandes alterações climáticas, como afirmam os estudos antropológicos que os enxerga desenvolvendo historicamente à beira dos rios e ramificações que compõem a macrorregião do Delta Orinoco no estado Delta Amacuro, estendendo-se até o estado Monagas por milhares de anos.

Os Warao chamaram a existência todas as pequenas e as grandes coisas de sua região quando nomearam tudo ao seu redor: os nomes dos rios, das grandes e das pequenas coisas que só existem naquela bioma e, inclusive, o gigante senhor daquelas terras foi nomeado por eles; o nome do rio derivou da palavra **wirinoko** da sua língua materna, em que **wiri** significa *onde remamos* e **noko**, *lugar*. Um outro exemplo é o nome **amacauero** que metaforicamente se refere a beleza natural da região onde vivem: **tecido de águas**.



O Janoko



Indubitavelmente, a arquitetura natural de suas moradias que em grande maioria são palafitas espalhadas pelos manguezais, pântanos, florestas inundáveis e nos inúmeros rios, e em maior concentração, nos municípios Antônio Díaz e Pedernales, respectivamente, alto e baixo Orinoco. Há muita semelhança com as estruturas de palafitas das comunidades ribeirinhas brasileiras, espalhadas as margens dos rios; compõem de forma prática um conjunto necessário de esforços para a sobrevivência a partir dos recursos que a própria natureza oferece. O que a torna única são as suas bacias hídricas interconectadas fluindo um verde escuro embaixo do sol, e prateadas nos dias de lua; um cenário composto por aproximadamente 60 rios menores e 40 grandes rios que atravessam 41.000 km² de ilhas selváticas, pântanos e lagoas. Os Warao vivem geralmente em dois tipos de moradias: nas palafitas as margens dos riachos _casas construídas sobre uma

plataforma sustentada por postes de madeira_, ou nas estâncias “**morichaleras**” (concentração da árvore ou mata de buriti) que estão no meio da selva. O maior símbolo dos Warao está representada pela “**wajibaka**” (**canoa**) ou **curiara** (é também o nome de uma comunidade), as pequenas embarcações construídas pelos carpinteiros da comunidade, e que são o principal meio de transporte, manejadas com destreza por todos os integrantes, desde as crianças até as pessoas idosas (**idamo**), e se encontram espalhadas à beira das palafitas, à disposição para as travessias por inúmeros “**caños**” e grandes rios como o Orinoco e o Amacuro, em direção ao trabalho, ao comércio, às festas, às “**cangrejadas**”, aos “**morichales**” ou a caminho da extração do açaí.



O último censo **Warao** oficial realizado pelo Ministério dos Povos Indígenas Venezuelano em 2011 apontou um número estimado de 48 771 indígenas dessa etnia distribuídas pela macrorregião descrita acima. Acredita-se que a sua população, ultimamente, não ultrapasse os 25.000 habitantes distribuídos em diferentes cidades e regiões venezuelanas; todas as comunidades sob a liderança do **kobenahoro**, a autoridade máxima Warao, autoridade política e religiosa, reconhecida inclusive por membros dos governos e pelas autoridades estatais. Além dessa, outra figura importante para o povo Warao é o Warao Aidamo (1º e 2º cacique), a liderança local em cada comunidade. Essa figura que reúne a representação Warao aparece no documentário “**Hijas de la luna**”, onde é possível identificar as ausências e as mudanças que ainda estão acontecendo e que explicam a gradual diminuição da população das comunidades Warao; no dia que passamos esse documentário em

sala, os estudantes mais velhos observavam e reconheciam-se ou identificava o parente, as vezes já falecido, e os espaços por onde caminhavam, corriam e brincavam em sua antiga residência; é o rio por onde navegaram e aprenderam a nadar. São vídeos que despertam saudades neles e nos ensina a diferença real entre ter um teto e possuir um lar.

Contextualização Histórica

Uma curiosidade apontada por estudos antropológicos indicam que os Warao são o grupo humano originário mais antigo da Venezuela, e **a sua existência remonta os 9 mil anos no mesmo território**. E um pequeno estudo etiológico e teológico sobre a gênese humana, na ótica desse povo, nos converteria não apenas às suas crenças sobre a sua antiguidade e anterioridade, como também aos elementos próprios de sua cultura religiosa; conviva com eles por um curto período e saberá do que estamos falando! Suas falas orgulhosas que reafirma ser os primeiros humanos sobre a face da terra são altivas e convictas.

E de fato quando buscamos um pouco mais sobre a origem dos Warao, os registros históricos revelam que a partir da chegada dos espanhóis, os padres católicos capuchinhos são os primeiros não-indígenas a estudar a sua língua e a sua cultura, e muito em razão dessa invasão, desde esse período de domínio e controle do colonizador até o século XVIII que o povo Warao incorporaria à sua sociedade outros povos indígenas

que fugiam do massacre colonial; o que intensificou sua diversidade interna e influenciou suas formas de organização, economia, língua entre outras práticas culturais, segundo os dados reafirmados pela ACNUR - Agência da ONU Para Refugiados. Os sacerdotes deixaram o aprendizado da agricultura nas comunidades acessíveis, em troca de abastecimento de alimentos nas localidades de difícil locomoção.

E aquela pequena semente multiplicou toda a economia a longo prazo; o que não se vislumbrava é que isso afetaria tão profundamente o modo de vida dos núcleos familiares Warao, antes centrada na figura feminina mais velha, chefe de seu “**janoko**”, pequena unidade doméstica, composta por entre 200 e 300 pessoas. A matriarca acumulava funções políticas, religiosas e educacionais de sua família, e os homens

lhes cabia a força para a caça e a segurança coletiva dos territórios. Mas em determinado momento com a chegada dos religiosos, há um rompimento das narrativas femininas por narrativas masculinas. A mulher tornou-se invisível porque o modelo eurocentrista previa a figura masculina na liderança.

Embora algumas comunidades se mantivessem protegidas em razão do isolamento na selva graças aos rios caudalosos e outras adversidades naturais, é possível identificar nos registros e estudos sobre o Delta do Orinoco diversos momentos na história que de fato os Warao sofreram grandes interferências em seu território; se antes eram movimentos externos (vindo de fora de suas fronteiras) que os afetava indiretamente no acolhimento de indígenas karib, arauk e outros povos parentes, em determinado momento, inicia uma era que os afeta diretamente e os obriga a mover-se dentro e para fora de seu habitat.

Dentre esses movimentos, o início do Sec. XX, marca uma fase do processo irreversível que afetaria seu estilo de vida coletivo e de acolhimento de outros povos parentes, sua economia extrativista, e intervenções em seu ambiente, com a chegada de missionários em 1920 pelo território vizinho da Guiana, segundo García Castro (2009). Mas há que se atentar que a implantação de missões religiosas, decorrentes da Lei das Missões, de 1915, foi criada (adotada) pelo estado venezuelano cinco anos antes e, claramente, isso permite enxergar um contexto macro de um projeto para a América do Sul nesse sentido; tanto que os termos da nova lei delegava aos missionários a responsabilidade de atendimento aos povos indígenas com o objetivo de “civilizá-los” e “evangelizá-los”; os sinais dessa ocupação dos territórios indígenas está no nome dos rios, nome dos lugares (a ilha San Francisco de Guayo aparece nos mapas antigos como ‘Misión San Francisco de Guayo!).

Tempos mais tarde, início do Sec. XXI esse mesmo movimento repetiria com os evangélicos. Outro momento está marcado na memória Warao, da década de 1960, quando o delta do Orinoco torna-se cenário de interesse de um projeto pseudo-desenvolvimentista realizado pelo governo venezuelano a fim de potencializar a capacidade agrícola; cultura introduzida por sacerdotes capuchinhos naquela região, por meio do represamento do rio Mánamo.

O resultado foi catastrófico. O objetivo era impedir que as enchentes inundassem milhares de quilômetros, supostamente adequados para a agricultura; a obra nunca foi inteiramente concluída porque envolvia muitas fases. Mas o represamento do rio ocorreu e com ela a desaceleração dos rios e afluentes destes com impactos

ecológicos incalculáveis para a fauna e flora; o desaparecimento de espécies endêmicas que trouxe danos a subsistência dos Warao, invasões de outras espécies, salinização das águas, e em decorrência das transformações sociais resultantes desse processo, aumentou gradualmente o êxodo das populações indígenas para os centros urbanos.

Para Hamilton y Lewis (1990), o Delta do Orinoco é um dos ecossistemas deltaicos mais conservados do mundo, o isolamento, a capacidade de retenção de água, a inaptidão das terras para o desenvolvimento da agricultura, impediram a exploração do território guardado pelos povos indígenas, e por essa razão boa parte da diversidade biológica de suas comunidades permanecem inalterada, segundo Vásquez y Wilbert (1992). Isso não significa ausência de problemas como mencionado; existem problemas rio Orinoco acima que afeta os moradores da floresta, tais como a mineração ilegal e uso de produtos altamente perigosos para a vida, a contaminação da água pela indústria com o descarte de metais pesados; existem problemas rio Orinoco abaixo, no território venezuelano, como a exploração petrolífera e os problemas relacionados a exploração de espécies comerciais para a pesca, tráfico de espécies da fauna silvestre e aquática entre outros.

Língua

Na composição da identidade, a língua e o conjunto de saberes tradicionais e ancestrais formam parte de seus pertences no mundo, e tudo que se referir a seu acervo cultural aparecerá acompanhado de um especificador, posicionado como um prefixo ou como um adjetivo, a denominação 'warao'; por isso é muito comum entre eles essa distinção: povo warao, língua warao, canto warao, dança warao, warao aidamo etc. Salvo a ideia predominante de um sentido de vida coletivo, comum a todas as etnias indígenas sul-americanas, se trata de um povo dono de costumes, modo de viver e cultura distinta de tudo aquilo que conhecemos.

Haja vista evidências de estudos etnográficos e relatórios linguísticos em Campbell (1997); Seifart e Hammarstrom (2017: 264) que sustentam que essa língua homônima pertence a um tronco linguístico isolado; o vocabulário distinto da

língua e a ordem das palavras - objeto/sujeito/verbo - contrasta com as outras línguas da região. Contudo, nenhuma análise linguística detalhada suporta a hipótese de uma língua e/ou de uma cultura tradicional inalterada, e sem influenciar e ser influenciada; Warao são exímios navegadores e foi constatado a incorporação de palavras por empréstimos, e foi encontrado palavras emprestadas a outras famílias linguísticas distantes de seu território e das suas práticas culturais.

Os povos Ye'kwana (Icuaná), por exemplo, que pertencem a família linguística Karib (família equivocadamente associada a língua Warao, ponto já aclarado), vivem ao norte do Brasil e na Venezuela são excelentes construtores de canoas e, assim como os Warao, seu nome, coincidentemente, significa “povo das canoas” em algumas regiões de origem.

Em resumo, em posse das informações que se têm sobre os Warao até o momento, pode-se afirmar categoricamente que eles são claramente ameríndios. Gendzekhadze (2004) traz estudos da genética da população Warao e ousa afirmar que o grupo é imunologicamente muito homogêneo e não mostra evidência genética de mistura com europeus ou africanos que chegaram com as invasões. São dados que corrobora com a

aparente história cultural dessa etnia como socialmente concentrada nas áreas úmidas da floresta do delta do Orinoco, um refúgio contra a intrusão, aculturação e fusão biológica com as populações externas e do seu entorno. A conclusão a que se chegou ao perceber a ausência de padrões genéticos imunológicos compartilhados com os europeus nas amostras estudadas confirma evidências definitivas sobre a sua identidade biológica ameríndia.



Religião

Tão importante quanto a sua língua, os Warao possui crenças profundas em tudo que está além da palavra, do visível ou daquilo que está ao alcance de nossos sentidos; tudo conflui para os aspectos sinestésicos, próprios dos elementos de ordem religiosa que ocupam espaço permanente em sua existência. E isso está evidente em suas vestimentas que embora sofra transformações graduais devido ao contato com a população crioula (não-indígena) em seu país de origem ou em território estrangeiro, conserva um caráter mágico-religioso para eles; vemos isso também nos adereços da mulher Warao que o vê como algo do sagrado. Os inúmeros colares as protegerão contra doenças e infortúnios.

Aqui cabe algumas considerações já debatidas sobre o tema para a melhor compreensão deste fenômeno; aqui usamos alguns adjetivos, nomes que aludem a um mundo espiritual para se referir a religião desse povo. Lembramos que o termo 'religião' é um conceito aberto e podemos falar de filosofia da religião, sociologia da religião, agregamos a informação de que a cultura eurocentrista adotada estigmatizará as religiões politeístas, talvez pelo próprio fato de ontologizarmos 'deus' dentro das ideias concebidas sobre Deus, e que segundo aponta uma linha de raciocínio de estudiosos da própria tradição judaico-cristã; nossas ideias sobre Deus são construções particulares, as vezes peculiares que pouco tem a ver com Deus, e são muitas vezes fruto de uma interpretação equivocada dos livros canônicos e que, portanto, Deus não tem nada a ver com isso, Psicologia da religião entre outras coisas relacionadas ao tema.

De que religião estamos falando aqui quando nos referimos a cultura warao? Na classificação oficial encontramos com frequência a referência as cinco religiões predominantes: islamismo, budismo uma linha de pensadores sobre o assunto, afirmam que o budismo não é religião porque não tem Deus, judaísmo, hinduísmo, cristianismo, e com uma correção mais recente que deixava as religiões dos povos originários e de matriz africana de fora, lhes confere o status de religião, ou seja, todo um universo estava de fora. Atualmente, há um senso entre os mais abertos a discutir o tema que sinalizaria para uma definição mais completa encontrada no livro "Religião e Luta de Classes" do venezuelano Otto Maduro parece uma blasfêmia citar esse sobrenome para refletir sobre, mas o nome pouco tem a ver com a figura do presidente da Venezuela, mas sim por se tratar de um sobrenome bastante comum no país.

De suas reflexões sobre o fenômeno no contexto da América latina, o autor afirma que religião “é um conjunto de crenças a respeito de seres superiores e anteriores e um conjunto de ritos a respeito desses seres com quem os fiéis desenvolvem uma relação de obrigações e benefícios”. Bastante interessante, que essa definição aponta para a ideia de que se eu cumpro a minha obrigação para com esses seres superiores, ele me abençoa e se eu descumpro a minha obrigação, ele amaldiçoa; mas o fato de nós seres humanos sermos falhos em cumprir nossas obrigações nos colocaria sempre embaixo da sombra do medo da maldição, nas considerações do teólogo brasileiro e pastor Ed René Kivits quando se propõe a analisar alguns pontos dessa definição. Contudo, o teólogo pede licença ao autor para incluir a palavra ‘tabus’, no sentido de códigos morais, para falar sobre o fenômeno nacional. E encontramos tudo isso nas falas e nos fazeres do povo Warao e que a concepção apresentada dá conta de explicar.

Voltando a debruçar sobre o fenômeno religioso na cosmovisão Warao já mencionada, para Wilbert (1993), Kanobo é o nome Warao para referir-se aos principais “deuses” ancestrais e poderá aparecer traduzido, erroneamente, e restritamente para personagens masculinos, um vez que a deusa central desse panteão também era uma Kanobo. E os Warao caracterizam seu lugar de morada como uma floresta governada por um ancestral chamado Dauarani, a “Mãe da Floresta. Os etnógrafos a caracterizam como “o Deus da floresta”, que assume a forma de uma serpente gigante. Esse personagem mítico é visto como uma deusa antiga da criação, assim como outros aparecerá relacionada a força bruta e natural como os grandes animais das floresta e as forças da natureza; Dauarani, inclusive, aparece desenhada nas laterais das “wajibakas” consciente ou inconscientemente nas comunidades, segundo os apontamentos em Wilbert (1972: 93; 1993: 11, 15, 23, 50, 53, 64 -67, 74, 76, 82, 90, 94, 99, 117, 170-171). Ela era evocada para a proteção de todos os moradores da floresta de acordo com autor (1972: 89). Nisso o panteão Warao coincide com a de outros povos indígenas amazônicos, pois histórias sobre serpentes com poderes mágicos/religiosos faz parte das histórias orais das sociedades indígenas recentes da Amazônia oriental, Orinoco e Guianas, como aponta acertadamente a ACNUR (Agência da ONU Para Refugiados) no material intitulado Contribuições da Antropologia para a Proteção de Indígenas Refugiados e Migrantes.

Quando se trata de contato com o mundo espiritual ou da intimidade com os

seres celestiais, há três especialistas que por ali transitam com a licença de seus deuses, e muito em razão disso conservam o prestígio nas comunidades: os **wisidatu** (xamãs, guia espiritual da comunidade), os **joarotu** (médico/curandeiro) e os **bajanarotu** (bruxo/mágico). Eles controlam as forças sobrenaturais que causam doenças nos **janokos** (*ja* = rede e *noko* = lugar) de cada grupo familiar e nas **janokoidas** (grande casa) de cada comunidade. O religioso ocupa lugar central na existência dessa etnia; na cosmovisão Warao está estabelecido originalmente que existem duas forças que regem a realidade, o **hebu**, associado ao vento, fumaça, e o **kanobo** que tem a ver com as pedras do rio, as grandes forças indomáveis da natureza; e não por coincidência tudo se conecta com elementos da natureza dos arredores das comunidades originárias Warao, pois todas essas figuras possuem sua gênese ligada ao equilíbrio do próprio elemento a que se conecta, e atuam junto com o mundo natural e em consonância com as forças da natureza nas pessoas; são manifestações e fenômenos que a nossa cultura ocidental e contemporânea podem oferecer uma explicação, mas jamais tão adornada como eles conseguem oferecer. Uma autoridade que representa tudo isso dentro de uma comunidade warao é a figura do **wisidatu**, um personagem bondoso em quem recai o papel de curandeiro (guia espiritual), e mestre de ensino e de apresentação quando oficializa o culto por meio das oferendas do **moriche**.

Algumas figuras do panteão que recebem os presentes dentro dos contos e mitos e aparecem com destaque na formação da gênese Warao estão: **Mareiwa** - segundo os Warao, é o príncipe. Era aquele que dominava e mantinha o fogo, e o conservava oculto em lugar afastado dos olhos humanos; até o dia em que um jovem Warao roubou o fogo para o seu povo. A história lembra muito a mitologia grega e o mito de Prometeu, aquele que roubou o fogo do Olimpo e deu ao homem, para torná-lo livre paracuidar da sobrevivência etc. **Kuai-mare** é o Deus principal dos Warao. Seu nome significa 'A felicidade que habita acima'. Sua vestimenta é uma túnica finíssima que flutua no ar produzindo a brisa que agita as águas dos rios. Quando caminha produz os movimentos de rotação da terra. Ele é o criador dos espíritos bons e dos espíritos maus. **Yajuma** é a deusa que escuta as orações e cuida das crianças para que as crianças não morram pelas doenças acometidas em razão da ingestão de águas contaminadas, como a diarreia e outras doenças como o tifo.

Ainda sobre o religioso, há muitos símbolos das coisas de ordem religiosa na cultura Warao onde o sincretismo não suplantou o que coexiste de original na cultura;

um exemplo disso está na maneira como lidam com a morte, e que está colocada em dois critérios: como fato natural, se ocorrer após a longa existência; ou como a intervenção de **espíritos** que prejudicam as pessoas. Geralmente, o cadáver é colocado dentro da urna mortuário envolta em sua rede, e levado para um local fora de sua comunidade e, quase sempre, do outro lado do rio em uma pequena casinha sob estacas de dois metros e meio de altura (2,5m) sobre o curso do rio, a beira das águas do rio como uma maquete das casa de palafitas; após o período aproximado de dois anos, se remove os ossos do velho caixão e os coloca nas urnas/gavetas mortuárias. Atualmente, adota-se os mesmos costumes do local onde estiverem.

E com os primeiros anos de recepção de migrantes e/ou refugiado, o poder público do país têm amadurecido as discussões no sentido de se viabilizar as práticas que respeitem os ritos funerários, os cuidados destinados aos mortos e às formas como outras etnias vivenciam o luto (desde a perspectiva do embalsamamento do corpo, caixão, velório e sepultamento); no caso Warao há especificidades que torna inviável esse atendimento pelo nível de complexidade e a incompatibilidade com sociedades e contextos urbanos. É diante de toda essa heterogeneidade que a secretarias de educação dos estados discutem neste momento e de forma coletiva as adequações dos currículos e dos planos de ensino; nossa escola se encontra neste percurso e frequentemente discutimos os aspectos históricos, sociais, culturais, ambientais, linguísticos e outros elementos inéditos da cultura Warao, tão diferente da nossa realidade. E quando se fala em luto, tratamos o tema com sensibilidade, pois as perdas de familiares são comuns nas comunidades, e a maior parte dos alunos Warao da Escola Classe Morro da Cruz, provavelmente, já perderam um irmão, ou um parente por motivo de doença.

Certa vez, percebemos que algumas atividades que envolvem documentário em sala de aula despertavam a recordação sobre o seu lar. São nesses momentos que o(a) educador(a) social faz alguns desabafos e narra algo do passado; se lembrou, por exemplo, do luto e revelou inclusive que a perda de familiares são comuns em sua comunidade, e a maior parte dos estudantes de nossa unidade educacional provavelmente já perdeu um irmão, como mencionado. Certa vez, escutamos os motivos que já levaram crianças a morte em sua comunidade; da doenças contagiosas que afetam as crianças e se espalham em uma comunidade que possui outros conceitos sobre higiene (numa sociedade afetada pela falta de remédios e ausências de programas vacinais) até as especificidades que envolvem crenças

religiosas (rituais com plantas naturais e incenso, “bruxarias” etc).

Da vez que um membro da comunidade foi julgado (com a presença da polícia) por ter supostamente assassinado sete crianças com encantamento (bruxaria). Não houve qualquer evidencia científica, mas existia a crença indubitável de que teve um autor que realizou um crime através de magia. São crenças que devemos respeitar porque envolve a fé e as suas práticas culturais e históricas, e ilustra perfeitamente a ideia da centralidade do religioso em sua visão de mundo.

Outros momentos marcantes na experiência pedagógica diz respeito a detalhes culturais da comunidade que são bastante diferente de nossos hábitos e convenções de pessoas não-indígenas, e o ‘choque’ de algumas descobertas; vale recordar que toda menina Warao quando atinge a experiência da menarca, adentra em um novo ciclo de hábitos culturais que toda mulher passa nos dias da menstruação; elas ficam um período sem banhar-se, e para marcar a progressão do mundo das crianças para a fase ‘adulta”, se realiza um rito de passagem, muito duro para as meninas, e se supõem que está muito além de um hábito e, sim, mais para as questões espirituais; corta-se o cabelo bem curto e as mantem isoladas por um tempo.

A centralidade do Moriche (buriti) na cultura Warao



É imprescindível lembrar que as populações indígenas têm costumes, línguas, crenças, relações milenares e toda uma construção social que já existia mesmo antes do início da colonização, coexistência em perfeita relação e harmonia com o meio ambiente ao longo dos séculos, como uma verdadeira conexão.

A dieta dos Warao, desde suas origens até hoje, foi e continua sendo baseada em peixes, carnes de caça, caranguejos, mandioca, inhame, banana-da-terra, farinha de trigo, frutos e milho. Contudo, existe uma árvore vinculada a cultura e a seus fazeres mais rotineiros que abarca desde a ancestralidade até os nossos dias, da alimentação, roupas e produtos de sua sobrevivência etc. O Moriche ou **ojidu** é a base da alimentação e está para o Warao assim como o maná está para o israelita, segundo a antropóloga Marluse Rosa. O buriti é de fato **a árvore da vida** para eles, e dele se pode extrair o suficiente para sobreviver, como o pão (**ojidu aru**), o vinho, larva de buriti (gusano, "**ojidu mo**"), frutas etc, além de outras coisas necessárias para a vida, além das mencionadas anteriormente, a própria canoa e os utensílios. É uma planta tão importante que influencia na distribuição demográfica dos Warao.

A cultura material Warao é comparável, basicamente, à da maioria das culturas amazônicas, que variam em detalhes, dependendo do habitat e do grau de integridade cultural indígena versus a aculturação. Talvez sua forte dependência de palmeiras específicas, como o buriti, usada para uma infinidade de atividades (tal como o fio de um emaranhado de tecidos) dentre elas, muitos detalhes em sua moradia e que talvez por isso seja muito distinta; o buriti é como o pão de cada dia, pois dela se alimenta, se bebe, se adorna casas e pessoas. Enquanto, um tecido de algodão usado por comunidades brasileiras indígenas e não indígenas, teria apenas uma função específica, o de produzir linhas para confeccionar roupas, e se buscariam outras fibras naturais e sintéticas outras alternativas e usos. Suas práticas de construir seus próprios utensílios, a prática da caça, da pesca, os alimentos produzidos do amido de mandioca, as bebidas para os rituais; a dança, o respeito a espiritualidade que habita na terra, sobre ela e acima dela são os pontos de confluência entre culturas indígenas.

Comunidade Warao no Brasil

As ondas migratórias são um desafio complexo e em todos os continentes. Não é diferente na América do Sul, sobretudo com a chegada dos Warao; suas narrativas

se localizam nas linhas limítrofes de uma diáspora, pois eles são indígenas em contexto urbano, migrantes refugiados que aumentaram significativamente ano após anos diante de um conjunto de ameaças a seus direitos mais básicos, a ponto de colocar em risco a sua existência em seu país de origem e no interior e seu habitat. Foram chegando ao Brasil a partir de 2014, após uma complexa trajetória histórica e social de um processo anterior de desterritorialização e de êxodo dentro de seu território entre regiões de florestas, pequenos e grandes rios nos estados de Monagas, Delta Amacuro.

No caso dos venezuelanos, os cidadãos não precisam de visto para entrar no Brasil. E desde 2019, há uma facilitação do processo para a condição de refugiado, porque o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) reconheceu a existência de violações de direitos humanos generalizada no país vizinho. E aqui os Warao são sujeitos de direito como indígenas e, a depender do status legal acionado, como refugiados e/ou como migrantes. Os direitos decorrentes da condição indígena estabelecem o respeito e a valorização dos costumes, tradições, formas de organização social e modos de vida preservados, de forma a resguardar ou resgatar a autonomia.

Para contribuir com a leitura adequada das dimensões do problema, buscamos elencar as interferências que afetaram um número maior de sujeitos ou toda comunidade. Desde o ano de 1965 com o fechamento do canal de Mánamo e seus afluentes, que afetaria cerca de 22 mil pessoas diretamente; e também os índices catastróficos dos anos 90, em decorrência das contaminações das águas que traria uma grande crise de saúde nas comunidades em decorrência de cólera. É muito além disso. A epopeia Warao tem histórias de violências, cantos tristes e vozes de uma coletividade condensada em uma única frase repetida por todos aqueles que saem de lá e chegam aqui: **saímos de nossas casas para não morrer**; de fome, da ganância do homem por recursos da terra, da falácia desenvolvimentista (sobre 'el cierre del caño Mánamo', existe um documentário com esse mesmo nome, cabe explicar que caño é um rio secundário que desemboca/deságua em outro principal), da rota do tráfico de drogas por território ancestral, contaminação das águas que nascem em outros territórios internacionais, como o brasileiro, chegando às partes baixas do Orinoco onde estão em maior concentração, e se espalhando pelos canais do delta.

E a lista segue, pois também enfrentavam as contaminações das atividades industriais e a da mineração a céu aberto que acumulam uma grande quantidade de

y Vuelta Janeida (todos de Bajo Delta), Mariusa e Pedernales, todas as 23 comunidades Warao estão fragmentadas pelo Brasil e em outros cantos espalhados pela América Latina e territórios de outros vizinhos. A Venezuela não possui demarcação de terra indígena, e isso os afetava ano após ano. E, um dia após o outro, alguém se apossava do público como se fosse coisa sem dono. E veio a crise, os governos antidemocráticos e por fim o embargo internacional.

Em São Sebastião estão as comunidades Morichito e Barranquilla, dissidentes da região dos “**morichales**” entre o estado de Monagas e Delta Amacuro. A crise em seu país de origem desencadeou uma série de impactos graduais e profundos em suas vidas; mudou para sempre a maneira como lidam consigo e com o outro. A adjetivação proposta para qualificar as consequências desse impacto estão além da palavra crise; primeiro afetou suas expressões mais rotineiras em sua comunidade entre morichales (árvores de buriti) e tudo que se movia em torno do rio e seus afluentes da bacia do Delta Orinoco até a chegada ao mar. Um povo (**El pueblo de las agua**) disperso na América do Sul e que gradualmente perde sua identidade e o seu autoconhecimento (o orgulho de exercer o seu talento e cumprir um propósito); a cultura Warao está intimamente vinculada a palma do buriti, como vimos acima, e que não é uma espécie endêmica do Distrito Federal; e lá a árvore da vida se estendia de forma impressionável.

A produção de artesanato, não era apenas adornos, mas tecidos e produtos que eram conhecidos por sua qualidade. A árvore que também se construía **wajibaka** (canoa) não experimenta o seu potencial, e conseqüentemente os rios não estão tão agitados; nem por seus remos tampouco por seus motores que transportavam pessoas, açai, artesanatos... para cumprir o ciclo de sobrevivência da comunidade e de seu entorno – mal sabia esse povo que já estavam integrados a um ciclo de produção muito maior; o contato com o turismo ecológico e a aproximação natural de um mundo e as suas cidades que se expande e se movimenta todo o tempo é implacável com aquilo que é indiferente e não integra os princípios da globalização. As casinhas mortuárias já não abrigam todos os membros de uma família, e esses mortos já não escutam as entonações melodiosas de seus parentes, seus bailes homenageando-os*¹. É porque as suas raízes estão enfraquecidas e superficiais, como o pé de buriti que cai na tempestade.

A Escola Classe Morro da Cruz realiza pelo segundo ano o atendimento à comunidade indígena e buscou estudar sobre suas origens, contexto histórico, língua

religião, entre outras coisas.

Extraímos diariamente conclusões de nossas leituras e fazemos reluzir em nossas experiências. Percebemos que diante da diversidade, o pensamento reincidente procedente do senso comum não indígena incorre frequentemente em práticas as vezes inconsciente de tutela de povos migrantes, pois existe outras concepções e, conseqüentemente, divergências sobre os temas. E de fato as etnias indígenas possui outros conceitos de infância, modos de socialização próprias entre

*1 Quando os Warao dançam batem forte os pés no chão “para que os mortos também escutem”; é a sua forma de interação com os elementos básicos da natureza e a sua mãe terra, e homenagear elementos físicos e metafísicos.

as crianças, assim como outras concepção de saúde, de doença e de cuidado, ritos funerários e as formas como vivenciam o luto.

As leis brasileiras a partir de 1989 reconhecem uma série de tratamentos sensíveis aos moradores das florestas que por diferentes motivos, conforme elencados acima, migraram para contextos urbanos. Portanto, o objetivo maior deles, e cabe a nós no papel de facilitadores dessas práticas, a promoção da autodeterminação dos povos. E toda vez que zelamos pelo cumprimento da oferta de educação multilíngue ou comunitária de modo a amenizar as barreiras de comunicação tão comum nestes ambientes, ou mesmo atuando nas orientações pela busca da atenção à saúde diferenciada estamos contribuindo para que o alcance de cada uma das etapas desse processo seja cumprido de maneira a atingir resultados sólidos a longo prazo. E por acreditar que é a diversidade que nos torna únicos, a educação acolhe as diferenças como fator de transformação social.



Ojidu - Árvore da Vida Warao
artesanato indígena venezuelano no Brasil

Diante da diversidade, o cidadão não indígena incorre muitas vezes em práticas, as vezes inconsciente, de tutela de povos migrantes, e choque cultural desse encontro gera conflitos, pois existe concepções distintas entre culturas, e conseqüentemente divergências sobre diversos temas. E as etnias indígenas possui outros conceitos de infância, modos de socialização própria entre as crianças, assim como outras concepção de saúde, de doença e de cuidado, ritos funerários e as formas como vivenciam o luto. As leis brasileiras a partir de 1989 reconhecem uma série de tratamentos sensíveis aos moradores da florestas que por diferentes motivos migraram para contextos urbanos.

O objetivo seria a de promover a autodeterminação dos povos, educação multilíngue ou comunitária e atenção à saúde diferenciada. E por investir no processo de compreensão de que é a diversidade que nos torna únicos, quando os enxergamos felizes, vivendo suas práticas, se comunicando e sendo ouvidos, manifestando-se por contos, cantos e danças livre e espontaneamente, entendemos que iniciamos bem a caminhada e que nossos irmãos desfrutam de nossa companhia.

Aguardemos um outro dia, pois nos anima saber que o sol e a chuva sempre reafirme um renovo para a vida; as sementes das árvores mais fortes renascem. E no caso dos indígenas da etnia Warao, nós acreditamos que a língua cumpre um papel de preservação e sobrevivência de um povo, como uma semente, e por isso, **yaquera!** celebramos a sobrevivência e incentivamos a continuidade das práticas de conversação e escrita como forma de valorização de seu idioma. Dentre as ações adotadas, esta escola se compromete com as práticas não-colonizadoras que ajudem a manter vivas suas

manifestações culturais. Afinal, **el pueblo de las aguas** permanecem vivos e o que mudou foi apenas o seu lugar de viver. É certo que lhes custará sobreviver longe do rio; realmente eles são como peixes fora d'água. Mas buscamos juntos as lentes para ver o mundo como um mar de possibilidades e de ressignificações para (sobre)viver nos espaços urbanos. Eles nos conta contos, cantam seus cantos do rio, e dançam livre e espontaneamente. **Yakera!** Nossos irmãos desfrutam nossa companhia.



Foto Prof. Marino Sérgio Rodrigues

Esse texto é fruto também de pesquisas nas páginas virtuais dos principais órgãos de assistência e recepção de imigrantes: Associação Sal da Terra, Caritas, Acnur (Agencia da ONU Para Refugiados).

4.3. Nas trilhas do morro: o Morro da Cruz.



Foto: Arquivo Público do Distrito Federal

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD – é realizada a cada dois anos, ou seja, a cada dois anos há uma nova atualização, em conformidade com o decreto nº 39.403, de 26 de outubro de 2018 e agora com a aprovação da Lei Complementar nº 958, de 20 de dezembro de 2019, a pesquisa apresenta-se completa após a delimitação dos limites físicos das 33 regiões administrativas, com a meta de alcançar também as 2 novas regiões, abrangendo então as 35 RA'S uma significativa atualização. A última PDAD- Pesquisa Distrital Por Amostras Distrital, está fora da última previsão, e está na iminência de ser divulgada neste ano de 2024, e aguardamos as novidades em relação a nossa RA.

É um trabalho precioso, recheado de detalhes que alimenta os estudos de várias áreas de saber, e fundamental para o planejamento e o acompanhamento de políticas públicas do Governo do Distrito Federal (GDF), pois é a única a fornecer

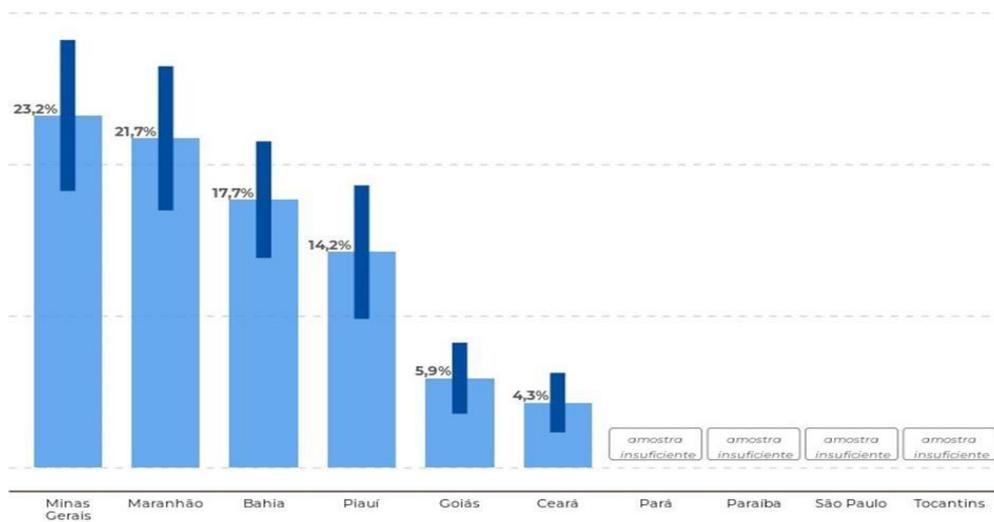
informações representativas para cada uma das 33 Regiões Administrativas da capital federal, segundo está demonstrado no próprio levantamento que trouxe novidades no último ano, além da presença da pesquisa no Núcleo Rural Morro da Cruz, em que já previamente definido, investigou-se aspectos demográficos, migração, condições sociais e econômicas, situações de trabalho e renda, características do domicílio, condições de infraestrutura urbana, entre outras informações, de modo a oferecer um amplo diagnóstico da situação atual da nossa cidade.

Segundo dados da Administração regional de São Sebastião, o hoje conhecido Bairro Morro da Cruz abriga mais de 30 mil habitantes agrupados em um complexo fenômeno social de crescimento desordenado; isso reflete no trânsito no horário comercial de entrada e saída dos trabalhadores presos no trânsito intenso. Sempre quando os desenvolvimentos e as melhorias chegam ao centro da cidade e aos bairros mais centralizados, o cidadão mais vulnerável é expulso para as margens; pela possibilidade de sobrevivência, pela fuga da especulação imobiliária dos aluguéis ou para escapar deste.

Assim surgiram as Regiões Administrativas com a chegada dos operários da construção em Brasília, para a surpresa dos administradores que observava o fenômeno do crescimento acelerado e as conurbações constituírem a paisagem da capital. A cidade extrapolava os limites definidos como algo vivo e incontrolável. A formação do Bairro Morro da Cruz tem esse aspecto comum do parcelamento do solo ano após ano. Uma fazendinha foi desmembrada e suas partes loteadas de maneira extrajudicial e fracionadas a gosto do proprietário; a iniciativa privada, principalmente os grandes empreendimentos de condomínios desbravaram o DF.

E claro, o conflito maior desta macrorregião sempre foi o de sempre: pobre buscando terra para construir a sua casa. E na ausência do poder público sempre existiu as invasões de terras públicas e os pequenos conflitos decorrentes da falta de planejamento social. Portanto, o preço baixo da terra, a falta de regularidade do solo, contribuíram para o crescimento acelerado da cidade. Uma das principais razões aparece nos gráficos do PDAD 2021.

Figura 3.2.1: Principais estados de nascimento das pessoas que vieram de fora do DF, Morro da Cruz, PDAD 2021



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/CEREPS/PDAD 2021
 Obs: São reportadas até o limite das dez maiores categorias.

Segundo o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que apura as irregularidades, em informações prestadas aos veículos de comunicação local em diferentes épocas, muitas regiões do DF seguem vítimas da ação de grileiros. O surgimento e o combate aos inúmeros parcelamentos ilegais nos últimos anos são rotineiras para o DEMA (Delegacia de Combate a Ocupação do Solo e aos Crimes Contra a Ordem Urbanística e o Meio Ambiente). As operações da PCDF por meio de seu grupo de combate, o DEMA é impedir a continuidade do empreendimento ilícito e o fracionamento da área pública, que pode gerar frações que além de não seguir a legislação, ocultam crimes contra o ente público, crimes contra pessoas – que inclui homicídios em razão da terra.

O MPDFT já emitiu inúmeras alertas sobre a aquisição de terras nessas áreas tornar-se absolutamente inviável, por se tratar de áreas pertencentes ao patrimônio público do Distrito Federal. Até porque qualquer parcelamento do solo só pode ser empreendido com a autorização do órgão estatal competente, no caso, a Terracap. E aqui cabe um parêntese para recordar: com a inauguração de Brasília, a Terracap que era apenas um departamento imobiliário da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, a NovaCap, e com a consolidação do Distrito Federal, ela sai de dentro da NovaCap, se desmembram, e a Terracap torna-se uma empresa pública responsável por operacionalizar e viabilizar programas e projetos de interesse do distrito federal e está envolvida direta ou indiretamente em tudo que tem a ver com o uso do solo.

Figura 4.1.3: Distribuição dos domicílios ocupados e próprios segundo a condição de ocupação, Morro da Cruz, PDAD 2021

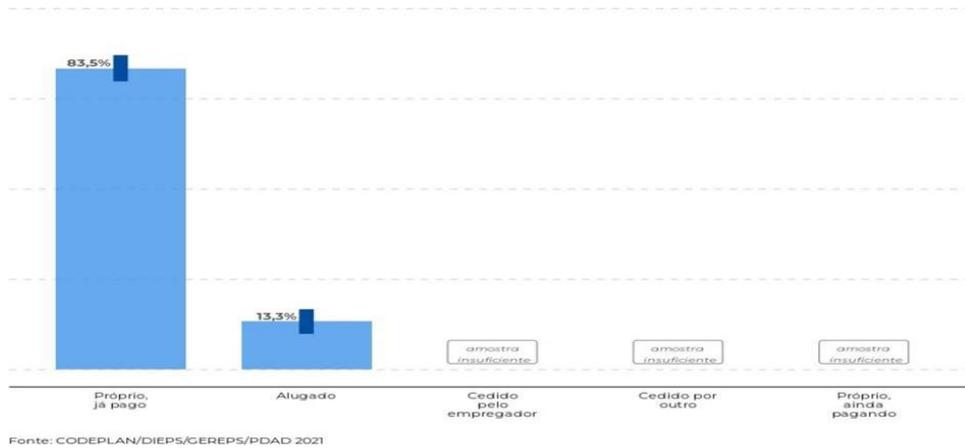
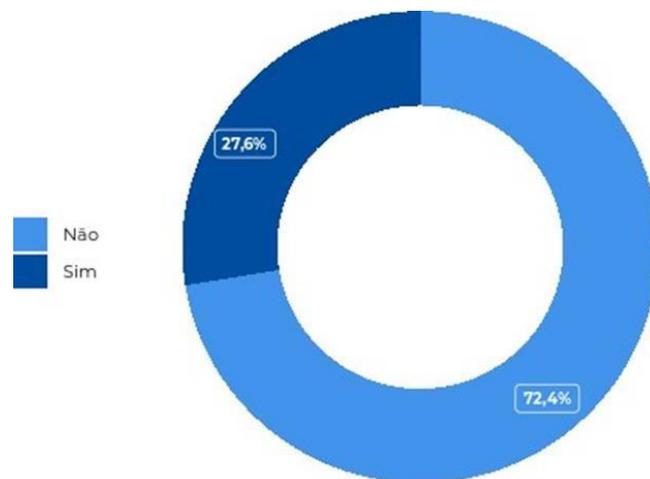


Figura 4.1.4: Distribuição dos domicílios ocupados segundo a regularização do lote, Morro da Cruz, PDAD 2021



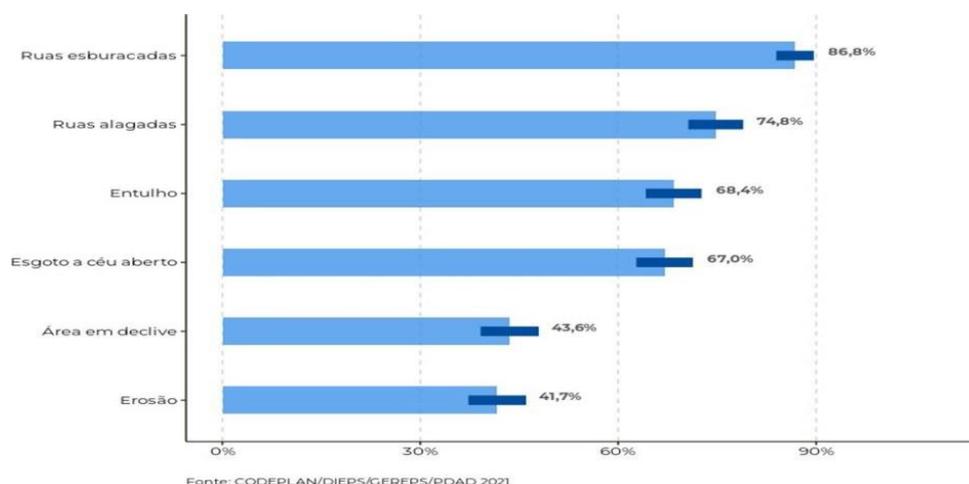
A aprovação do Estudo Territorial Urbanístico (ETU) pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) por meio da Portaria nº 122, de 17/12/21 no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) promete mudar a realidade através da chamada regularização fundiária, aprovada pela Lei Complementar nº 986/2021; com as novas movimentações na câmara distrital que sinaliza para a regularização dessa região, a área recebe o status de área de interesse social (ARIS), e o comerciante, por exemplo, passa a requerer a licença de funcionamento de seu comércio, e abriu caminho para instalação da energia legal e o andamento de projetos como a do abastecimento.

Assim, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) poderá iniciar o processo de regularização contratando uma empresa para fazer os levantamentos topográficos e elaborar os estudos urbanísticos e ambientais. São direitos básicos que o morador ainda acredita que seja possível dentro dos próximos anos. A pavimentação da via principal e das ruas adjacentes já é outra história; o morador local deixou de aguardá-la, uma vez que essa se tornou moeda de troca eleitoral das últimas décadas.



Foto: Prof. Marino Sérgio Rodrigues

Figura 4.3.2: Problemas nas cercanias do domicílio, Morro da Cruz, PDAD 2021



Todas as regiões socioeconômicas mais vulneráveis conhecem essa faceta da cultura política brasileira. Lamentavelmente, eles buscam visitar essas regiões de quatro em quatro anos; lembram da existência das comunidades urbanas vulneráveis e das periferias e de seus habitantes, as pessoas invisíveis para a sociedade, durante as eleições. Deduzem os problemas comuns destas áreas, montam um discurso de apelo emocional e fazem promessas e ainda, debaixo dos panos, distribuem alguns itens de necessidade básica, aos quais todos deveriam ter acesso sempre.

Quando descobrimos e revelamos as mazelas de nossa região, revisitamos outros lugares deste país, de forma indireta, e recordamos leituras com temáticas mais próximas da escrivência e da escrita-resistência da escritora Carolina Maria de Jesus. A voz narrativa na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, descreve algo que apresenta uma incrível coincidência com a realidade de muitos brasileiros, e essa cultura maldita da política brasileira e o seu comportamento durante os meses que precede a disputa eleitoral, e durante e após a posse; as práticas que atrasam o país e mata muitas pessoas que dependem dos serviços públicos por atos de negligência, insuficiência de serviços ou total ausência desses serviços.

“15 de maio 1958. (...) Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais. O senhor Cantídio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável. Tomava nosso café, bebia nas nossas xicaras. Ele nos dirigia as suas frases de veludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Câmara dos

Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais.”

Esse fragmento de seus diários descreve um cenário de expansão urbana desenfreada, as margens da legalidade, sem qualquer planejamento e sem oferecer o mínimo para se viver com dignidade, como qualquer outro espaço com características semelhantes ao fenômeno urbanos de Brasília. Nela cabe estudos de conceitos mais complexos relacionada a zemiologia e suas ocorrências provenientes do meio.

4.3.1. História do Morro

A origem da cidade de São Sebastião começa por aqui também. Ela guarda segredos desde o regime escravagista brasileiro e, segundo a crença dos moradores mais antigos, a ocupação desta área vem desde o período colonial, quando aqui existiam fazendas remanescentes da época dos escravos, segundo registra

o portal da administração regional da cidade. As origens remontam as desapropriações das fazendas Papuda, Taboquinha e Cachoeirinha, isto em meados de 1957, mesma época da construção da Capital Federal.

Localizada na região sul da área de proteção ambiental do rio São Bartolomeu e a 23 km do Plano Piloto, antigamente, a moradora mais conhecida era sinhá Luzia, ou, como era popularmente chamada, a Velha Papuda. Ela era dona de um dos engenhos situado próximo ao Morro da Cruz. Este fato está confirmado por vestígios de construções escravas encontradas na região, como uma cruz de madeira fixada no alto do morro.

E muita em razão dessa raiz em um passado marcante da história do Brasil, o tombamento provisório do cruzeiro do Morro da Cruz avança na Secretaria De Estado De Cultura E Economia Criativa neste ano de 2023. Através deste instrumento jurídico instruído pela Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC), vinculada à Secretaria

de Estado de Cultura onde se apreciará o dossiê e toda documentação probatória para considerar a relevância do patrimônio para o Distrito Federal que em caso de seu deferimento, encaminhar-se-á a minuta de decreto para a assinatura do Governador do estado que um vez publicado no Diário Oficial, será inscrito em um dos livros do Tombo intitulado “Patrimônio Cultural do Distrito Federal”, I – Livro de Tombo dos Bens Móveis de Valor Arqueológico, Etnográfico, Bibliográfico, Histórico e Artístico.

Movidos pelo interesse de conhecer o local símbolo do morro da cruz e da cidade realizamos uma visita. Chegando ao cruzeiro, encontramos uma cruz de eucalipto tratado em formato cilíndrico no local onde ficava a outra que seria centenária e em formato retangular. Afinal, onde está a cruz do morro?



Foto: Prof. Marino Sérgio Rodrigues

Segundo a Administração Regional de São Sebastião que instalou um cruzeiro provisório no Morroda Cruz em julho de 2020, o objetivo é não deixar o espaço — símbolo da cidade — vazio e evitar o parcelamento irregular da área, enquanto se

restaura o monumento centenário. A nova estrutura tem 7,5 metros de altura por 2 metros de largura (referente ao braço na horizontal) e foi construída com eucalipto tratado, material doado pelos comerciantes locais. Em dezembro do ano anterior, a cruz original caiu com a tempestade que atingi a cidade. A ideia inicial era restaurar e devolvê-la ao local. De acordo com a Administração Regional, técnicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa já vistoriaram a estrutura e há dois processos na pasta sobre o assunto: um para restauração da cruz original e outro para transformar a área do morro em patrimônio imaterial do Distrito Federal, informação também já mencionadas aqui. Além disso, existe a previsão de criação de um Grupo de Trabalho entre administração regional e sociedade civil que tem a função de acompanhamento de todas as fases do processo.

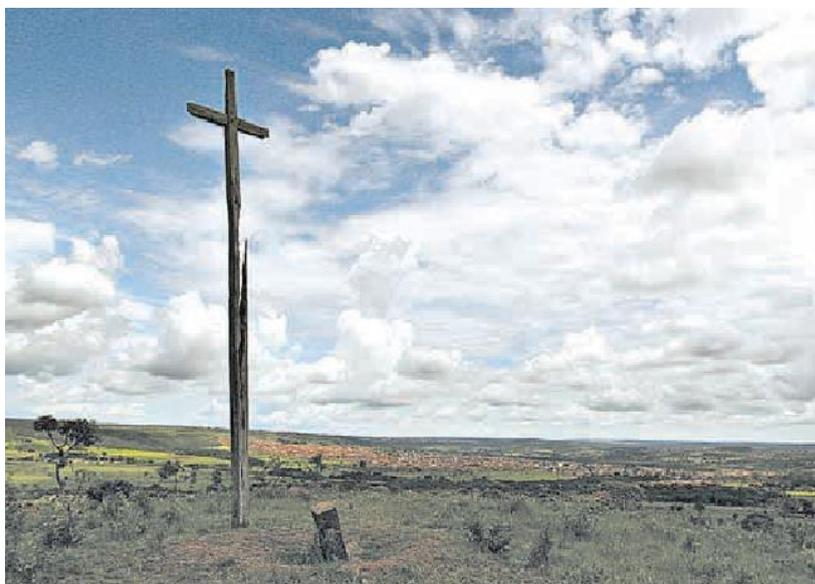


Foto: Arquivo Público do Distrito Federal



Foto: Sr. João Fernandes

Em outubro de 2023, momento que concluímos a edição da primeira versão deste inventário, o tombamento já havia ocorrido. Um tempo depois buscamos informações junto ao portal de ouvidoria do GDF, ParticipaDf, junto a SECEC - Secretaria de Estado de Cultura e Econ. Criativa do DF sobre as questões levantadas sobre o tombamento do Morro da Cruz e o monumento A cruz. Estávamos indignados, e foi um importante combustível para buscar as resposta em aberto. Em nossa visão era uma mazela com o patrimônio histórico que estava dentro do nosso recorte geográfico de pesquisa; é o ítem 57- Morro da Cruz em São Sebastião, na lista de tombamento em nível distrital.

Estávamos preocupados sobretudo com a cruz que segundo lista de tombamento em nível distrital apontava a crença popular teria mais de 100 anos e, portanto, seria um monumento “histórico”, e seu estado de deterioração, e o agravante: guardada em local totalmente inapropriado na Administração Regional de São Sebastião, em um cantinho de despejo, embaixo de cadeiras e mesas quebradas etc, conforme fotos em anexo.

Naquela época, os servidores da administração não conseguiram aclarar sobre o porquê de um monumento dito histórico está naquele local; o porquê, de quem a responsabilidade, como anda os processos de restauração, quem fazia parte da comissão de acompanhamento do processo etc. Aquilo tudo soava, a princípio negligente e desrespeitoso.

O segundo motivo era sobre as dúvidas em relação ao tombamento, propriamente dito, que surgiram nos momentos de pesquisa para o inventário e nas aulas de campo das formações continuadas; por exemplo: a cruz histórica ficava no alto de um morro no Bairro Morro da Cruz, no interior de um bairro populoso graças ao valor da terra e ao parcelamento do solo, quem estava responsável por fiscalizar as tentativas de subtração de área em tombamento, considerando que já havia uma construção irregular na área. As dúvidas eram, basicamente, com relação ao tamanho, aos limites da área tombada, sobre fases de restauração da cruz, as orientações sobre manutenção e retorno ao local exato onde seria e a relação histórica com a velha fazenda Papuda, o que podemos fazer/contribuir para ver o início do processo de restauração imediata, como evitar que a cruz não seja mais danificada após

restauração, as fases de devolução do patrimônio ao local de origem, entre outras coisas.

A resposta via Despacho SECEC/SUPAC/CPAARTC, a provação pelo canal da ouvidoria chegou na metade deste 1º bimestre de 2024, e que reproduzimos partes dos esclarecimentos feita pela CPAAR - Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Registro e Tombamento Cultural, nas laudas abaixo:

1. Em relação a área: Sobre a delimitação do tombamento: Através de consulta ao GEOPORTAL/SEDUH, a requerente informou, conforme Ofício nº 660/2022 (101005240), que as coordenadas do local aproximado onde se encontra o cruzeiro provisório são: x: 00 203372.50 y: 8236964.22 (Croqui de localização da Cruz, 100855378). Ainda segundo consulta ao GEOPORTAL, a área do Morro da Cruz a que se refere à solicitação de tombamento compreende a 4,8 hectares e um perímetro de 0,8 quilômetros, conforme planta de situação urbanística (100822259). Conforme Parecer Técnico de Análise de Mérito sobre Pedidos de Reconhecimento de Bens com Valor Cultural N.º 14/2023 - SECEC/GAB/CPAARTC (104254598), nas considerações finais a CPAART define: *"Considerando a importância paisagística, histórica, social e cultural do Morro do Cruz, a Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Registro e Tombamento Cultural - CPAART encontra mérito e respaldo conceitual e embasamento jurídico para o tombamento provisório de todo o perímetro do Morro da Cruz, delimitado pela via de acesso existente em sua base, sendo necessários estudos mais aprofundados de delimitação da área de entorno e suas restrições"*.

O Morro da Cruz é um bem que carrega consigo elementos sociais, históricos, culturais, ambientais e paisagísticos, sendo, portanto, passível de reconhecimento pelo Governado Distrito Federal. A chancela garantista do tombamento oferecerá maiores condições para limitar a ocupação ilegal do território, contribuirá para a preservação e valorização do ecossistema do Cerrado e dos aspectos históricos e culturais que permeiam a área.

Cabe destacar que a área de entorno ao perímetro delimitado como passível de tombamento encontra-se atualmente ocupada, como área urbana. Por isso, sugerimos a manutenção da área de entorno exatamente como está, sendo passíveis de regramento somente as futuras construções, que deverão ser condicionadas pelo Plano Diretor Local, não sendo permitida a construção de prédios muito verticalizados que impeçam a visibilidade do Morro da Cruz.

A definição da área de entorno provisória do bem tombado, visando a preservação da visibilidade e ambiência do Morro, será definida pela área contida no círculo formado por um raio de 500 metros, contados a partir da Cruz. A definição da área de entorno definitiva deverá ser feita com subsídios da SEDUH e do IBRAM, referentes a dados e diretrizes de planejamento urbano e ambiental para o local.

2. Em relação à cruz: É notável que a cruz carrega consigo elementos imateriais, históricos e identitários para a comunidade, além de ser importante para a história dos indivíduos e da Região Administrativa como um todo, construindo memórias individuais e coletivas. Porém, ao analisar as características formais e históricas da peça em questão, percebe-se que a materialidade atual não corresponde à Cruz original do Morro e que esta encontra-se em precário estado de conservação, como pode ser comprovado no Relatório Técnico SECEC/SUPAC/DIPRES/GCR (35780192), elaborado pela Gerência de Conservação e Restauro - GCR da Subsecretaria do Patrimônio Cultural - SUPAC, em 2020, após visita técnica realizada para analisar a Cruz, depois da mesma sofrer mais uma queda. Sendo assim, analisou-se que não cabe o tombamento da materialidade desta cruz e sim o registro da existência de uma Cruz exatamente no local de origem, x:00 203372.50 y: 8236964.22, conforme Croqui de localização da Cruz (100855378), e a instalação de uma nova Cruz que preserve a ideia original, faça referência ao aspecto histórico da Cruz do Morro da Cruz, siga um padrão estético pré-definido e seja mais adaptável às circunstâncias em que está exposta. *Cabe destacar que propriedades físico-químicas resistentes às intempéries devem ser consideradas no momento de propor a materialidade da nova Cruz, além de métodos de segurança contra atos de vandalismo e planejamento de manutenção preventiva e de conservação. Paratanto, em momento oportuno, há que se definir as características que a Cruz deverá ter, com respaldo da base social que legitima tanto o pedido de reconhecimento quanto a manutenção e a preservação da memória do local e do objeto.* Conforme Parecer Técnico de Análise de Mérito sobre Pedidos de Reconhecimento de Bens com Valor Cultural N.º 14/2023 - SECEC/GAB/CPAARTC (104254598), nas considerações finais a CPAART define:

“Em relação à cruz, por entender que a materialidade do objeto não carrega elementos de autenticidade suficientes para o tombamento e, ao mesmo tempo, por compreender a importância histórica, cultural, social, referencial e de identidade da Cruz localizada no Morro da Cruz, esta Comissão encontra mérito e respaldo conceitual e embasamento jurídico para o registro da localização e dos padrões

estéticos da Cruz do Morro da Cruz”.

3. Em relação a responsabilidade de restauração da cruz: Por fim, cabe “destacar que quaisquer ações de restauro ou de elaboração de projetos para a Cruz cabem à RA de São Sebastião, detentora do bem. À SECEC cabe avaliar e aprovar os projetos, bem como monitorar as ações.

Portanto, como já foi dito no ponto de partida deste Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental do EC Morro da Cruz 2024, a gente nem sempre enxerga tudo; a gente vê, com olhos e coração! E esperamos que este marco do tempo e da história da região e que já foi ponto de parada e orações dos tropeiros da rota do sal, era uma antiga rota comercial que cruzava a rota do planalto entre Luziânia e Formosa, e se estendia de Luziânia ao vale do Paranã, retorne a seu lugar de origem e que o respeito da comunidade, a consideração desta administração regional seja condizente com tudo que esse símbolo alude/evoca. As lendas sobre esse lugar sobreviveram no morro como na antiga tradição grihô, inexplicavelmente, além do tempo, a despeito da pouca atenção que esse espaço têm recebido, mas que inicia a receber atenção dos agentes públicos, nesta oportunidade de expectativa de chegada da primeira instituição pública, a Escola Classe Morro da Cruz, no sofrido bairro Morro da Cruz.

4.3.2. Infraestrutura

Essa região possui apenas um posto de saúde, a Unidade Básica de Saúde 7 Morro Da Cruz, que está localizada entre a divisa deste bairro e o residencial Vitória. Não há delegacias, lotéricas, escolas públicas ou privadas, igrejas católicas, etc. As obras de saneamento básico sequer foram realizadas de maneira adequada nos bairros regularizados da cidade; apenas em 2021, se cumpriu a troca dos tubos de 100mm por outros maiores que comportasse o volume de esgoto das ruas centrais de São Sebastião que derramavam por todo lado. Não há canalização com manilhas (manilhamento) ou galerias de águas pluviais, tampouco, abastecimento de água potável nos bairros quem tem menos de 12 anos de existência. E a colocação de papas-lixos nos bairros Morro da cruz, Zumbi e Capão Comprido é bem recente,

e é perceptível que alguns estão mal distribuídos; ou parados a espera de manutenção e o seu esvaziamento(coleta) semanal é insuficiente diante da crescente do bairro e a grande produção de resíduos.

Figura 4.2.4: Abastecimento de água no domicílio, Morro da Cruz, 2021

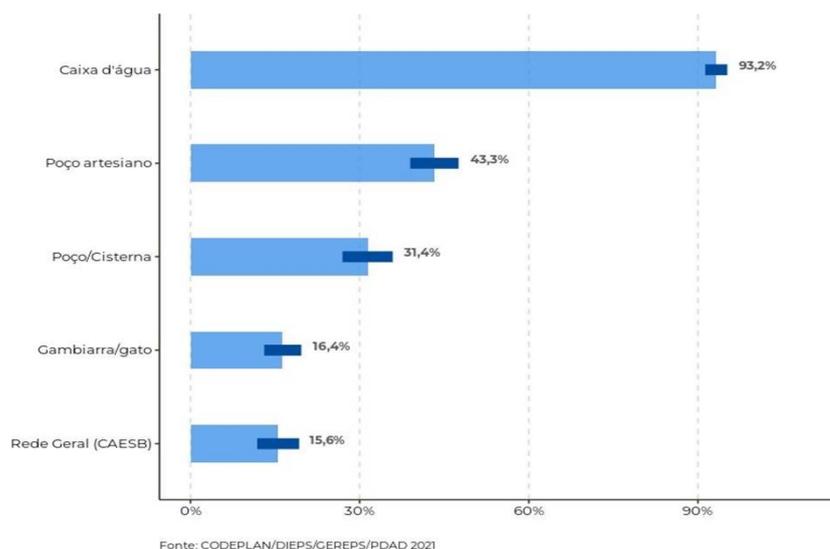
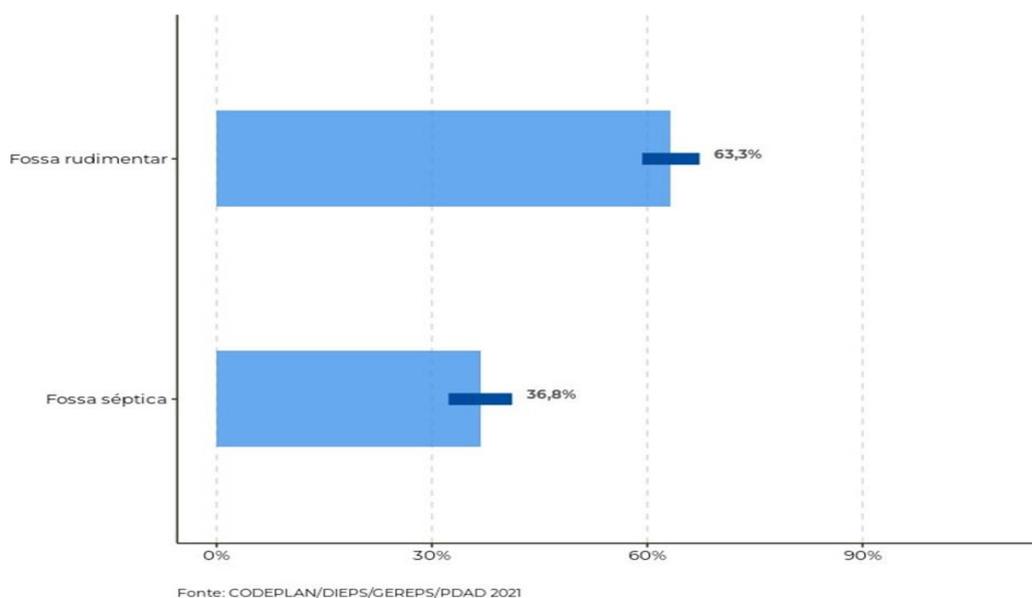
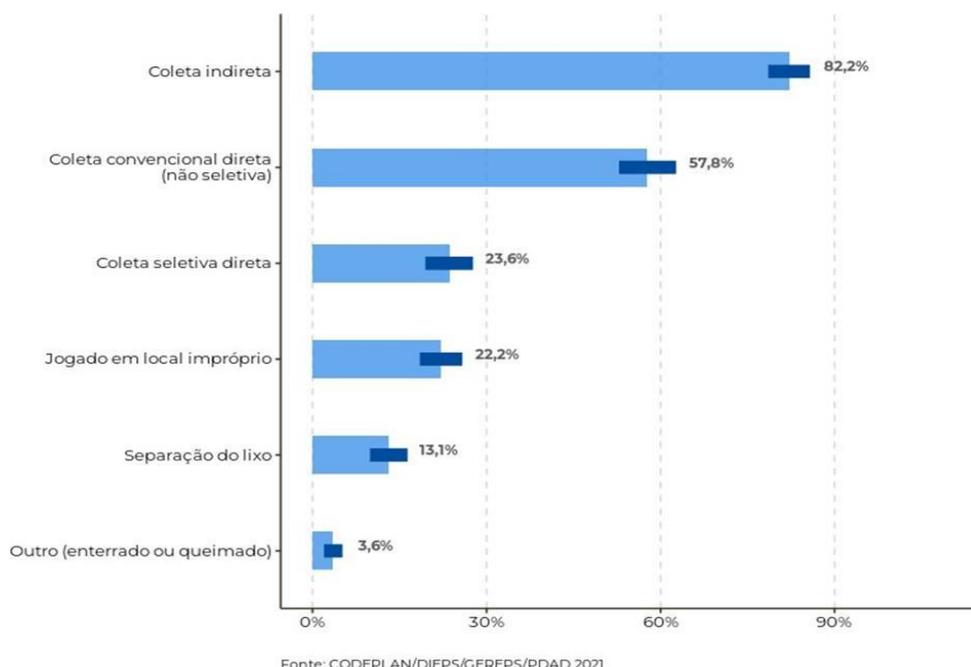


Figura 4.2.5: Esgotamento sanitário do domicílio, Morro da Cruz, 2021



O abastecimento nas regiões de São Sebastião, à medida que se afasta dos centros é realizada por conta própria. A quantidade de poços artesianos e cisternas são elevadas e não há uma fiscalização do órgão competente, como a ADASA - Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal. O poder público está ausente, e além das pessoas, as estruturas ilegais estão invisíveis para a fiscalização; o poder público faz vistas grossas nos lugares onde ainda permanece ausente. As fossas por unidade domiciliar elevam os riscos de contaminação. E as pessoas, com raras exceções, utilizam essa água para o consumo em geral.

Figura 4.2.7: Recolhimento do lixo no domicílio, Morro da Cruz, PDAD 2021



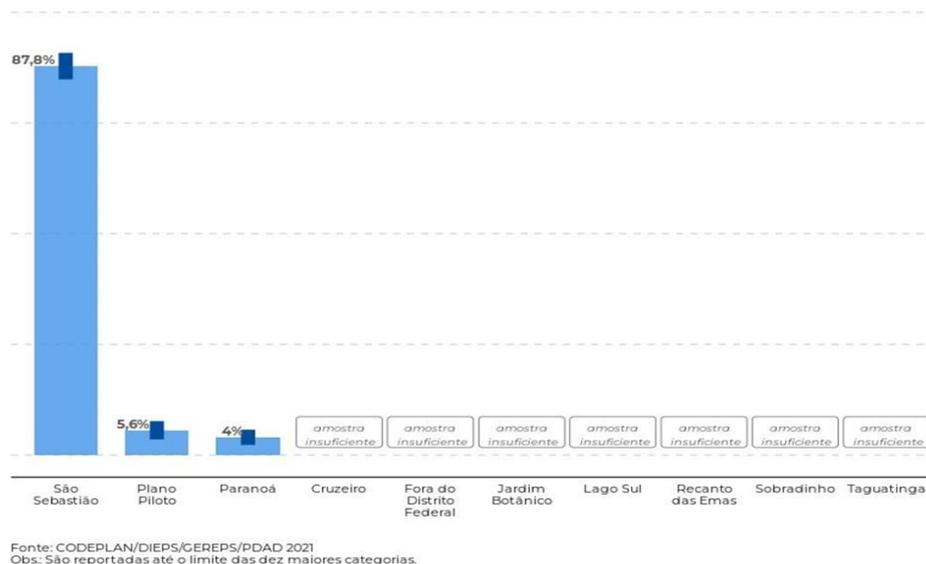
4.3.3. A unidade de saúde do bairro

A UBS 7, Unidade Básica de Saúde do Morro Da Cruz, atende aos moradores da Quadra 4 à quadra

46. E a equipe em 2023 era composta, por 10 pessoas: são três ACS (agente comunitário de saúde), três técnicos de enfermagem, uma técnica em farmácia, duas enfermeiras e um médico. Imagina-se que as licenças ou afastamentos nesse contexto pós-pandemia desfalca as equipes de saúde de maneira desgastante em razão do

quantidade de profissionais que se aposentaram e o tempo decorrido do último concurso (2014) da área e a baixa nomeação do banco de aprovados, relembra a agente de saúde que nos atendeu na época. O Sindate-DF, Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de enfermagem do Distrito Federal, apontava para o mês de abril deste ano de 2023 a necessidade da nomeação de 4602 profissionais para a rede pública de saúde, pois foi constatado que havia uma crise preocupante que se agravava mês a mês. Para se ter uma ideia, naquele período havia um déficit de 2 mil médicos na secretaria de Saúde, e agora no mês de setembro foi chamado mais de 740 profissionais, mas apenas pouco mais de 370 assumiram. Observando o contexto dessa macro área do Morro da Cruz e do entorno, sabe-se também que a unidade de saúde hoje necessita de uma quantidade maior de pessoas devido ao aumento populacional. O Morro da Cruz tem hoje aproximadamente 30 mil habitantes e essa unidade de saúde tem cadastrado 7 mil pessoas.

Figura 3.3.5: Localidade de atendimento do último serviço de saúde utilizado, Morro da Cruz, 2021.



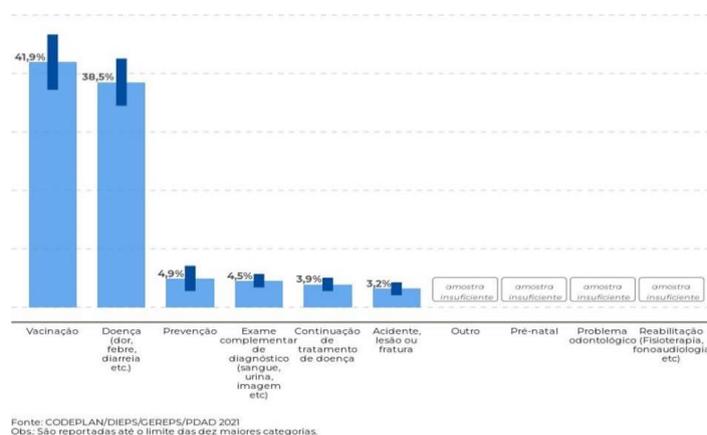
O CNS, Conselho Nacional de justiça, responsável por fiscalizar, acompanhar e monitorar as políticas públicas de saúde, inclusive nas questões financeiras, recomenda que cada equipe de saúde da família (ESF) deverá ser responsável por no máximo 4 mil pessoas, e indica a métrica ideal de 3 mil pessoas.

A partir da Quadra 47 do morro da Cruz acima até a Rodovia Júlio Garcia (a 251)

ao norte, e DF473a oeste, e o bairro Zumbi dos Palmares, o atendimento é realizado na UBS 1 de São Sebastião ou na USB06, e o cidadão precisa percorrer uma média de 3,0 km a 5,5 km para acessar o serviço. A equipe vermelha, responsável por essa demanda, registrou o cadastrado de 8 mil pessoas; no momento que realizávamos esse levantamento, foi informado que a equipe precisou dividir-se em duas, e foi criada a equipe Dourada. Ambas contam com 1 ACS Agente Comunitário de Saúde, 1 enfermeira, 1 técnica de enfermagem e 1 médico quando na verdade o ideal recomendado pelo CNS - Conselho Nacional de Saúde, era que fosse o dobro. No momento que realizávamos esse levantamento foi constatado que a Administração Regional de São Sebastião assinou um contrato com a empresa Qualis APS para o levantamento das principais características das Unidades de Saúde; qualidade do atendimento, grau de satisfação e outros aspectos sobre saúde. Segundo a empresa, o resultado será disponibilizado em dezembro.

O serviço de vacinação é a única oferta disponível para o cidadão graças ao princípio de universalidade e o esforço para atingir as metas de vacinação que o país tenta alcançar. Uma reclamação constante do usuário é a ausência de atendimento remoto para verificar a disponibilidade do serviço por agendamento por meio eletrônico ou virtual para não correr o risco de andar quilômetros e não ter a garantia de ser atendido ou ter a escala de atendimento alterada, e outros motivos.

Figura 3.3.4: Motivo do atendimento de saúde, Morro da Cruz, PDAD 2021

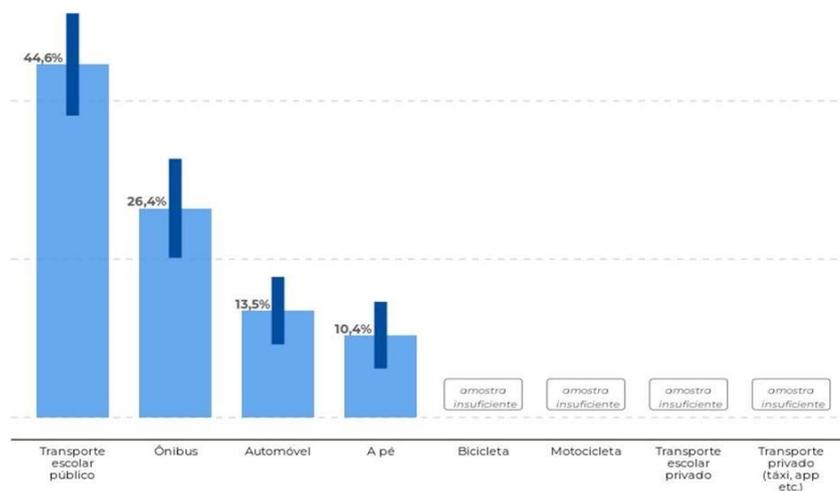


A iniciativa privada viu uma oportunidade na ausência do poder público nessas regiões, e isso significa preços de produtos e serviços mais caros para o cidadão, na maior parte das vezes. O último asfaltamento, aquela camada asfáltica fina, foi instalada em 2015 na avenida principal que corta o bairro Morro da Cruz cobrindo aproximadamente 2,6 km. Naquela época, o bairro possuía pouco mais de 7 mil habitantes, hoje no ano de 2024, acredita-se que já ultrapassa os 30 mil. À altura da Quadra 59 termina o asfalto, exatamente na metade dessa longa avenida que adentra o bairro Zumbi dos Palmares conectando a DF473, e que contara com mais aproximadamente 2,5 km sem pavimentação ou qualquer benfeitoria pública. Lamentavelmente, todas as ruas locais dos bairros são também vicinais _as ruas de terra vermelhas, argilosas e as poças de água e lama que contrasta com o esgoto de pia lançado a céu aberto e que entristece os moradores, a começar pela rotatória situada a altura do bairro Residencial Vitória, um bairro mais velho e abandonado próximo a região central de São Sebastião. Sem qualquer galeria pluvial, vez ou outra, se realiza operações tapa-buraco porque a toda chuva que cai o asfalto vai junto com a enxurrada forte para a parte mais baixa por onde a água encontrar passagem.

O resultado é uma avenida que se transforma em um rio e inviabiliza o tráfego pela quantidade de perigos ocultos; as pessoas não enxergam o perigo das doenças, e sim os riscos físicos mais imediatos como as pedras, pedaços de concreto, paus e os buracos abertos no meio das ruas. Toda véspera de eleição sempre aparece um número de candidatos superior ao esperado, com suas promessas em cima do trio elétrico e seus alto-falantes, e invariavelmente, promete a pavimentação das vias públicas da comunidade.

Mas encontramos exemplos bem sucedidos da iniciativa privada no DF, como os condomínios que desbravaram as regiões e distribuíram as populações em diversos parcelamentos de acordo com a legislação de solo. Mas além dos condomínios, outro fator que chama atenção nas regiões de Distrito Federal, observamos também a presença das empresas de internet e banda larga estão presentes nas regiões mais longínquas e distantes além dos perímetros urbanos.

Figura 3.5.7: Principal meio de transporte da casa até a escola de todos os estudantes, Morro da Cruz, PDAD 2021



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

A dinâmica do transporte clandestino segue a demanda dos moradores dos bairros com a mesma características das descritas aqui. Isso significa que quanto mais longe e mais vulnerável o morador dessas comunidades, mais caro é a sua tarifa diária; ou anda-se os quilômetros necessários até a parada do asfalto, onde é o limite da linha da empresa de transporte Pioneira, única empresa no transporte público de São Sebastião, ou paga-se R\$12, R\$15 reais até o ponto de ônibus de acesso ao plano piloto. Ônibus durante a semana demora, mas no final semana, a impressão que se têm é de não existir transporte público.

Neste ano de 2024, o morador do bairro Morro da Cruz começou a ter esperanças com a chegada da iluminação pública que começa a ser instalado nas avenidas e ruas escuras após a instalação da energia legal. A empresa Neoenergia concluiu a instalação no bairro ainda em 2023. Algumas regiões do Zumbi dos Palmares e Capão Comprido ainda aguardam a conclusão da instalação.

4.3.4. A Geografia do Morro

Os dados apresentados abaixo foram coletada do o Atlas do Distrito Federal de 2020 e da página atualizada do ICMBio sobre as classificações e características do cerrado, com algumas comparações relacionadas ao que estão a vista em nossa macrorregião. A aula de campo realizada no Jardim Botânico de Brasília forneceu o contato com espécies de forma a ilustrar as informações pesquisadas.

Observamos primeiro a sua descrição sobre os solos do Distrito Federal que são conhecidos planícies como pontos de relevo profundos, pedregosos, com as famosas casas de cupins, e diferentes níveis de fertilidade, ainda que a região de São Sebastiao apresente mais morros, o solo apresenta a mesmas características gerais. A terra apresenta cores distintas, que vão de matizes avermelhadas até o cinza e o preto. Do ponto de vista da agricultura, os solos do DF apresentam baixa fertilidade, sendo necessária a correção do solo para cultivo, segundo o Atlas do Distrito Federal de 2020. De acordo com esse mesmo estudo, “predominam os Latossolos (ocupam cerca de 60% do território, compreendem os Latossolos Vermelho (44%) e Latossolos Vermelho-Amarelo (16%) e os Cambissolos (correspondem a 31% da área do DF”. São solos pouco desenvolvidos, muito castigado pelas intempéries pelas próprias características formadoras de minerais facilmente intemperizáveis); geralmente, os moradores buscam fazer a correção da pobreza natural de nutrientes e de sua acidez recorrendo ao calcário e aos adubos naturais para melhorar a qualidade do solo, evitando adubos químicos que deixara o solo mais ácido. E por ser um solo suscetível a erosão, evita-se o revolvimento. Vamos por partes.

Uma informação mais técnica encontrada diz respeito às características das terras no Distrito Federal que são situadas em terras altas que irá influenciar tanto no clima quanto na formação dos cursos hidrográficos. Essas terras altas servem como dispersores das drenagens que fluem para três importantes bacias hidrográficas do Brasil: Bacia do Paraná, Bacia do São Francisco e Bacia do Tocantins. Sendo o DF uma importante região de nascentes, na qual predominam os cursos d’água perenes. Em virtude do forte crescimento demográfico e intensificação das atividades econômicas, vêm ocorrendo uma forte pressão sobre os recursos hídricos, como a contaminação das nascentes.

O clima no Distrito Federal é tropical, com concentração de precipitações no

verão, e conforme mapeia o Atlas do Distrito Federal de 2020, apresenta os seguintes tipos climáticos:

- Tropical: temperatura superior a 18 °C para o mês mais frio.
- Tropical de Altitude: temperatura inferior a 18 °C para o mês mais frio, com média superior a 22 °C no mês mais quente.
- Tropical de Altitude: temperatura inferior a 18 °C para o mês mais frio, com média inferior a 22 °C no mês mais quente.

As temperaturas médias anuais variam entre 21 °C e 27 °C com períodos de baixa umidade tanto nos períodos mais frios ou mais quentes. Aliás, o período mais quente ocorre entre os meses de setembro e outubro, no qual a média histórica das temperaturas mais altas chega a 36 °C. Embora já saibamos que as

temperaturas apresentam constantes alterações ano após anos com o aumento de temperatura global e os impactos irreversíveis que a terra sofreu nos últimos anos. E nada disso, abala o cerrado, apenas as mãos humanas que degrada como gafanhotos onde passa. Segue surpreendente com sua fauna e a sua Flora adaptadas e projetadas para um ambiente desafiador; as árvores e seus caules suportam as temperaturas extremas e o calor das queimadas, provocadas por diversas causas tanto por fatores humanos como naturais. E as intempéries, as mudanças bruscas de temperatura encontra um caule com camadas extensas que as protege também dessas queimadas sempre constantes no cerrado. Depois quando chega a primeira chuva da primavera, essas árvores brotam, e as folhas verdes vibram como se não tivesse passado por um trauma tão forte. É o exemplo perfeito de resiliência.

A pluviosidade é caracterizada pela marcante sazonalidade. O ano de 2023 foi diferente dos anos anteriores e a chuva começou em final de novembro e alcançou o mês de março, mas historicamente, cerca de 90% da precipitação ocorre na estação das chuvas (setembro/outubro a março/abril), enquanto na estação seca (abril/maio a setembro) raramente chove mais que 9,0 mm/mês. O total anual varia entre 1.100 mm a 1.600 mm (milímetros). A umidade do ar varia regionalmente. Em geral, fica em torno de 70% a 80% no período chuvoso, diminuindo para valores médios entre 35% e 55% no período seco, mas valores menores que 17% podem ocorrer.

O Distrito Federal está totalmente inserido no bioma Cerrado. É o segundo maior bioma da América do Sul, e compreende uma extensa área que alcança áreas dos estados do Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, sul do Mato Grosso, oeste de Minas Gerais, Distrito Federal, oeste da Bahia, sul do Maranhão, oeste do Piauí e

porções do Estado de São Paulo os estados do Goiás, Distrito Federal parte de Minas Gerais, de acordo com o ICMBIO que também demonstra que essa região nas últimas décadas, o Cerrado passou por intensas transformações, sendo, depois da Mata Atlântica, o bioma brasileiro que mais sofreu alterações devido à ocupação humana.

A expansão da agropecuária, da infraestrutura industrial, da exploração dos recursos minerais, além do forte crescimento populacional, provocou intensas mudanças no uso e ocupação da terra. Estima-se a perda de 40% de sua cobertura vegetal natural. No Distrito Federal, esse número chega a quase 60% de cobertura natural desmatada. Parte dessa perda inicia com a ocupação urbana intensificada no Distrito Federal, devido à construção de Brasília, na década de 60, e ao desenvolvimento de técnicas agrícolas que melhoraram o cultivo de grãos, na década de 70, foram os grandes impulsionadores para a retirada da cobertura vegetal. E isso afeta inclusive a dinâmica dos aquíferos ocultos sob o território. O Cerrado se apresenta como um mosaico vegetacional composto por 11 tipos de fitofisionomias enquadradas em: Formações Florestais, Formações Savânicas, Formações Campestres.

A fauna do Cerrado é bastante rica, contabilizando cerca de 250 espécies de mamíferos, 850 espécies de aves, 1.200 espécies de peixes, 260 espécies de répteis, 200 espécies de anfíbios e 90 mil espécies de insetos. Entre os anfíbios e répteis, estima-se que, respectivamente, 28% e 17% são endêmicos. Nela, mais perto de nós encontramos Tatus, pequenos roedores, Lagartos (como o papa-vento, serpentes adaptadas ao clima e com a cor da vegetação local.

Quando observamos as aves, encontramos uma diversidade incrível, desde tucanos, Araras, Canarinhos, periquitos, Maracanã, quero-quero, Garças, E as outras pássaros nativos do Brasil e do Cerrado. Quando a gente observa as borboletas, tem mais algumas surpresas e a natureza nos surpreende; algumas borboletas e mariposas possuem o formato de folhas comuns do Cerrado que nada mais perfeito que uma camuflagem evoluída para escapar do inimigo que a observa aguardando o alimento; os pássaros, os pequenos lagartos ocultos no caule das árvores e das flores, em uma conjugação perfeita de cores e tamanhos.



Foto: Prof. Marino Sérgio Rodrigues

O Cerrado é um mestre sábio. Aprópria natureza nos ensina como trabalhar neste ambiente. No mês de setembro todas as folhas caem criando um tapete de folhas secas no chão nesse mesmo período o sol escaldante castiga o solo. Essas mesmas folhas que caíram pela mudança da temperatura, protegerão as raízes das plantas, o solo, e dá abrigo aos pequenos lagartos e insetos escondidos no meio da folhas. O que exige cuidado da nossa parte, porque nessas folhas poderá esconder aranhas, cobras, e outros espécies ali disfarçadas com as cores do Cerrado. Entretanto, nem tudo é ameaça; é camuflagem, é disfarce para enganar o predador como na foto abaixo (a mariposa que se parece mais a um pequeno dragão dos filmes e lendas).

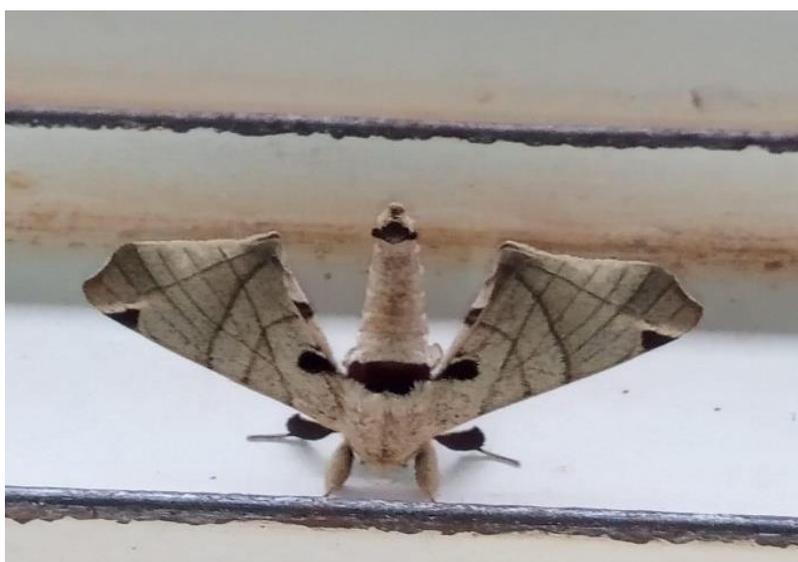


Foto: Prof. Marino Sérgio Rodrigues

E quando vem as altas temperaturas nessa região, suas árvores estarão

preparadas. Elas possuem uma peculiaridade; em maior parte das regiões, não forma uma vegetação heterogêneas todo o tempo, apesar de existir uma vegetação predominante, à medida que se aproxima de fonte de água, como córregos, rios e nascentes, as árvores apresentam características distintas. As árvores dessas regiões são mais altas, seus galhos mais longos e possui menos curvatura. Assim como os pés de manga dos quintais de cada residência quando se caminha pelas ruas dos bairros dos perímetros urbanos e rurais.



Foto: Prof. Marino Sérgio Rodrigues

Quando se pensa em sua flora, pensamos na diversidade que reúne espécies naturais e endêmicas; e o mês de agosto se destaca pela floração dos Ipês. Essa região possui muitas espécies de ipês nativos do Cerrado, nas cores amarela, branca, roxa. Etambém foi adaptado outras espécies de Ipê, compondo a harmonia perfeita no mês de setembro colorido e especial para cidade; um tapete longo pelo chão, de todas as cores, onde o tom rosasobressai no meio da selva de pedras que compõem Brasília e seus arredores.



Foto: Prof. Marino Sérgio Rodrigues

4.3.5. Aspectos Socioeconômicos revelados no PDAD 2021 sobre o Morro da Cruz

A região do Morro da Cruz, um bairro extremamente populoso, foi incluída pela primeira vez na Pesquisa Distrital Por Amostras de Domicílios de 2021. Foi uma importante ação da CODEPLAN que beneficiara muitos órgão públicos que depende de dados oficiais para o seu planejamento e ações, como a própria Administração de São Sebastião. Trouxemos aqui alguns gráficos elaborados na pesquisa e que são importantes para ilustrar as descrições e as propostas de reflexão desenvolvidas acima.

Observe o gráfico abaixo:

Figura 3.1.4: Distribuição da população por raça/cor da pele, Morro da Cruz, PDAD 2021

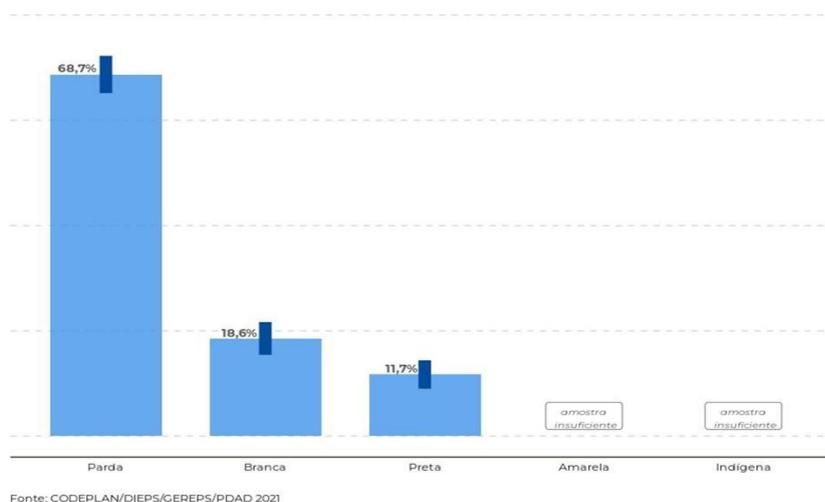
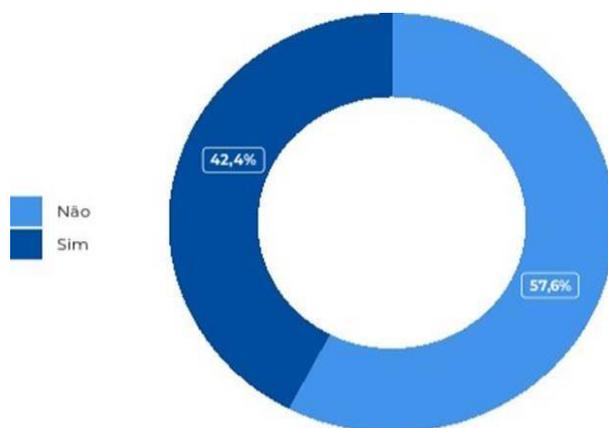
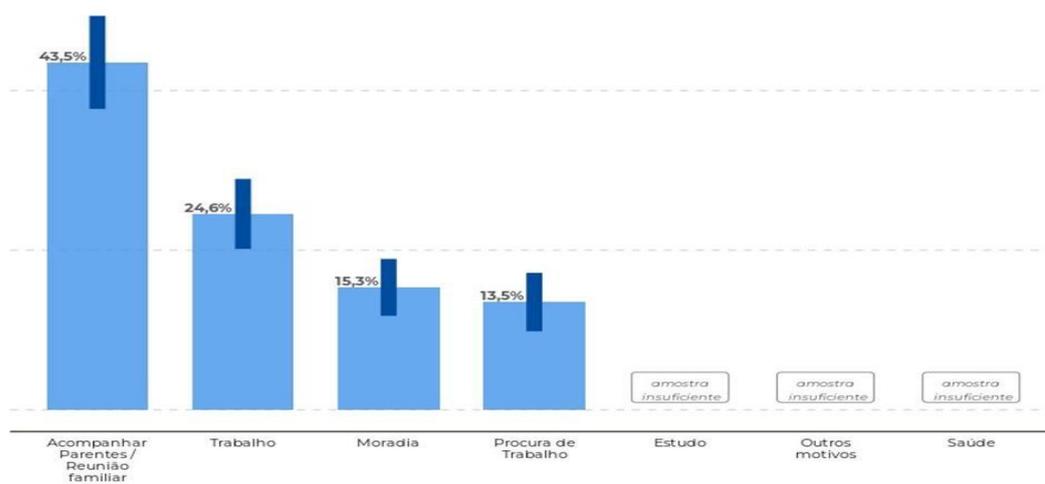


Figura 3.1.6: Pessoas com 18 anos ou mais que possuíam CNH, Morro da Cruz, PDAD 2021.



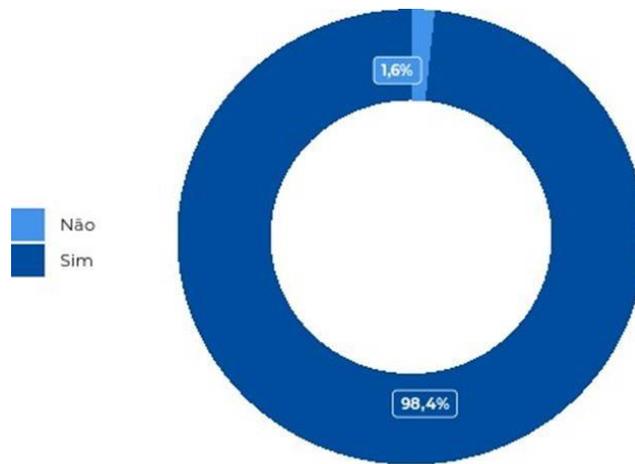
Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Figura 3.2.2: Distribuição da motivação do responsável do domicílio a mudar e/ou retornar à capital federal, Morro da Cruz, 2021



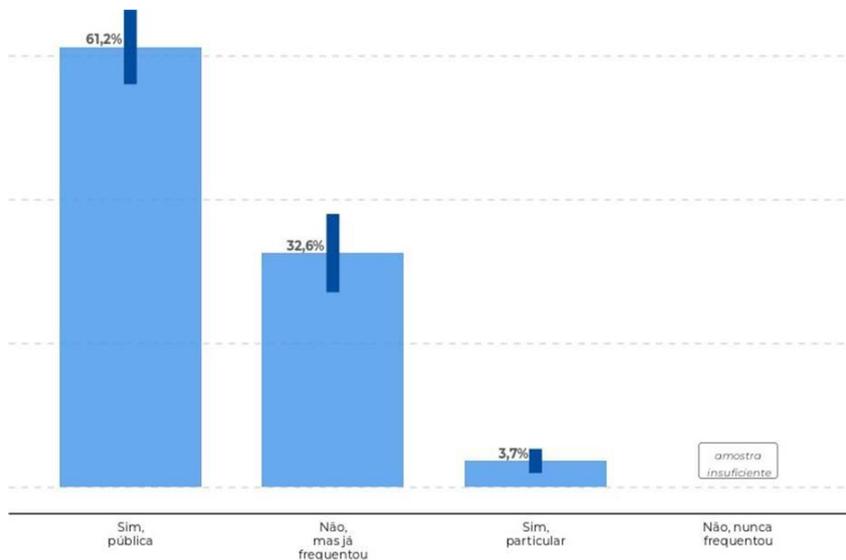
Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Figura 3.5.1: População com seis anos ou mais de idade que declararam saber ler e escrever, Morro da Cruz, PDAD 2021.



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Figura 3.5.2: Distribuição da frequência escolar da população entre 4 e 24 anos, Morro da Cruz, PDAD 2021



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Figura 3.5.4: Distribuição do turno de estudo de todos os estudantes, Morro da Cruz, PDAD 2021.

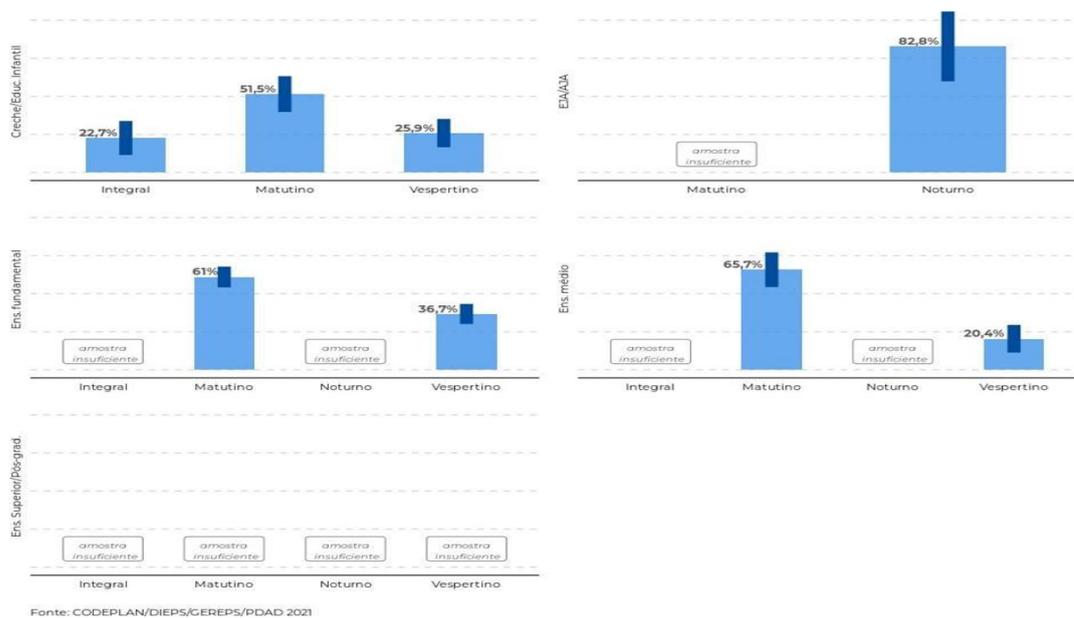


Figura 3.5.5: Distribuição da frequência escolar por faixas de idade, Morro da Cruz, PDAD 2021.

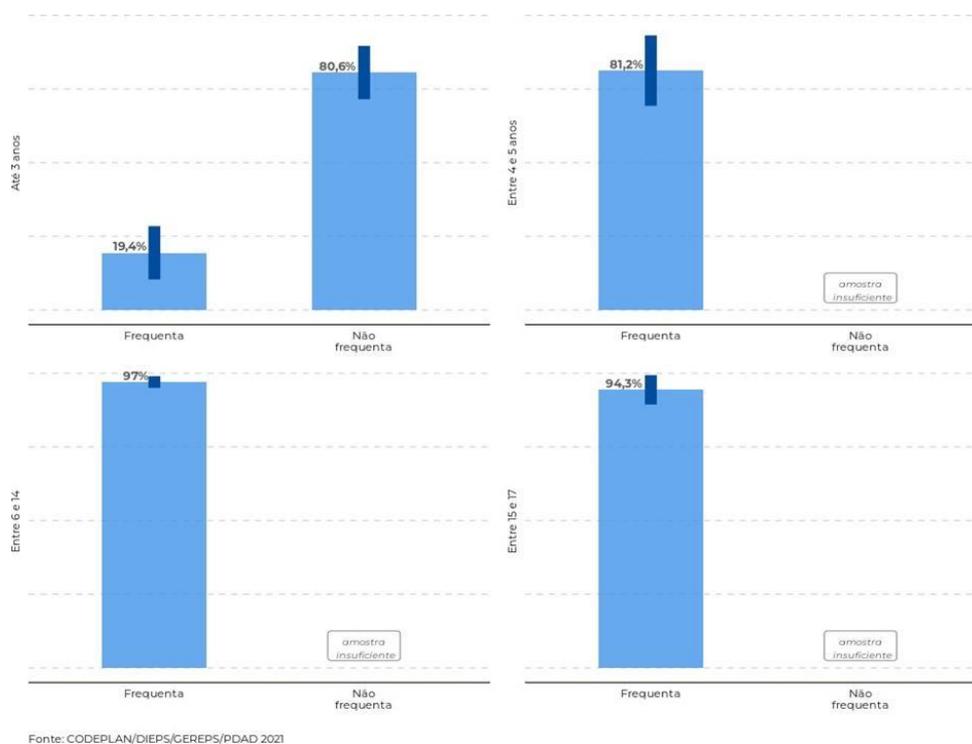


Figura 3.5.6: Região Administrativa/Município da unidade de estudo, Morro da Cruz, 2021

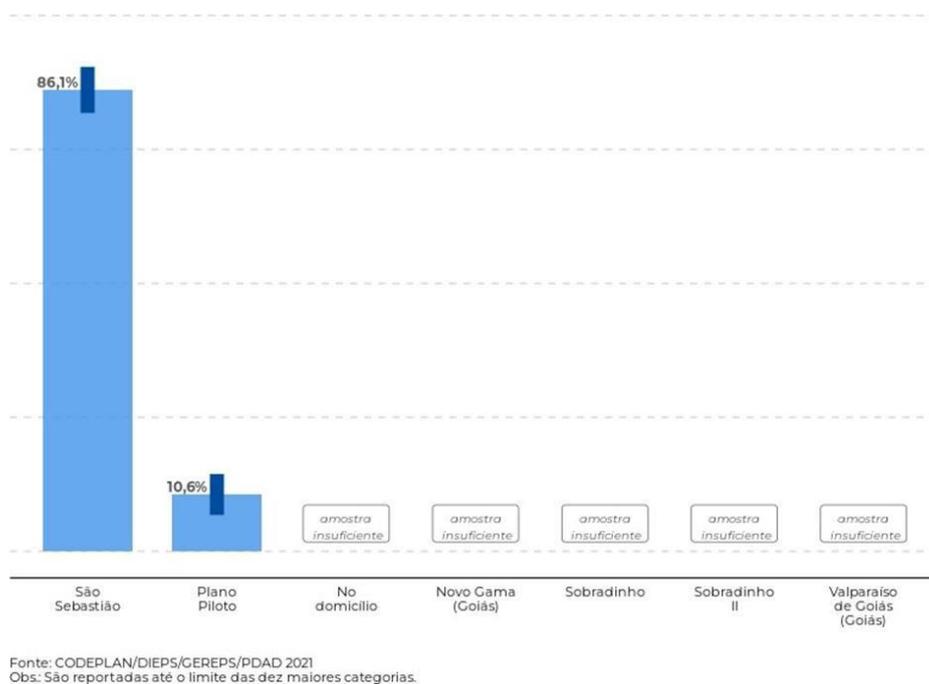


Figura 3.5.8: Tempo de deslocamento da casa até a escola de todos os estudantes, Morro da Cruz, PDAD 2021

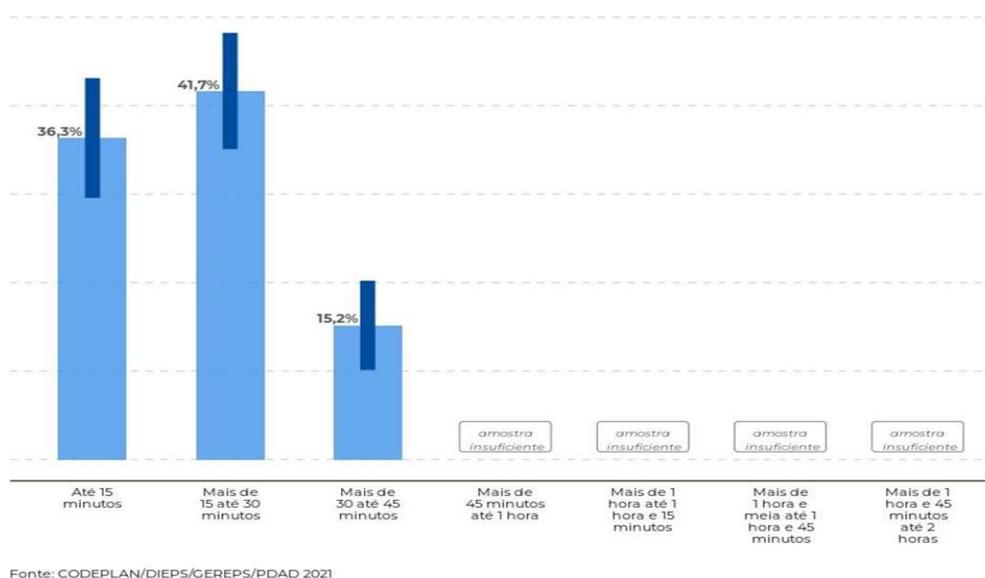


Figura 3.6.3: Local onde as pessoas exerciam seu trabalho principal, Morro da Cruz, 2021.

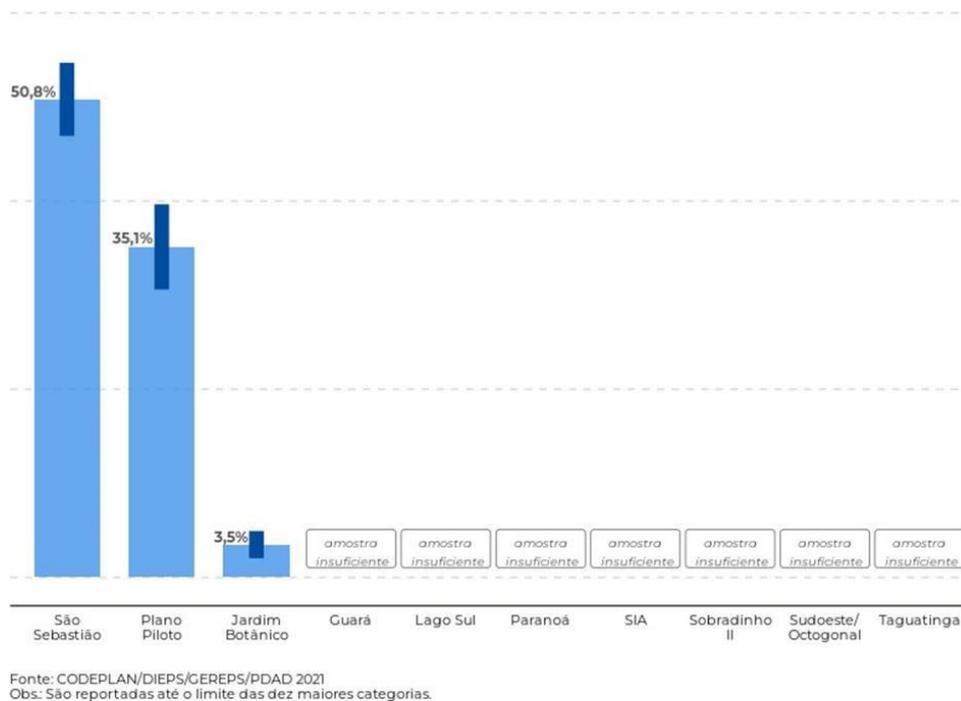


Figura 3.6.4: Distribuição do setor de atividade da empresa em que as pessoas exerciam seu trabalho principal, Morro da Cruz, PDAD 2021

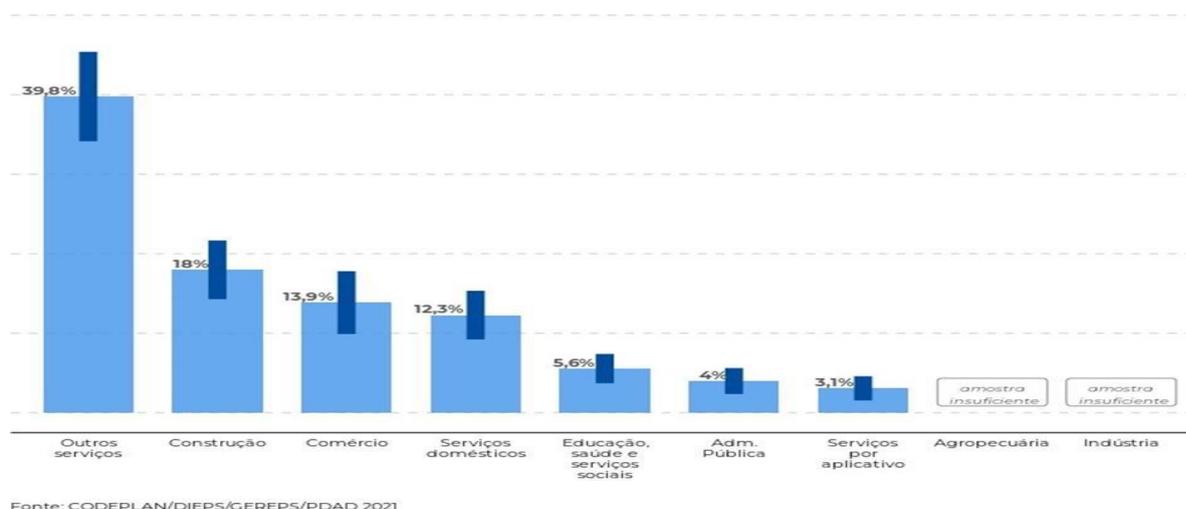
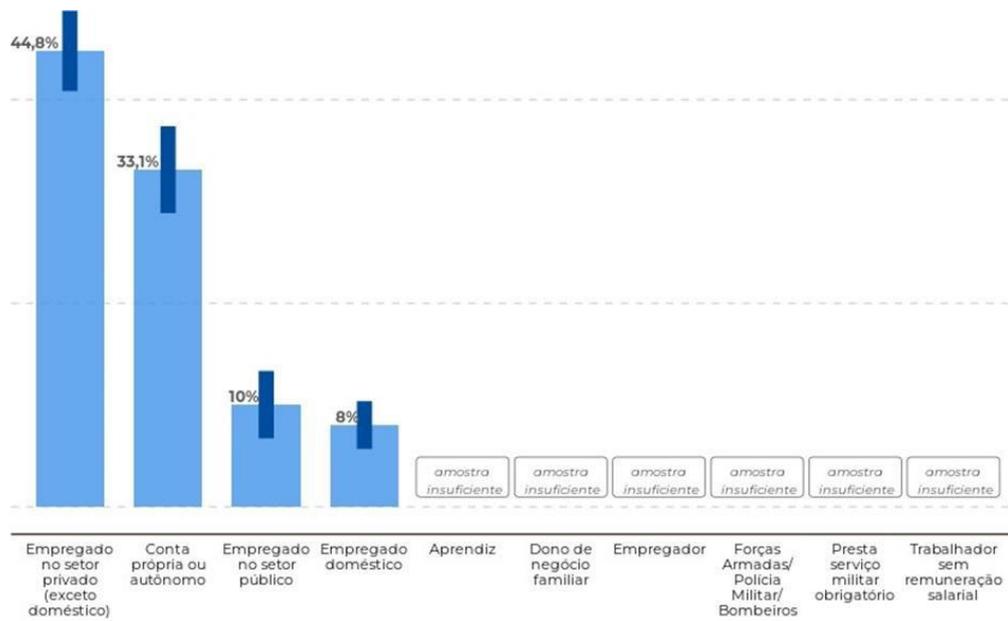
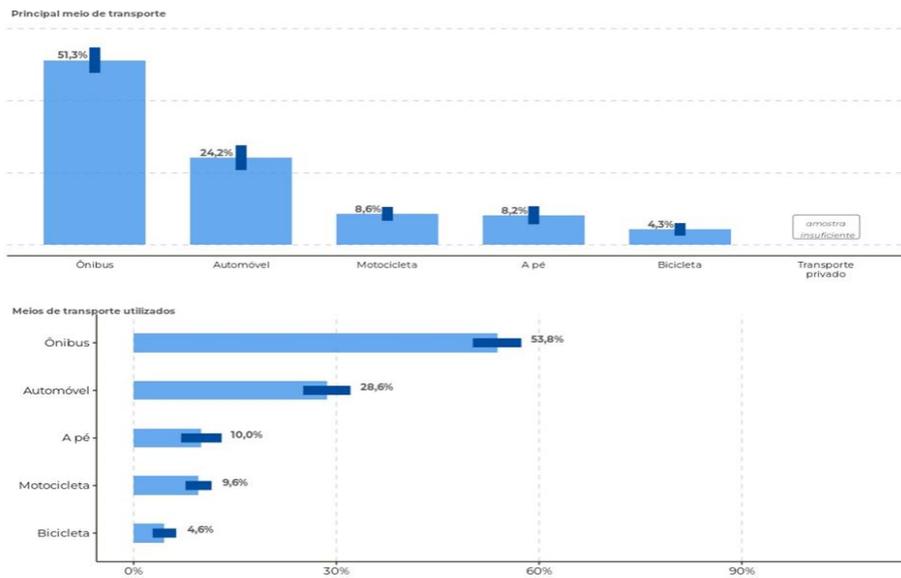


Figura 3.6.5: Distribuição da posição na ocupação principal, Morro da Cruz, 2021.



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021
 Obs.: São reportadas até o limite das dez maiores categorias.

Figura 3.6.8: Meios de transporte utilizados para deslocamento até o trabalho principal, Morro da Cruz, 2021.



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Figura 3.7.1: Distribuição do rendimento bruto do trabalho principal por faixas de salário mínimo, Morro da Cruz, 2021.

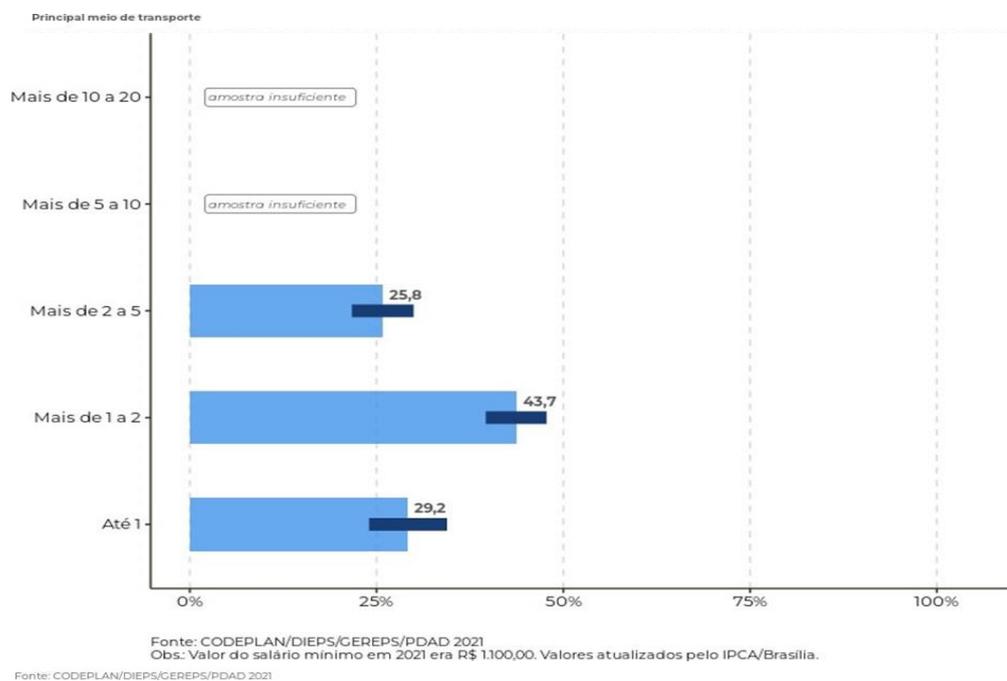
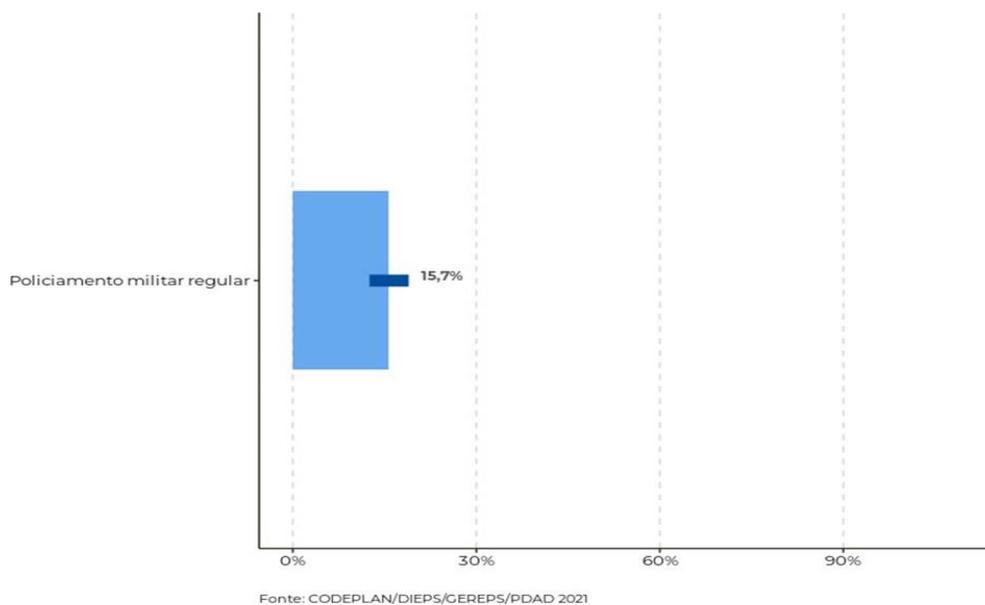


Figura 4.3.4: Segurança nas proximidades do domicílio, Morro da Cruz, 2021.



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD, 2021

a. Nas trilhas do morro: Zumbi dos Palmares.

As ruas estão cheias de lixo. As casas não tem número. O carteiro não sobe. O serviço público não vem! O bairro Zumbi dos Palmares é continuação do Bairro Morro da Cruz, e faz fronteira com o Núcleo Rural Capão Comprido, e a DF-473 que os divide ao meio, com o bairro Crixás abaixo separando o acesso ao bairro São Francisco. Não é possível identificar qual a última rua de um bairro e onde inicia a outra. Os seus limites ainda não foram definidos. A parte maior do bairro ainda não possui luz legalizada e os moradores se organizam para perfurar os poços artesianos e estabelecer a quem e a qual valor se deverá fornecer água para o vizinho que chega. Os problemas apontados do bairro Morro da Cruz adentra o bairro dentro pela avenida principal até chegar no Bairro Zumbi dos Palmares. A verdade é que não sabemos oficialmente onde termina ou onde começa o Bairro Zumbi dos Palmares.



Foto: Prof. Marino Sérgio Rodrigues



Estes dois papas-lixos estão ao lado do outro na avenida Zumbi dos Palmares. Um funciona e outra aguarda a manutenção há tempos.

Em relação ao saneamento básico, os problemas perpassam o abastecimento de água. O esgotamento sanitário a drenagem urbana e os resíduos sólidos. As precariedades diversas estão nos próprio hábitos do saneamento da população, seguridade Social e Meio Ambiente local. Se percebe na área ausência de serviço adequado de coleta, coisa comum nas regiões de Morro da Cruz, um grande número de bota fora, onde a população despeja entulhos e móveis quebrados, até mesmo lixo domiciliar formando pequenos lixões em vários lugares da macrorregião. O bairro não tem vias pavimentadas.



Foto: Arquivo Público do Distrito Federal

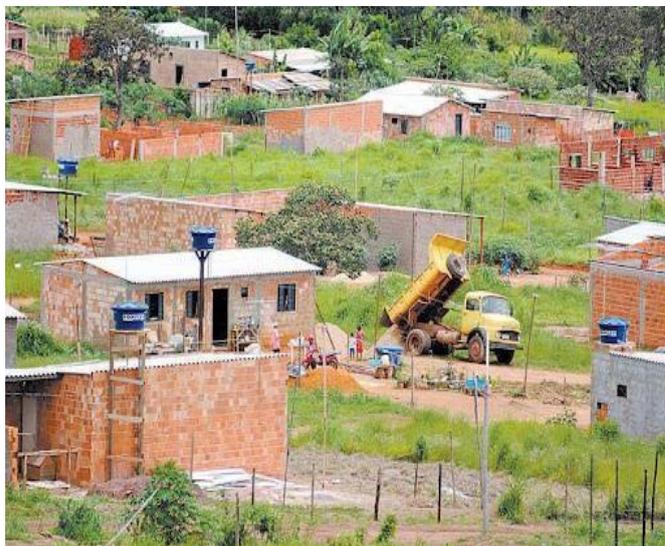


Foto: Arquivo Público do Distrito Federal

b. Nas trilhas do morro: outros caminhos até a escola.

Para chegar a Escola Classe Morro da Cruz se acessa a DF-473 - São Sebastião, Brasília – DF, seja para quem vem do outro lado da rua (Zumbi dos Palmares e Morro da Cruz), ou de baixo (São Sebastião), do entorno (Capão Comprido) ou chegando pela BR251 (Unai ou vindo das outras RA'S para evitar o trânsito da cidade). Mas no entorno da escola há muitas trilhas, morros e a vegetação de cor marrom do cerrado. A terra pedregosa, a poeira vermelha, a estrada cortada no barranco e as pequenas erosões. O vento no período seco tem cor de terra.

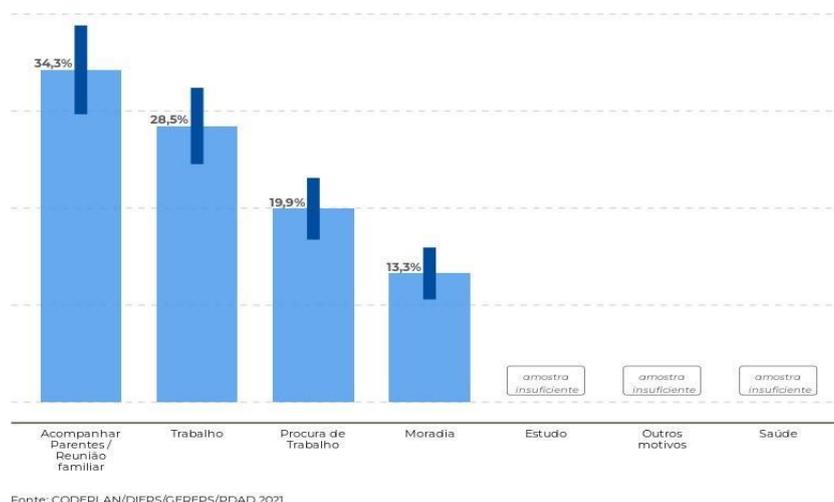
A história de surgimento dos núcleos rurais e de São Sebastião tem algo em comum. Você sempre encontrará um trabalhador que veio de outra região a procura de uma oportunidade de trabalho, e uma chance de conseguir o seu lugar ao sol. Nem a baixa umidade do clima brasiliense esmorece os recém-chegados! Há assentamentos, invasões e muito de muito esforço e muito choro.

A legislação que tornou as Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) não alcança a todos e muitos correm o risco de ver sua casa derrubada nas ações

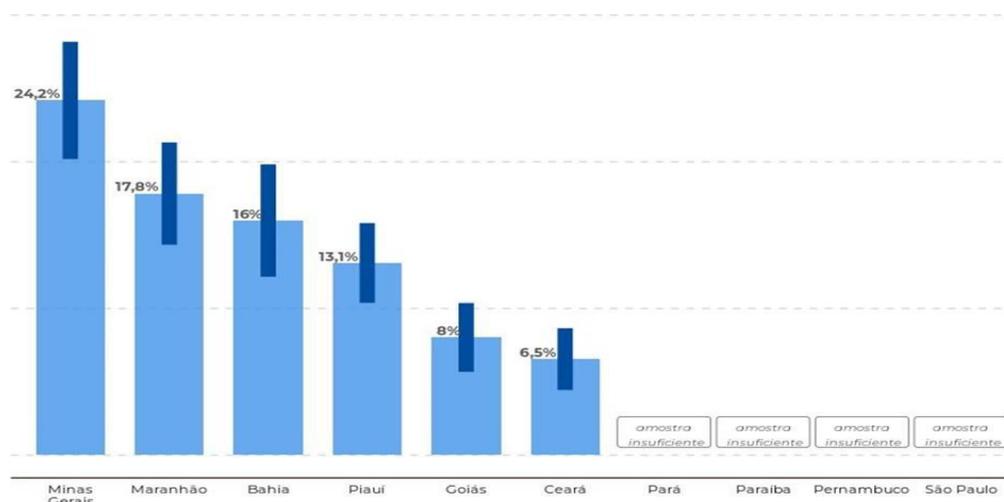
do DFlegal. Mas não importa, o ditado entre os periféricos é que as pessoas precisam começar a acessar o seu direito à moradia, as vezes com mais esforço que os outros, mas tem que começar.

Caminhando pelas ruas onde o poder público não vê, encontra-se alguém de outro estado, alguém que veio de outro país. A motivação de partir da residência anterior rumo a capital federal é diversa. Observeo gráfico.

Distribuição da motivação do responsável do domicílio a mudar e/ou retornar à capital federal, São Sebastião, 2021



Distribuição segundo o estado de nascimento das pessoas que vieram de fora do DF, São Sebastião, Distrito Federal, PDAD2021.



3. Abordagens Teóricas E Metodológicas Da Educação Do Campo

A presente proposta pedagógica tem como foco principal intermediar os processos de ensino/aprendizagem dos estudantes por entender que a aprendizagem não se limita a normas e técnicas pré-estabelecidas, não tem como se definir uma estratégia única, sendo necessário utilizar as diversas metodologias que vão de encontro com às necessidades de todos os estudantes. A base teórico- metodológica do currículo da SEE-DF está sustentada na **Psicologia Histórico-Cultural** e na **Pedagogia Histórico-Crítica**. O homem é compreendido como um ser que aprende e se constrói em interação com o meio social e natural que o cerca. Com o objetivo de colaborar com o desenvolvimento integral do educando, primamos pela qualidade da atuação pedagógica, levando em consideração: a experiência profissional da equipe, os princípios da Ética, a colaboração, a solidariedade, manifestações artísticas e culturais, liberdade de credo religioso, respeito às diferenças, a partir dos eixos transversais: Educação para a Diversidade; Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos; Educação para a Sustentabilidade, presentes no Currículo em Movimento, que rege o nosso sistema educacional.

Desta forma, a educação deve ser referenciada pela formação integral, de modo que o processo formativo integre as diversas dimensões que formam o ser humano, por meio de um currículo integrado, pautado na interdisciplinaridade e na experiências, com vistas à compreensão crítica e reflexiva da realidade. Nesse sentido, tem como princípios: a unicidade entre teoria-prática; a interdisciplinaridade e contextualização; a flexibilização.

O desafio é a superação do currículo coleção usado no dia a dia para um currículo integrado com a diversificação de estratégias pedagógicas, o reforço da importância e do planejamento coletivo fazendo com que o aprender faça efetivamente sentido.

Os marcos Normativos da Educação do Campo

Para a elaboração do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental foram pesquisados os seguintes instrumentos legais de referência a **Educação do Campo**.

1. A Constituição Federal, de 1988;
2. A Lei Federal 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB)
3. Os documentos legais reunidos na obra Educação do Campo: marcos normativos, publicada em 2012 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (Secadi/MEC).
 - a. Parecer CNE/CEB nº 36, de 4 de dezembro de 2001. Aprova Resolução que fixa Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Estabelece princípios e procedimentos que visam a adequar o projeto institucional das Escolas do Campo às demais diretrizes nacionais aplicadas à educação;
 - b. Resolução CNE/CEB nº 01, de 3 de abril de 2002. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, com base no Parecer nº 36/2001, mencionado no item anterior;
 - c. Parecer CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2006. Estabelece dias letivos e normatiza atividades para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffa). Esta abordagem pedagógica conta com módulos de estudos que articulam a aprendizagem escolar e aprendizagem no âmbito familiar comunitário, visando a atender às necessidades das comunidades do campo;
 - d. Parecer CNE/CEB nº 3, de 18 de fevereiro de 2008. Reexamina o Parecer CNE/CEB nº 23/20074 que, por sua vez, ainda não homologado, trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Estabelece uma discussão conceitual sobre a definição de Escola do Campo e define orientações para o atendimento da Educação do Campo;
 - e. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento da Educação Básica no Campo, definindo critérios para nucleação de escolas e atendimento pelo transporte escolar, com a preocupação de ampliar as possibilidades de oferta de educação o

mais próximo possível da moradia dos estudantes;

f. Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);

g. Decreto Federal nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. “Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada”. (BRASIL, 2012, p. 5)

h. Decreto Federal nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), destacando os “princípios relevantes para a educação do campo, tais como o respeito à diversidade, a formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, o desenvolvimento de políticas para a formação de profissionais da educação e a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais no campo”.(BRASIL, 2012, p. 6)

i. Resolução CNE/CEB nº 4/2010, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Em âmbito distrital, destacamos na pesquisa os seguintes instrumentos legais de referência para as escolas de todo o Distrito Federal:

1. A Resolução nº 1/2018-CEDF, que estabelece normas para a Educação Básica no sistema de ensino do Distrito Federal;

2. Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento para a Educação Básica;

3. A Lei 4.751/2012, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal;

4. O Plano Distrital de Educação, aprovado pela Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015, que apresenta a Meta 8 como garantia da Educação Básica a toda população camponesa do DF;

5. E o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, de 2015, 6. Portaria nº 419, de 18/12/2018

Na construção de nosso Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental da

Escola Classe Morroda Cruz também foram observadas os seguintes:

1. A Portaria nº 15, de 11/02/2015;
2. A Orientação Pedagógica - Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas/2014;
3. A Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012 - Gestão Democrática;

Os Marcos Conceituais da Educação do Campo

Afinal, o que é uma escola do campo, e qual a concepção norteadora de Educação do Campo?

Segundo as definições da **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**, em seu artigo 1º:

“A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.”

A **Portaria 419/2018**, que instituiu a política de educação básica do campo no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, complementa a definição anterior pois a “presença de outros sujeitos entre a população do campo no Distrito Federal justifica a inclusão das nossas comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos, caiçaras, caboclos, ribeirinhos)”, e além de conceituar em seu artigo 5º, regulamenta os critérios para estabelecer a identidade das escolas do campo baseados nas normativas federais; e a garantia da Alternância como possibilidade de criação de calendário escolar específico por Unidade Escolar; e

enfim a relação entre o Inventário e o PPP das escolas.

As Escolas do Campo estão inseridas em territórios educativos com a presença de populações camponesas, suas formas de trabalho e produção de bens materiais e imateriais, suas contradições de base social e econômica como a agricultura camponesa, o agronegócio e, manifestações culturais locais.

Parágrafo único: considera-se, também, como Escola do Campo, a Unidade Escolar situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), e aquela Unidade Escolar situada em área urbana que atenda, predominantemente a população do campo. (DISTRITO FEDERAL, 2018)

Nesta portaria, conforme aclara as Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e aponta também em sua pág.19 que

“Educação do Campo não se limita à discussão pedagógica de uma escola localizada no meio rural, nem de aspectos didáticos e metodológicos. Esse conceito diz respeito à construção de um novo desenho da educação escolar do campo que tenha as matrizes formativas dos sujeitos como espinha dorsal, que esteja adequado às necessidades da vida no campo e que, fundamentalmente, seja formulado pelos sujeitos do campo, tendo o campo como referência e como matriz”.

Incluimos aqui as Matrizes Camponesas disponíveis na página 19 deste documento e que são os pilares da Política de Educação do Campo, e perpassam toda a propostas pedagógica desta escola. Os eixos abaixo descritos constituem uma potente memória coletiva e respondem as dúvidas ao caracterizar as Unidades Escolares como **Escolas do Campo**:

- **Terra** - Espaço de produção de vida, lugar de construção de territorialidades emergentes da relação homem e natureza. Constitui-se matriz formadora, pois carrega em si sua própria pedagogia, uma vez que, “pela agricultura, o ser humano se apropria da terra como produção de vida e de si mesmo, modifica a terra e se modifica”. (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012. p. 558).

- **Trabalho** - Relação fundante da criatividade camponesa, ação direta e mobilização de forças produtivas inovadoras. Na Educação do Campo, a matriz trabalho é considerada princípio educativo. “Seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico, no qual parte do trabalho como produtor dos meios de vida tanto nos aspectos materiais quanto culturais”. (CALDART; PEREIRA;

ALENTEJANO;FRIGOTTO, 2012, p. 749)

- **História** - Legado da memória, imaginário social significativo para as identidades locais. Assim, “a escola é um lugar que recupera e trabalha com os tesouros do passado. Celebrar, construir e transmitir, especialmente às novas gerações, a memória coletiva, ao mesmo tempo em que busca conhecer profundamente a história da humanidade”. (CALDART, 2003, p. 76).

- **Cultura** - “Trata-se da criação e da recriação que emerge das relações nas quais os seres humanos, ao transformarem o mundo, simultaneamente transformam a si próprios”. Esta matriz relaciona-se diretamente com a matriz terra, quando “essas transformações se dão na ordem material, ou seja, quando a criação e a recriação tomam materiais da natureza, dando a eles formas que não possuíam até então” (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p. 179). Aliados a essa dimensão, somam-se os aspectos imateriais da cultura (LARAIA, 2001), que dialogam com as criações que independem do trabalho a partir da terra, como contação de histórias, poesias, cantigas, danças, brincadeiras, técnicas de produção artesanal, receitas etc.

- **Luta Social** - Processos de conquista de territórios e direitos, consolidação das sociedades camponesas em seus espaços. “As lutas sociais são enfrentamentos organizados, portanto coletivos, de determinadas situações sociais, na defesa de interesses também coletivos, feitos, de forma massiva, pelas próprias pessoas envolvidas na situação” (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p. 548).

- **Vivências de Opressão** - conjunto de experiências conformadoras de visões de mundo próprias e resilientes dos sujeitos, cuja história de resistência na luta pelo seu modo de vida lhes confere ricos conhecimentos de organização popular e adaptação ao seu meio. Freire reconhece, em sua obra *Pedagogia do oprimido*, que nas vivências de opressão, os sujeitos do campo e outros sujeitos (coletivos e movimentos sociais) trazem seus saberes, pedagogias de aprendizados das vivências cruéis da subalternização. (ARROYO, 2012. p. 13-14).

- **Conhecimento Popular** - conhecimento que parte dos sujeitos e apresenta soluções e formas inovadoras de criação e técnicas. No geral, os saberes tradicionais se perpetuam pela transmissão geracional, na maioria das vezes, se encontram não sistematizados. “Se constitui a partir de uma diversidade de sujeitos sociais históricos que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar,

comunitária e com a natureza, demarcando GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião territorialidades”. (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p.179).

- **Organização Coletiva** - capacidade de mobilizar forças sociais para ações de cidadania ativa e reivindicação de direitos coletivos. Diz respeito a um sujeito social e se refere à associação de pessoas que passam a ter uma identidade de ação na sociedade, e, portanto, de formação e organização em vista de interesses comuns e de um projeto coletivo. Essas matrizes deverão ser consideradas nos debates realizados nas Coordenações Pedagógicas, no processo de construção dos Projetos Pedagógicos das unidades escolares do campo, na organização do trabalho pedagógico e em propostas de formação continuada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos nesta proposta atender aos anseios de toda a comunidade escolar e fazer com que a função social da escola, definidas pelo art. 288 CF, outros instrumentos legais e os documentos de referência para a educação do Distrito Federal, seja princípio, meio e fim de nossas ações. O escritor Victor Hugo falava da Existência de "uma coisa mais forte que todos os exércitos do mundo", e que aqui nessas laudas parafraseamos e apossamos de um significado próprio para a célebre frase, pois no momento de criação desta escola, reacende também a intenção de honrar a memória de todos aqueles que contribuíram para o (re)nascimento de novas escolas, este espaço aqui compreendido como instituição do estado e que em conjunto com a sociedade, cumprem seu compromisso, um dia após outro.

Por meio das orientações do Currículo em Movimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2014), que rege a proposta curricular das escolas, no que tange às **escolas do campo**, procedemos coletivamente na construção do Inventário Social, Histórico e Cultural das Escolas do Campo – SEEDF (2014). Nesta oportunidade fica explicitado a importância do inventário, sua originalidade e a sua relevância, conforme já apontava as fundamentações teóricas de FREITAS (2010) que define o inventário como um caminho investigativo para conhecer a realidade local que cerca a escola do campo:

Realizar um conjunto de inventários sobre a realidade atual, com o objetivo de identificar as fontes educativas do meio. Como a vida não é a mesma em todo lugar, os inventários precisam ser elaborados por cada escola, convertendo-a, assim, “em uma pequena instituição que a pesquisa e produz conhecimento de caráter etnográfico sobre seu entorno, sua realidade atual, apropriando-se, portanto, de sua materialidade, da vida, da prática social”. (FREITAS, 2010, apud SEEDF, 2014, p. 49).

Partindo de uma prática reflexiva e das inspirações do corpo teórico e legal da Educação do Campo incorporamos no cotidiano curricular da escola os direcionamentos possíveis proporcionados desde a imersão da trajetória inicial de pesquisas de nosso território na construção do inventário social histórico, cultural e ambiental revela-se não apenas o diagnóstico da realidade local realizado pela escola, mas o fazer que encontra correspondência em Jean Paul Sartre sobre a

permanente construção de nós mesmos como forma de vislumbrar a transformação social que a escola almeja.

As linhas identitárias e as aprendizagens obtidas no decorrer desse processo de construção foram incorporadas ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola para que as futuras ações e atitudes didático-pedagógicas sirvam de alicerce na construção/(re)significação da identidade da Escola Classe Morro da Cruz na perspectiva da **Educação do Campo**. O desejo do coletivo (educando e educadores) de (re)conhecer os saberes, os fazeres do campo no currículo, e os conteúdos curriculares interagindo com os saberes e os fazeres dos sujeitos camponeses na perspectiva da Educação do Campo nos motivam a seguir com as pesquisas e atualizações. E de fato, este documento torna-se um marco histórico que registra uma nova configuração de escola no campo.

Um representação da própria sociedade urbana, periférica e campesina e os deslocamentos diários. Essa percepção é extraída do próprio perfil dos estudantes que a conformam, e de seu grupo familiar quando se pensa por exemplo em suas residências e suas colocações profissionais; eles vivem, convivem e trabalham na própria região de zona rural ou nas cidades próximas, e dormem em sua residência no campo. Esses pequenos dados, a todo tempo nos nutrem de informações sobre rotina, costumes entre outras coisas.

Desde a história dos primeiros moradores da comunidade e os seus aspectos sociais e culturais que constituíram a formação do Núcleo Rural até os hábitos atuais mais rotineiros são interessantes para o fortalecimento de nossa processo de formação, crescimento, autoconhecimento e solidificações potentes que guiam a educação no campo. KLEIN (2013, P.35) traz um fala que corrobora com a proposta pedagógica por nós perseguida, enquanto escola do campo. Para ela “a luta por uma escola de qualidade no campo deve ser refletida por um projeto de educação que considere os sujeitos que habitam nesses espaços-tempos e suas especificidades. A autora ainda destaca que “[...] é momento de desconstruir paradigma hegemônico que carrega a educação ofertada aos diversos sujeitos do campo”.

A equipe docente esmera-se pela constância de construir em conjunto a tomada de consciência de que é necessário reconhecer e transformar territórios em lugares de aprender. São orientações bem traçadas historicamente pelo currículo da SEEDF que zela pelo objetivo das escolas em “buscar conhecer, intervir e alterar o território no sentido de torná-lo cada vez mais humanizado”. Nisto consiste a prática

educativa que vai além da transmissão de conhecimentos e informações e busca compreender a escola como um espaço de ensino-aprendizagem da dimensão inspiradora da pedagogia da alternância e o compromisso comum projeto pedagógico nos moldes tracejados pelo currículo em Movimento que vislumbra a educação em uma dimensão integral, e aponta a necessidade de se “ampliar o tempo, o espaço e as oportunidades educacionais de modo que contemple os eixos transversais estruturantes ideais para que se cumpra os fazeres pedagógico indenitários da **Educação no Campo**.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. Escola Reflexiva: Nova Racionalidade, Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ALMEIDA, L.; **FLORES**, C. Bilinguismo. In: **FREITAS**, M. J.; **SANTOS**, A. L. (eds.), Aquisição de língua materna e não materna: questões gerais e dados do português. Berlin: Language Science Press, 2017, p.275 304.

ANDRADE, M. S. Retrato da realidade escolar de alunos estrangeiros matriculados em escolas públicas do Distrito Federal: um estudo de caso. 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – UNB, Brasília, 2009. Disponível em: Acesso em: 23 ago. 2015.

ALVES, Rubem. *Conversas Com Quem Gosta de Ensinar*, São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 66.689 de 11 de junho de 1970. Regulamenta o Decreto-lei nº 941, de 13 de outubro de 1969, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder executivo, Brasília, DF, Seção 1 de 24/06/1970. 1970. Disponível em: Acesso em: 5 jun. 2017.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1.p.1-15 de 16/07/1990. 1990. Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 591 de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p.1 de 7/7/1992. 1992. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, 142 Brasília, DF, Seção 1, p.1 a 9 de 23/12/1996. 1996. Disponível em: . Acesso em: 7 jun. 2017.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1, p.22 a 24 de 23/7/1997. 1997. Disponível em: 3/07/1997.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DIOGO, Fernando. *Por um projeto educativo de rede*. Lisboa: Asa, 1998

FERREIRO, Emilia; **TEBEROSKY**, Ana. *Psicogênese da Língua Escrita*. Martins Fontes, 1989.

FREITAS, L. C. A escola única do trabalho: explorando os caminhos de sua construção. In: CALDART,

R.S. Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FRIGOTTO, Gaudência (org.): *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

GARCÍA CUESTA, S. 2013. Estudio para la ampliación de la Reserva de Biósfera del Delta del Orinoco, estado Delta Amacuro, Venezuela. Trabajo especial de grado de

Magíster Scientiarium en Gerencia Ambiental. Decanato de Investigación y Postgrado. Maestría Gerencia Ambiental. Universidad Nacional Experimental Politécnica de la Fuerza Armada.

Gestão Democrática - GDF – Lei nº 4751, de 7 de fevereiro de 2012.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2007.

KIVITZ, Ed René. Quebrando paradigmas. São Paulo: Abba Press, 1995.

KLEIN, Sonia Francisco. Educação do campo: um estudo sobre cultura e currículo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Crubixá - Alfredo Chaves Espírito Santo. 2013. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

KUENZER, Acácia. *Pedagogia da Fábrica*. Cortez Autores Associados, 2002

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.

Lei nº 3.218, de 5/11/2003. Publicado no DODF de 10/11/2003. Dispõe sobre Universalização da Educação Inclusiva nas Escolas Públicas do Distrito federal, Brasília-DF, 2003.

LIBÂNEO, J.C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

MAHER, T. M. A Educação do Entorno para a Interculturalidade e o Plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; Cavalcanti, M. C. (orgs.) Linguística Aplicada: faces e interfaces. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 255-270.

MARNR. Inventario Nacional de Tierras Región Oriental Delta del Orinoco-Golfo de Paria. Maracay: Serie Informes Científicos-Zona 2/1C/21, Dirección General Sectorial de Información e Investigación del Ambiente. 1979.

Ministério da Educação: Educação do Campo: marcos normativos, Brasília, 2012.

NACHMANOVITCH, Stephen. **Ser Criativo: O poder da improvisação na vida e na arte.** Summus, 1993.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.**

Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: ArtMed, 2000.

Secretaria de Estado de Educação – SEEDF, *Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos, Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, Educação Especial e EJA*, Brasília-DF, 2014.

Secretaria de Estado de Educação – SEEDF, Diretrizes de Avaliação Educacional Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala, 2014-2016.

Secretaria de Estado de Educação – SEEDF, Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Educação Básica. Brasília – DF, 2014.

Secretaria de Estado de Educação – SEEDF, Orientação Pedagógica, Projeto político-pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas, Brasília-DF, 2014.

Secretaria de Estado de Educação – SEEDF, Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasília-DF, 2015.

SEIFART, Frank and Harald **HAMMARSTROM** Language isolates in South America, in *Language Isolates*, Pp. 260-286, London: edited by Lyle Campbell. Routledge, 2017.

WILBERT, J. Rasgos Culturales Circuncaribes etre los Warrao y sus linferencias, Vol. 16 No. 45: 237-257. La Salle: Memoria de la Sociedad de Ciencias Naturales. 1956.

SILVA, Edileuza F. da. **A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos.** In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico.* Campinas: Papyrus, 2007.

SILVA, Rosilene Soares. **DA OPRESSÃO À CIDADANIA: do direito à leitura sobre os direitos e deveres do cidadão.** - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SIQUEIRA, Paulo Cesar Galante. O espaço urbano e o crime: um estudo de caso da relação de crimes contra transeuntes em regiões administrativas do Distrito Federal. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2020.

VÁSQUEZ, E. y W. The Orinoco: physical, biological and cultural diversity of a major tropical alluvial river, The Rivers Handbook, Hydrological and Ecological Principles. pp. 48–471. London: Blackwell Scientific Publications, Calow, P. y G. Petts (Edd), 1992.

WILBERT, J. and **LAYRISSE**, M. Blood group antigen studies of four Chibchan tribes. 36-55. American Anthropologist, 1963.

WILBERT, J. and **LAYRISSE**, M. Indian Societies of Venezuela: Their Blood Group Types. Caracas: Instituto Caribe de Antropologia y Sociologia, Fundacion La Salle de Ciencias Naturales, Monography No. 13. 1966.

Yakera, Ka Ubanoko [recurso eletrônico] : o dinamismo da etnicidade Warao / organizadores : Carmen Lúcia Silva Lima, Carlos Alberto Marinho Cirino, Jenny González Muñoz. – Recife : Ed. UFPE, 2020.

SITES CONSULTADOS

Constituição 1988, Art. 206 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

Acesso em 12 de dez 2008.

LDB no art. 3º da Lei n.9.394/96 LDB,
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> **Acesso em 12 de dez. 2008**

MEC, Conselho Escolar,
<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?Itemid=242&id=252&option>

=content&task=vie **Acesso em: 12 de dez. 2008.**

Portal Educacional da Educação do Paraná – Dia a-
dia Educação

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/gremio/index.php>, **Acesso em 12 de dez 2008.**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2001. Ministério da Educação. *mec.gov.br*. [Online] 04 de 12 de 2001. [Citado em: 2019.]

http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf.

Secretaria de Educação do Distrito Federal. 2018. *se.df.gov.br*. [Online] 2018. [Citado em: 2019.] <http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/04/Manual-Diretrizes.pdf>.

PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/pdad/> **Acesso em 26/08/2023.**

Disponível em: www.memoriasoleiras.com.br **Acesso em 26/08/2023.**

Disponível em: <http://www.saosebastiao.df.gov.br/> **Acesso em 05/09/2023.**

Disponível em: http://www.pdvsa.com/images/ambiente/Palma_moriche.pdf (tudo sobre o morichi)

Acessado em 18/06/2023.

Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=EyMAg_1JYdc&ab_channel=MinisteriodelPoderPopulardePueblosInd%C3%ADgenas Video do ministerio indígena: **Acessado em 18/06/2023.**

Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/09/25/conheca-os-abrigos-que-acolhem-refugiados-e-migrantes-no-norte-do-brasil/> **Acessado em 18/06/2023.**

Disponível em: <https://kape-kape.org/2021/06/22/el-cierre-del-cano-manamo-altero-la-vida-de-22-mil-waraos-en-delta-amacuro/> **Acessado em 18/06/2023**

Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cbc/quem-somos.html> **Acessado em 15/09/2023**

15. ANEXOS: Mãos-a-obra



Equipe 2023



Equipe 2024







Projeto "Brasília, prazer em te conhecer!"

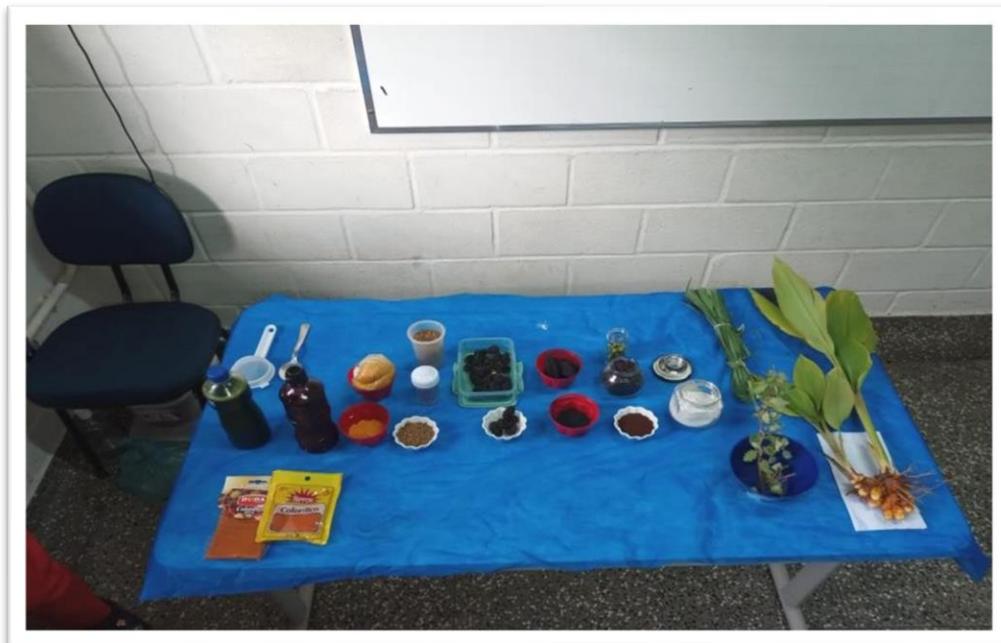




Projeto "Leitura viajante" - 2024



Projeto "Leitura viajante" - 2024



Projeto "Nossa horta, nossa vida mais saudável!" e Dia do Campo 2024



Projeto “Nossa horta, nossa vida mais saudável!” e Dia do Campo 2024



Projeto “Nossa horta, nossa vida mais saudável!” e Dia do Campo 2024



Projeto “Nossa horta, nossa vida mais saudável!” e Dia do Campo 2024



Projeto "Nossa horta, nossa vida mais saudável!" e Dia do Campo 2024

**Assembleia com a comunidade escolar para aprovação do Inventário Social,
Histórico, Cultural e Ambiental da Escola Classe Morro da Cruz para o ano de
2024.**

Assinaturas professores e demais servidores da Escola Classe Morro da Cruz:

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	

29.	
30.	
31.	
32.	
33.	
34.	
35.	

Assinaturas estudantes da Escola Classe Morro da Cruz:

1.	
2.	
d.	
e.	
f.	
g.	
h.	
i.	
j.	
k.	
l.	
m.	
n.	
o.	
p.	
q.	
r.	
s.	
t.	
u.	

Assinaturas pais/responsáveis:

1.	
----	--

2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	

24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	
31.	
32.	
33.	
34.	
35.	
36.	
37.	
38.	
39.	
40.	
41.	
42.	
43.	
44.	
45.	

46.	
47.	
48.	
49.	
50.	
51.	
52.	
53.	
54.	
55.	
56.	
57.	
58.	
59.	
60.	
61.	
62.	
63.	
64.	
65.	
66.	
67.	

68.	
69.	
70.	
71.	
72.	
73.	
74.	
75.	
76.	
77.	
78.	
79.	
80.	
81.	
82.	
83.	
84.	
85.	
86.	
87.	
88.	
89.	

90.	
91.	
92.	
93.	
94.	
95.	
96.	
97.	
98.	
99.	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	